



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

KELLY CRISTIANE QUEIROZ BARROS

ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS: experiências e práticas em arquivos na Paraíba
(1980-2000)

JOÃO PESSOA/PB

2022

KELLY CRISTIANE QUEIROZ BARROS

ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS: experiências e práticas em arquivos na Paraíba
(1980-2000)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção de grau de Doutora em Ciência da Informação, na área de concentração: Informação, conhecimento e sociedade.

Linha de Pesquisa: Informação, Memória e Sociedade.

Orientador: Dr. José Mauro Matheus Loureiro

JOÃO PESSOA/PB

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B277o Barros, Kelly Cristiane Queiroz.

Organização de arquivos : experiências e práticas em arquivos na Paraíba (1980-2000) / Kelly Cristiane Queiroz Barros. - João Pessoa, 2022.
289 f. : il.

Orientação: José Mauro Matheus Loureiro.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Arquivos - Organização. 2. Arquivos - Bibliotecários. 3. Arquivos - Historiadores. 4. Práticas arquivísticas. 5. Arquivologia - Paraíba. 6. NDIHR. I. Loureiro, José Mauro Matheus. II. Título.

UFPB/BC

CDU 930.25(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Defesa nº 064

Ata da Sessão Pública de Defesa de Tese da
Doutoranda **KELLY CRISTIANE QUEIROZ
BARROS** como requisito para obtenção do grau
de Doutora em Ciência da Informação, Área de
Concentração em Informação, Conhecimento e
Sociedade e com Linha de Pesquisa em
Informação, Memória e Sociedade.

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e dois (31/03/2022), às vinte horas, na sala virtual do Google Meet, conectaram-se via videoconferência a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar a candidata ao Grau de Doutora em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, a doutoranda **KELLY CRISTIANE QUEIROZ BARROS**. Devido à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), considerando as estratégias de distanciamento social para contenção pandêmica e a Portaria PRPG nº 06/2021, de 02 de dezembro de 2021, a videoconferência da defesa ocorreu com acesso por meio do link: <https://meet.google.com/fxw-eoiy-eoq>. A banca examinadora foi composta pelos(as) professores(as): Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira - PPGCI/UFPB (Presidente indicado pela Coordenação); Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira - PPGCI/UFPB (Examinadora Interna); Dra. Izabel França de Lima - PPGCI/UFPB (Examinadora Interna); Dra. Mabel Meira Mota - UFBA (Examinadora Externa); Dr. Derek Warwick da Silva Tavares - UFBA (Examinador Externo); Dra. Maria Lúcia de Niemeyer Loureiro – MinC (Suplente Externa). Dando início aos trabalhos, o Professor Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira, Presidente da Banca Examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra à discente para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de tese intitulado: **O PLATÔ DA ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS: experiências e práticas em Organização de Arquivos no Estado da Paraíba**. Após a apresentação, a candidata foi arguida na forma regimental pelos examinadores. Respondidas todas as arguições, o Professor Dr. Henry Poncio

Cruz de Oliveira, Presidente da Banca Examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

(X)Aprovado ()Indeterminado ()Reprovado.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, o Professor Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira, Presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim, como representante dos participantes da banca, juntamente com os pareceres de avaliação da TESE e da defesa de tese da doutoranda, devidamente assinados por seus respectivos avaliadores e em formato digital.

João Pessoa, 31 de março de 2022.



Professor Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira

Presidente da Banca – PPGCI/UFPB

KELLY CRISTIANE QUEIROZ BARROS

ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS: experiências e práticas em arquivos na Paraíba
(1980-2000)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção de grau de Doutora em Ciência da Informação, na área de concentração: Informação, conhecimento e sociedade. Linha de Pesquisa: Informação, Memória e Sociedade.

Aprovada em 31 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro
(UNIRIO – Presidente)

Profa. Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
(UFPB – Examinadora Interna)

Profa. Dra. Izabel França de Lima
(UFPB – Examinadora Interna)

Prof. Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira
(UFPB – Examinadora Interna Suplente)

Prof. Dr. Derek Warwick da Silva Tavares
(UFBA – Examinador Externo)

Prof. Dr. Mabel Meira Mota
(UFBA – Examinador Externo)

Prof. Dra. Maria Lúcia de Niemeyer Loureiro
(UFRJ – Examinador Externo Suplente)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, as pessoas que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, a todos os seus professores com os quais pude ampliar os conhecimentos sobre a Ciência da Informação no mestrado, o que me levou a propor a pesquisa de doutorado que agora finalizo.

Fico extremamente constrangida de citar todos os professores deste programa que me ensinaram e ajudaram nesta caminhada, mas necessito citar aqueles que estiveram mais próximos a mim: agradeço a professora Dulce Amélia de Brito Neves que por um tempo considerável me orientou e, por motivos pessoais e por sua merecida aposentadoria necessitou afastar-se; ao meu orientador, professor José Mauro Matheus Loureiro pela sua eloquência e informalidade ao fazer nascer em nós a prática da crítica da sociedade e do local da política e da informação em nossa contemporaneidade e, acima de tudo, por sua paciência e elegância ao fazer as críticas fundamentais e norteadoras; a professora Isabel França, professora querida e coordenadora que nos orientou pelos desafios burocráticos do qual fizemos parte em nossa caminhada acadêmica; a professora Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, a nossa mais querida e eterna mentora e a quem devemos o aprofundamento na área de pesquisa sobre memórias.

Agradeço aos coordenadores que estiveram à frente deste Programa pela orientação e todo o trabalho administrativo que demanda muitas horas de seu dia.

Agradeço a todas as profissionais que tiveram alguma ligação com o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional pela colaboração e as inúmeras horas de conversa que vivenciamos, das entrevistas que me concederam, das indicações de caminhos e de pessoas, do compartilhar de memórias que por tantas vezes se tornaram tão íntimas. Agradeço especialmente: Ana Andréa Vieira Castro de Amorim, Ana Isabel de Souza Leão Andrade, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, Dulce Amélia de Brito Neves, Esmeralda Porfírio de Sales, Irene Rodrigues da Silva Fernandes, Joana Neves, Laudereida Eliana Marques Moraes, Laura Helena Baracuh Amorim, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Tânia Maria da Silva e Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues.

Agradeço o acesso às informações do Arquivo do NDIHR-PB, do arquivo pessoal de Ana Isabel de Souza Leão Andrade (cessão de documentos digitalizados à pesquisadora), ao arquivo pessoal de Therezinha Gloriete (através da cessão de documentos à pesquisadora), a

arquivo do Departamento de Ciência da Informação (a distância) e a do Instituto de Estudos Brasileiro (a distância).

Agradeço a minha família pela paciência e toda a felicidade compartilhada durante a convivência com uma estressada, entusiasmada, preocupada, encantada, preocupada e feliz com os resultados finais desta pesquisa.

O mundo só parece finalmente compreensível quando se transforma em relato. Enquanto vamos vivendo os fatos, eles são tão sufocantes e múltiplos que nos parecem sem pé nem cabeça. Ou, quem sabe, Teofrasto tivesse razão quando me disse que o que ordena as memórias é o fato de já conhecermos o desenlace, e que vemos essas memórias à luz do sentido que esse desenlace nos oferece.

William Ospina. **O país da Canela**, 2017.

RESUMO

O propósito inicial desta pesquisa foi analisar o protagonismo de um grupo de historiadoras ligadas ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da Universidade Federal da Paraíba, criado no ano de 1976. Entretanto, no andamento de nossas pesquisas observamos que este grupo de profissionais fez parte de uma imensa estrutura, com seus múltiplas ramificações, conexões e florescimentos que compôs aquilo que, tomando Deleuze e Guattari (2020) como referência, assim como o ponto de vista do sociólogo Norbert Elias (1994) que nos ajudaram na estruturação deste trabalho, a partir dos conceitos de configurações, interações, interdependências e a visão processual sobre as mudanças sociais. O ano de 1975 foi nosso ponto de partida para perceber a formação, o crescimento e o fortalecimento do grupo de profissionais que ficou associado ao NDIHR, neste processo, foram observados os cruzamentos e colaborações com outros grupos de arquivistas e de bibliotecários ligados ao Departamento de Biblioteconomia e Documentação da UFPB e inúmeros profissionais com práticas reconhecidas na sociedade paraibana presente. Em um lugar que escolhemos chamar ‘platô’, as práticas e as técnicas arquivísticas se sobressaíam e observamos como o cotidiano vivenciado nos arquivos que receberam projetos de organização vinculados ao NDIHR ocorreram e que foram descritos neste trabalho, assim como os entrecruzamentos de pessoas e instituições nesta dinâmica rizomática como definida pelos autores franceses. Neste percurso desenhado pela documentação escrita e os relatos orais, a Arquivologia se institucionalizou em duas universidades públicas paraibanas, a UEPB e a UFPB. Seguimos os relatos sobre os fluxos de conhecimentos que chegavam a Paraíba, os arquivistas convidados para colaborar com os profissionais locais, a importância da oferta de cursos de especialização em Organização de Arquivos e de capacitação realizados por diversas cidades paraibanas. E não deixamos de analisar os conflitos entre bibliotecários e historiadores, pela perspectiva de que ambos cresceram juntos entre as décadas de 1980 e 1990, evitando assim, a defesa de fronteiras fixas e muito bem “vigiadas” entre disciplinas, afinal, entendemos que o rizoma é formado de muitas dimensões que o estruturam.

Palavras-chave: Organização de arquivos. NDIHR. UFPB. Bibliotecários. Paraíba. Arquivística. Arquivologia. Rizoma. Configurações.

ABSTRACT

The initial purpose of this research was to analyze the protagonism of a group of historians linked to the Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) of the Federal University of Paraíba, created in 1976. However, in the course of our research we observed that this group of professionals was part of an large structure, with its multiple ramifications, connections and flourishings that composed as Deleuze and Guattari (2020) reference itself, meanwhile the sociologist Norbert Elias (1994) helped us to structuring this work over the concepts of configurations, interactions, interdependencies and the procedural vision of social changes. The year 1975 was our starting point to understand the formation, growth and strengthening of the group of professionals that was associated with the NDIHR. In this process, we observed the intersections and collaborations with other groups of archivists and librarians linked to the Departamento de Biblioteconomia e Documentação at UFPB and numerous professionals with practices recognized in the current Paraíba society. It's chose to call as 'plateau' the set of archival practices and techniques stood out and the daily life experienced in the archives that received organization projects promoted by the NDIHR and which were described in this work, as well as the intersections of people and institutions in this rhizomatic dynamic as defined by the French philosophes. In this path designed by written documentation and oral testimonies, Archival Science was institutionalized in two public universities in Paraíba, UEPB and UFPB. In the meantime we followed the reports on the flows of knowledge that arrived in Paraíba, the archivists invited to collaborate with local professionals, the importance of offering specialization courses in Archive Organization and training provided at several cities in Paraíba. And we did not missed to analyze the conflicts between librarians and historians, from the perspective that both grew together between the 1980s and 1990s, thus avoiding the defense of fixed and very well "monitored" borders between disciplines, after all, we understand that the rhizome is formed by many dimensions that structure it.

Keywords: Organization of Archives. NDIHR. UFPB. Librarians. Paraíba. Archival Science. Rhizomatic structure. Configurations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACPB	Associação Comercial da Paraíba
ADUF-JP / SSIND	Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba, Seção Sindical
AN	Arquivo Nacional
AEPB	Arquivo Eclesiástico da Paraíba
AL/PB	Assembleia Legislativa da Paraíba
APL	Academia Paraibana de Letras
CCHLA	Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
CDIHR	Centro de Documentação e Informação Histórica Regional
CEF	Caixa Econômica Federal
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco (Neoenergia Pernambuco)
CH/UFPB	Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
COPLANAME	Comitê Gestor do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público
CPD	Comissão Pastoral da Terra
DBD	Departamento de Biblioteconomia e Documentação
DCI	Departamento de Ciência da Informação
DEMEC	Delegacia Regional do Ministério da Educação
DHG	Departamento de História e Geografia, Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande
CEHIBRA	Coordenação Geral de Estudos de História Brasileira (Fundaj)
CHDP- ME	Centro de História, Pesquisa e Documentação do Movimento Estudantil
CEOARQ	Curso de Especialização em Organização de Arquivos
CODAT	Coordenadoria de Assessoria Técnica (Ministério Público do Estado da Paraíba)
CODEB	Coordenadoria de Biblioteca (Ministério Público do Estado da Paraíba)
COPAR	Coordenadoria de Controle de Processos e Pareceres (Ministério Público do Estado da Paraíba)

DIAFU	Diretoria de Apoio Funcional (Ministério Público do Estado da Paraíba)
ESPEP	Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba
FAFI	Faculdade de Filosofia da Paraíba
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCJA	Fundação Casa de José Américo
FDR	Fundo Especial de Desenvolvimento de Recursos Humanos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNAPE	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão
FUNDAC	Fundação do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
MPPB	Ministério Público da Paraíba
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
NESC	Núcleo de Saúde Coletiva (CCS/UFPB)
NUPPO	Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular
PRAC	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
PRAI	Pró-Reitoria de Assuntos do Interior
PRONAME	Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SEDIHR	Setor de Documentação e História Regional da atual Universidade Federal de Campina Grande.
SETRAS	Secretaria do Trabalho e Ação Social (1991-2005)
SINE	Sistema Nacional de Empregos
TJ	Tribunal de Justiça da Paraíba
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Programas do NDIHR e sua integração.

Ilustração 2 – Reuniões de pesquisadores e bolsistas.

Ilustração 3 – Folder do III Encontro de Arquivos Privados do Brasil.

Ilustração 4 – Folder do XII Congresso Brasileiro de Arquivologia (1998).

Ilustração 5 – Notícia de instalação do curso de Biblioteconomia

Ilustração 6 – Projeto para câmara de desinfestação

Ilustração 7 – Utilização da câmara de desinfestação.

Ilustração 8 – Mesa higienizadora projetada e utilizada durante o projeto do AEPB.

Ilustração 9 – Utilização de mesa de higienização com documentação no NDIHR

Ilustração 10 – Boletins do AEPB (1994)

Ilustração 11 – Orientações elaboradas para Biblioteca Irineu Pinto (IHGP) (fac-símile).

Ilustração 12 – Notícia sobre Convênio da ALPB com UFPB para organização do arquivo da AL

Ilustração 13 – Treinamento dos servidores da Assembleia Legislativa da Paraíba

Ilustração 14 – Memorial do Ministério Público do Estado da Paraíba

Ilustração 15 – Equipe de pesquisa e organização do Memorial do MPPB

Ilustração 16 – Folder de Seminário promovido pelo Memorial do MPPB

Ilustração 17 – Mapa identificando as cidades onde foram ofertados cursos de gestão e gerenciamento de arquivos

Ilustração 18 – Folder do Curso de Especialização do IEB (1993)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de profissionais ligadas ao NDIHR.

Quadro 2 – Síntese dos princípios rizomáticos segundo Deleuze e Guattari.

Quadro 3 – Perfil profissional de Ana Isabel de Souza Leão Andrade: áreas de atuação, atividades e instituições.

Quadro 4 – Evolução do curso de Mestrado em Ciência da Informação.

Quadro 5 – Docentes do DCI ingressos nas décadas de 1970 e 1980 (parte 1).

Quadro 6 – Docentes do DCI ingressos nas décadas de 1970 e 1980 (parte 2).

Quadro 7 – Grupos iniciais de pesquisadores.

Quadro 8 – Instituições e Arquivos com arquivos trabalhados pelo NDIHR.

Quadro 9 – Equipe e Discentes dos cursos de capacitação da cidade de Cuité.

Quadro 10 – Equipe e Discentes dos cursos de capacitação da cidade de Barra de Santa Rosa.

Quadro 11 – Edições do CEOARQ a ano de execução.

Quadro 12 – Professores do 1º CEOARQ.

Quadro 13 – Grade Curricular do 1º CEOARQ (1995.2).

Quadro 14 – Discentes do 1º Curso de Organização de Arquivos (1995-1996).

Quadro 15 – Locais onde foram desenvolvidas atividades de Estágio Supervisionado.

Quadro 16 – Docentes e disciplinas do 2º CEOARQ (1996).

Quadro 17 – Discentes do II CEOARQ (1996).

Quadro 18 – Campo de Estágio Obrigatório do 2º CEOARQ.

Quadro 19 – Discentes do III CEOARQ (1997).

Quadro 20 – Disciplinas ofertadas pelo 3º CEOARQ (1997).

Quadro 21 – Campo de Estágio Supervisionado do 3º CEOARQ.

Quadro 22 – Comparação das ofertas e objetivos das disciplinas dos CEOARQ (1995-1998).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ESCOLHAS METODOLÓGICAS E TEÓRICAS	21
2.1	Por Platôs e configurações	33
3	TRANSFORMAÇÕES DA UNIVERSIDADE NO BRASIL (1970 a 2000)	43
3.1	Os Centros de Documentação	43
3.2	Conexão Mato Grosso – Brasília – Paraíba: Fundação do CDIHR e NDIHR / Cuiabá e João Pessoa	50
3.3	O NDIHR – João Pessoa (1980-1990)	57
3.4	A busca por fontes de informação	69
4	A ARQUIVOLOGIA NO ESTADO DA PARAÍBA	77
4.1	Perfil profissional de Ana Isabel de Souza Leão Andrade	77
4.2	O Departamento de Ciência da Informação	90
5	PROJETOS DE ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS	106
5.1	O Programa de Pesquisa e os desdobramentos para a organização de arquivos..	106
5.2	O Arquivo do Porto de Cabedelo	113
5.3	O Arquivo da Associação Comercial da Paraíba	121
5.4	O Arquivo Eclesiástico da Paraíba (Cúria Metropolitana)	146
5.5	O Arquivo da Comissão Pastoral da Terra	134
5.6	O Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano	139
5.7	O Arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba	153
5.8	O Tribunal Regional Eleitoral	164
5.9	O Ministério Público do Estado da Paraíba	169
5.10	O Tribunal de Justiça da Paraíba	177
6	ORGANIZAÇÃO DOS ARQUIVOS DA UFPB	181

6.1	O Arquivo do NDIHR	181
6.2	Sistema de Arquivos e Informação da UFPB – SARIN	184
6.3	Arquivo de Pessoal da Superintendência de Recursos Humanos – SRH/UFPB	188
6.4	O Arquivo do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA/UFPB	190
6.5	Arquivo da Associação dos docentes da UFPB – ADUFPB/JP	194
7	CURSOS DE CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	195
7.1	A integração dos conhecimentos arquivísticos às práticas de ensino	197
7.2	Cursos de capacitação de curta duração	200
7.3	Cursos de especialização	204
7.3.1	<i>Curso de Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP</i>	205
7.3.2	<i>Primeiro Curso de Especialização em Organização de Arquivos</i>	208
7.3.3	<i>Segundo Curso de Especialização em Organização de Arquivos</i>	217
7.3.4	<i>Terceiro Curso de Especialização em Organização de Arquivos</i>	225
7.3.5	<i>Quarto Curso de Especialização em Organização de Arquivos</i>	231
7.3.6	<i>Considerações sobre os Cursos de Especialização em Organização de Arquivos</i>	231
7.4	Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba	235
7.5	Cursos de Organização de Arquivos no “Sistema S”	238
8	OS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA UEPB E NA UFPB	241
8.1	O Curso de graduação da Universidade Estadual da Paraíba	241
8.2	O curso de graduação da Universidade Federal da Paraíba	247
9	INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E FRONTEIRAS DISCIPLINARES	253
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	262
	REFERÊNCIAS	266

1 INTRODUÇÃO

O registro de várias vozes constroi melhor a memória. Certamente, não se trata de chegar a uma versão única, toda bonita, toda coerente, porque essas geralmente são as mais arriscadas e pobres. Ao contrário, múltiplos registros são importantes para trazer à tona toda uma riqueza de visões que permita uma análise institucional com suas ambivalências, impasses e, também, com suas potencialidades. (NOVAES, 2003, p. 135).

No ano de 2009, ocorreu um evento que premiou um grupo de professoras aposentadas da Universidade Federal da Paraíba com o título de Desbravadoras da Arquivologia na Paraíba. Com este evento, se reconhecia na comunidade acadêmica a atuação de um grupo de pessoas, com formação em História e conhecimento em Arquivologia, que tiveram participação na estruturação desse campo das Ciências Sociais Aplicadas. Em comum, todas elas tinham algum vínculo com o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR).

A vivência pessoal da autora desta tese no Núcleo¹, no início de sua vida acadêmica, foi uma das motivações para sua escritura. Este local, durante muitos anos foi onde um grupo pioneiro não só da História, mas de cientistas sociais, geógrafos, bibliotecários, que propuseram a realização de pesquisas interdisciplinares, de discussões acadêmicas e teóricas, que tiveram como fruto a renovação da pesquisa historiográfica no estado da Paraíba (MORAIS, 2012; ARAÚJO, 2015) e o início de projetos de organização de arquivos.

Muitos estudantes de graduação, pós-graduação, iniciação científica e capacitação passaram pelo Núcleo e receberam treinamento em suas salas, na sua biblioteca e seus arquivos. Alguns deles passaram e seguiram suas vidas como estudantes, não sendo marcados profissionalmente pelas experiências em arquivos; muitos outros tiveram nessas experiências o início de sua carreira profissional e científica; alguns se tornaram arquivistas com especialização, mestrado e doutorado em Ciência da Informação; outros foram mais longe, fizeram concurso e ingressaram em carreiras docentes na UFPB, tornaram-se professores de diversos departamentos desta universidade, inclusive do Departamento de Ciência da Informação, participando da formação de muitos outros bibliotecários e arquivistas.

A ideia inicial para esta tese se constituía no registro de memórias desses atores e testemunhas que trabalharam na construção do campo da Arquivologia na Paraíba. Nela, defendemos a importância do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional como aglutinador de conhecimentos e pessoas, definidor de práticas e formador de profissionais que participaram do processo de estruturação do campo da Arquivologia na Paraíba. Portanto, seria um relato, nas palavras de Angrosino (2009), em muitos momentos

¹ Utilizamos a palavra Núcleo ou NDIHR para nos referir a este local ao longo de nosso texto.

confessional. Entretanto, dando voz a inúmeros atores e agentes no processo que citamos anteriormente, inúmeras perspectivas surgiram que nos permitia mapear projetos, pessoas, cursos e conexões que nos ajudam a refletir sobre a formação de uma Arquivologia paraibana.

Ao longo de nossa pesquisa, ao nos deparamos com muitos fatos que nos desviaram positivamente deste plano inicial, nos permitindo ampliar a pesquisa para documentação produzida e guardada em arquivos institucionais e pessoais, que nos levou a pensar esta tese através do modelo rizomático, como Deleuze e Guattari (2011) delimitaram, ou configurações, como Norbert Elias definiu e descreveu em suas pesquisas.

Portanto, ao final, não é mais uma tese sobre um grupo específico de profissionais considerados os grandes pioneiros ou desbravadoras da Arquivologia paraibana, é uma tese que constrói uma narrativa sobre como a Arquivística se desenvolveu na Paraíba entre as décadas de 1980 e 2000.

Uma imagem poética que a filosofia de Deleuze e Guattari (2011) nos inspirou foi a do trabalho intelectual como em *intermezzo*, "no meio", no devir de novos trabalhos sobre o tema Arquivologia, da mesma forma que Elias nos inspirou para entender os fluxos.

Esta tese coloca luz sobre muitos fatos ou fenômenos que necessitavam ser escritos na forma de um trabalho acadêmico e, entendemos, se soma ao conjunto de pesquisas que na última década está sendo desenvolvida nas universidades brasileiras e fora dela e podemos citar a pesquisa sobre a história e as memórias da Arquivologia brasileira realizada por Marques (2011) e Santos (2008).

Os agentes com os quais interagimos vieram com formações acadêmicas distintas e de locais distintos; vieram da Paraíba, de São Paulo, de Pernambuco; são historiadores, bibliotecários e cientistas sociais; formaram grupos de trabalho com objetivos diferentes, vínculos diferentes e com capital intelectual e experiências diferentes.

Portanto, não é uma tese sobre o NDIHR-UFPB, é uma tese sobre profissionais que tiveram algum vínculo, direto ou indireto com o NDIHR ou com a UFPB. É uma pesquisa, também, sobre bibliotecários que se apaixonaram pelos arquivos e passaram a se dedicar a projetos de organização, compondo assim, um platô que poderíamos pensar como um *Platô da Organização de Arquivos* ao seguir a filosofia de Deleuze e Guattari, ou seja, aquele momento do desenvolvimento da Arquivística no Brasil onde surgem pessoas que investem capital pessoal e profissional no campo da Arquivologia; momento em que importantes acervos documentais foram acessados, suas informações começaram a ser disseminadas, a formação científica em Arquivologia passou para ser ofertada dentro das universidades brasileiras, seja através de cursos de graduação ou de especialização em Arquivologia; quando crescia a oferta de bibliografia especializada sobre a área, aumentou o intercâmbio do conhecimento sobre arquivos e arquivologia. Historiadores e bibliotecários eram os principais agentes neste processo e os interessados nas informações guardadas em arquivos permanentes

e introduzidos na preocupação com a gestão de arquivos.

Neste Platô, foi fundamental a participação de número significativo de profissionais com formação em História, que iniciaram seus trabalhos com o foco em arquivos permanentes (históricos), que necessitaram desenvolver o olhar para a gestão de arquivos, participaram da criação das primeiras associações nacionais e regionais de arquivistas do Brasil.

Na segunda década do século XXI, já estamos mais do que acostumados a ver a Arquivologia entre os cursos de graduação das universidades públicas brasileiras, cursos de pós-graduação onde se desenvolvem pesquisas nesta área, eventos científicos nacionais e internacionais sobre Arquivos, periódicos destinados a comunicação de pesquisas na área. Esta tese faz referência a um momento temporal que antecedeu este contexto, ao período em que mais do que uma “ciência dos arquivos”, havia um conjunto de práticas que aqui descrevemos como período da Organização de Arquivos, mas, antecipamos, nada era aleatório e fruto de decisões pessoais isoladas, foi um momento de aplicação da teoria arquivística, de confronto das necessidades de usuários interessados em informações para o desenvolvimento de suas pesquisas de pós-graduação e da disseminação da teoria dos arquivos para além dos limites do Rio de Janeiro e São Paulo, Estados onde localizamos instituições como o Arquivo Nacional, a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

As memórias que estão agrupadas aqui colorem o processo de institucionalização da Arquivologia na Paraíba e temos que reconhecer o valor imprescindível de diversos grupos, inicialmente, de historiadoras que ingressaram na Universidade Federal da Paraíba, na segunda metade da década de 1970. A partir destes historiadores formou-se grupos de trabalhos que participaram de um locus acadêmico que foi o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Este Núcleo teve seu projeto de criação inspirado de um outro núcleo, o NDIHR do Mato Grosso; agregou professores recém introduzidos no mundo acadêmico ou em pleno desenvolvimento de pesquisas, que pensaram esse núcleo não apenas como um espaço de guarda, mas como um instrumento para agregar pessoas, fontes documentais, realizar pesquisas e formar pesquisadores.

Suas linhas de pesquisa passavam a se desenvolver paralelamente às atividades de documentação. Ocorreu a introdução desses profissionais em arquivos, inicialmente históricos, e diante das condições físicas e legais desses arquivos também são introduzidos ao fazer e ao saber arquivístico. Agora não era mais questão de “achar que deveria ser organizado de tal forma”, mas de organizá-los de acordo com normas e técnicas arquivísticas, pois já havia no Brasil núcleos de profissionais firmemente ancorados nas teorias arquivísticas.

Pesquisadores traçaram, assim, os caminhos para os arquivos, inicialmente para realizar suas pesquisas pessoais, mas em certo momento não havia mais pesquisa pessoal, havia a pesquisa para a organização do próprio arquivo; haviam as reuniões para estudos dos textos

sobre arquivos que circulavam pelo Brasil; havia a participação em congressos e encontros nacionais de Arquivologia; havia as visitas de professores de São Paulo que chegavam com recursos da Universidade Federal da Paraíba para realizar palestra e acabavam ampliando ao máximo sua permanência e compartilhando suas experiências com os profissionais locais que estavam ávidos por conhecimentos sobre a arquivologia; havia o aproveitamento das políticas do MEC, da CAPES e CNPq para a oferta de bolsas de pesquisa para alunos da graduação da instituição e a oferta de cursos de Pós-graduação *lato sensu* para profissionais já graduados; e havia o envio de pessoas vinculadas ao NDIHR para fazer curso de especialização em São Paulo ou em Brasília.

E assim, várias gerações de estudantes tiveram acesso à pesquisa e aos arquivos, aos treinamentos em organização de arquivo, até o momento em que o contexto político nacional e local mudaram. Em outro momento, parte dos atores neste processo se retiram da UFPB com a aposentadoria, é quando se inicia o processo de esvaziamento do Núcleo e as pesquisas na universidade começam a seguir um novo modelo institucional. Dessa forma, os Núcleos de Documentação se enfraquecem como *locus* de pesquisa, os programas de pós-graduação se fortalecem, e os docentes precisaram se adaptar a um novo modelo de produtividade.

E os bibliotecários neste processo? Os bibliotecários, que hoje passam a se vincular a Ciência da Informação, no contexto das décadas de 1970 e 1990 eram formados na UFPB pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação, que oferecia apenas o curso de Biblioteconomia. Em sua grade curricular, o bibliotecário teria a possibilidade de cursar apenas uma disciplina específica que abordava o fazer em arquivos, “Técnicas de arquivos”, uma disciplina não-obrigatória, ofertada por professoras não especialistas em Arquivologia, com prática em bibliotecas, que se integraram em alguns projetos desenvolvidos NDIHR, exercendo as funções de bibliotecários e recebendo treinamento em técnicas e teoria de arquivos.

Técnicas da Biblioteconomia também foram levadas aos arquivos e contribuíram na sua organização, senão diretamente, indiretamente e deixando que a Arquivologia crescesse até o momento em que, do Departamento de Biblioteconomia e Documentação, já denominado Departamento de Ciência da Informação (DCI), nascesse o projeto que deu origem ao curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba.

Na década de 1990, o DCI fortalecia sua posição acadêmica com a pós-graduação através de seu Mestrado em Bibliotecas, posteriormente, no Mestrado em Ciência da Informação, ao mesmo tempo em que historiadoras/arquivistas se afastaram oficialmente da universidade, encontrando espaços para continuar sua atuação em arquivos na cidade de João Pessoa em outras instituições. Surgem, então, grandes projetos financiados pelo Tribunal de Justiça do Estado, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal Regional do Trabalho e pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Em alguns destes projetos, o nome do Núcleo foi

reconhecido, permitindo que esse pequeno grupo de historiadoras/arquivistas, continuassem a atuar em Organização de arquivos.

Nesta tese também verem a atuação de pessoas que não tiveram vínculos com o Núcleo, mas através do DCI. Foi o caso da bibliotecária, especialista em Organização de Arquivos, professora do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e atual docente da UFPB, professora Bernardina Freire, que atuou em arquivos com diversas características ao longo da década de 1990, mantendo, inclusive, uma empresa privada para organização de arquivos. Hoje, a professora é uma das mais importantes especialistas em arquivos privados pessoais e no estudo de memórias do Estado, durante muitos anos propôs continuar projetos junto ao NDIHR, atuar em sua gestão e em diversos momentos, ajudando o qual o Núcleo a desenvolver atividades semelhantes a um laboratório para as disciplinas práticas dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia da UFPB.

A esses dois grupos que citamos agora, um ligado ao NDIHR e com formação majoritária de historiadores e outro mais próximo ao DCI com formação em Biblioteconomia, somamos outro agente que trabalhou em organização de arquivos: a bibliotecária Ana Isabel de Souza Leão Andrade, profissional pernambucana, que chega à Paraíba em 1980 e logo começou a dedicar sua carreira a organização de arquivos, estando vinculada a órgãos da administração Estadual, na direção dos arquivos privados, pessoais e dos governadores da Paraíba sob a guarda da Fundação Casa de José Américo (FCJA), além de inúmeros projetos de organização, de cursos de preservação, conservação e restauração de documentos, em projetos de gestão de documentos para prefeituras, na criação da sessão Paraíba da Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB) e organização do XII Congresso Brasileiro de Arquivologia realizado em João Pessoa no ano de 1995 e, ainda hoje, sendo consultada e participando de eventos online e presenciais da área.

Neste panorama geral do período de 1970 a 2000, e em vários momentos, esses grupos se cruzam neste amplo platô, colaboram, crescem juntos e se separam para se agregar em suas disciplinas ou redes sociais e profissionais.

Este trabalho está estruturado em oito partes, o primeiro capítulo se constitui na descrição de nossas escolhas metodológicas e teóricas, situando-o na área de pesquisas sobre memórias na Ciência da Informação. Como ciência e tendo a interdisciplinaridade como uma de suas colunas, a CI nos permite alargar o olhar do pesquisador para pensar e agir com o auxílio de múltiplas metodologias, seja com o uso de ferramentas para o registro ou concretização em documentos das memórias de agentes que participaram dos processos que estudamos, seja no desenvolvimento de análise de fontes documentais primárias e secundárias. Da mesma maneira, nos permite ousar na tentativa de dialogar com a Sociologia de Norbert Elias e desenvolver um olhar para a pluralidade, as múltiplas configurações e perceber que é possível ler a sociedade pela perspectiva das multiplicidades, de ramificações,

dos rizomas como na linguagem de Deleuze e Guattari.

No segundo capítulo, foram discutidos algumas transformações das universidades brasileiras na década de 1970, que levaram ao crescimento das pesquisas em ciências humanas e sociais, a necessidade de procurar e encontrar novas fontes de informações que alimentariam essas pesquisas e à criação de Centros de Documentação como locus agregadores de pesquisadores e pesquisas nesta área. Ainda neste capítulo, foi sistematizada as relações institucionais que levaram a criação de dois Núcleos de Documentação e Informação Histórica Regional, o primeiro na cidade de Cuiabá, junto a então FUFMT, o segundo na cidade de João Pessoa, a partir do mesmo projeto de implantação que circulou pelos gabinetes do MEC.

No capítulo terceiro, nos voltamos para a delimitação do perfil de agentes que, assim como o Núcleo, participaram na institucionalização da Arquivologia, primeiramente, a bibliotecária e arquivista Ana Isabel de Souza Leão Andrade, que atuou no Estado de Pernambuco em fins da década de 1970 já em arquivos públicos e privados, de instituições culturais e de educação, se transferido, posteriormente, para João Pessoa e continuando o desenvolvimento de projetos de Organização de Arquivos.

Em seguida, abordamos a história do Departamento de Ciência da Informação da UFPB esclarecendo como o DCI esteve presente em projetos de Organização de Arquivos através de seus poucos professores e como ela contribuiu com a oferta de disciplina sobre técnicas de arquivo.

No capítulo quarto, foi analisado, inicialmente, o Programa de Pesquisa e Documentação do NDIHR e como esse programa alimentou projetos, levou pesquisadores, professores e estagiários para dentro de arquivos históricos, ao surgimento de necessidades de formação e de buscar por bibliografia sobre arquivos, assim como, ações que aproveitaram as oportunidades dentro da UFPB, com os programas de bolsas de estudo disponibilizados pelo CNPQ/CAPES. Neste capítulo, trazemos informações que consideramos um dos corações desta tese: a reunião de informações sobre nove Projetos de Organizações de Arquivos, onde buscamos registrar o nome de pessoas, objetivos de cada um desses projetos e das memórias afetivas que foram alimentadas pela experiência que surgia ali.

No capítulo anterior, discutimos arquivos de instituições externas à UFPB, no quinto capítulo, nos voltamos para diversos projetos que foram propostos ou desenvolvidos no âmbito desta universidade. Setores da administração central da UFPB, de Centros de Ensino, arquivo do Sindicato dos professores da Instituição e o arquivo do próprio NDIHR.

No sexto capítulo, o foco esteve no ensino. Refletimos sobre a relação entre práticas arquivísticas e ensino e, em seguida, trouxemos à luz informações sobre cursos de organização de arquivos públicos e privados em dois formatos: cursos de curta duração, em convênio com prefeituras do Estado da Paraíba; os quatro cursos de especialização em Organização de Arquivos oferecidos pela UFPB, executados pelo Núcleo e o DCI, sendo os

três primeiros planejados, submetidos e aprovados pelo CNPQ/CAPES e um deles apenas planejado, submetido, não aprovado e não executado. Este capítulo foi escrito a partir de longa pesquisa documental nos documentos administrativos do NDIHR e a partir dos relatos de docentes e de discentes participantes destes cursos. Incluímos também, uma seção sobre o Curso de Organização similar do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) na medida em que este possuía uma estrutura curricular e perfil semelhantes aos que foram aqui ofertados, no qual três profissionais do Núcleo foram alunas, duas delas posteriormente participando ativamente dos projetos do Núcleo. Dessa maneira, pudemos vislumbrar uma estrutura curricular e diretrizes para os cursos aqui oferecidos.

Este sexto capítulo se conclui com a discussão sobre duas ramificações da Arquivística, os cursos da Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba e do conhecido “Sistema S” dos quais foram docentes tanto profissionais do Núcleo quanto das outras configurações irradiadoras de conhecimentos e técnicas arquivísticas.

No sétimo capítulo, chegamos a década de 2000, momento em que foram criados dois cursos de graduação em Arquivologia no Estado da Paraíba, o primeiro da Universidade Federal da Paraíba, o segundo na Universidade Federal da Paraíba, ambos com a participação direta e indireta de profissionais com passagens pelo Núcleo e DCI.

Por fim, buscamos realizar uma análise das influências das correntes teóricas da Arquivologia nacional e internacional aqui no estado e refletir sobre as fronteiras disciplinares.

As memórias que receberam uma inscrição nesta tese dão cor ao processo de institucionalização da Arquivologia na Paraíba e temos que reconhecer o valor imprescindível de diversos grupos que ingressaram na Universidade Federal da Paraíba a partir da segunda metade da década de 1970.

2 ESCOLHAS METODOLÓGICAS E TEÓRICAS

Como produção científica, nosso objetivo foi acrescentar algo de novo ao conhecimento já consolidado (PAZOLINE, 2015). Para isso, a abordagem qualitativa foi inerente a nossa análise, com esse fim, entendemos que foi um ponto pacífico a concepção de Lenoir (2003) para o fazer científico e as constituição de disciplinas: a ciência é uma prática cultural, imbricada em uma rede com diversas práticas sociais, políticas, sociais, estéticas; atividade autônoma e sancionada institucionalmente, cujo conhecimento é uma forma de interpretação, resultado de um engajamento temporal e de uma postura interessada; conhecimento que envolve, também, distinção, prestígio, reconhecimento e luta por recursos econômicos e técnicos.

Alguns contextos específicos favorecem o cruzamento de fronteiras disciplinares, fenômeno benéfico para certas áreas, inclusive, para a Ciência da Informação, pois ela também se movimenta entre fronteiras. A prática interdisciplinar para ela é fundante.

Diferentemente das práticas científicas fortemente delimitadas, uma abordagem interdisciplinar não significa o simples empréstimo de conceitos e métodos de várias e diferentes disciplinas, esta abordagem possui uma dimensão teórica e uma dimensão prática. De acordo com Saracevic (1999), a CI é interdisciplinar por natureza, entretanto, a dinâmica das disciplinas que tangenciam essa área está em constante mudança, assim como ela mesma tangencia diversas áreas de conhecimento. Trata-se de uma interdisciplinaridade em constante transformação.

No contexto da comunicação científica e em eventos de divulgação, uma vez ou outra ouvia-se um comentário um pouco mais amargo ou uma crítica mais aberta a "invasores" de áreas afins que cruzam fronteiras disciplinares, esse é o caso de historiadores que adentravam a seara dos Arquivistas. Este 'desconforto' com a atuação de historiadores em arquivos que citamos foi entendido por nós como interpretações *a posteriori*. Acharmos relevante enfatizar que na Paraíba das décadas de 1970-1980 não havia arquivistas, havia devires: historiador/devir-arquivista, bibliotecário/devir-arquivista, ambos devir/cientistas da informação.

Nossa pesquisa foi profundamente afetada pela Pandemia², como consequência

² O dia 26 de março de 2020, foi determinante para os resultados finais desta pesquisa, este dia é considerado um marco da pandemia no Brasil, neste dia, o país confirmou o primeiro caso de contaminação por SARs-Covid-2 (Covid- 19). Em 11 de março, a OMS declarou o início da Pandemia e em 13 de março o Ministério da Saúde edita as medidas a serem tomadas para o isolamento social e a quarentena. Em 17 de março, a reitora da UFPB edita portaria que suspendeu as atividades presenciais (aulas, bancas, eventos e processos seletivos) e medidas de estímulo ao uso de plataformas online. A partir desses eventos, governos municipais, estaduais e federal determinaram normas para garantir o isolamento social e a quarentena, ou seja, o fechamento de instituições. A vida que vivíamos se modifica e um dos sintomas dessa mudança é a migração para os ambientes digitais e plataformas online de grande parte das atividades acadêmicas e cotidianas.

tivemos que encerrar o processo de visita a arquivos e instituições que confirmassem informações obtidas, até então, a partir da análise da documentação do próprio Núcleo e da interação com as pessoas que foram agentes na arquivística praticada nas décadas estudadas.

Observamos nos últimos 24 meses a vida profissional em diversas áreas se transferir para os ambientes online, inclusive a CI. A pesquisa documental que foi definitivamente finalizada, entrevistas agendadas para acontecer de forma presencial suspensas e se transformaram em longos diálogos a distância, contatos por e-mail, reuniões por aplicativos e acompanhamento de webnários (eventos ao vivo e online) se tornaram parte de nosso cotidiano. Portanto, parte de nosso corpus de análise foi reunido através desses meios e tecnologias digitais.

Felizmente, a pesquisa documental pôde ser realizada de forma ampla no arquivo do próprio NDIHR, além de receber o auxílio de algumas das nossas colaboradoras através de consulta a seus arquivos pessoais.

Entre a documentação pesquisada, contamos com documentação administrativa do núcleo, relatórios dos projetos e relatórios anuais escritos por seus pesquisadores; as publicações resultantes desses projetos; fontes orais existentes no Núcleo que é referência de guardião desse tipo de fontes, inclusive, sobre a sua própria história; além dos registros realizados pela própria pesquisadora em forma de diários de pesquisa e conversas gravadas e autorizadas pelos colaboradores.

Neste contexto, a Ciência da Informação (CI) nos deu uma reflexão sobre a tecnologia digital e a internet, entendendo que são objetos de pesquisa que possuem suas próprias metodologias e métodos há algum tempo. Neste contexto em que nos situamos, vivenciamos a dependência dessa tecnologia e, em nossa metodologia, necessitamos destacar esse aspecto.

Segundo Santos:

É necessária uma revisão das técnicas tradicionais de coleta de dados, incorporando os novos recursos disponíveis no espaço cibernético, especialmente aqueles que representam inovações no campo metodológico. Às técnicas de pesquisa tradicionais e à linguagem textual se incorporam novas formas de registro da expressão humana, provenientes de diversas fontes, especialmente das novas mídias digitais (vídeo, televisão, cinema e internet). Com efeito, na pesquisa social são incorporados novos recursos audiovisuais: material sonoro e fílmico, em diversos formatos, provenientes do mundo virtual ou de locadoras, videotecas, cinematecas, museus ou centros de documentação (SANTOS, 2009, p.134).

A necessidade de isolamento social tornou mais necessária a adoção de estratégias que Santos já apontava em 2009:

É cada vez mais frequente a coleta de opiniões e depoimentos pela internet. Ao elaborarmos nossos próprios instrumentos de coleta de dados a serem aplicados on-line, (questionários ou formulários, roteiros de entrevistas, pauta de observação, conversas ou discussões eletrônicas etc.) podemos ter uma maior proximidade com os informantes, estabelecendo processos interativos de comunicação. (SANTOS, 2009, p.138)

As videoconferências, as trocas de informações em tempo real, os grupos de debates, as comunidades, os sites de relacionamento, as redes de sociabilidade e todo tipo de site que possibilita aos usuários postar mensagens podem ser utilizados como fonte de dados para pesquisas sociais. (SANTOS, 2009, p.139)

Eventos da área da Arquivologia estavam acontecendo através de plataformas como o YouTube, mantendo e ampliando o diálogo entre profissionais. As redes sociais e conexões à distância se adaptaram às tecnologias, pois nos vemos diante de situações inéditas.

Ao mesmo tempo, fontes de informações secundárias ou publicações impressas também foram de fundamental importância. No entanto, foi dada prioridade à análise documental associada à pesquisa de relatos orais (entrevistas abertas).

Sinteticamente, podemos descrever nossa pesquisa como baseada em documentos arquivísticos e bibliográficos escritos, visuais e orais, ao buscar fontes de informações primárias, originais, guardadas em arquivos privados e públicos, que constituíam uma parte da memória institucional da UFPB e relatos orais de caráter memorialísticos que abordavam a vida pessoal e experiências profissionais.

Estas fontes de informação, nos remeteram a Cellard (2012) que nos faz questionar as diferenças e contrastes entre fontes de informação escritas e orais. Segundo o autor, a análise documental deve contextualizar a distância temporal que os documentos pressupõem, e a situação de colocar-se longe das interações imediatas, vivas com seus produtores, relações que são buscadas a partir do momento que se escolhe realizar a coleta de relatos orais. Nos documentos escritos, especificamente, não haveria diálogo no sentido em que se entende a comunicação, “pois, embora tagarela, o documento permanece surdo, e o pesquisador não pode dele exigir precisões suplementares” (CELLARD, 2012, p. 296).

Na análise documental entram em discussão questões de pertinência, autenticidade, credibilidade, confiabilidade, representatividade, acessibilidade e autoria, assim como criatividade, iniciativa, interesse em esgotar todas as possibilidades de reunir informações sobre determinado tema de estudo. E não esqueçamos, as ciências são constituídas por pessoas, máquinas, instituições, como nos explica Lenoir (2003) e Latour (2004), portanto, a sociedade, a cultura, as relações políticas, ideologias e afetos participam no design de qualquer pesquisa científica.

Se observamos a argumentação de Cellard, aceita-se o alargamento da compreensão do

que é documento e destaca-se a capacidade de dar testemunho e ser visto como vestígio do passado. Desta forma, o pesquisador teria o objetivo de selecionar e interpretar os documentos, concepção um tanto positivista da prática historiográfica e cercada de armadilhas.

(...) é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja. Torna-se, assim, essencial saber compor com algumas fontes documentais, mesmo as mais pobres, pois elas são geralmente as únicas que podem nos esclarecer, por pouco que seja, sobre uma situação determinada. Entretanto, continua sendo capital usar de prudência e avaliar adequadamente, como um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar. (CELLARD, 2012, p. 299)

Revisitar os textos de Le Goff (1990) nos deu uma visão mais crítica do papel dos documentos nas práticas de pesquisa. Segundo o autor, os documentos têm uma relação relevante com o ato de criação de monumentos, ou seja, daquilo que precisa ser lembrado, relembrado e comemorado. A existência dos documentos nos arquivos já é resultado de decisões e os relatos orais permitem destacar mais claramente o papel do pesquisador como criador de suas próprias fontes, não apenas no papel de descobri-las ou selecioná-las, mas registrar, transcrever, editar os relatos que serão suas fontes de informação³.

De acordo com Santos (2009)

Os relatos, depoimentos e documentos institucionais, individuais ou de caráter biográfico, possibilitam compreender, ademais, o contexto histórico e sociopolítico no qual estão inseridos os sujeitos da pesquisa, considerando seu papel específico e as relações sociais das quais fazem parte (SANTOS, 2009, p.128).

Como nos lembra Virgulino (2016), o trabalho dos pesquisadores das memórias é realizar uma arqueologia de memórias, passá-las por análise crítica, tendo os testemunhos como os laços que ligam as pessoas aos grupos sociais, pois

(...) a memória só tem consistência imersa na vida social, sendo função do historiador (nosso caso) ou de outros pesquisadores que recorrem a esse tipo de fonte, entender a articulação entre passado e presente, buscando compreender o lugar de onde o sujeito fala” (VIRGULINO, 2016, p. 34).

Por sua função de realizar uma inscrição e sua importância para o estudo de memórias, sentimos necessidade de discorrer mais longamente sobre entrevistas. Há diversas técnicas muito conhecidas e praticadas nas Ciências Sociais, como a História Oral (HO), que se popularizou a partir da década de 1980. Entretanto, nas Ciências Sociais Aplicadas não é comum se utilizar a expressão “história oral” para compor o método de coleta de relatos orais,

³ As implicações epistemológicas sobre o que afirmamos serão abordadas mais à frente.

outros modelos são quanti-qualitativos não mais utilizados. Para além da técnica da HO, entrevistas são fontes de informação chaves da pesquisa de campo na perspectiva antropológica, na CI são mais frequentemente referenciadas as entrevistas conhecidas como estruturadas ou semi estruturadas. Portanto, as diversas perspectivas possuem status diferenciado, com maior ou menor aceitação na CI, com pontos positivos e negativos se pensamos a compreensão dos inúmeros universos informacionais.

Da HO, gostaríamos de destacar seu valor como método e técnica, mas devemos deixar claro que em nossa pesquisa **não** realizamos uma história oral, entretanto, foi relevante o fato de nos auxiliar na compreensão da dinâmica das pesquisas com entrevistas. Segundo Alberti (2005), a HO é um método, uma técnica ou uma fonte de informações? Todas as alternativas, pois a abordagem é dependente das orientações do trabalho científico. É uma prática multidisciplinar historicamente ligado a pesquisa histórica, antropológica e sociológica, ou seja, possui o DNA das ciências sociais e humanas, “tem relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc.” (ALBERTI, 2005, p.17).

No Brasil, a Fundação Getúlio Vargas foi durante muitos anos referência para a execução de projetos de HO. Da imensa experiência desta fundação, os múltiplos aspectos pragmáticos desta modalidade de pesquisa são conhecimentos preciosos. De acordo com Alberti (2005), a HO nos permite planejar a operacionalização da pesquisa, planejar o antes, o durante e o depois da realização das entrevistas: a elaboração do projeto; a formação da equipe; a escolha dos equipamentos de registro das entrevistas; o tratamento dos materiais utilizados; as providências iniciais para a realização da pesquisa; a elaboração dos roteiros; os procedimentos de coleta de depoimentos orais; a construção do banco de dados; a preparação dos documentos para consulta por diversos usuários; a transformação dos documentos orais em documentos escritos; as conferências dos materiais, as revisões e o feedback aos colaboradores; as questões legais que envolvem a utilização desses documentos; as preocupações com a linguagem não verbalizada (os gestos, as inseguranças, os usos de determinadas palavras, as repetições, os silêncios etc.) (ALBERTI, 2005).

Envolve, também, questões epistemológicas pois a agência do pesquisador interfere diretamente na construção do conhecimento de várias maneiras: na proposição de um projeto e na escolha das pessoas que serão entrevistado; no processo de construção dos documentos, seja no ato de realizar as perguntas ou na fase de transcrição que significará a materialização de um discurso e neste processo de disseminar uma informação ou ocultá-la (no produto final fica mais ou menos claras as imposturas, falhas, incorreções, excessos ou adequações do discurso do entrevistado); no momento de realização da entrevista em que não só sua presença

e sua fala interferem na dinâmica da recordação, e ao levar suas próprias memórias, suas próprias experiências, sua biografia para o campo de pesquisa. Neste ponto, nos aproximamos da característica dos Estudos Culturais que enfatizam, de acordo com Angrosino (2009, p. 28), que “pesquisadores de estudos culturais, ao contrário [dos etnógrafos tradicionais que se colocavam como não-pessoas], estão hiperconscientes de suas próprias biografias, que são consideradas como partes legítimas do estudo”.

Todos esses aspectos são questões que orientam os pesquisadores na interação com os colaboradores e no tratamento das informações que foram registradas a partir do contato direto. Orientaram, também, sobre a interferência dos entrevistadores sobre o material produzido e reafirmaram a responsabilidade social que envolve a preparação desses documentos, da necessidade de manter o diálogo e, posteriormente, realizar a disseminação das informações para outros pesquisadores, que é uma das finalidades da Ciência da Informação.

O valor para os estudos sobre memórias está demonstrado e, nesse contexto, é um modelo ou método de pesquisa onde a multiplicidade de versões sobre o passado é uma característica intrínseca. Assume-se que é um método que se soma a outros métodos de pesquisa e permite a ampliação do conhecimento sobre experiências do passado.

A palavra experiência é um conceito chave aqui, pois busca

(...) compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações (ALBERTI, 2005, p. 19).

A HO sugere vários gêneros de entrevista, como a história de vida e entrevistas temáticas. A primeira, coloca como centro de interesse as trajetórias de vida dos indivíduos, tem o foco em uma duração mais longa e nessa longa duração “contém em seu interior diversas entrevistas temáticas” (ALBERTI, 2005, p. 38), por isso não é incoerente em uma pesquisa a escolha de ambos os tipos de entrevistas. Entretanto, Bourdieu refletindo sobre a chamada ilusão biográfica afirma que a noção de história de vida é um artefato e como artefato, torna-se “modelo oficial da apresentação oficial de si” (BOURDIEU, 1996, p. 80) e o conceito de trajetória é “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (BOURDIEU, 1996, p. 81).

Outro ponto que nos leva a refletir sobre os desdobramentos epistemológicos diz respeito a posturas dos atores que utilizam esse método pois ele privilegia a recuperação e o

registro do vivido e as experiências de quem viveu, portanto, leva em consideração as configurações, mas priorizando a biografia e a memória (ALBERTI, 2005).

A respeito da agência dos entrevistadores, a antropologia nos lembra que o entrevistado não é apenas um informante, ele é um colaborador ativo da pesquisa e do processo de compreensão do vivido. Entrevistas não são entendidas como depoimentos, são narrativas e, no processo de registro material de narrativas, o desempenho pessoal ou *performance* está presente e define o conteúdo que será recolhido.

A realização das entrevistas nos coloca diante de um ritual. Como afirma Meihy e Ribeiro:

Entrevistas demandam um cerimonial que, por simples que seja, transforma a situação de pesquisa em evento social, ainda que íntimo. Em língua inglesa usa-se o termo *performance* para nomear o encontro e, nessa linha, a situação sempre ganha algo de teatral, de desempenho, e assume funções de “inversão do cotidiano”, matizando a gravação como uma espécie de ritual característico, ato de respeito ao que foi vivenciado (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 22).

O desempenho pessoal (*performance*) ocorre tanto por parte do entrevistado quanto do entrevistador. O pesquisador não deveria agir como repórter em busca de segredos ou furos jornalísticos, nem como detetive em busca da resolução de um fato. A *performance* dos colaboradores, com frequência, se expressa na linguagem corporal e na linguagem verbal, gestos ou a ausência deles, gírias e “cacoetes”, risos, choro, voz embargada, frases interrompidas, solicitações para interrupção e até mímicas, são fatos que os pesquisadores alertam como indícios de significados diferentes daquilo que está sendo gravado e posteriormente, será transcrito, por isso, devem ser observados e registrados em caderneta os silêncios, lágrimas ou sorrisos, interjeições ou gestos que fazem parte da dinâmica das entrevistas, neste caso, a chamada caderneta de campo diário de bordo é um auxiliar constante do pesquisador.

A *performance* de quem faz as perguntas é tão importante quanto a *performance* do colaborador porque o resultado final do diálogo será decisivo, mas, parte-se do pressuposto que há engajamento dos participantes nos fatos da vida, na sociedade, e este engajamento se faz representar nas narrativas que são recortes realizados no presente da práxis do passado. A narrativa é uma maneira de informar sobre a práxis e a vida interior e colabora com os estudos de memórias pois

As narrativas, dessa forma, são consideradas representações ou interpretações do mundo e, portanto, não estão abertas a comprovação e não podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas, pois expressam a verdade de um ponto de vista em determinado tempo, espaço e contexto sócio histórico. Não se tem acesso direto às experiências dos outros, se lida com representações dessas experiências ao interpretá-las a partir da interação estabelecida (MUYLAERT

ET AL, 2014, p. 195, sic).

De acordo com Benjamin (1987), narrar é uma faculdade de intercambiar experiências, é da esfera do discurso vivo. Esse narrador analisado por Benjamin “retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1987, p. 201) neste ponto, se afirma o diálogo no qual entrevistado e o entrevistador são colaboradores na construção de algo novo, que chamamos relato, que vem do entrevistado e a ele deveria retornar.

Em seu texto, Benjamin também compara a questão da narrativa com a informação no sentido de meios de comunicação, desta maneira classifica a narrativa como o saber validado pela experiência mais próxima, que pode vir acompanhada por elementos fantásticos (a criação) e as múltiplas possibilidades de interpretação; enquanto a informação (notícias) podem vir de longe, é acompanhado por muitas explicações e com pouco espaço para a interpretação.

A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas formas e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver (BENJAMIN, 1987, p. 204).

Narrar é uma rede tecida ao longo de milênios, construída em ambiente artesanal, como um ritual que se desenrolava durante as atividades laborais ou cotidianas, e

(...) num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 1987, p. 205).

A depender do gênero de entrevista, seguir um questionário ou roteiro poderá deixar de fora informações importantes que só posteriormente, seu valor será avaliado; por outro lado, a manutenção de um diálogo constante, com interrupções frequentes provoca a interrupção dos fluxos da memória. O equilíbrio entre falar e calar é sempre uma diretriz necessária. Monólogos por parte dos colaboradores podem levar as entrevistas a caminhos não planejados, ao cansaço, esgotamento físico e mental e ao desinteresse do colaborador. Mesmo que a confiança no registro audiovisual seja necessário, sempre há questões a serem problematizadas ao utilizar esses recursos em um questionamento sem fim. Entretanto, todos esses aspectos performativos não determinam o grau de verdade nas entrevistas pois,

Sabe-se que não existe mentira em História Oral tudo interessa em um relato: a falsidade e a fantasia ou engano embuste ou na primeira etapa fazendo discurso valer por si, o que deve vigorar não é a busca de evidências e nem meios de comprovação dos fatos lugares e vivo dá vontade de quem fala a subjetividade

determinam como dos fatos expostos entrevistas e fixados em acordos acertados na conferência da entrevista o diálogo ou ação dialógica da conversa fica submetido ao pressuposto da vontade soberana do Inter estado (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p.111).

Em Antropologia, a não diretividade tornou-se obrigatória, o pesquisador necessita adotar uma posição de desconhecimento, dúvida e suspeita de sua própria forma de conceber o mundo e do que é “o normal”. A prática não diretiva consiste em deixar fluir as atividades, os conceitos e experiências que levam os pesquisadores a entender como os informantes concebem e vivem seu mundo. Por isso, parte do valor das entrevistas, pelo ponto de vista da Antropologia, é fazer parte das pesquisas participantes, com os pesquisadores pessoalmente e diretamente presente entre o grupo que estuda.

A postura de deixar fluir as informações é fundamental para o trabalho da memória. Então, mais uma questão epistemológica se coloca ao focarmos na concepção de entrevistas como narrativas e como memórias. “Supondo-se que a memória e as circunstâncias narrativas não obedecem à sequência lógica dos fatos, a entrevista de história oral de vida ganha foros de construção poética ou literária” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 82).

Em contraposição ao que discutimos até o momento, o tipo de entrevista tradicional realizada através de questionários padronizados utilizados nas Ciências Sociais segue um modelo fixo para todos os entrevistados, com perguntas fechadas, abertas ou de múltipla escolha e realizadas na mesma sequência.

Para Gaskell e Bauer (2011), a entrevista é um processo social baseado na interação, cooperação, troca de ideias e significados em que se explora inúmeras realidades e percepções. Os autores abordam a entrevista qualitativa como semiestruturada que pode ser de dois tipos: em profundidade (com um indivíduo apenas) ou grupo focal (com um grupo) e se diferencia tanto das entrevistas fechadas quanto da conversa prolongada ou etnografia. Seu objetivo é compreender a vida cotidiana das pessoas, suas crenças, atitudes, valores, motivações e comportamentos em determinados contextos.

As limitações das entrevistas podem levar o investigador a falsas inferências, na medida em que o entrevistador pode não compreender a linguagem utilizada (local, gírias, expressões idiomática, dialetos etc.); o entrevistado pode omitir detalhes que ele acredita como sendo o “óbvio”; algumas informações podem ser difíceis de serem ditas, ser descortesia ou mostrar insensibilidade de sua parte ou um entrevistado pode ver os acontecimentos de forma distorcida. Diante dessas considerações, o investigador não pode aceitar os fatos como pacíficos, ele deve procurar mais detalhes sobre os fatos relatados e ter consciência que é pelo acúmulo das informações de inúmeras entrevistas que ele pode

interpretar o modo de vida dos grupos que pesquisa.

Durante o andamento da pesquisa que realizamos, encontramos colaboradoras (como chamaremos as entrevistadas a partir deste ponto), interagimos com pessoas que se sentiam mais confortáveis no processo dialógico sem o registro de áudio, ou seja, sem a gravação formal e o desenvolvimento de todas as etapas descritas por métodos citados, quando era sugerido ou solicitado a permissão para a gravação havia uma quebra no discurso e uma ruptura, por isso, no registro do diálogo sem gravação foi considerada a caderneta de campo em formato de áudio e escrita, sendo assim, muitas informações puderam ser registradas.

A seleção dos entrevistados deve ser entendida em um contexto de conhecimento. Pode ser realizada uma pesquisa informal dentro de um grupo social e, posteriormente realizar uma nova seleção dentro desse grupo inicial; pode se voltar para categorias tradicional (gênero, idade, categorial social, etc.) ou escolher os entrevistados em grupos “naturais” de pessoas que interagem entre si, do mesmo meio social (mães, consumidores, agricultores, religiosos etc.).

Para a escolha dos entrevistados não existe um método específico. O número de entrevistas é sempre variável, depende do assunto, dos ambientes e dos recursos disponíveis, porém, grande número de entrevistas não leva à melhor compreensão da realidade pois, para Gaskell e Bauer (2011), há um número limitado de versões da realidade.

Nesta pesquisa, foram definidos três grupos de colaboradoras em decorrência de sua atuação em atividades de formação e envolvimento nos projetos de organização e capacitação de profissionais na área de Arquivologia: o primeiro grupo é formado pelas fundadoras do Núcleo, coordenadoras dos primeiros projetos de organização de arquivos e docentes de cursos de capacitação oferecidos pelo Núcleo; o segundo grupo, é formado por uma segunda geração⁴ de profissionais e primeiros especialistas da área de arquivologia que se formaram nos cursos ofertados pelo Núcleo e vinculados ao DCI.

Além desses grupos vinculados ao NDIHR, conversamos com professoras do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba e arquivista da Fundação Casa de José Américo.

⁴ A utilização do termo geração, não implica uma discussão teórica mais aprofundada sobre o mesmo. Aqui utilizamos este termo como referência a relação entre instrutoras e aprendizes nos cursos de capacitação e transmissão dos conhecimentos.

Quadro 1: Lista de profissionais ligadas ao NDIHR

GRUPO 1 ⁵
■ Irene Rodrigues da Silva Fernandes (1976-1991) – historiadora, aposentada como professora assistente. Graduada em História (1967), UFPB; Especialização em Cultura Brasileira (1973), UFPB; Especialização em Museologia (1977), UFPB; Especialização em História do Brasil (1979), UFPB; Mestrado em História (1980), UFPE. ■ Laura Helena Baracuh Amorim (1976-2007) – historiadora, aposentada como professora adjunta. Graduada em História (1970), UFPB; Especialização em Cultura Brasileira (1973), UFPB; Mestrado em História (1987), UFPE. ■ Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1985-2017) – historiadora, aposentada como professora titular. Graduação em História (1977), UFPB; Especialização em Cultura Afro Brasileira (1988), UFPB; Mestrado em História (1982), UFPE; Doutorado em História Social (1994), USP. ■ Rosa Maria Godoy da Silveira (1976-2003) – historiadora, aposentada como professora adjunta. Bacharel e licenciada em História (1971), USP; especialista em Relações Internacionais (1975), Institut Européen de Hautes Études Internationales, Université de Nice (França); Mestrado em História (1974), USP; Doutora em História (1981), USP; Pós-doutorado em História (1986), USP; ■ Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues (1978-2009) – historiadora, aposentada. Graduada em História (1974), Fundação Francisco Mascarenhas; Especialização em História do Brasil (1981), UEPB; Especialização em Organização de Arquivos USP, (1993). ■ Zeluiza da Silva Formiga Brandão (1979-1991) – historiadora aposentada. Graduação em História (1974); Especialista em História do Brasil (1979); ■ Joana Neves (1978-1995) – historiadora, aposentada como professora efetiva; Mestrado em História Econômica (1981), USP; Doutorado. ■ Neiliane Maia (1978-?) – advogada aposentada. Bacharel em Ciências Jurídicas (1977), UFPB; Especialização em Organização de Arquivos (1988), IEB/USP.

⁵ Contamos, aproximadamente, com 30 horas de conversas gravadas. Infelizmente, não conseguimos conversar com a professora Rosa Maria Godoy da Silveira. Entretanto, sua relevância para a história do Núcleo, há inúmeros registros sobre suas memórias no próprio arquivo NDIHR, em revistas e na internet. Também não conseguimos conversar com a professora Zeluiza Formiga e professores do DCI atualmente aposentados, por mais que tentássemos manter o contato por telefone, aplicativo de mensagens ou e-mail.

GRUPO 2 (continuação)

- **Ana Andreia Vieira de Castro (2004-presente)** – arquivista e historiadora. Graduada em História (1994), UFPB; Especialista em Organização de Arquivos (1996), UFPB; Mestrado em Ciência da Informação (2011), UFPB; Graduação em Arquivologia (2020), UFPB.
- **Laudereida Eliana Marques Morais (1988-presente)** – arquivista e historiadora. Graduada em História (1984), UFPB; Especialização em História econômica e social do Nordeste (1991), UFPB; Especialização em Organização de Arquivos (1993), USP; Mestrado em Ciência da Informação (2012), UFPB.
- **Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira (1994-presente)** – bibliotecária, professora de CI (graduação e pós-graduação). Graduada em Biblioteconomia (1988); Especialização em Administração da Educação (1995), UFPB; Especialização em Organização de Arquivos (1996), UFPB; Mestrado em Ciência da Informação (1999), UFPB; Doutorado em Letras (2009), UFPB.
- **Ana Isabel de Souza Leão Andrade** – bibliotecária e arquivista. Especialista em Organização de Arquivos; Aposentada da UFPB e da Fundação Casa de José Américo;
- **Esmeralda Porfírio de Sales** – bibliotecária; especialista em Organização de Arquivos; docente do curso de Arquivologia da UFPB.

Fonte: autoria própria.

A questão da análise das entrevistas, assim como a análise de qualquer documento envolve interpretação, mas alguns pontos devem ser esclarecidos. A coleta de um relato oral e sua transcrição são etapas seguidas, mas não é um processo de tradução, os dois documentos são autônomos, o oral e o escrito. Neste sentido, foram retirados trechos e expressões repetidas e perguntas; os verbos foram passados para a 3ª pessoa do plural; acrescentados trechos para melhor compreensão que apareceram anteriormente na conversa entre colchetes.

Por fim, diante da imensa bibliografia que descreve e analisa os métodos e técnicas utilizadas em uma pesquisa documental, achamos prudente e relevante nos pautamos pelas considerações desenvolvidas no âmbito da própria arquivologia e, para isto, levamos em consideração as considerações da arquivística pós-moderna, fruto das reflexões de Terry Cook e dos autores brasileiros que sob ela se debruçaram.

Resumidamente, e de acordo com Schmidt:

[Cook] Defende que a postura do arquivista não deve ser a de operar suas ferramentas teóricas e práticas apenas a partir do documento quando da chegada ao arquivo, e sim analisar o contexto por trás do texto, pois entende que as relações de poder moldam o patrimônio documental. A partir disso coloca no centro de suas críticas o documento de arquivo, atribuindo que não deve mais ser enxergado como algo estático e físico e sim como um conceito dinâmico e virtual, deixando de ser um produto passivo das atividades humanas ou administrativas para ser considerado ativo próprio, agente na formação da memória humana e organizacional (SCHMIDT, 2014, p. 54).

Cook (1998) ainda estabelece que nem o autor nem o contexto podem ser separados da análise documental, pois nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado,

apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, tem um propósito definido. Nenhum texto é um inocente mero subproduto da ação, como alegou Jenkinson, mas sim um produto construído conscientemente, não existindo uma narrativa de uma série ou coleção de registros, mas muitas narrativas, muitas histórias, servindo aos propósitos de muitos para muitos públicos, ao longo do tempo e do espaço (SCHMIDT, 2014, p. 54).

Desta forma, escolhemos a transcrição de passagens das falas das colaboradoras mesmo que, por vezes, se constituíssem em longas passagens, como veremos adiante.

2.1 Por platores e configurações

O livro *Mil Platôs* foi uma de nossas referências inspiradoras para esta pesquisa que ganhou relevância à medida em que a documentação se apresentava como ramificações da qual o NDIHR fez parte. Entretanto, em certo ponto da pesquisa, decidimos que não precisávamos estudar as ramificações do NDIHR pela sociedade e seu papel na estruturação da Arquivologia no Estado, mas as múltiplas ramificações da própria Arquivologia que teve o Núcleo como um dos ramos. Aqui a imagem do rizoma começou a fazer sentido.

O conceito rizoma é um dos conceitos mais conhecidos e citados dos filósofos franceses em decorrência do questionamento do pensamento arborescente, por permitir a promoção de construção de redes descentralizadas, devires e saberes em contraste com o esquema hierárquico tradicional das classificações bibliográficas utilizadas na Biblioteconomia e CI.

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 44).

Pensávamos em um período da Arquivologia no Brasil no qual os usuários da informação adentravam os arquivos, sendo os mais lembrados os historiadores, e colaboraram diretamente na organização e disseminação dos documentos e informações participando, inclusive, no processo de definição do que deveria ser preservado, de que maneira deveria ser organizado e a através de qual suporte a informação iria ser disseminada, compondo *corpus* documental para as próprias pesquisas e auxiliando as pesquisas de outros cientistas que os seguiam. Dava-se forma, então, há um complexo espaço multidisciplinar em que cresceram juntas as Ciências Sociais, a História e a Arquivologia.

Em outras palavras, neste plano de imanência, o período de íntima relação entre disciplinas e crescimento da Arquivologia permitiu a construção de uma configuração, que

escolhemos denominar Organização de Arquivos, e envolveu: 1. a descoberta de documentos ou retirada do esquecimento institucional de inúmeros arquivos; 2. a execução de técnicas de organização de documentos, como um conjunto de ações e práticas, destinadas a garantir sua preservação; 3. a constituição de redes invisíveis por onde os conhecimentos sobre Arquivística moderna se disseminou; 4. a criação de cursos de capacitação para formação não só de pesquisadores, mas de arquivistas ou, no mínimo, de profissionais com experiências ou vivências em arquivos e com conhecimento prático e teórico que, posteriormente, permitiram a criação de cursos de graduação em duas universidades na Paraíba.

Esse foi o nosso recorte para uma história da Arquivologia, escrita a partir das memórias de profissionais com vivência intensa entre as décadas de 1980 e 2000, em dezenas de arquivos paraibanos. Aborda muito mais do que a experiência dos profissionais de um núcleo de documentação, conta uma fração da história da Arquivologia e compreende apenas um fragmento nessa complexa estrutura rizomática que procuramos descrever.

A pesquisa de Amorim e Medeiros (2018) é uma referência fundamental para entender como o pensamento de Deleuze encontrou aplicabilidade na CI. Os autores realizaram um estudo quantitativo de citações em textos da CI e algo mais se tornou visível. Os autores apontam os conceitos que estão sendo instrumentalizados ou sendo criados para a aplicação nos processos informacionais, por exemplo: rizoma com potencial no estudo das linguagens documentárias; a interpretação das bibliotecas como máquinas de guerra; o conceito de agenciamento em propostas teórico-metodológicas da análise de domínio; devir sublime para abordar o futuro da big data e o universo da tecnologia da informação e comunicação; na análise do universo social aparecem conceitos como informação afeto e de real indomável. Entretanto, o conceito rizoma é o com maior repercussão na área.

A Tag “representação do conhecimento” é outro ponto de encontro entre CI e o pensamento deleuziano, assim como conceitos que fazem parte do universo da tecnologia de redes. A hipertextualidade encontrada na internet é entendida em textos da área como rizomática e permitiu a avaliação da organização do conhecimento e dos mecanismos de busca. Indexadores são descritos como bulbos ou tubérculos que são rizomas e elementos que permitem a construção de tesouros e ontologias. Há uma imagem de rizomas ou a defesa de um rizoma informacional como proposições para o estudo das redes, assim como um olhar rizomático em pensadores de referência para a CI. Portanto, há uma busca ativa por propostas de aplicações dos conceitos deleuzeanos na CI (AMORIM; MEDEIROS, 2018).

Dessa maneira, os autores reafirmaram a CI como um campo aberto para a criação e uso de conceitos filosóficos, ampliando para a filosofia francesa as intersecções da CI. Entretanto, a presença está no estágio de aproximação para aplicação. Mas, são aproximações, intersecções ou deslizamentos?

Quando na botânica, o conceito de rizoma é científico, estruturada nas ciências naturais. Deleuze e Guattari (2011, 2017) levam-no ao plano de consistência da filosofia, transformam o rizoma em um ente filosófico. Realizam o que chamam de deslizamento entre planos (DELEUZE; GUATTARI, 2010), da ciência à filosofia. Constatamos que o conceito de rizoma sofre um novo deslizamento, da filosofia à BCI e, embora guarde relação com o conceito filosófico, ao ser transportado novamente para um plano científico, adquire referência e perde mobilidade. A partir dele se propõe técnicas e métodos, enquanto na filosofia ele é propriamente um antimétodo (AMORIM, 2020, p. 100).

É interessante observar como os autores abordam a literatura da CI, eles partem de duas suposições, a primeira, acerca do uso eventual da terminologia deleuziana, a segunda, a efetiva apropriação da filosofia. Segundo os autores, algumas palavras ou pensamentos chaves se destacam: diferença, movimento, novo, criação, “o que se passa entre”, onda, intercessores. Na análise dos autores, aparecem termos tradicionais da CI, assim como aspectos que delimitam a conhecida vertente social e sua inserção nos estudos de tecnologia e redes sociais. A filosofia deleuzeana revelaria potencial para os estudos da área, tanto de temas tradicionais quanto de temas atuais, está em processo de apropriação e aparece de maneira diluída na literatura da CI.

Para Amorim e Medeiros (2018, p. 88),

(...) as palavras-chave indicam uma apropriação da filosofia deleuziana no seio epistemológico da área, identificado pelos descritores, ‘Ciência da Informação’, ‘Representação do Conhecimento’, ‘Produção Científica’ e ‘Organização do Conhecimento’. Percebemos alguns laços, ora mais fracos, ora mais fortes, entre a CI e a Filosofia de Deleuze. Talvez seja um início de século promissor à intersecção Filosofia de Deleuze e CI. O que notamos é uma possível apropriação como movimento.

Ampliando a discussão sobre Deleuze e Guattari e a CI, Bevenuto, Silva e Mostafa (2015) apontam que os autores brasileiros já se destacam na apropriação de parte da Filosofia da Diferença, o conceito de rizoma sendo repetidamente citado e aplicado nos estudos dos ambientes Web, sobre classificação ou representação do conhecimento. Segundo os autores, “já consolidado nos estudos da Ciência da Informação, e servindo de modelo à classificação das linguagens documentárias” (BEVENUTTO; SILVA, MOSTAFA, 2015, p. 5).

A filosofia da diferença traz contribuições importantes para as perspectivas da CI que se preocupam com:

Temas pertinentes às novas formas de representação da informação, a questão do imaterial bem como as questões concernentes à cognição humana e seus nuances e mutações, as questões de leitura, o tema do virtual, as tecnologias da informação e as organizações de poder, todo o social e o imaginário presentes na informação (BEVENUTTO; SILVA; MOSTAFA, 2015, p. 5).

O livro *Mil platôs*, é a defesa de uma teoria das multiplicidades. Segundo essa teoria não haveria unidades, totalidades ou unificações em si, as unidades aparecem como resultado de processos que ocorrem nessas multiplicidades. As singularidades, que podem constituir as multiplicidades, e as relações que acontecem são devires, os acontecimentos são hecceidades ou individuações sem sujeito, os espaços-tempo são livres, se há um modelo que mais coerentemente explique essas multiplicidades, que é o rizoma, que se opõe ao modelo arbóreo (de árvore), e o plano onde ocorrem essas multiplicidades são visualizados como platôs ou zonas de maior intensidade, que são atravessados por vetores que dão forma a essas zonas ou territórios, mas que também podem gerar desterritorializações, em outras palavras, é uma teoria com uma visão geográfica.

Fala-se de formações coexistentes, de grupos, comunidades, máquinas de guerra, processos de subjetivação convergentes e através de instituições, ações revolucionárias entre outras formações. Nessas formações, se afirma uma visão sistêmica onde todas as dimensões da realidade – o social, o cultural, o político – interagem umas com as outras. Nessas dimensões, há ênfase é colocada nas dinâmicas, motivações e agenciamentos específicos.

No platô da organização de arquivos, historiadores e bibliotecários foram devir-Arquivistas, a utilização das técnicas de organização de arquivos entre as décadas de 1970 e 1990, foram parte do devir-Arquivologia.

A abordagem sociológica de Norbert Elias é conhecida como Sociologia configuracional ou processual ou ainda relacional. Discorremos sobre os principais desse autor em nossa dissertação (BARROS, 2012), que citamos apenas aqui. Entre eles, o conceito de interdependência, como elemento que constitui as sociedades e dão origem a redes sociais; configuração, como uma pluralidade móvel que existem enquanto os indivíduos se mantêm conectados, sendo de extensões variáveis (o Estado, a escola, a família, a universidade ou uma parceria na dança); elos, como os elementos que ligam os indivíduos em uma rede de interdependência ou configurações; lugares; funções e atividades; mudança, como o estado normal da sociedade; valências, como a possibilidade de constituição de elos entre indivíduos. Vamos destacar a seguir alguns elementos da abordagem de Elias que contribuíram para o design de nossa pesquisa.

Inicialmente, a visão da sociedade como pluralidade em mudança formada por indivíduos conectados socialmente e psicologicamente relacionados. De acordo com Landini (2013), os dois princípios básicos da sociologia de Elias são: a compreensão das pessoas no plural, formando configurações e essas configurações são estruturas em constante fluxo: “Elias’s sociology is radically processual and radically relational in character; that is, it is processual and relational at its roots or core” (LANDINI, 2013, p. 20).

A figuração é uma maneira de olhar para o indivíduo e a sociedade – os dois pilares da sociologia – não como termos isolados: indivíduo e sociedade são ambos constituintes de outro. A noção de processo já está implícita: o processo de constituição do indivíduo na sociedade e a sociedade no indivíduo (LANDINI, 2013, p. 27, tradução livre).⁶

De acordo com Dechaux (2013), o conceito de configuração é central no pensamento epistemológico de Elias. Para Landini (2013), foi elaborado por Elias como uma forma de contestação ou negação do dualismo entre indivíduo separado e independente da sociedade.

A noção de *homo clausus*, que tanto incomodou Elias, pode ser entendida como o fundamento da dualidade entre sujeito e objeto ou entre indivíduo e sociedade. Significa compreender o indivíduo como uma personalidade fechada, um ser atomizado, absolutamente independente e simplesmente livre em relação ao social ou simplesmente determinado por instituições, culturas, sociedades etc. (LANDINI, 2013, p.20).⁷

Nestas configurações aparecem uma nova concepção de indivíduo: um ser humano aberto, ou com uma personalidade aberta; com algum grau de autonomia, onde um é orientado e dependente de outras; o que manteria as pessoas unidas são redes sociais interdependentes.

Consequentemente, as sociedades são mais do que coisas, são grupos de seres humanos interdependentes. A aplicação dessa visão sobre o estudo da sociedade na ciência pode ocorrer na análise de amplos grupos sociais, como uma determinada sociedade ao longo de séculos; ou pequenos grupos, como jogadores de poker, estudantes de determinada classe social, moradores de uma vila de pescadores ou mesmo uma cidade. O uso de comparações e metáforas sobre as ações cotidianas são uma marca distintiva de Elias, por isso, a imagem de um casal a dançar (uma pequena configuração) é usada como um bom exemplo de como as interações funcionam: dançar só é entendido quando pessoas se encontram, não é uma prática mental ou uma abstração que só existe com a participação.

A criação de instituições ocorre de acordo com a mesma dinâmica, ações de pessoas ou pequenos grupos (configurações) isoladas dão origem a instituições e formações que nem foram pretendidas ou planejadas por qualquer indivíduo singular na forma que concretamente assumem (ELIAS, 1994).

Retomando a discussão sobre memórias, Gondar (2005) nos diz como ela é entendida na contemporaneidade:

Admite-se hoje que a memória é uma construção. Ela não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nos

⁶ Figuration is a way of looking at the individual and society—the two pillars of sociology—not as isolated terms: individual and society are both constituent of one another. The notion of process is already implicit: the process of making up the individual in the society and the society in the individual. (LANDINI, 2013, p. 27)

⁷ The notion of *homo clausus*, which bothered Elias so much, can be understood as the foundation of the duality between subject and object or between individual and society. It means understanding the individual as a closed personality, an atomized being, absolutely independent, and simply free in relation to the social or simply determined by institutions, cultures, societies, and so on.

fazemos a ele, questões que dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados. (GONDAR, 2005, p. 18)

A noção de informação como artefato é fundamental para a compreensão da relação entre a informação, a memória e sua materialização em documentos, esta noção prioriza a informação como uma criação humana, que só existe na presença humana e ganha sentido porque está fundamentada nas relações humanas em um contexto humano, em um contexto social.

Sendo um artefato (PACHECO, 1995), ou seja, uma produção humana que mantém uma forte ligação com o momento e o lugar em que passa a existir, o documento pode adotar diversos formatos, pode ser um objeto físico ou não-físico (tangível ou intangível), e desenvolver a capacidade de recontextualização, de tornar as experiências distantes próximas a nós (AZEVEDO NETTO; DODEBEI, 2017).

A palavra informação, em si, já delimita um processo, uma ação: ela gera significados que são ou podem ser compartilhados pelo coletivo humano. Mesmo tendo sua origem no passado mais distante ou mais imediato, a informação é atualizada e interpretada em espaços e tempos diversos. O que chamamos de memória é a expressão dessa capacidade que temos de nos ligar ao passado estando firmemente envolvidos em nova viva presente.

De acordo com Ribeiro (2017),

No conceito de memória está inegavelmente implícito o conceito de ‘informação’. Com efeito, o ato de memorizar necessita de algo para se poder consumir e a informação é esse algo, que se inscreve/registra, tanto na memória cerebral, quanto nas memórias ‘externas’ ao agente que a produz, as quais se materializam em suportes dos mais variados tipos (desde a pedra dos tempos pré-históricos aos suportes digitais na atualidade). (RIBEIRO, 2017, p. 114).

Ambos (memória e informação) têm caráter multifacetado, polissêmico, remetem a dimensão cognitiva humana, gera um comportamento narrativo/comunicativo, estão ligados ao tempo e ao espaço, possuem seus filtros, dependem das subjetividades e de discursos autorizados, são fenômenos e produtos humanos e sociais, tendo assim, uma função social, pois partem de “sujeito(s) que conhece(m), pensa(m), se emociona(m) e interage(m) com o mundo sensível à sua volta e com a comunidade de sujeitos que comunica entre si. Situa-se, portanto, entre o conhecimento e a comunicação” (RIBEIRO, 2017, p. 117).

De acordo com González de Gómez (2003),

(...) o que se denomina informação constitui-se a partir das formas culturais de semantização de nossa experiência do mundo e seus desdobramentos em atos de enunciação, de interpretação, de transmissão e de inscrição. Tais condições de possibilidade e de realização de uma ação de informação abrangem, assim, condições, regras e recursos de locução, transmissão, inscrição, decodificação, circunscritas pelas disponibilidades materiais e infraestruturais em que se

inscreve a ação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 32).

Nas palavras de González de Gómez, as informações estão ancoradas nos tecidos sociais e determinadas por três elementos:

a) pelo modo de produção de sentido; b) pelo modo de produção e circulação de inscrições; c) pela sua constituição num ponto de enfeixamento de uma rede de atos de enunciação e de um sistema de inscrição e transmissão. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 33).

Partindo dessa relação, estamos a um passo para entendermos como a memória vem sendo estudada sob a perspectiva da memória social. Primeiramente, o tema memória social tem sido um dos focos das pesquisas sobre memória na Ciência da Informação, o motivo para essa conjuntura está na ênfase na relação entre memória e informações registradas, ou seja, nos documentos (OLIVEIRA; RODRIGUES; CASTRO, 2017). Essa relação tem como ponto de referência a Arquivologia no paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista (RIBEIRO, 2017; SILVA, 2006), no qual a memória era considerada enquanto materializada em documentos (no patrimônio documental) e tinha no trabalho historiográfico um dos motivos para a sua preservação. Esta memória, ao contrário do que entendemos hoje, deveria ser preservada pois seriam testemunhos do passado, seriam vestígios do passado. Segundo Le Goff (1990), arquivos são instituições de memória e para Thiesen (2013) arquivos, bibliotecas e museus, tradicionalmente, mantêm ligações com o fenômeno chamado memória-arquivo, aquela que recupera no presente informações sobre o passado e apoia

(...) em diversas *superfícies de inscrição* (corporal, textual, imagética, celular, digital, rupestre, celeste, etc.) e que produz uma infinidade de documentos, em seu mais amplo sentido, da mesma forma que reproduz informação, conhecimento, dado, memórias (THIESEN 2013, p. 80).

Em nossa pesquisa, sentimos ainda a necessidade de olhar para Michel de Certeau foi o autor que nos ajudou a entender as práticas neste período de organizações de arquivos como uma prática, um modo de fazer. Sua visão sobre como os indivíduos agem em sociedade e burlam as regras colocadas pelos poderes instituídos possui características poéticas em nosso ponto de vista. De acordo com Luce Giard descreveu como ela positivo de Michel de Certeau:

Em Michel de Certeau são sempre perceptíveis um elã otimista, uma generosidade da inteligência e uma confiança depositada no outro, de sorte que nenhuma situação lhe parece a priori fixa ou desesperadora. Dir-se-ia que, sob a realidade maciça dos poderes e das instituições e sem alimentar ilusões quanto a seu funcionamento, Certeau sempre discerne um movimento browniano de micro-resistências, as quais fundam por sua vez, micro liberdades, mobilizam recursos insuspeitos, e assim deslocam as fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes sobre a multidão anônima (CERTEAU, 1994, p.18).

De acordo com a mesma autora, os acontecimentos de maio de 1968 na França, também vivenciados por Deleuze e Guattari, foram decisivos para as pesquisas e reflexões de Michel de Certeau. Em 1974, por exemplo, é publicado o livro *A cultura no plural*, que trouxe a ideia da superação da divisão entre cultura erudita e cultura popular e o início da preocupação com as artes de fazer. A divulgação de sua preocupação com o domínio das criações anônimas, criativas, perecíveis, não conformistas, é o domínio, nas palavras de Giard, das operações culturais como movimentos e que desenham trajetórias insuspeitáveis.

De Certeau entende as práticas como do tipo tático e define três níveis de análise: análise das modalidades de ação, análise das formalidades e a análise das operações específicas ou maneiras de fazer. Assim como em Elias, pretende-se que a teoria seja sempre confrontada por uma prática, como por exemplo, o modo de caminhar pela cidade ou o modo de definição dos espaços de um arquivo ou as maneiras de compartilhar conhecimentos sobre técnicas arquivísticas.

Segundo Giard, o paradigma seguido por Certeau é de análise das práticas em “vai e vem”, da teoria às práticas e das práticas a teoria, uma análise brincalhona, fujona, adequada à realidade móvel vivida. O método de trabalho efetivo, ou as maneiras de fazer pesquisas realizadas pelo grupo de Michel de Certeau, foi característico da forma que hoje diríamos colaborativo, aberto e transitório: formação de um grupo de pesquisadores com e sem experiência, formando um círculo para desenvolvimento de ações de observação de recortes da realidade e discussão teórica. O resultado das experiências de pesquisa do grupo de Michel de Certeau foram os dois volumes de *A invenção do Cotidiano*, um resultado desse trabalho colaborativo ou do “entrelaçamento de percursos”. A importância dos relatos é outro elemento que marca a perspectiva de De Certeau, “o lugar concedido à teoria do ‘relato’, inseparável de uma teoria das práticas e central em Certeau. Porque o relato é a língua das operações, ‘abre um teatro de legitimidade para ações efetivas’ e permite seguir as etapas da operatividade” (CERTEAU, 1994, p. 31).

A expressão “artes de fazer” nos ajuda a pensar como ocorre a reapropriação de espaços e o significado de tática, nos dá a entender que é o aproveitar ocasiões, aproveitar as circunstâncias. As táticas estão relacionadas a combates, ao uso da inteligência para conseguir um ganho e aos prazeres cotidianos.

(...) a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no voo’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido das forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (...), mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’. (CERTEAU, 1994, p. 47)

Agir taticamente é agir através de “uma lógica articulada em cima da conjuntura” (CERTEAU, 1994, p. 48). A arte de fazer produz relações, técnicas, instrumentos. Não houve invenção da Arquivologia, mas houve inovações nas práticas, nas maneiras de fazer arquivístico na Paraíba e o compromisso de colocar a preservação das memórias institucionais em debates. O uso do verbo “resgatar” foi utilizado naquele momento e foi uma metáfora considerada adequada para muitas práticas que resultaram na afirmação da existência institucional de diversos arquivos no Estado, naquele momento específico.

Arquivos têm vida efêmera quando pensamos que muitos documentos nascem com prazo de vida definido. Arquivos também têm vida longa, aquela parte dos documentos que nascem com vocação para a longa duração. Os arquivos, espaços abertos para as pessoas e para novos documentos, a sua própria organização, as suas políticas, as pessoas que neles trabalham e cruzam suas portas à procura de informações e as próprias informações também sofrem com o peso da temporalidade. Esta tese é em parte resultado desse desejo de conhecer pequenos instantâneos ou o resultado do encontro de memórias. Além do mais, as memórias que se destacam ao longo da nossa escrita buscam transcrever uma perspectiva dessa arte de fazer que se tornou tática constante no fazer arquivístico.

Conectando estas perspectivas teóricas com nosso objeto de estudos, as trocas realizadas a partir da decisão política e administrativa de criação de um núcleo de documentação na UFPB, deu impulso a outros agenciamentos onde as trocas sociais foram além de fronteiras institucionais e disciplinares, ou mesmo expandiu as fronteiras de ação da UFPB para a sociedade em uma prática que efetivou, inclusive, o projeto institucional de extensão universitária.

A prática de organizar arquivo expandiu-se para além das fronteiras geográficas da UFPB e de João Pessoa, chegou a municípios onde a Universidade não possuía campus formalmente instituído. E, de fato, as práticas da Arquivística/Arquivologia se “descolou” da UFPB com o afastamento das pessoas que se dedicavam à organização de arquivos e retornou a ela na forma de curso de graduação.

Neste trabalho, utilizamos com frequência tanto a palavra Arquivologia quanto Arquivística como significando

(...) a disciplina que agrupa todos os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão dos arquivos, tais como a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a comunicação e a conservação (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 24).

Entendemos que a caracterização da Arquivística por Gagnon-Arguin consegue caracteriza-la como interdisciplinar:

Arquivística situa-se no cruzamento de novos contextos culturais, dos novos

modos de gestão tal como das novas tecnologias. Ela está na confluência de várias disciplinas: informática, ciências da informação, história, linguística, arqueologia, etnologia etc. Ao serviços de algumas delas, ela tem por obrigação servir-se das outras, a fim de assegurar a evolução e o seu desenvolvimento. Pela sua própria natureza, ela responde às necessidades dos organismos ou dos indivíduos que criam os documentos, mas é cada vez mais confrontada com os problemas levantados pela mundialização dos mercados e a definição de novas fronteiras. A arquivística tem, pois, como obrigação encontrar solução para estes novos problemas ao mesmo tempo que aprofunda sua identidade e mantém a sua coesão. Eis alguns belos desafios a investigação do amanhã (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 55-56).

Na literatura sobre Arquivística, em sua identidade científica, diversos autores mantiveram o foco nas relações de concorrência, nos conflitos como parte da lógica interna das ciências, que se apresentam como diferenças na distribuição de capital ou uma disputa pelo reconhecimento de “modos de fazer” a ciência (paradigmas) ou conjuntos de valores e “modos de entender e interpretar” definidos pelos contextos onde eles possuem agência (visões de mundo).

Pela definição de Silva et al (1999), a Arquivística é uma ciência que estuda sistemas, sistemas semi-fechados (ou semi-abertos), que tem na interrelação com outros sistemas um princípio; são sistemas de informação; que considera a informação como informação social; a especificidade dessa informação social é a informação arquivística e é essa modalidade de informação que a vincula a Ciência da Informação.

No âmbito das universidades, ela pode ser denominada como disciplina e em seu processo de institucionalização as negociações e o caráter político a tornam uma disciplina vulnerável às contingências. Contingências são intrínsecas às instituições sociais e nas configurações da Arquivologia na Paraíba, no período em que estudamos, precisamos observar as múltiplas agências, das instituições e dos indivíduos. À medida que as configurações foram sendo materializadas e se modificando, as preocupações da Arquivística foram se distanciando da preservação das informações contidas nesses arquivos e voltando-se para uma Arquivologia e uma Ciência da Informação, crescendo a preocupação com a gestão da informação arquivística.

3 TRANSFORMAÇÕES DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL (1970 a 2000)

O tempo é uma experiência fundamental da humanidade. De acordo com Whitrow, ‘nossa experiência direta do tempo é sempre do presente e nossa ideia dele surge da reflexão sobre essa experiência’. Mas, para que tenhamos consciência do tempo é preciso que nossa atenção se desloque tanto para o passado, quando para as expectativas do futuro. Aí alcançamos a experiência da duração. E a verdadeira consciência dos fenômenos temporais só se realiza na medida em que a criança percebe que as coisas a sua volta têm relação entre si e com ela própria, o que só se torna possível com o desenvolvimento da memória (THIESEN, 2013, p. 88).

3.1 Os Centros de Documentação

Se nos perguntamos se a questão da criação de Centros de Documentação tem relevância para a Ciência da Informação, a resposta é sim. Segundo Cavalcanti (2014), a criação de centros de documentação nas décadas de 1970 e 1980 foi uma concretização das mudanças no regime de informação brasileiro (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012). A Política Nacional de Cultura elaborada nesse contexto de mudanças sociais se estruturou em decisões executivas que tinham como objetivo fortalecer e ampliar as pesquisas científicas no país, inclusive, nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, que se materializaram na expansão dos programas de pós-graduação, da oferta de bolsas de estudos, criação de programas de capacitação e de polos regionais de pesquisa, abertura e financiamento de novas linhas de pesquisa até então inexistentes.

Centros de Documentação, a partir da década de 1980, foram lugares de memória, locais difusores de informação, agentes produtos de informação (CAVALCANTI, 2014) ou, assim como as bibliotecas, locais de inscrição (LATOURE, 2004) motores da pesquisa e da disseminação de informações no Brasil. Entretanto, a evolução da sociedade da informação nos último 40 anos imprimiu uma velocidade na produção, consumo e descarte de informações que não foi acompanhada por essas instituições, muitas delas dependentes de estruturas sólidas ou pouco flexíveis do Estado, hierarquizadas e morosas em sua capacidade de adaptação às necessidades da sociedade. Portanto, perdem sua capacidade de produção de informação e tornaram-se, em grande parte, guardiões de informações ou, muitas vezes, guardiões apenas de dados. Sobre esse ponto, devemos analisar as afirmações de Cavalcanti que defende que:

Os centros de documentação, dentro deste contexto de informação produzida em escala astronômica, passam a ter um importante papel de “guardador” e recuperador da memória e de espaço para a realização e implementação de medidas que visam a permitir a construção, manutenção e a reinvenção da história de todos os grupos na nova sociedade da informação (CAVALCANTI, 2014, p. 33).

Nestes centros, e a partir daqui nos referimos exclusivamente ao NDIHR/PB, vemos a sua transformação de núcleo dinâmico em uma instituição “engessada”, semelhante àquelas nas quais seus pesquisadores foram buscar informações soterradas pelo tempo e invisíveis para as pessoas que as administravam.

De acordo com a documentação consultada, a ideia inicial de criação de Núcleos de Documentação veio a se concretizar a partir de um programa de cooperação internacional entre o Brasil e a UNESCO em 1975.

Entre as lembranças de algumas docentes que ingressaram na UFPB e que vivenciaram esse período, a professora Joana Neves, uma das primeiras professoras contratadas pela UFPB em meados da década de 1970, vinculada ao Departamento de História e ao NDIHR-João Pessoa, confirmou-se a importância da UNESCO e citou um projeto local intitulado “cuiabania”:

(...) O Gilberto (?) organizou, nesse projeto Cuiabania, um programa para levantar e referenciar esses acervos. Aí aconteceu o seguinte: no contexto desse projeto, a UNESCO patrocinou um programa, um projeto para a criação de Núcleos de documentação, informação histórica regional e a ideia era a criação de dois núcleos, um em uma área que não tivesse tradição historiográfica, então, esse núcleo seria lá em Cuiabá e outro núcleo deveria ser em um lugar onde tivesse tradição historiográfica no sentido assim, de ter uma tradição de produção disso que a gente chamava a historiografia tradicional, a lá Gilberto Freire, enfim, estes que tinham escrito história do Brasil... escrita por médicos, advogados, que criaram os institutos históricos e que escreviam a história da região (NEVES, 2019).

O projeto de implantação do NDIHR, elaborado no ano seguinte, foi incluído no II Plano Nacional de Cooperação Técnica entre o Brasil e a ONU, que se iniciou em 1978. O projeto tramitou no MEC, pelo Departamento de Assuntos Universitários (DAU) e nas reitorias da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso (FUFMT) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituições escolhidas para implantação de dois núcleos de documentação em regiões distantes dos centros mais desenvolvidos do país. Em relação ao contexto de criação

A perspectiva nordestina do NDIHR-UFPB se enquadra na política de dinamizar áreas periféricas no processo de desenvolvimento do país, de um lado associando pesquisa-ensino e comunidade, de outro lado promovendo trabalhos científicos capazes de diagnosticar a realidade regional e seus elementos característicos e os principais problemas a serem considerados era uma política social, cultural e educacional para a região (RESUMO SINTÉTICO, s/d, sic).

No contexto nacional, o ano de 1974 é um marco para a história do Brasil no século XX. Naquele momento, o governo do general Ernest Geisel deu início ao movimento de reabertura para a democracia, conhecido na historiografia como período de distensão. A partir

de então, se torna relevante um processo de cooptação de intelectuais ou pessoas com formação acadêmica para ampliação dos quadros das universidades. O período de repressão mais duro estava arrefecendo.

A palavra consenso apareceu como diretriz das políticas de Estado, o que desembocou, posteriormente, em um processo de Anistia. Em várias áreas de produção de conhecimento ampliou-se o investimento através de políticas públicas, Jordão (2016), ao discutir essas políticas para a área da cultura e arte afirma que

A estratégia de acomodação, como demonstra Motta, faz parte da cultura política brasileira, marcada por tendência à conciliação de interesses divergentes, por meio de mútuas concessões por parte dos grupos que disputam o poder. Desse modo, talvez movidos pela certeza de que a acomodação era imprescindível para a concretização de objetivos maiores, foram feitas mútuas concessões e arranjos – que se por um lado moderaram o ativismo político, por outro, flexibilizaram o autoritarismo, possibilitando a presença de intelectuais e artistas do campo ideologicamente adversário nos quadros do governo autoritário (JORDÃO, 2016, p. 186).

As instituições começaram a receber intelectuais, cientistas e artistas que, até então, eram identificados como oposição ou inimigos da “revolução”.

(...) na tentativa de se promover um consenso em torno dos valores e ideais militares, exercer certo controle sobre o processo cultural, cooptar e/ou se aproximar de estudantes, artistas, professores e intelectuais. (...) elaborou-se para estes espaços uma nova estratégia de aproximação que contemplava a contratação de professores demitidos por conta de divergências políticas, concessão de bolsas de estudos e pesquisas, incentivo a publicações, criação de núcleos de extensão, financiamento de projetos e pesquisas voltados para a cultura, criação de cursos para a profissionalização de produtores culturais e equipes técnicas, dentre outros (JORDÃO, 2016, p. 181-182).

Segundo Duqué (2003) a palavra que melhor caracterizava esse processo era velocidade.

O regime militar também salientou a importância da ciência em vários discursos e tomou medidas práticas de apoio à comunidade científica. O Conselho Nacional de Pesquisas implementou uma “operação-retorno”, destinada a trazer de volta ao Brasil cientistas empregados no exterior. (FERNANDES, 1990, p. 34)

A criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ocorreu formalmente no ano de 1951, naquele momento com o nome de Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Desde sua criação a Capes foi investida de grande importância como intermediário no financiamento científico e capacitação de pessoal no cenário nacional. O CNPq foi um dos instrumentos para a promoção da ciência na década de 1970, como afirma Cavalcanti (2003, p.75), “através do CNPq, segundo Domingos (2004), que o Estado passa a interferir de forma mais sistemática e abrangente na produção do conhecimento e a contribuir com a modernidade a que tanto aspirava o governo”.

Sua existência deveu-se a eleição de Getúlio Vargas (1951-1954), que significou o retorno a um projeto de desenvolvimento nacional, robusto investimento nas indústrias nacionais, adequação das estruturas do Estado brasileiro e de suas instituições burocráticas a esse projeto com a criação, por exemplo, de agências estatais, conselhos, bancos, indústrias “pesadas” e federalização de universidades por todo o Brasil.

A ênfase à industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade: cientistas qualificados em física, matemática, química e biologia, economistas, técnicos em finanças e pesquisadores sociais, entre outros. A criação da Capes não foi assim um fato isolado. Foram várias as instituições e agências públicas criadas nesses primeiros meses de 1951, entre elas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (atual BNDES) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), com os quais a Capes, ao longo destes 50 anos, interagiu na formulação e implementação de uma nova política de desenvolvimento científico e tecnológico. Foi também o momento de criação da primeira faculdade de administração pública da América Latina, a EBAP, órgão da Fundação Getúlio Vargas destinado à formação de uma nova geração de formuladores e de gestores públicos (FERREIRA; MOREIRA, 2001).

A concessão de bolsas foi uma maneira que estes incentivos alcançaram a UFPB e o NDIHR. Sociólogos, historiadores, cientistas políticos, antropólogos e outros pesquisadores das ciências sociais começam a receber inédito apoio institucional. Entretanto, a oferta de recursos acabou por enfrentar alguns entraves, por exemplo, no repasse aos bolsistas dos recursos vindos de Brasília e administrado internamente pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, nos valores das bolsas oferecidas que diferiam de acordo com a origem, o que fazia crescer a competição entre estudantes pelos melhores valores (SILVEIRA, 1980), provocando valorização de certos programas de bolsas em detrimento de outros.

Como se percebeu, uma articulação entre administração pública e setor econômico favoreceu a reestruturação do sistema universitário nacional, a criação de centros de pesquisa de alcance nacional, núcleos regionais de ensino e pesquisa e outros tipos de unidades de cunho institucional e de formação (FERREIRA; MOREIRA, 2001).

Foi um período de transição, novos padrões e novas regras. Saíam de cena os brasilianistas, entraram em cena novos pesquisadores formados nas universidades brasileiras, com pós-graduação nos Estados Unidos ou Europa. Outra modificação no cenário nacional foi apontada por Almeida (2002), o diálogo entre as comunidades científicas brasileiras e norte-americanas tornou-se mais intenso nas décadas de 1980 e 1990, de um lado, em decorrência de financiamentos vindos de instituições e fundações como a Fundação Ford, do outro, com o crescimento desse investimento em bolsas de estudos fornecidas pelo governo brasileiro.

Dentro das instituições de ensino, se evoluiu da contratação de professores estrangeiros experientes e de relevância em suas áreas de conhecimento, para o fornecimento

de bolsas de estudos para capacitação dos professores e pesquisadores brasileiros vinculados a instituições de ensino superior brasileiras para capacitação em instituições do exterior. Neste processo, a tradicional influência francesa na academia brasileira foi diminuindo ou sofrendo com a concorrência de instituições estadunidenses.

De acordo com o professor Oswaldo Sevá, na época em que surgiu o projeto de criação de tais núcleos de documentação percebia-se um certo nacionalismo cultural, no qual havia “uma necessidade premente de preservação e de valorização da memória e da história e como se tudo estivesse ainda por ser feito” (SEVÁ FILHO, 1977, p. 3). Ao mesmo tempo, a presença dos brasilianistas incomodavam aos ‘esclarecidos’, aqueles que sabiam de sua existência e conheciam seus trabalhos. Havia demandas que advinham de diversos setores, demandas por paisagens, patrimônios autênticos preservados, museus, catálogos etc. vivia-se o contexto nacional de implantação dos chamados *Estudos Sociais* e *Estudos dos problemas brasileiros*, mesmo assim, segundo Sevá Filho, até a década de 1980, “as áreas de Ciências Humanas são contidas ou esquecidas nas universidades, e são incentivadas nos seus ramos profissionais mais ligados ao mercado, através de faculdades particulares.” (SEVÁ FILHO, 1977, p. 3).

Passados esses primeiros anos de existência e, de acordo com Souza et al (2019), chegando ao fim da década de 1980, novas políticas são adotadas no contexto nacional:

Os anos seguintes, principalmente a partir dos anos 1990, com a prevalência das políticas neoliberais para a Educação e para a Cultura, estes núcleos vivenciaram fortes dificuldades, diante da escassez de recursos e da falta de centralidade ou reconhecimento do papel da cultura para as universidades (...) esta é uma década [1990] marcada por um declínio da forte intervenção que os núcleos de extensão haviam realizado em tempos anteriores sobre o cenário cultural paraibano (SOUZA et al, 2019, p. 12).

De acordo Bianchetti, Valle e Pereira (2015), a década de 1990 viu surgir no Brasil o nascimento da chamada *Fast Science* ou princípio do “*publish or perish*”, modelo no qual a pesquisa científica e a formação de pesquisadores teve seu financiamento atrelado pelo Estado a referenciais quantitativos. Segundo os autores, “as consequências da adoção pelas universidades dessa forma de racionalidade, cuja face mais visível é a entronização, nos espaços da pós-graduação *stricto sensu*, do produtivismo acadêmico” (BIANCHETTI; VALLE; PEREIRA, 2015, p. 18). Outra consequência nesse âmbito é “um mal estar na academia” na medida em que pesquisadores se tornam mais dependentes de financiamentos do Estado e que este só é aprovado com a comprovação e avaliação quantitativa dos pesquisadores, ou seja, atrelava-se o financiamento à avaliação. Concomitantemente,

(...) a estratégia posteriormente executada, de acoplar a avaliação ao financiamento, reduziu a capacidade de resistir e/ou de apresentar e pôr em ação modelos alternativos de avaliação, considerando, desse modo, as especificidades das áreas e regiões do país (BIANCHETTI; VALLE; PEREIRA, 2015, p. 25).

Os autores destacam esse modelo de funcionamento das universidades brasileiras como uma espécie de autonomia concedida pelo Estado e pelo mercado econômico, onde prevalece

(...) um tipo de racionalidade inclinada a transformar as universidades em espaços sociais de produtividade e competitividade, à semelhança das empresas privadas, com fortes ameaças sobre toda uma tradição universitária habitada pela convicção de sua universalidade (BIANCHETTI; VALLE; PEREIRA, 2015, p. 31).

Concomitantemente, em meados da década de 1990, a mudança das universidades brasileiras incluiu mudanças no perfil dos sujeitos formados nestas instituições.

As mudanças morfológicas no campo acadêmico, cuja característica principal é o efeito proporcionado pelo aumento numérico de profissionais (professores e pesquisadores) cada vez mais qualificados e desse modo, aptos e dispostos ao ingresso no que fazer da pesquisa aliadas aos novos patamares de desenvolvimento do capital (...) Isso exigirá de professores e pesquisadores um tipo de profissionalização antes desconhecidos no Brasil, ou, pelo menos, não amplamente generalizados, isto é, eles tornam-se especialistas ou experts. O que se observa é uma profissionalização acadêmica voltada tanto à especialização quanto à produção, em larga escala, de conhecimentos específicos, mormente os passíveis de aplicação (ver o crescente estímulo à inovação e ao desenvolvimento de produtos e patentes ...) (BIANCHETTI; VALLE; PEREIRA, 2015, p. 59).

A origem desse modelo de avaliação, que vinculou financiamento e produtividade, segundo Bianchetti et al (2015), surgiu nas ciências exatas e da natureza, em áreas de competição mais acirrada, de profissionais mais adaptados a exigência de publicação de *papers* em quantidade e em língua estrangeira (inglês). Como consequência, as ciências humanas e sociais passaram a ser confrontadas com realidades acadêmicas desafiadoras e, muitas vezes, desmotivadoras.

Por sua vez, os pesquisadores da área de ciências humanas e sociais irão deparar-se com uma dinâmica temporal e um sistema de recompensas e sanções um tanto alheios às características de sua produção intelectual. Com o passar do tempo, isso vai ficando cada vez mais claro conforme o sistema se aperfeiçoa e à medida que ‘avança’ para dar conta dos patamares e exigências internacionais de produtividade próprios das áreas mais produtivas, quer dizer, as já mencionadas ciências exatas, engenharias, biológicas, da saúde etc. (BIANCHETTI; VALLE; PEREIRA, 2015, p. 61).

Esse viés da profissionalização e especialização nos ajuda a entender porque projetos como os Cursos de Especialização do NDIHR, de perfil tão generalista, que analisaremos

posteriormente, não prosperaram após 1998.

O professor Jacob Lima, cientista social que esteve na Paraíba durante esse processo de mudanças na pós-graduação, explicou em seu depoimento ao CPDOC o contexto de meados da década de 1990 aqui, na UFPB.

Mas o programa [de Sociologia que estava sendo implantado na primeira metade dos anos de 1990] ainda era muito fraco, porque tinha aquelas histórias dos professores que entravam e que saíam, a questão da produção, que começou a cada vez mais contar. Lembrar que os parâmetros da avaliação começaram a mudar, pela Capes. Isso começou a impactar (LIMA, 2019, p. 15).

A década de 1990 foi de queda no volume de recursos para as universidades brasileiras. Contraditoriamente, o depoimento do professor Jacob Lima cedido ao CPDOC deu ênfase na escassez:

C. C. [Celso Castro] – Agora no Nordeste, no Norte também, em alguns estados, você tinha o apoio estadual, através de umas federações, eles davam tipo um enxoval para quem ia, um enxoval, assim davam bolsas e assistente, dinheiro para comprar livro, computador, porque naquela época, comprar um computador era um evento e tal. Na Paraíba, tinha esse apoio?

J. L. [Jacob Lima] – Não. Na Paraíba, não tínhamos nada. Não tinha nada. Para você ter uma ideia, eu saio de uma posição em 2004, eu tinha um computador que eu tinha comprado em 1990 e alguma coisa e era o único que tinha. A universidade, literalmente, caindo aos pedaços. Todo o tempo que eu fiquei lá, a universidade estava caindo aos pedaços. E não só. Outras na região, também, estavam literalmente caindo aos pedaços. Você não tinha apoio. Lembrar que os anos 1990 nós passamos a pão e água. Nada, nada, nada (LIMA, 2019, p. 16).

Um fator citado na entrevista de Jacob Lima fez referência ao desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação e seu impacto na vida acadêmica, assim como, as mudanças de diretrizes da Capes. Segundo ele, o computador e a internet mudou a rotina da universidade de muitas maneiras, assim como, os parâmetros de produtividade:

C. C. – O que você acha que mudou na rotina? Estou perguntando isso porque eu estou interessado nesse tema. Na rotina acadêmica, antes e depois da internet, do computador?

J. L. – Rapaz, mudou muito. Porque junto com isso mudaram as cobranças com relação à produção. Então, para você ter uma ideia, em 1993, eu peço uma bolsa de produtividade. Eu defendo em 1992. E consigo uma bolsa produtividade em 1993. Que ainda era bem no começo. Mas aí eu tinha que ter, pelo menos, duas publicações anuais, de qualquer jeito. Então, rapaz, aí começa uma pressão, que não tinha antes. Antes, era uma coisa assim mais... produzia quando você tinha alguma coisa concreta já para... E começa uma pressão muito grande. E com os dispositivos digitais, rapaz, isso vai se incorporando na sua vida de uma forma, que hoje, por exemplo, eu trabalho *full time*, não tenho horário. Às vezes, eu estou num projeto de pesquisa, acordo de madrugada e eu entro lá para ver o que é que vou resolver, não sei mais o que e... Então, é meio assim, eu acho que aquele tempo de trabalho e tempo de descanso meio que sumiu; não só para nós, mas acho que para quem

trabalha com esses dispositivos de uma forma geral, isso meio que some. Então eu acho que você tem uma intensificação muito grande do trabalho. (LIMA, 2019, p. 16-17).

O mundo globalizado também fez mudar a circulação das informações de várias maneiras, não só através das redes digitais, mas na ampliação das redes de cientistas que se ligam através de espaços acadêmicos, de divulgação e circulação de ideias.

As fronteiras geográficas ficaram cada vez menos evidentes:

J. L. – Olha. Você sabe que para mim, que estava no Nordeste, eu falei: “Bem, agora, chegar em São Paulo, vai ser complicado”; mas eu chego em São Paulo sem muita... sem muito problema, por uma questão simples: tinha mudado muito a carreira acadêmica de uma forma geral e a forma como nós circulávamos. Então, por exemplo, nós, na Paraíba, tínhamos muita consciência de que você não podia ficar lá.

J. L. – Então, nós circulávamos bastante, tínhamos muito contato, então, as nossas redes já eram... a minha. Eu estou falando nós aqui, mas com os colegas todos da UFPB. A gente circulava muito, então, cheguei em São Carlos, não vi muita diferença, não (LIMA, 2019, p. 18).

E assim, retomando a imagem do rizoma, podemos entender que um período de decadência é um aborto da raiz principal?

Desta vez a raiz principal abortou, ou se destruiu em sua extremidade: vem se enxertar nela uma multiplicidade imediata e qualquer de raízes secundárias que deflagram um grande desenvolvimento. Desta vez, a realidade natural aparece no aborto da raiz principal, mas sua unidade subsiste ainda como passada ou por vir, como possível. Deve-se perguntar se a realidade espiritual e refletida não compensa este estado de coisas, manifestando, por sua vez, a exigência de uma unidade secreta ainda mais compreensiva, ou de uma totalidade mais extensiva. Seja o método do *cut-up* de Burroughs: a dobragem de um texto sobre outro, constitutiva de raízes múltiplas e mesmo adventícias (dir-se-ia uma estaca), implica uma dimensão suplementar à dos textos considerados. É nesta dimensão suplementar da dobragem que a unidade continua seu trabalho espiritual (DELEUZE; GUATTARI, 2000, p. 20).

3.2 Conexão Mato Grosso – Brasília – Paraíba: Fundação do CDIHR e NDIHR em Cuiabá e João Pessoa⁸

O NDIHR de Cuiabá, denominado inicialmente Centro de Documentação e Informação Histórica Regional (CDIHR), iniciou seu processo de criação quase de forma simultânea à criação do curso de graduação em História e do Departamento de História na Fundação Universidade Federal do Mato Grosso (FUFMT). Como outras universidades brasileiras, a FUFMT, instituída no ano de 1970 e implantada em 1972, havia sido fundada com a absorção de faculdades e escolas isoladas existentes em Cuiabá.

⁸ Em nossa pesquisa, encontramos referências ao Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade do Acre (CDIH), que teria sob sua guarda documentos livros, jornais, fotografias, microfilmes, teses antigas, acervos pessoais de ex-governadores e documentos fontes para a história do estado, mas não conseguimos mais informações se sua criação ocorreu no mesmo contexto de criação dos Núcleos de Cuiabá e João Pessoa.

Na época da sua criação, a FUFMT possuía quatro centros, o CDHIR manteria ligação mais próxima com dois deles, o Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), que agrupavam os departamentos de Letras, Educação e História, e o Centro de Ciências Sociais (CCS), composto pelos departamentos de Ciências Contábeis, Direito, Economia, Geografia e Serviço Social.

Segundo Motta (2014), o Projeto Rondon foi o ponto de partida para a execução de políticas públicas que se propunha integrar as fronteiras nacionais, entretanto, as motivações políticas por trás desse projeto eram muito claras: envolver os estudantes universitários em projetos que os educassem nas ideias das forças armadas na tentativa de enfrentamento às mobilizações estudantis que se intensificaram em 1967. Uma das consequências desse projeto foi a criação de campus universitários avançados no norte e centro-oeste do Brasil. A Universidade Federal do Mato Grosso surge neste contexto e até hoje a memória do Projeto Rondon constitui parte da memória da instituição, o Museu Rondon, por exemplo, ainda é mantido por essa Universidade Federal.

No contexto de criação do CDIHR, a universidade era administrada ainda pelo seu primeiro reitor (Gabriel Novis Neves) e grande parte de sua estrutura física e acadêmica ainda fazia parte dos projetos futuros a serem executados pela instituição. (SIQUEIRA, DOURADO, RIBEIRO, 2011). Na elaboração do projeto de implantação de ambos os núcleos, os autores destacaram alguns pontos dessas políticas que favoreceram sua criação: 1. Ênfase nas atividades de pesquisa e extensão contidas nos planos de desenvolvimento nacional, de desenvolvimento científico e tecnológico e de desenvolvimento da educação e cultura do país; 2. Propostas para a dinamização de áreas até então esquecidas, desestimuladas ou mal atendidas pelas políticas públicas; 3. Integração de áreas periféricas ao processo de desenvolvimento nacional ao produzir conhecimento a ser transformado em políticas sociais, culturais e educacionais voltadas para essas regiões do país; 4. Representavam uma política de preservação de tradições e heranças culturais regionais, representadas pelas ações de preservação de informações, documentos e bens culturais.

No projeto de implantação do NDIHR/MT está colocado como objetivo geral:

(...) não só a preservação da memória regional do passado como ainda – documentar e registrar evidências sócio históricas do presente, organizando um centro de informações sobre a realidade histórica regional, que propiciem o fornecimento de dados científicos para a montagem de projetos socioeconômicos de desenvolvimento (IMPLANTAÇÃO DO N.D.I.H.R – UFMT, [1977] p. 6).

Vislumbra-se um caráter instrumental e pragmático: deveriam recolher e produzir informações que impulsionassem o desenvolvimento regional, evitar a destruição de documentos e evidências históricas que poderiam desaparecer como consequência das transformações sociais e econômicas pelo qual o centro-oeste brasileiro passava.

Se pensarmos nas características do momento que estudamos, nos documentos produzidos no período de implantação de ambos os núcleos de documentação foi repetitivamente colocado que os objetivos que marcaram as necessidades da década de 1970 eram: reverter a dispersão das fontes de informação históricas; o desconhecimento de sua existência; o mal estado de conservação; o desleixo com a sua manutenção; desqualificação técnico-científico dos profissionais que se revestiam da função de cuidar ou interpretá-las, situação agravada pelos privilégios reservados a pesquisadores estrangeiros no acesso a muitas fontes sobre a história do Brasil que gerava distorções no desenvolvimento das ciências sociais e histórica no país.

Segundo os relatórios de implantação, percebia-se o Centro-oeste como vivendo um processo de redescoberta, sua história havia sido marcado por ciclos de migração e de ocupação territorial que se repetia na década de 1970 e levava a região a se integrar à economia nacional através da exploração de minérios, expansão das fronteiras agrícolas e redes urbanas e rodovias que pretendiam ligar o país de sul ao norte, de leste a oeste. O estado do Mato Grosso sentia os reflexos da industrialização do Sul-Sudeste do país, tinha grande parte de seu território na região amazônica e servia como uma espécie de “anel de proteção da Amazônia”. Essa possibilidade de integração das diversas regiões do país com a Amazônia foi um dos argumentos que contribuiu para a criação da UFMT, informalmente conhecida como “a universidade da selva”.

(...) o projeto de montagem do CDIHR em Cuiabá assume uma feição regional interessante, distinta inclusive da assumida pelo centro equivalente de João Pessoa, pois além do trabalho de recuperação e deslocamento de fontes e pessoal para dentro da região (a partir dos arquivos e institutos do Sudeste) estará em condições de acompanhar o processo local, onde uma história anterior, praticamente desconhecida, terá que interagir e, pode ser sucumbida e imediatamente substituída por uma história presente (IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO, [1975], p. 16).

Relatório de 1977 sintetizou bem o contexto de surgimento dos dois núcleos de documentação:

Os dois organismos tiveram sua origem na consideração do estado dos acervos documentais da História brasileira e da historiografia *como* uma área importante da educação superior, seja instrumentalmente para as demais áreas afins do conhecimento humano, seja si mesma, como repositório de fontes para a reconstituição da memória nacional. Considerou-se ainda as condições difíceis de acesso pesquisadores nacionais a essa documentação devido a fatores de múltipla naturezas a dispersão de fontes, o desconhecimento da existência em dos das mesmas, o seu mau estado de conservação ou o desleixo de sua guarda e manutenção. Considerou-se finalmente a desqualificação técnico profissional de que se reveste a pesquisa histórica do país, resultante de todas as dificuldades enumeradas e outras mais, fato que tem como um dos resultados mais em evidência a elaboração de pesquisa e trabalhos sobre a

História brasileira por pesquisadores estrangeiros, dadas as facilidades e o instrumental de que dispõem. Nestes termos, as duas instituições – o NDIHR e o CDIHR.MT, objetivam desempenhar uma atividade tendente a suprimir tais distorções e dotar a pesquisa histórica de uma concepção científica atualizada e atuante (RODRIGUES, 1976, p.28, sic).

Se pensarmos nas características do momento que estudamos, nos documentos produzidos no período de implantação de ambos os núcleos de documentação foi repetitivamente colocado que os objetivos que marcaram as necessidades da década de 1970 eram: reverter a dispersão das fontes de informação históricas; o desconhecimento de sua existência; o mal estado de conservação; o desleixo com a sua manutenção; desqualificação técnico-científico dos profissionais que se revestiam da função de cuidar ou interpretá-las, situação agravada pelos privilégios reservados a pesquisadores estrangeiros no acesso a muitas fontes sobre a história do Brasil que gerava distorções no desenvolvimento das ciências sociais e histórica no país.

No seu projeto inicial, o NDIHR-João Pessoa foi caracterizado como um órgão de formação histórica, de caráter regional, de formação didático-científica, de caráter interdepartamental e de informação (RESUMO SINTÉTICO, s/d). Um órgão de informação significava, naquele contexto, a prestação de serviços a pesquisadores ou qualquer interessado em informação sobre a Paraíba, o Nordeste ou o país, através de divulgação de documentos e resultados de pesquisas, que preenchessem as necessidades de informações históricas, como subsídios para a tomada de decisões pela administração pública e para a preservação de memórias.

Como atividades, se propunham a elaboração de publicações especializadas (catálogos, inventários, índices etc.), a reedição de obras raras ou esgotadas e a edição de artigos científicos originais resultados de suas pesquisas sobre temas regionais (RESUMO SINTÉTICO, s/d).

Analisando esse processo de criação diante do contexto político nacional, a UFPB desenvolvia parte dessa estratégia política de fins do regime militar, o reitor da UFPB Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque⁹ foi a pessoa de influência e conexões em Brasília que assumiu esse papel de projetar e implantar em nível local as políticas públicas no período de distensão.

De acordo com a pesquisadora Maria Helena Virgulino (2016), a professora Joana Neves foi testemunha do entusiasmo com a criação do NDIHR de Cuiabá:

⁹ Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque foi diretor adjunto do DAU entre 1968 e 1969, reitor da UFPB entre 1976 e 1980. O período de seu reitorado é um dos mais discutidos sobre a história dos reitorados da UFPB, sugerimos a leitura de Jordão (2016), Bastos (2009), Cavalcanti (2003) e Duqué (2003).

Sua ida para João Pessoa e o seu trabalho na UFPB ocorreram a partir do interesse em trabalhar no NDIHR. Como conta essa professora, tudo começou em uma visita à Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), no segundo semestre de 1975, como parte de atividades que seriam realizadas pelos seus alunos da Universidade Estadual de Aquidauana.

Nessa visita, a professora Joana Neves foi recebida pelo Reitor da UFMT, professor Gabriel Novis Neves. Segundo ela, o reitor não era seu parente, apesar do sobrenome, mas em compensação era um dos homens mais bonitos que conheceu! A conversa girou em torno de um projeto que vinha entusiasmando muito o Reitor e que havia acabado de ser aprovado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e contaria com verbas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), devendo ser implantado já a partir do ano seguinte, entregando o professor Gabriel Neves à professora um grosso volume para que ela o lesse e lhe dissesse qual a sua opinião enquanto professora de História.

Dessa maneira, a professora Joana Neves tomou conhecimento da criação do NDIHR, e decidiu participar desse trabalho. Segundo o Projeto apresentado, seriam criados dois desses Núcleos: um em Cuiabá- MT, e outro em João Pessoa-PB, instalados, respectivamente, na UFMT e na UFPB.

(...)

A proposta dos núcleos teve sua origem em um Projeto intitulado Cuiabana, já conhecido pela nossa professora, tendo como ideia fundamental promover a pesquisa histórica e documental na região como base e condição para a futura criação de um Curso de Graduação em História, ouvindo nessa ocasião do referido Reitor a afirmação “**ninguém ensina o que não sabe**”, atribuída a um Cacique Xavante, seu conhecido (NEVES, 2013).

A citação foi feita para explicar a posição do Reitor que considerava que a primeira coisa a se fazer antes da implantação de um curso que iria ensinar História seria o de criar condições para se pesquisar a História e, para tanto, o levantamento e a organização documental seriam imprescindíveis, uma vez que o campo de conhecimento da História era ainda muito pobre na região.

A curiosidade da professora Joana Neves foi saber o porquê de o outro núcleo ser criado em João Pessoa, relatando o professor Gabriel: A ideia de dois núcleos regionais de estudos de História era para contemplar duas situações diferentes entre as regiões brasileiras no que dizia respeito ao conhecimento histórico, assim, para o estabelecimento de contrapontos para as pesquisas realizadas em uma região de pouca ou nenhuma tradição historiográfica, no caso a Centro Oeste (na verdade seria mais especificamente o entorno de Cuiabá), seria criado um outro núcleo em uma região de forte tradição histórica e historiográfica, ou seja, a Nordeste (VIRGULINO, 2016, p.).

A presença de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque no Departamento de Assuntos Universitários (DAU), naquele momento, foi determinante para a criação do NDIHR na Paraíba:

Num primeiro momento pensou-se em instalar o núcleo nordestino em Pernambuco, junto à Fundação Joaquim Nabuco. Porém, naquele momento, o Diretor do DAU (Departamento de Assuntos Universitários, depois SESU – Secretaria do Ensino Superior do MEC) era o paraibano Linaldo Cavalcante que influenciou na escolha, resultando na indicação da UFPB para sediar o núcleo que teria a seu cargo organizar a pesquisa de história regional no Nordeste (VIRGULINO, 2016, p. 86-87, sic).

De acordo com Jordão (2016), a criação de núcleos abrangeu diversas áreas. Ligados

às artes e cultura foram criados na UFPB o Núcleo de Documentação Cinematográfica (NUDOC), o Núcleo de Produção e Pesquisa da Cultura Popular (NUPPO), o Núcleo de Teatro Universitário (NTU) e o Núcleo de Arte Contemporânea (NAC).

Segundo a autora, Lynaldo Cavalcante foi beneficiado pela conjuntura nacional, pela confiança que o Governo Federal tinha da gestão da UFPB, em decorrência de sua ampla adesão ao regime civil militar em 1964, e por causa de suas boas relações com o ministro da educação Ney Braga e outros membros do alto escalão da administração.

(...) durante seu reitorado diversos professores ‘dispensados’ em 1968 retornaram à UFPB, caso, por exemplo, do cineasta Linduarte Noronha e do artista plástico Breno de Mattos, ambos ocupando o cargo de professor no Departamento de Artes e Comunicação da UFPB. Portanto, pode-se argumentar, que Albuquerque além de conhecer a função que cabia às universidades na política cultural do governo Geisel, gozava de certo poder de influência, devido às ‘experiências, conexões e relacionamentos’ que tinha desenvolvido no ‘MEC, no planejamento, um pouco no CNPq com alguns diretores, principalmente com Amílcar Ferrari, (...) que era vice-presidente do CNPq na gestão do Geisel’. Outro dado importante é que o reitor era a possível indicação da Escola Superior de Guerra para ocupar o cargo de ministro do MEC. Diante desse quadro, era de suma importância o desenvolvimento de ações e projetos na UFPB, nas mais diversas áreas, com caráter inovador e em consonância com os objetivos propostos pelo regime militar, para dar visibilidade e projeção nacional ao reitorado de Albuquerque (JORDÃO, 2016, p. 192-193).

Como esse apoio, a UFPB se projetou nacionalmente e recebeu grandes investimentos por causa das administrações modelos durante os governos militares:

Essa postura favorável da UFPB foi reconhecida e recompensada pelo governo militar, que a converteu numa ‘espécie de modelo universitário da região Nordeste’ passando do ‘25º para o 2º lugar na concessão de verbas do Ministério de Educação e Cultura’. Desse modo, é possível considerar que a colaboração da UFPB com o regime militar foi decisiva para o vultoso crescimento que obteve ao longo da década de 1960, o maior da região nordeste e 6% superior à média nacional, fornecendo as bases para expansão e dinamização observadas durante a gestão do reitor Lynaldo Albuquerque (JORDÃO, 2016, p. 191).

Continua Jordão sua análise:

Portanto, o reitorado de Albuquerque, período no qual foi criado o NAC/UFPB, vem na esteira de 11 anos de fidelidade incontestes ao regime militar e às suas políticas, podendo ser entendido como a continuação e reafirmação da posição colaborativa da UFPB. No entanto, diferentemente dos seus antecessores, sua gestão foi beneficiada por uma conjuntura extremamente favorável – com o processo de abertura política e a estratégia de aproximação do conjunto de oposição, dentre os quais estudantes e professores universitários – possibilitando que as ações desenvolvidas no seu reitorado (e ele próprio) fossem percebidas como progressistas, quando na verdade estavam não só em completa consonância como foram, em grande medida, possibilitadas por essa nova política do regime militar (JORDÃO, 2016, p.

191-192).

Nas inúmeras memórias de professores da UFPB que consultamos foi marcante o reitorado Lynaldo Cavalcanti e a grande contratação de profissionais com cadastros em órgãos de segurança e que vivenciaram grandes dificuldades na contratação para universidades brasileira¹⁰. De acordo com a professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (2020), no reitorado de Lynaldo Cavalcanti houve um grande número de contratações de docentes para a UFPB. O mesmo lembrou a professora Josefa Salete B. Cavalcanti, socióloga e pioneira do curso de graduação em Sociologia da atual Universidade Federal de Campina Grande e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da mesma universidade.

(...) o programa se beneficiou muito desses professores que tinham sido fichados pelo DOPS ou outros órgãos de repressão no período da Ditadura Militar, e que, por este motivo não encontravam emprego muito facilmente em outros lugares. Era uma conjuntura muito especial e nisso aí o professor Lynaldo Cavalcanti também atuou positivamente, “*quebrou lanças*”. Ele dizia: “*Tudo bem professora, a contratação desse aqui emperrou, por estar fichado no DOPS, mas a gente resolve*”. E ele resolvia mesmo! (CAVALCANTI, 2003, p. 127, sic).

A então professora do Departamento de Sociologia da UFCG, Regina Reyes Novaes também deixou registradas suas memórias na Revista Raízes sobre a importância de Lynaldo Cavalcanti para a universidade, na Revista Raízes:

Como sabemos, durante o período autoritário, havia se criado no Brasil o Sistema de Pós-Graduação que modificaria as relações entre as diferentes regiões do país no campo da ciência. As Universidades Federais, ligadas entre si, criaram outras possibilidades de intercâmbios acadêmicos no interior do país e mesmo com o exterior. O próprio Lynaldo Cavalcanti é um pouco fruto deste processo, ele tinha ocupado um cargo importante no CNPq durante o regime militar, foi lá que ele travou conhecimento com vários programas de pós-graduação, inclusive com a COPPE/UFRJ acima citada. Quando ele voltou à Paraíba para ser reitor, veio com uma visão do país, menos regional, mais nacional e internacional. É a partir desta visão ampla que ele atuou eficientemente para trazer pessoas para a UFPB. Lynaldo e sua equipe abriram possibilidades para absorver tanto quadros recém qualificados do sul do país, quanto os que estavam voltando, com seus títulos acadêmicos, ao Brasil pós-anistia. Um chegava da Tchecoslováquia, outro da Alemanha Oriental, outro vinha com seu doutorado no México, etc... O resultado destas aquisições foi, na época, um produto bastante revolucionário (NOVAES, 2003, p. 130-131).

A professora Rosa Maria Godoy Silveira fez uma estimativa da quantidade de docentes vindos para o Estado e a consequência desse fluxo para a sociedade paraibana:

¹⁰ Uma anedota sobre Lynaldo foi lembrada por uma de nossas colaboradoras. Em seu relato, há uma passagem em que ele fez referência aos servidores do NDIHR como “a turma de comunistas do NDIHR” (RODRIGUES, 2020).

E esse quadro mudou muito porque, no reitorado de Lynaldo, ele trouxe, como eu disse, mais de mil e quinhentas [pessoas] a estimativa, das quais eu diria que talvez umas mil e cem ficaram [na Paraíba], mas produziu um foco no âmbito não só institucional, como no âmbito local houve, não de imediato, mas por volta de 1968 uma crise xenófoba na cidade, houve matérias assim nitidamente contra pessoas de fora e nisso a gente tinha até que admirar o meu professor Lynaldo, porque embora fosse uma pessoa sabidamente, dando início... o regime militar ainda, ele veio ainda com muitos poderes para cá, era um reitor desse ritmo mesmo, meio bravo, e ele angaria dinheiro para a Universidade e, embora essa marca de Lynaldo ele teve outra marca, assim oposta, ele trouxe, nessa leva de professores de fora muita gente que tinha sido exilada, muita gente que tinha ido embora do país, até fugir da ditadura militar por razões políticas e ele não hesitou em ignorar, digamos a ficha desse pessoal. Então, era todo esse contexto e veja, na medida que esse pessoal chegou na articulação, ele tirava, evidentemente, o pessoal da terra, é lógica a reação. É, principalmente, da mão das oligarquias que era quem escolhia fulano, beltrano, indicavam, não é? Não é que fosse escolhido democraticamente através de concurso não, não havia isso, mas isso provocou essa reação (SILVEIRA, 1998, p. 3-4).

A pesquisadora Fabricia Jordão realizou um trabalho excepcional sobre o Núcleo de Arte Contemporânea (NAC) da UFPB e nos permitiu refletir sobre o impacto da criação do NDIHR. Da mesma forma que ela afirma que o NAC não teve uma ação inovadora em nível nacional, o NDIHR não teve este caráter inovador a nível nacional em termo de pesquisa historiográfica, entretanto, teve grande relevância para a pesquisa social e histórica locais, principalmente, através da introdução de metodologias e visões renovadas sobre “as maneiras de fazer a história” e para a organização de uma Arquivologia no Estado.

Ambos, NAC e NDIHR, também compartilham uma característica negativa. Em 1985, a paralisação do NAC teve como um dos fatores a desvinculação dos artistas e gestores desse Núcleo, no caso do NDIHR, também ocorreu uma desvinculação acentuada dos professores que desenvolviam pesquisas e projetos na década de 1990.

3.3 O NDIHR – João Pessoa (1980-1990)

A dissertação de Moraes (2012) é extremamente valiosa ao identificar as fases de desenvolvimento do NDIHR. Segundo a autora, a fase de implantação se iniciou no ano de 1976 sendo finalizada em 1980. A fase de consolidação se estendeu de 1981 a 1996. A terceira fase, chamada de Crise, foi estendida pela autora do ano de 1997 ao momento de defesa de sua pesquisa (2011). Nesta seção, vamos discutir aspectos cotidianos dessas fases.

O período de maior produtividade do Núcleo se situa entre duas mudanças políticas e

econômicas nacionais relevantes para a definição de políticas específicas para a área da pesquisa acadêmica. O primeiro se relaciona com

O período repressivo-modernizador do regime militar nos anos 70 também assistiu a um equivalente acadêmico do processo de substituição das importações em curso no setor industrial, sob a forma de recursos ampliados concedidos às instituições universitárias e laboratórios de pesquisa para formar pessoal e viabilizar novos projetos de pesquisa. Independentemente das orientações políticas do governo, ampliaram-se as fontes de financiamento para a capacitação de recursos humanos, com um crescimento exponencial das bolsas atribuídas a candidatos em programas de pós-graduação no exterior. O retorno gradual dos pesquisadores correspondeu a um aumento proporcional no volume de trabalhos científicos publicados em periódicos especializados, elevando a qualidade e o profissionalismo das ciências sociais brasileiras (ALMEIDA, 2002, p. 46).

O segundo momento, marca o declínio do Núcleo e início da fase de crise identificada por Morais (2012). Neste momento,

Nas problemáticas condições da educação superior no Brasil durante o fim dos anos 90 e começo do ano 2000, quando eminentes docentes das universidades apresentavam-se para não perder os generosos benefícios previdenciários sem, em muitos casos, serem substituídos (LEVINE, 2002, p. 79, sic).

Através da documentação, alguns eventos relevantes ocorreram ainda no início do processo de implantação. Em julho de 1977, em João Pessoa, ocorreram encontros entre as três instituições envolvidas na criação dos núcleos de documentação, a UNESCO foi representada pelo doutor Alfonso de Silva, pela Fundação Universidade Federal do Mato Grosso (FUFMT) a professora Therezinha Arruda, coordenadora do NDIHR/MT e a assessora do reitor, professora Maria de Lourdes De Lamonica. Como representante do reitor da UFPB, o professor Oswaldo Sevá Filho, a coordenadora do NDIHR/PB, professora Rosa Maria Godoy Silveira, e um grupo de professores/pesquisadores responsáveis pelos programas de pesquisa do núcleo da Paraíba: Professora Ângela Maria Tude de Souza, do Departamento de Arquitetura; Professor Arnaldo Chain Richa e Ana Madruga, do Departamento de Ciências Sociais; Professor Moacir Madruga, do Departamento de Geociências; como convidado, o Professor Sebastião Witter, diretor do Setor de Documentação da USP e diretor nomeado do Arquivo Público do Estado de São Paulo, em visita ao NDIHR e ao Departamento de Filosofia e História da UFPB (PROGRAMA... 1977).

Entre 04 e 07 de outubro do mesmo ano, o representante da UNESCO fez visita ao Mato Grosso, momento em que ocorreu além de reuniões com gestores da universidade, visitas a instituições e discussões sobre acervos. Inicialmente, havia sugestões no sentido dos

dois núcleos se articularem de forma teórica e temática, ou seja, fossem estruturados com uma mesma base conceitual e as mesmas linhas de pesquisa visando o estudo e o desenvolvimento regional. Desde o princípio, algumas linhas se destacaram: Formação da Rede Urbana, Economia Pesqueira, Relações comerciais com o Eixo Rio-São Paulo.

Estava em pauta nestas reuniões a possibilidade de treinamento através do Programa de Cooperação Técnica da UNESCO, através do IBEC ou nos programas da UNESCO junto a arquivos europeus, especificamente, cooperação com Portugal, além da consultoria sobre equipamentos e organização de acervos, com a utilização do Sistema de Classificação de Acervos – Thesaurus. Oswaldo Sevá destacou que a cooperação com a UNESCO, com seu potencial de intercâmbio, poderia colaborar com a formação de acervos próprios, formação de pesquisadores e desenvolvimento de um programa editorial, além de ter o benefício da obtenção de reconhecimento público e internacional dos dois grupos de pesquisadores trabalhando em duas universidades médias, subordinadas a outros centros, afinal, como destacou a professora Rosa Godoy, ainda em 1980, havia pouca abertura para projetos das Ciências Humanas em instituições de financiamento de pesquisa.

A definição do NDIHR como órgão suplementar da UFPB só ocorreu após a aprovação de um novo Regimento Geral da UFPB no ano de 1978, pelo parecer nº 6708/78-CFE, que regulamentou os órgãos de pesquisa e extensão da instituição. Em março de 1979, a edição da Resolução nº 15/79-CONSEPE confirmou a criação dos núcleos da UFPB. Através da Resolução nº 24/79 o NDIHR foi oficialmente criado e seu Regulamento foi publicado como Resolução nº 164/79. Entretanto, desde 1975, desenrolaram-se reuniões, acordos, entendimentos e ações práticas para sua institucionalização. Sendo definido como órgão suplementar da universidade, foi vinculado ao Gabinete do Reitor, mas com supervisão delegada à Direção do CCHLA¹¹.

Cronologicamente, o projeto datado de 1975 foi iniciado em março do ano seguinte. O sociólogo Renato Ortiz¹², vinculado ao Departamento de Ciências Sociais, foi o primeiro coordenador do Núcleo e esteve à frente da implantação, mas afastou-se em agosto de 1976, sendo substituído pela professora Rosa Godoy. Neste processo, o professor Oswaldo Sevá¹³,

¹¹ Lembremos que, após a reforma universitária de 1968, as universidades passaram a se organizar administrativamente em Departamentos, com essa estruturação, tentava-se desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão.

¹² Renato Ortiz, segundo Silveira (1998) não se adaptou a João Pessoa, permanecendo apenas um semestre e se transferindo para a UNICAMP.

¹³ Arsenio Oswaldo Sevá Filho (1948-2015). Engenheiro mecânico formado na Escola Politécnica de São Paulo (USP). Entre 1975 e 1976, foi comissário no Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação (DAU/MEC). Na UFPB, foi professor do curso de Engenharia de Produção e assessor do reitor Lynaldo Cavalcanti entre 1976 e 1978, possuindo a atribuição de supervisionar o processo de institucionalização do NDIHR/PB. Permaneceu na UFPB até o ano de 1986 transferindo-se para a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Fontes: Plataforma Lattes; site da UNICAMP. Notícias: Unicamp perde o professor Oswaldo Sevá. 02 Mar.

assessor do reitor Lynaldo Cavalcanti à época, foi colaborador e intermediário entre o NDIHR e a Reitoria, propondo, inclusive, a inclusão do Núcleo no orçamento da instituição a ser apresentado ao MEC para aprovação. Ficou definido que, a partir de 1978, os recursos financeiros do Núcleo seriam passados à reitoria e repassados a este.

Entre março de 1976 e março de 1977, o NDIHR funcionou em uma sala do CCHLA, bloco 05, próximo a Biblioteca Setorial e aos departamentos de Filosofia e História (DFH) e Departamento de Ciências Sociais (DCS), de onde provinham os primeiros professores a trabalhar no Núcleo. Neste primeiro ano, o núcleo funcionava de forma precária e praticamente sem funcionários, contava com o apoio administrativo dos servidores da Secretaria do CCHLA.

Em março de 1977, o NDIHR foi transferido para um espaço no prédio que hoje é a Reitoria da UFPB, Campus I, onde permaneceu até o ano de 1980, então, ocupando quatro espaços onde trabalhavam coordenação e pesquisadores, ocorriam reuniões e se guardavam equipamentos de microfilmagem (preparação e consulta, mas que não conseguiu funcionar efetivamente) e documentos.

Laudereida Moraes recorda este momento:

“Tenho para mim que ele começa numa salinha no Departamento de História com dois professores fazendo História Oral, se eu não me engano. Essa é uma história que eu não domino. Mas, Maria Antonia Alonso, ou outra que eu não tenho... e um professor, que também era do Instituto Histórico [e Geográfico Paraibano]. Ele era professor aqui. Os dois começam a trabalhar e depois não teve lugar, eles foram para debaixo do subsolo da reitoria. Quando não dá mais [espaço] lá, eles passam para cá [Central de Aulas, bloco G] e daqui nunca se conseguiu sair.” (MORAIS, 2018, p.3).¹⁴

A locação do Núcleo no espaço onde funcionou a Biblioteca Central, naquele contexto, era o espaço ideal para seu funcionamento porque se pensava, e está colocado nos documentos produzidos na época, que a sua função era semelhante à da Biblioteca.

Em discussões com outros docentes do setor, deliberou-se como princípio que um centro de documentação deve ser instalado nas mesmas dependências da Biblioteca Central, uma vez ponderados os seguintes aspectos: tratar-se de um organismo de serviços para a comunidade universitária, como a Biblioteca

2015. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2015/03/02/unicamp-perde-professor-oswaldo-seva>. Acesso em: 11 Jan. 2020.

¹⁴ A partir deste momento os depoimentos de nossas colaboradoras serão destacados em itálico e na cor cinza.

Central o é; dada a sua natureza, deve manter um constante fluxo de contatos com aquela, para consulta do seu acervo e utilização de seus serviços de intercâmbio. Além desses, outro ponto foi considerado: o setor de microfilmagem, que, por si só, constitui uma unidade física específica, com salas de microfilmagem e processamento, distintas da sala de acervo micrográfico e da(s) sala(s) de leitura e consulta do público usuário. Exatamente essa sala de leitura poderia ser instalada em um espaço confluyente entre a Biblioteca Central e o NDIHR, pois aquela vem constituindo um acervo de periódicos em microfichas que exigirá um conjunto razoável de máquinas leitoras, inclusive com máquinas leitoras e simultaneamente reproduzoras de microfilmes de xerox. A proposta de uma sala comum à biblioteca e ao NDIHR teria a vantagem de evitar duplicação de despesas com equipamentos ou duplicação de espaço (SILVEIRA, 1980, p. 6).

De acordo com Silveira (1980), a ligação com a Biblioteca Central estava colocada na proposta apresentada à UNESCO para obtenção de cooperação internacional. Ainda sobre a instalação nas dependências da Biblioteca Central, o espaço do Núcleo estava localizado no subsolo da atual Reitoria onde funciona correntemente um estacionamento:

Tal espaço físico não se configurava de modo algum ideal para a prática de pesquisa, dada a não separação de ambientes para as várias equipes de estudos, de modo a disporem de condições acústicas apropriadas; a Coordenação também não dispunha de um ambiente privativo onde pudesse desenvolver mais a contento seu trabalho e, sobretudo, tratar de assuntos por vezes de natureza confidencial ou receber mais adequadamente pesquisadores ou estudiosos em suas audiências; inexistiam também dependências para trabalhos individuais. Ao lado da deficiência de condições acústicas, havia deficiência de condições técnicas de luminosidade. Não havia condições tão pouco para a instalação adequada de um acervo. Se bem que a sala de microfilmagem estivesse razoável (SILVEIRA, 1980, p.4-5).

Ao longo desse processo de implantação, foram marcantes o imprevisto, o aproveitamento de equipamentos, a negociação para ocupação de espaços ou sua subdivisão, tendo em vista o caráter urgente na ocupação de para o atendimento a usuários.

Uma maneira para viabilizar a reprodução de documentos selecionados e a pesquisa foi a criação de um Setor de Microfilmagem, que poderia permanecer vinculado ao Departamento de Administração e servisse a todos os setores que o requeressem seus serviços, sendo os pedidos de microfilmagem aprovados por uma Comissão Permanente, criada para a avaliação e aprovação de projetos de microfilmagem, proposta jamais aceita porque segundo avaliação da professora Rosa Godoy,

(...) isto é totalmente incompatível com a natureza de atividades do setor, que requerem, por vezes, trabalho de campo e, desse modo, são constrangidos a aguardar a prioridade que lhes seja dada por uma Comissão estruturada muito mais para atender finalidades administrativas do que finalidades científicas (SILVEIRA, 1980, p. 9).

Ainda hoje, o Núcleo localiza-se em um bloco da Central de Aulas, nas vizinhanças de salas de aulas utilizadas por alunos dos cursos de graduação. São nove ambientes agregando coordenação, Laboratório de Arqueologia, secretaria, sala de estudos, biblioteca, sala de arquivo, sala de coordenação do arquivo, copa e hall que foram sendo adaptados de acordo com as necessidades de cada momento, inclusive, recebendo a sede da Associação Nacional de História – Seção Paraíba, associação criada em 1967, sendo o NDIHR ainda guardião de parte de sua documentação.

Apenas em 1980, formou-se uma equipe administrativa mínima composta por uma secretária; dois assistentes setoriais ligados ao setor de microfilmagem; um técnico administrativo; três agentes administrativos, inclusive, um deles com formação em Biblioteconomia¹⁵ e ligado ao setor de acervo; um datilógrafo; um técnico em contabilidade; um agente de portaria e um auxiliar de serviços gerais¹⁶. Desses colaboradores, apenas dois eram contratados pela UFPB, os demais chegaram até o Núcleo através de convênios e que, no dia-a-dia, tinham suas funções desviadas dos projetos para atividades administrativas, característica comum, segundo Silveira, que provocava o redirecionamento de verbas de projetos para a remuneração de pessoal, e não garantia a excelência no desenvolvimento das atividades, situação agravada pelo pouco aperfeiçoamento nas áreas para onde eram designados.

Outro obstáculo ao trabalho, decorrente dessa escassez de recursos humanos capacitados, foi o redirecionamento de atividades de coordenadores e pesquisadores de suas funções básicas para a resolução de questões administrativas, outra característica do funcionamento da universidade brasileira, onde grande parte das funções administrativas são atribuições exclusivas de docentes, que são, com frequência, afastados de suas atividades em salas de aulas ou acumulam funções.

Em relação aos pesquisadores, havia formalmente a função de pesquisador, entretanto, nenhum deles tinha sua lotação no Núcleo, cabia aos departamentos ceder seus professores/pesquisadores a ele de acordo com o interesse nas linhas de pesquisa em

¹⁵ A bibliotecária Mércia Eliane Cardoso participou da organização do setor de acervo do Núcleo desde seus anos iniciais. A bibliotecária Felicidade Lúcio Ribeiro que ingressou em 01 de setembro de 1978 no NDIHR, juntamente com Gloriete Pimentel, informações fornecidas por esta em conversa telefônica ocorrida em 2020. Ver RODRIGUES, 2020.

¹⁶ Deixaram vestígio de sua passagem NDIHR os servidores a assistente de administração Nancy Azevedo da Silva (transferida para o CCHLA em 1994); os auxiliares de operação de serviços diversos, Osmando Leal e Solon Alves dos Santos (transferidos para a Biblioteca Central em 1983); o datilógrafo Valter Carneiro da Silva (transferido para o Centro de Tecnologia em 1984); o agente administrativo Abdias de Luna Freire (transferido para o NDIHR em 1984); o agente administrativo Raimundo de Assis Ferreira (transferido para o Departamento de Artes em 1985); a administradora Aleide Galvão Martinez (transferida para o CCSA em 1986); digitador Jorge de Menezes Chianca (prestou serviço entre 1995 e 1999, trabalhando em projetos de organização de arquivos).

desenvolvimento. Essa vinculação trouxe inconvenientes, como a divisão da carga horária entre atividades de docência, pesquisa e administração. Estando seus pesquisadores vinculados a um departamento, seu trabalho também estava vulnerável às políticas e as disputas entre eles. Segundo Marques (2012) cerca de 12 departamentos estavam ligados ao NDIHR.

No caso específico dos professores/pesquisadores vinculados ao Departamento de Filosofia e História, vivenciou-se disputas entre dois grupos de docentes: o dos antigos e o dos estrangeiros, conflito conhecido como a “querela xenófoba da UFPB” (ARAÚJO, 2015, p. 219).

Alguns dos professores que chegavam sofreram com a xenofobia que marcou aquele momento de transição. Entretanto, a rixa entre os dois grupos não se tornou impeditiva para que membros do grupo dos antigos participassem em atividades do Núcleo, o Professor Pedro Nicodemos e José Octávio de Arruda Mello, por exemplo, fizeram parte do Conselho Editorial do NDIHR e tiveram trabalhos publicados em suas revistas. Em outros momentos, o conflito gerou confrontos que terminaram com o embate físico e insultos publicados na imprensa local.

De acordo com Laura Helena Baracuhy Amorim:

“A sociedade paraibana foi um choque cultural para ela, né, porque ela pensava que a Universidade era dos filhos dela. E aí, vem professor da Índia, vem professor de Japão, vem professor de Inglaterra, vem professor dos Estados Unidos, vem professor de França, vem professor de África, vem professor não sei de onde. E aí, eles começaram a... e pessoas que vinham com... Como é que chama? Com o nível de conhecimento, um aporte de conhecimento muito grande e que questionava a estrutura atual, perdão, a estrutura vigente, né. Muitos com conhecimento das obras sobre clientelismo, as obras diversas que existe sobre o clientelismo, que agora não me acorre, mas foram desvendando a feição de nossa sociedade é isso que foi ferindo pessoas, nosso departamento mesmo foi muito sofrimento para as pessoas, as pessoas começaram a se sentir escanteadas, certo, menosprezadas pelos que vinham de fora porque houve uma diferença mesmo de conhecimento, de aporte de conhecimento. E aí, quem não correu para estudar ficou no passado e aí criou o Choque Cultural que deu na xenofobia que foi um negócio muito triste para a universidade.” (AMORIM, 2019, p. 7-8)

A relação entre os departamentos e o NDIHR, por vezes, sofria com obstáculos de comunicação. Segundo Silveira (1980), era constante o afastamento de professores/pesquisadores para realização de pós-graduação demorava a ser comunicada ao Núcleo, assim como a indicação de um substituto. O afastamento para realização de cursos de pós-graduação é uma característica dos movimentos que, tradicionalmente, acontecem no ensino superior brasileiro.

Em 1965, produziu-se um documento com propostas de como a pós-graduação deveria ser desenvolvida no país: o Parecer 977/65. Dessa maneira, ambos os projetos – de criação de núcleos de documentação e de programas de pós-graduação – colidam no dia-a-dia do Núcleo, primeiro, quando determinados pesquisadores são favorecidos pelos recursos do setor para o desenvolvimento de suas pesquisas pessoais e quando algumas linhas de pesquisa se veem esvaziadas pelo afastamento de pesquisadores que ingressavam em programas de pós-graduação no Brasil ou no exterior.

De acordo com o projeto de implantação de ambos os Núcleos, o desenvolvimento da interdisciplinaridade era um pressuposto. Entretanto, em 1980, avaliando a efetiva prática da interdisciplinaridade, Silveira afirmou:

(...) não está devidamente configurado no documento o significado da proposta interdisciplinar, tão pouco os meios de operacionalizá-la. Tais críticas, agora realizadas a partir de toda uma carga de experiência do NDIHR neste período de implantação, constituem a nosso ver pontos fundamentais para o melhor entendimento do presente relatório, sobretudo no conteúdo pertinente à pesquisa (SILVEIRA, 1980, p. 64, sic).

Sobre a colaboração entre pesquisadores de diversos departamentos, o relatório de 1980 descreveu a relação específica entre o CCHLA e o CCSA:

Em termos mais específicos da Universidade Federal da Paraíba, propõe-se a apoiar o processo de consolidação e integração entre os Departamentos, sobretudo no âmbito do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) e o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), mediante a relação das pesquisas com o conteúdo dos cursos mais relacionados ao NDIHR (SILVEIRA, 1980, p. 63).

A interdisciplinaridade, um pressuposto para o desenvolvimento das pesquisas do Núcleo, encontrou dificuldades em vários níveis. Como se propunha a realização de pesquisas de temas ainda novos no Estado, como o estudo da região Nordeste e seus problemas, ainda não havia especialistas.

(...) um trabalho interdisciplinar, não é usual não só na Paraíba ou no Nordeste, mas em outras regiões do país e mesmo no trabalho científico em geral. (...) o NDIHR enfrenta para além a necessidade de dar uma formação prática de pesquisa de natureza coletiva, prática essa pouco disseminada na UFPB, a necessidade prática de pesquisa coletiva interdisciplinar. Não se trata de um

proposta única, uma vez que também prevê o trabalho individual ou trabalho coletivo por área, mas a proposta de maior alcance do projeto de criação do NDIHR é efetivamente aquela, principalmente considerando-se a defasagem enorme da região em termos de recursos humanos na área científica, a requerer trabalho realizado coletivamente (SILVEIRA, 1980, p. 16).

Outro problema citado por Silveira se relacionava a não compreensão da proposta interdisciplinar para o NDIHR, levando diversos pesquisadores a afastarem-se do Núcleo motivados pela “falta de adaptação e de compreensão de determinados docentes à diretriz acima exposta, de que resulta sua saída do NDIHR sem que, em nosso entender, tenha havido tempo suficiente de amadurecimento de uma prática profissional” (SILVEIRA, 1980, p. 16). Era frequente os colaboradores ingressarem e se desligarem do Núcleo. Portanto,

(...) a prática interdisciplinar, se bem que possibilitada pela convivência de profissionais de áreas científicas diversas em cada uma das temáticas, não foi experimentada de modo suficiente, dado que tais profissionais não se conviveram simultânea e ininterruptamente e dado que faltou uma reflexão teórica sobre a influência e os limites entre as várias áreas científicas envolvidas em uma mesma e determinada temática (SILVEIRA, 1980, p. 84).

A exigência de concurso público para contratação de docentes só veio a ser legislada na Constituição de 1988, até então, contratações para a UFPB ocorriam a partir de indicações, análise de currículo ou contratos de prestação de serviços, neste último caso, formalmente, definiu-se que os ingressos deveriam ser graduados há algum tempo, contratados mediante apresentação de uma proposta de trabalho para uma atividade específica ou um tempo definido com possibilidade de renovação. Sendo graduado recentemente formado, havia a possibilidade de contratação como auxiliar de pesquisa, em função de seu conhecimento pessoal com os docentes. O processo era facilitado se os candidatos eram ex-estagiários de programas de iniciação científica do núcleo.

(...) a institucionalização da Bolsa de Iniciação Científica na UFPB tem uma relação direta com a prática de pesquisa do NDIHR, que foi um dos principais setores a empregar essa categoria e que atualmente [1980] ainda se mantém como um dos setores que dispõe de mais bolsistas (SILVEIRA, 1980, p.13).

A participação de estagiários no cotidiano do NDIHR foi de fundamental importância para a manutenção cotidiana dos setores e para a formação de profissionais que criaram, posteriormente, relações profissionais com a UFPB, como docentes e servidores técnico-administrativos, ou com outras instituições. A seleção dos estagiários acontecia tanto pela indicação pessoal dos docentes, através de provas e entrevistas ou observação do desempenho do candidato por determinado tempo.

Silveira sintetizou o método ideal de formação de suas equipes:

a – a forma aleatória de recrutamento de pessoal para constituir o quadro de pesquisadores do NDIHR, tendo como motivação interesses pessoais os mais diversos (projetos de Teses e mestrado, maneira de passar o tempo integral de dedicação na Universidade, etc.), sem possibilidade, difícil naquele momento, de encarar a proposta de criação do NDIHR como um empreendimento social, portanto, coletivo, só viável no momento mesmo de uma prática de trabalho coletivo; (SILVEIRA, 1980, p. 69, sic).

Esses procedimentos de ingresso foram posteriormente sistematizados pelo Conselho Técnico Científico (CTC) que passou a ser responsável pela avaliação e emissão de um parecer sobre projetos, só então, qualquer pesquisa poderia ser iniciada e gerando possibilidades de bolsas de iniciação científica. Entretanto, o funcionamento efetivo do CTC só ocorreu até julho de 1998, momento em que as atas desse Conselho deixaram de ser produzidas (MORAIS, 2012).

Ainda sobre o processo de seleção para o Núcleo, experiências com organização de arquivos também foram relevantes, como nos contou em depoimento a historiadora e arquivista Gloriete Pimentel, que já possuía duas experiências pessoais com organização de arquivos no momento em de sua seleção para o NDIHR. A primeira, enquanto estudante do curso de Estudos Sociais (Geografia e História), na disciplina do geógrafo Rubens de Azevedo:

“[Na entrevista] perguntam onde eu fiz o meu curso, quem eram os professores e eu disse que tinha professor de Campina Grande, que era... eu fui dizendo os professores de Campina Grande: Valdomiro, que, na realidade, Valdomiro era professor em Pernambuco e a faculdade chamou Valdomiro para a Paraíba. Eu disse que tinha professor Valdomiro e tinha outro que era muito... oh, meu Deus, esse que era comunista mesmo, oh meu Deus... que ele ficou na faculdade de Campina, meu Deus... Depois eu me lembro do nome dele. Aí, resultado: eu falei que esse professor Rubens perguntou se a cidade de Patos tinha arquivo, aí nós fomos procurar saber na Prefeitura se tinha arquivo organizado, a Prefeitura nos levou até onde funcionava o arquivo que era um depósito gigantíssimo, imenso, era um depósito de documento da Prefeitura Municipal de Patos. Então, Rubens de Azevedo achou conveniente se fazer um levantamento da documentação acumulada naquele depósito municipal de Patos, orientou, foi lá pra dentro com os alunos e fomos identificando os blocos que tinham lá, aqueles grandes volumes de documento, a gente foi identificando, fez a primeira... eu contei como tinha sido, fiz a narrativa de como tinha sido o trabalho com Rubens de Azevedo e que teve relatório, que teve tudo e que ele ficou muito satisfeito com o

resultado” (RODRIGUES, 2020, p.09-10)

A segunda experiência ocorreu durante o período em que foi funcionária do Estado da Paraíba, na Coordenadoria de Moral e Cívica (COMOCI):

“Eu sei que, Maria Antonia [Alonso de Andrade] olhou assim, e ela me explorou: perguntava, perguntava, perguntava, perguntava. Minha Nossa Senhora, e ela tinha aquele sotaque de espanhola, né, e teve um momento que ela disse assim: “Olha, Gloriete, fale o que você sabe porque eu estou querendo lhe ouvir porque”, olhe mesmo, “eu já tomei conhecimento que você tem um trabalho de organização do arquivo da COMOCI”. Mas isso era meu, sabe como era minha tendência? Como doméstica. Tudo que eu vou fazer eu tenho que organizar, entendeu? Eu não sei trabalhar com amontoado não, eu não consigo, eu me organizo. Se é em papel, eu organizo os papéis tudinho, pela natureza deles, pelas informações para eu poder sentir a documentação. Foi isso que eu fiz na COMOCI também. Tinha tanta coisa acumulada na COMOCI, tudo em caixa arquivo, não era como se diz, lixão não, mas era do Estado todo porque a Coordenadoria coordenava o Estado da Paraíba inteiro, todos os municípios e tinha documentação de todos os municípios da Paraíba na COMOCI. E quando eu cheguei lá, foi isso que Zélia me... foi motivada a me levar para o NDIHR porque Zélia já estava escalada para ser professora do NDIHR, da equipe do NDIHR. Então, ela quis aproveitar o trabalho que eu fiz na COMOCI, quando ela era coordenadora, ela quis me aproveitar pra implantar aquele sistema de organização que eu fiz na COMOCI, tá entendendo? Por isso que ela me indicou. Aí, ela disse: “Olhe, ela tem tudo para ser uma excelente arquivista”, foi o que Maria Antonia disse: “É, a Zélia disse assim: que você tem condições de ser uma excelente arquivista Gloriete, que você fez um belo trabalho na COMOCI, inclusive, ela nos convidou para visitar a COMOCI”. Quer dizer, eu não tinha nada de técnica, Kelly, tecnicamente falando é aquilo que eu fiz na COMOCI foi uma coisa assim, quando eu vi a documentação... existia uma mesa gigante lá, que nunca ninguém usou, aí eu pedi autorização para utilizar aquela mesa pra eu fazer um apanhado do que era que tinha naquelas caixas porque eu não podia organizar sem ver o que era que tinha naquelas caixas e foi isso que eu fiz. Pronto (RODRIGUES, 2020, p. 10).”

Ao concluir sua pesquisa para o Mestrado, que investigou a papel do NDIHR na renovação da historiografia paraibana, Araújo (2015) relata suas impressões ao conhecer o

espaço onde funciona o NDIHR:

Foi aí que me dirigi ao NDIHR e iniciei as primeiras pesquisas em suas dependências. Chegando lá algo me saltou aos olhos: Não conseguia parar de pensar como uma instituição que muitos apontavam como fundamental para o desenvolvimento do saber historiográfico na Paraíba poderia estar em uma situação tão lastimável como àquela. No NDIHR encontrei-me com a Laudereida Moraes, que estava desenvolvendo um mestrado sobre a produção daquele núcleo. Com Laudereida fui inteirado acerca da história e da memória do NDIHR, sobretudo no que diz respeito aos tempos “áureos” de outrora. Lá algumas dificuldades foram enfrentadas, que acho digno de nota: Salas de pesquisas sem ar condicionado, alguns documentos institucionais mal arranjados, biblioteca com poucas condições de uso, o que contrastava com a qualidade do acervo documental e bibliográfico. Mas o que mais me impressionava (talvez em decorrência da situação inóspita do NDIHR) era que praticamente ninguém visitava suas dependências, nem mesmo os alunos do PPGH-UFPB. A primeira impressão que tive, e acho que ainda tenho, é que o NDIHR transformou-se em uma espécie de Arquivo-morto, ou uma expressão irônica da forma como o esquecimento se relaciona organicamente com a memória (ARAÚJO, 2015, p. 214, sic).

Em conversas com Laudereida Moraes, a arquivista do NDIHR recordou:

“(...) a questão política de Collor; que ele queria tirar o tempo e não sei o que, que levou todo mundo a correr para a aposentadoria, só que, se você prestar atenção, todos os bons professores, eu estou falando de história, dos outros eu não tenho conhecimento, eles trabalham até hoje. Então, esses professores queriam trabalhar aqui no NDIHR, eles vieram trabalhar aqui no NDIHR e nos seus projetos, nos projetos que eles sempre trabalharam e que eles sempre gostavam, fazer projetos novos e tudo o mais só que a universidade proibiu que o professor aposentado trabalhasse. Foi uma revolta total e eles saíram, foram embora e não voltaram mais. Então, com isso, começa a vir pra cá os novos professores que assumiram, porque alguns deles tinham conhecimento, porque tinham sido alunos voluntários ou estagiários ou bolsistas do NDIHR durante uma época¹⁷. Eles voltaram. Alguns deram tudo de si porque o NDIHR continuasse como um exemplo” (MORAIS, 2018, p.6-7).

¹⁷ Regina Célia Gonçalves, Regina Behar, Ariane Norma de Menezes Sá, Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, Ângelo Emílio da Silva Pessoa, Monique Guimarães Cittadino, Paulo Geovani Antonino Nunes tiveram passagem como graduandos e bolsistas pelo NDIHR, hoje, são professores do DH. Alguns, participaram de projetos específicos que tiveram profissionais do NDIHR na coordenação, como Martinho Guedes dos Santos Neto, Mozart Vergetti Menezes e Solange Pereira Rocha. Outros, participaram na gestão do núcleo, como Lúcio Flávio Sá Leitão Peixoto de Vasconcelos, Flávio Lúcio Rodrigues Vieira e Raimundo Barroso Cordeiro Junior. Esse quantitativo de professores com algum grau de relação com o núcleo representa cerca de 42% dos membros desse departamento.

3.4 A busca por fontes de informação

Ao longo da pesquisa, uma característica foi notada e afirmada pelas nossas colaboradoras, grande parte dos projetos e textos publicados com sob o nome de algum dos membros do grupo fundador do NDIHR foi fruto de trabalho colaborativo, portanto, consideramos que as concepções sobre arquivos, documentos e a arquivologia são noções que refletem em parte a concepção discutidas em grupo. O que se entendia por documentos, por exemplo, nos remete ao termo acervo e deste para a concepção de memória. Para as historiadoras-arquivistas do NDIHR os registros que são preservados em acervos “são a memória não só dos que atuaram/atua nas citadas instituições. Diante disto, cabe a cada uma assumir-se como guardião desta memória e responsável pela garantia do seu resgate histórico” (FERNANDES; RODRIGUES, s/d, p.2). Essa ligação entre documento e memória alimentou a busca por fontes de informação.

A relação entre História e Arquivos também fica explícita ao afirmarem que:

Ressalte-se, portanto, a relação profunda existente entre a ciência histórica e os arquivos. A primeira, e responsável por dotar a sociedade, através da elaboração de instrumentos científicos de análise da realidade, de elementos capazes de lhe permitir a visualização da forma particular de reprodução das suas classes sociais. Sendo assim, ao historiador cabe ir em busca dos argumentos (documentos) que o respalde na sua abordagem/forma de “olhar” a realidade. Já os arquivos constituídos como conjunto de documentos/sistemas de informações, são espaços detentores potenciais dos registros/rastros dos fatos/ações concretas, essenciais a fundamentação dos argumentos a serem elaborados pelos historiadores. O estudo de um tema/fato/ações não pode prescindir da base concreta, fornecida pelos registros orais e escritos, embaixadores das diferentes visões que cada indivíduo/grupo/classe social emite sobre determinado assunto/ tema. (FERNANDES; RODRIGUES, s/d, p. 3).

De acordo com Bottino (2014), na década de 1970, havia o interesse pela criação de um sistema nacional de informação referente a documentação histórica brasileira, nesse processo, foram aprovadas recomendações e sugestões sobre a gestão desse sistema.

A reunião dessas informações dar-se-ia através da elaboração de um catálogo coletivo dos arquivos brasileiros. Decorridos quase trinta anos, a concretização do catálogo reunindo informações sobre os arquivos brasileiros ocorreu no ano de 2001, com a elaboração do Censo de Arquivos Brasileiros: públicos e privados, cuja finalidade foi a de reunir informações, tanto quantitativas quanto qualitativas, sobre os arquivos brasileiros e seus acervos (BOTTINO, 2014, p. 43-44).

Como desdobramento desta demanda, foram financiados projetos para a catalogação ou inventário de arquivos por todo o Brasil. Na Paraíba e no NDIHR foi desenvolvido por

alguns anos o projeto Cadastro de Entidades Paraibanas. Este projeto foi contemporâneo a outros projetos como nos diz Bottino (2014)

Nas décadas de 1980 e 1990 foram efetuados cadastros de instituições e acervos de âmbito local e regional, de determinada esfera governamental ou sobre tema específico, como, por exemplo, o Cadastro Nacional de Arquivos Federais, v.1, relativo ao Rio de Janeiro e Brasília, elaborado pelo Arquivo Nacional (BOTTINO, 2014, p. 44)

A precariedade das fontes documentais, a sua dispersão, o desconhecimento, a destruição e a apropriação privada de documentos, foram fatores reconhecidos pelas comunidades acadêmicas que dificultavam as pesquisas e favorecia a ausência de uma historiografia sistemática e científica¹⁸. Como vimos, a criação de centros de documentação situou-se nesse contexto, nos projetos para os NDIHR (Mato Grosso e Paraíba) reconheceu-se essa carência e as consequências para as pesquisas históricas, como vimos anteriormente:

Os dois organismos tiveram sua origem na consideração do estado dos acervos documentais da História brasileira e da historiografia *como* uma área importante da educação superior, seja instrumentalmente para as demais áreas afins do conhecimento humano, seja si mesma, como repositório de fontes para a reconstituição da memória nacional. Considerou-se ainda as condições difíceis de acesso pesquisadores nacionais a essa documentação devido a fatores de múltiplas naturezas a dispersão de fontes, o desconhecimento da existência das mesmas, o seu mau estado de conservação ou desleixo de sua guarda e manutenção. Considerou-se finalmente a desqualificação técnico profissional de que se reveste a pesquisa histórica do país, resultante de todas as dificuldades enumeradas e outras mais, fato que tem como um dos resultados mais em evidência a elaboração de pesquisa e trabalhos sobre a História brasileira por pesquisadores estrangeiros, dadas as facilidades e o instrumental de que dispõem. Nestes termos, as duas instituições – o NDIHR e o CDIHR/MT, objetivam desempenhar uma atividade tendente a suprimir tais distorções e dotar a pesquisa histórica de uma concepção científica atualizada e atuante (RODRIGUES, 1976, p.28).

A análise da produção científica historiografia produzida no Núcleo foi analisada por Moraes (2012) e Araújo (2015), mas gostaríamos de destacar que a organização de arquivos foi o meio utilizado para certos redimensionamentos:

(...) redimensionar a prática de pesquisa e documentação histórica de forma a privilegiar ao mesmo tempo os arquivos e documentações que não haviam sido objetos de trabalho dos historiadores até então, caso dos *Arquivos Cartoriais*, e reorganizar alguns arquivos que apesar de serem importantes para a memória histórica na Paraíba estavam desorganizados e mal cuidados, como, por exemplo, o projeto de organização do acervo do IHGP. O que já se defendia naquela época é que não haveria como promover uma escrita da história na Paraíba sem que se reorganizassem seus acervos documentais,

¹⁸ Na Paraíba, a historiografia tradicional escrita até então, era realizada por pesquisadores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (DIAS, 1996).

pautando o problema das fontes históricas como um aspecto chave da identidade do historiador (ARAÚJO, 2015, p. 222).

Até a formação do grupo de historiadores vinculados ao NDIHR, a historiografia paraibana era escrita a partir do IHGP. Antes da renovação do Departamento de História, o curso de graduação tinha o objetivo de formar professores de história, não se formavam historiadores, e para a formação de pesquisadores em história era necessário o acesso aos documentos e arquivos de caráter histórico¹⁹.

De acordo com Moraes (2012), as funções da universidade – ensino, pesquisa e extensão – definiram a organização, os projetos, as pesquisas do núcleo, a criação de Programas e de linhas de pesquisa²⁰ que materializam essas funções. Essa relação entre ensino, pesquisa e extensão foi fortalecida a partir da Reforma universitária de 1968 e foram através dos recursos para a extensão que importantes projetos de organização de arquivos ocorreram.

Ilustração 1: Programas do NDIHR e sua integração.



Fonte: MORAIS, 2012.

As concepções de pesquisa e de documentação adotadas pelos profissionais do NDIHR nos interessa fundamentalmente pois se referem a produção de documentos, de informações e seu tratamento. O que se entendia como a função da Pesquisa era a ação

¹⁹ Esta informação nos foi confirmada pelas professoras com as quais conversamos e vivenciaram as duas configurações do ensino de história. Seguindo a narrativa de Virgulino (2016, p. 19), as professoras Rosa Godoy e Joana Neves “sempre defenderam a relação entre ensino/pesquisa na formação dos profissionais de História, convicção e concepção que se chocava, em seus períodos de atuação no Departamento de História da UFPB, com a da maioria dos outros professores que desvinculavam do ensino as questões relacionadas à pesquisa, vendo a maioria desses docentes, o curso de licenciatura como um espaço para a formação de profissionais que em seu *métier* não teriam que desenvolver atividades de investigação/pesquisa, bastando ser um bom transmissor dos conhecimentos acumulados sobre a humanidade”.

²⁰ Os objetivos de Programas e das linhas de pesquisa foi descrito por Moraes (2012), assim como as publicações resultantes de suas pesquisas.

“sistematizadora e analisadora da documentação para compreender o processo histórico regional à luz de uma concepção de História em termos de contemporaneidade e espacialização”; e o que se entendia como função da Documentação era a ação “prospectora de fontes, promovendo sua aquisição e/ou recuperação, restauração e conservação (mediante cópia e microfilmagem)” (SILVEIRA, 1980, p. 66). As concepções de historiografia e história também contribuíram para as práticas desenvolvidas pois deveriam ser voltadas para uma ação política, social, cultural e educacional.

A pesquisa de Virgulino (2016) nos ajudou a inferir como as escolhas profissionais, trajetórias de vida e experiências com ensino vocacional de algumas fundadoras, ajudaram na configuração das práticas integradas de ensino, pesquisa e extensão no cotidiano do NDIHR. Segunda Virgulino (2016), “suas Histórias de vida profissional foram marcadas pela preocupação constante com a difusão de uma concepção do conhecimento histórico em que o ensino e a pesquisa estão relacionados, o que resulta uma visão do ensino da História como produção de conhecimento.” (VIRGULINO, 2016, p.17)

Então, o que se defendia em termos de ensino?

Em suas reflexões e atuações, outra defesa dessas professoras foi a de uma organização curricular do ensino de História em Temas ou em Eixos Temáticos, sendo visto por essas docentes, como a solução para uma série de problemas ocasionados pelo ensino programático, ensino esse estruturado a partir de um recorte arbitrário, com uma seleção de conteúdos seguindo uma sequência cronológica e espacial, resultando em uma distribuição dos mesmos de forma isolada, perdendo “a conexão com o contexto histórico no qual se inserem” (NEVES, 1988, p. 2). VIRGULINO, 2016, p. 19).

No plano das experiências, outra característica destacada por Virgulino foi a metodologia de trabalho focado na equipe vivenciada anteriormente pelas professoras Rosa Godoy e Joana Neves com o ensino vocacional, que acabou sendo o objeto de estudo de Joana Neves em seu doutorado (NEVES, 2010)²¹.

(...) a concepção de ensino como produção de conhecimento; o trabalho em equipe (tanto para professores como para os alunos), o que leva ideia de educação integral e integrada; a avaliação contínua e diagnóstica; a auto avaliação, além da aplicação de metodologias de ensino e de pesquisa inovadoras (VIRGULINO, 2016, p. 83).

O que se praticou no NDIHR era um modelo de pesquisa ou trabalho em equipe, sendo a pesquisa ligada a uma linha temática, onde um pesquisador experiente era o líder da equipe, composta por pesquisadores em formação (estudantes graduandos ou recentemente graduados)

²¹ NEVES, Joana. **O ensino público vocacional em São Paulo: renovação educacional como desafio político - 1961-1970**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Acesso em: 2021-02-22.

que receberiam apoio institucional através de bolsas. Neste modelo, o objetivo era o desenvolvimento não só interdisciplinar, mas a integração das atividades de pesquisa, de ensino e de extensão, realizando a formação de profissionais e aqui estamos pensando especificamente nas experiências de organização de arquivos realizados pelos grupos que se formaram dentro do NDIHR e seguiram um modelo horizontal.

Ao entrar como estagiário ou bolsista, os estudantes se vinculavam a uma linha de pesquisa que já poderia ter pesquisas em desenvolvimento ou não; fazia parte de grupos de estudo e discussão; poderiam ser direcionados a arquivos onde teriam acesso às fontes de informação primárias, mas de acordo com as condições de acesso aos documentos poderiam participar das atividades de seleção, identificação, limpeza, ordenação dos documentos; durante as pesquisas recebiam orientação do pesquisador e participava de seminários internos para divulgação de resultados das pesquisas ou de eventos científicos onde poderiam publicar suas experiências e resultados das pesquisas. Entretanto, os cadernos NDIHR ou periódicos do Núcleo receberam preferencialmente textos para publicação dos seus pesquisadores já experientes, enquanto os estudantes eram incentivados a participar e escrever para encontros científicos.

Esse período como bolsista poderia ser definitivo para a carreira acadêmica, vários bolsistas se tornaram professores do DH e conseguiram manter o vínculo com o Núcleo, desenvolvendo suas pesquisas junto a eles, assumindo o papel de pesquisador com projetos que recebiam a chancela do NDIHR; tiveram seus próprios bolsistas que continuariam o processo de preparação para a carreira acadêmica; vivenciavam as dinâmicas de grupos de pesquisa e de estudos, se prepararam para um curso de Pós-Graduação ou, quando já estudantes de pós-graduação, se reuniam com orientadores e colegas orientandos. Entretanto, os processos conhecidos como endogâmico e a endogenia é colocado em segundo plano, na análise de Silveira (1998),

Do ponto de vista institucional, eu acho que falei alguns aspectos, mas eu acho que estava vivendo exatamente um momento de grande virada, porque era, eu diria, o fim do modelo oligárquico. Não é que elementos disso não tenha persistido depois, você não tem uma determinada data e acabou. Eu acho que muitos elementos sobreviveram à universidade ainda. (...) Veja bem, os professores do quadro aqui eram pessoas praticamente ex alunos daqui, da Paraíba, embora afastados do departamento, por exemplo. Embora no passado o departamento de história tenha tido pessoas de fora, o departamento de geografia tenha sido por volta dos anos 68, aqui tinha muita gente de fora e que foram, depois, embora, muitas delas até fugidas para não serem presas, né? Depois a universidade se fechou, é tudo que nós podemos rememorar. (...) Eu diria que no modelo do Lynaldo, ele traz para dentro da UFPB o modelo que mais tarde em 1980, e que está mantido no registro da história dos 25 anos do curso e que eu chamei de tecnocrático-modernizante, eu diria que tem três

modelos: um seria oligárquico, outro esse tecnocrático- modernizante e o outro que eu chamo modelo crítico social de Universidade (SILVEIRA, 1998, p.3-4).

Retornando a dinâmica cotidiana do Núcleo no período de maior atividades, Laudereida Moraes recordou a importância de compartilhar as experiências nos projetos em andamento:

“O caminho era esse, quando o NDIHR estava no auge. O NDIHR fazia uma vez por ano o Seminário Geral com todos os professores para eles apresentarem os seus projetos, o andamento do que estava fazendo para que todos eles soubessem o que estava acontecendo no NDIHR. Esse seminário durava um dia inteiro, às vezes entrava por um pedaço da noite para ter a apresentação de todo mundo. Não me lembro se passava mais de um dia, mas era assim, todo mundo apresentava o trabalho que estava fazendo” (MORAIS, 2020b, p.16).

Ilustração 2 – Reuniões de pesquisadores e bolsistas.



Fonte: Acervo do NDIHR.

Os locais onde se desenvolviam os projetos de organização de arquivos também funcionavam como espaço para estudo e discussão, tornando os arquivos espaços para obtenção de informações e conhecimentos.

Então, [durante o projeto da Cúra] a gente estudou muito, exatamente, essa transformação da igreja para entender que documentos eram produzidos por essa nova Igreja para a primeira organizar. Então, assim, tanto a gente tinha um dia para discutir, tinha um dia de reunião das atividades e tinha um dia de reunião para estudo e discussão de dívida e para debater, realmente debater o assunto” (MORAIS 2020 p.22).

Entretanto, a diminuição das pesquisas transformou o Núcleo, de local para a troca de experiências de pesquisa para espaço disponível para reuniões e encontros de grupos de pesquisa. Com o tempo, até mesmo os espaços físicos foram sendo abandonados e as atividades dos grupos migraram para os Programas de Pós-graduação.

Como vimos, a pesquisa por arquivos foi uma necessidade colocada desde o projeto inicial do Núcleo. Os profissionais vinculados a ele estiveram envolvidos na tarefa de descobrimento e disseminação de informações arquivísticas, mas é necessário lembrar que isso não se constitui uma especificidade local, a historiografia brasileira se beneficiou da vontade e das necessidades de historiadores que, em busca de informações para suas próprias pesquisas, abriram portas de arquivos para pesquisadores que os seguiram. O exemplo mais lembrado no Brasil foi o de José Honório Rodrigues, cujas ações à frente do Arquivo Nacional tornaram-se memoráveis para a História e para a Arquivologia.

No contexto paraibano, entendemos ter sido necessário as experiências de pesquisadores paraibanos vinculados à UFPB no projeto Resgate Barão do Rio Branco. Projeto financiado pelo Ministério da Cultura e das Relações Exteriores brasileiros, que teve como finalidade a busca por documentos e informações sobre o Brasil nos arquivos coloniais situados em Portugal²².

Nos anos 1960 e 1970, a professora do DFH, Elza Régis de Oliveira, realizou pesquisas na documentação manuscrita sobre a Paraíba no Arquivo Histórico Ultramarino, trabalho que gerou uma publicação na série *NDIHR: documentos* (MORAIS, 2012). Em 1997, o NDIHR foi contatado pela professora doutora Esther Caldas Bertoletti para integrar, junto com a Fundação Espaço Cultural, a equipe do Projeto Resgate que pesquisaria as fontes de informação histórica do período colonial referentes aos Estados brasileiros.

Nesta edição do Projeto de coleta e disseminação dos documentos do Arquivo Ultramarino fizeram parte o professor do Departamento de História Mozart Vergetti Meneses

²² Parte desse material pesquisado já havia sido publicado nos Anais da Biblioteca Nacional na década de 1950, na gestão de José Honório Rodrigues. Ver: FREIXO, Andre de Lemos. José Honório Rodrigues, a Série Documentos Históricos e os Anais da Biblioteca Nacional (1946-1955). *Vozes, Pretérito & Devir*, Ano II, Vol. III, Num.I, 2014.

e a pesquisadora do NDIHR, Maria da Vitória Barbosa Lima²³.

A experiência se iniciou no encontro de documentos sem ordenação, em caixas, com períodos temporais sobrepostos e anexos separados dos documentos principais. A primeira decisão tomada foi a junção de documentos separados, reordenação cronológica e quantificação da documentação. Cada documento ou item documental foi trabalhado individualmente, guardados em pastas individuais, armazenados em caixas, microfilmados em 57 rolos, digitalizados e arquivados em CD-ROM.

Para chegar ao resultado final, os pesquisadores necessitaram realizar leitura paleográfica de aproximadamente 3.500 documentos para identificação dos tipos documentais, datas, remetentes e destinatário; realizar o preenchimento de fichas padronizadas, fazer a revisão de informações coletadas, confrontando-as com as informações conseguidas pelas pesquisas documentais que pudessem confirmar nomes de autoridades, dados históricos e fatos que servissem de referência para datação cronológica e tópica ou contextualização de documentos “avulsos”.

O catálogo publicado pelo Projeto foi estruturado no retorno ao Brasil, as informações foram digitadas e comparadas com as informações sistematizadas pela professora Elza Régis nas pesquisas anteriores. Após o término dessa etapa, os documentos foram microfilmados em Lisboa, os microfilmes enviados ao Brasil onde foram digitalizados. As trocas de informação entre o Brasil e Portugal continuaram a distância entre os pesquisadores brasileiros e o técnico Superior Principal do Arquivo Histórico Ultramarino, Doutor José Sintra Martinheira.

Na sua apresentação do catálogo, Silveira (2002) destacou dois resultados importantes para o Brasil através do Projeto Resgate observados na Paraíba: “Portanto, para além de seu produto final – este Catálogo, o Projeto *Resgate* possibilitou ao país um outro resultado multiplicador de mais longo alcance: a capacitação de quadros para instituições culturais.” (SILVEIRA, 2002, p. 7).

A oportunidade de acesso a essas fontes de informação, gerou uma grande esperança em termos de pesquisa e de ensino segundo a perspectiva de Silveira:

Assim, para o alento dos historiadores, as oportunidades se abrem para aperfeiçoar cursos de História já consolidados e consolidar cursos de regiões mais distantes, com dificuldades de acesso à documentação até mesmo produzida no âmbito do próprio país. O fato do Arquivo Nacional abarcar todo o conjunto de documentos de todas as capitanias, decorrente do Projeto, e disponibilizá-lo através de moderníssimos meios e suportes de reprografia, tornará o acesso melhor e mais ágil, democratizará a História do Brasil. Ao menos, como campo de pesquisa (SILVEIRA, 2002, p. 9).

²³ Ambos participaram diretamente como professor e aluna do curso de Organização de Arquivos oferecido pelo NDIHR.

4 A ARQUIVOLOGIA NO ESTADO DA PARAÍBA

Nesta seção, buscamos uma visão geral da Arquivologia na Paraíba. Na narrativa de colaboradoras, foram apontadas a existência histórica de dois grupos de profissionais que trabalhavam com organização de arquivos aqui no Estado da Paraíba em inícios dos anos 1980: o grupo do NDIHR e o grupo da bibliotecária Ana Isabel de Souza Leão Andrade. Posteriormente, a partir dos anos 2000, teria surgido o grupo da professora do DCI Bernardina Freire.

Em nossa pesquisa, analisamos entrevistas com as arquivistas que fizeram parte do grupo do NDIHR e participaram de diversos projetos de organização de arquivos, tanto com a professora Ana Isabel, quanto com a professora Bernardina Freire. Vejamos o perfil profissional da bibliotecária e arquivista Ana Isabel de Souza Leão Andrade.

4.1 Perfil profissional de Ana Isabel de Souza Leão Andrade.

Bibliotecária formada pela Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 1969²⁴. Em sua graduação, teve contato com arquivos em uma disciplina do curso de Biblioteconomia – *Técnica de arquivo* – ministrada pela bibliotecária e professora Cléa Dubeux Pinto Pimentel, que a levou à aplicação das técnicas de organização de arquivos no arquivo da Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco (CELPE). Iniciou sua carreira como arquivista no Estado de Pernambuco em arquivos de empresas privadas do setor financeiro, sendo inicialmente voluntária. Posteriormente, trabalhou na biblioteca e arquivo do Centro Israelita de Pernambuco e na Universidade Católica do Pernambuco (1972 a 1974), local onde trabalhou com o arquivo pessoal de seu reitor à época, Monsenhor Lott.

Tornou-se especialista em Organização de arquivos pela Universidade Federal da Paraíba, formada no 1º Curso de Especialização em Organização de Arquivos (CEOARQ) oferecido pelo NDIHR entre os anos de 1995-1996, sendo, posteriormente, convidada para ministrar a disciplina *Conservação de Documentos* na segunda edição do curso, ofertado no segundo semestre de 1996. Além dessa especialização, realizou cursos no Arquivo Nacional.

Os profissionais do NDIHR não tiveram passagem pelos cursos permanentes ou extraordinários promovidos pelo Arquivo Nacional, a principal referência na formação de seus quadros foi o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo.

²⁴ O perfil da bibliotecária e arquivista Ana Isabel de Souza Leão Andrade foi realizado a partir de conversas formais e informais, diálogos a distância e acompanhamento da participação da profissional em eventos científicos à distância, assim como, de documentos e currículo cedido que fazem parte do arquivo pessoal da bibliotecária.

Entretanto, através de depoimentos da bibliotecária e especialista em arquivos Ana Isabel de Souza Leão Andrade, encontramos conexões entre o Arquivo Nacional e a Paraíba:

“() Ainda fiz o curso de arquivologia pelo Arquivo Nacional, isso aqui eu não boto no currículo porque é uma coisa assim que foi um ano de curso. Não tinha uma grade curricular e nem dava diploma, mas [José Pedro Pinto] Esposel formou-se por ele, Marilena Leite Paes, eu conheci essa turma toda lá, sabe? No Arquivo Nacional, era dado pelo Arquivo Nacional, não chegava nem a um ano, foram nove meses que eu viajava para lá e voltava, sabe?” (ANDRADE, 2020 p. 6).

É reconhecida como especialista em Restauração de Documentos e Encadernação de Livros na cidade de João Pessoa, realizando trabalhos especializados e participando de cursos como instrutora. Fez treinamento no Rio de Janeiro no ateliê do restaurador Edson Motta. Segundo a arquivista e bibliotecária:

“Fiz especialização em conservação, com especialização em conservação quando me apaixonei. Na graduação a grade curricular do curso tinha isso e nós viemos para o Gabinete Português de Leitura, lá em Pernambuco, e lá nós fazemos encadernação. Eu tenho o meu primeiro livro encadernado que foi no curso de graduação. Pois eu me apaixonei e por isso o Esposel abriu as portas e eu vim a conhecer Edson Motta, o maior restaurador do país e também internacional. O filho dele é Edson Motta Filho, o dele era Edson Motta. Eu tenho um livro autografado por ele e fiz um curso com ele lá, que ele chamava de especialização. E depois foi Ingrid Beck que era do Arquivo Nacional. Eu fiquei respondendo aqui, como... para representá-la (...). Eu fiquei aqui responsável pela restauração e encadernação do projeto de conservação que ela publicou com 54 publicações de conservação de documentos²⁵” (ANDRADE, 2020, p.10-11).

Sua entrada no serviço público aconteceu através da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

“Na Fundação Joaquim Nabuco, eu fui apresentar minha sogra que era restauradora no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Ela era restauradora e encadernadora e encadernação

²⁵ Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (CPBA), idealizado em 1994 que se manteve em atividade até o ano de 2001.

artística e tudo. Como eu me dava muito bem com ela, a gente praticava muito (...) Então, eu entrei na Fundação Joaquim Nabuco em 1975, quando meu filho nasceu. Eu entrei lá para restaurar os livros que tinham sido atingidos pela cheia [enchente]. Aquela cheia de 1975 acabou que a água entrou [na Fundação Joaquim Nabuco], a biblioteca era no subsolo e estragou-se livros. Foram chamados vários restauradores do Brasil para fazer a restauração desses documentos” (ANDRADE, 2020, p.11).

Sendo contratada pela Fundaj, se desligou da UNICAP, passando a desenvolver suas atividades, primeiramente, no setor de restauração, depois microfilmagem e, por fim, no arquivo pessoal de Joaquim Nabuco, atividade que rendeu uma publicação: o primeiro volume do *Catálogo da correspondência de Joaquim Nabuco (1865 a 1884)*²⁶. Sua experiência nessa instituição também gerou publicação na recém-criada *Revista Arquivo & Administração*, no ano de 1977²⁷.

Ainda em Pernambuco, realizava intercâmbio de informações através de cursos de aperfeiçoamento com profissionais de Arquivologia do Rio de Janeiro que vinham a Recife, inclusive cursos com os arquivistas José Maria Jardim, Maria Odila Kahl Fonseca, Heloísa Liberalli Bellotto, que ministraram curso no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, e José Pedro Pinto Esposel.

Se transferiu para o Estado da Paraíba no ano de 1979, onde retomou a carreira de bibliotecária na UFPB, Campus de Campina Grande, permanecendo nesta função até o ano seguinte. No ano de 1981, assumiu a função de bibliotecária do turno noturno na Biblioteca Central da UFPB, Campus João Pessoa. Neste mesmo ano, se divide entre as funções de bibliotecária da UFPB e gestora do Departamento de Documentação e Arquivo da Fundação Casa de José Américo (FCJA), função que ocupou por 23 anos, de agosto de 1981 a janeiro de 2004. Na FCJA, participou do processo de criação, instalação e organização dos arquivos privados pessoais desta instituição recebidos por doação e disponíveis sob sua guarda, além de organizar eventos e cursos de aperfeiçoamento na área da Arquivologia.

Durante quatro anos, de 1987 a 2001, permaneceu na coordenação da Coordenadoria de Documentação e Arquivo do Governo do Estado da Paraíba (CODAR), órgão do Governo do Estado destinado a funcionar como Arquivo do Estado da Paraíba e responsável pela guarda temporária dos documentos produzidos por secretarias e entidades do governo.

²⁶ Catálogo publicado em formato de livro no ano de 1978, em parceria com Carmem Lúcia de Souza Leão Rêgo, sua prima. Foi publicado com o selo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS).

²⁷ ANDRADE. Ana Isabel de Souza Leão. Arquivo Joaquim Nabuco. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 5. n.1., p. 24. abr./1977. Coluna Testemunho. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta12/acervo112111/112111_342.pdf.

Ao longo dos anos, construiu-se uma relação profissional entre Ana Isabel e José Pedro Esposel que garantiu o fluxo de informações em forma de textos sobre Arquivologia.

“Esposel me manda uma documentação [bibliográfica] riquíssima. Eu já tinha [Theodore Roosevelt] Schellenberg. Eu li Schellenberg, conheci Nilza Teixeira Soares, ela hoje está com 93 anos. Ela me manda um livro de Schellenberg, Nilza, no Arquivo Nacional, ela me manda e Esposel tira... na época não tinha xerox, era mimeografado, ele mimeografou vários capítulos, de vários livros a nível nacional, internacional, de vários arquivistas e manda para mim sobre arquivos privados pessoais” (ANDRADE, 2020 p.16)

Essa relação também se evidenciou nas oportunidades de formação na cidade do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que Esposel participava de eventos no Nordeste, sendo convidado a participar de projetos de organização de arquivos na Paraíba, participando, inclusive, de discussões sobre arquivos durante a institucionalização dos Arquivos dos Governadores na FCJA.

As interrelações da bibliotecária com o NDIHR se iniciaram no contato com as coordenadoras do Núcleo, posteriormente, a FCJA tornou-se uma instituição que ofertava cursos frequentado por profissionais do Núcleo e pela comunidade paraibana interessada em Arquivologia:

“O NDIHR fazia projetos, em 1976 por aí, eu vi essa história. Quando comecei a organização do arquivo, eu recebi a visita da professora Rosa Godoy que era diretora do NDIHR e da professora Neiliane Maia, que visitaram o arquivo da Fundação Casa de José Américo quando eu estava lá. Depois disso, várias vezes nos encontramos, ela deu um curso comigo em Campina Grande, agora, não sei qual foi o ano e não consigo me lembrar. Foi antes do curso de especialização, no arquivo de Campina Grande e me chamou para acompanhar ela. Ela pelo NDIHR e eu era pela Fundação Casa de José Américo. Depois, eu fiz o curso de especialização pelo NDIHR e o NDIHR participava dos cursos que eram oferecidos pela Fundação Casa de José Américo, quando eu dava cursos de encadernação e restauração de documentos e quando eu dava também de arquivologia. Muita gente ia de lá para participar. Eu conheci Lúcia Guerra... ela foi fazer um curso desses que eu dava na Fundação Casa de José Américo e, também, levou outras pessoas, como a professora Valda Antunes que foi uma das pessoas que primeiro falou de Tabela de Temporalidade, no período do XII Congresso em 1997, 1998, que o primeiro congresso brasileiro que veio

para o Nordeste foi o XII Congresso de Brasileiro de Arquivologia trazido por mim.” - ANA ISABEL DE SOUSA LEÃO ANDRADE(ANDRADE, 2020, p. 21)

Com o DCI, suas relações se iniciaram logo após sua chegada à Paraíba ao exercer a função de bibliotecária na Biblioteca Central da UFPB.

“Eu era da Biblioteca Central e tinha muito contato com eles, com Raquel Abath. Quando eu fui perder a Raquel Abath o curso de Arquivologia. Na verdade, o curso de Biblioteconomia tinha poucos alunos na época, 1995 1994... Eu pedi que a universidade trouxesse esse curso, de Arquivologia, especialização. Então, Raquel Abath disse: ‘Olha Isabel, não dá, não vai dar certo porque não vai ter gente, não vai dar gente nesse curso porque a Biblioteconomia já tem pouquíssimos alunos e a gente tá partindo para uma... a Ciência, como é? O Mestrado em Ciência da Informação e isso não vai dar certo’. Eu fiquei muito triste, me calei e depois a UEPB trouxe, aliás, o NDIHR. Trouxe Heloisa Bellotto, ela foi à Fundação Casa de José Américo e nós não podemos fazer o curso. Foi chamada Rosa Godoy, que era diretora do NDIHR e entregou-me [o curso de especialização], então, ao NDIHR que era na universidade. Aconteceu com o apoio do NDIHR, sabe?” (Andrade 2020 p. 24).

Durante sua permanência na coordenação do setor de arquivos da Fundação Casa de José Américo, fez parte dos projetos de criação do Sistema de Arquivo do Estado em meados da década de 1980. Neste momento, o Arquivo Nacional levava adiante a iniciativa de apoiar a criação de Arquivos Estaduais e de Sistemas de Arquivos, inclusive com a elaboração de propostas de projetos de lei sobre arquivos públicos e privados. Segundo a colaboradora, a FCJA foi, naquele momento, o interlocutor do Estado na discussão sobre sistemas de arquivos sendo, inclusive, participante do projeto financiado pelo CNPq para sua implantação e Ana Isabel de Souza Leão Andrade se manteve como representante da FCJA e da Paraíba, participando de I Seminário Nacional de Arquivos Estaduais.

É arquivista registrada no Ministério do Trabalho da Paraíba, função reconhecida pela lei 6.546 de 04 de julho de 1978, com o número de registro DTR 4788/90. É considerada uma das primeiras arquivistas registradas no Estado da Paraíba. Teve relevante participação na criação da primeira Associação de Arquivistas de Brasileiros, seção Paraíba e, através de seu vínculo associativo, foi coordenadora geral do XII Congresso Brasileiro de Arquivologia realizado na cidade de João Pessoa no ano de 1998.

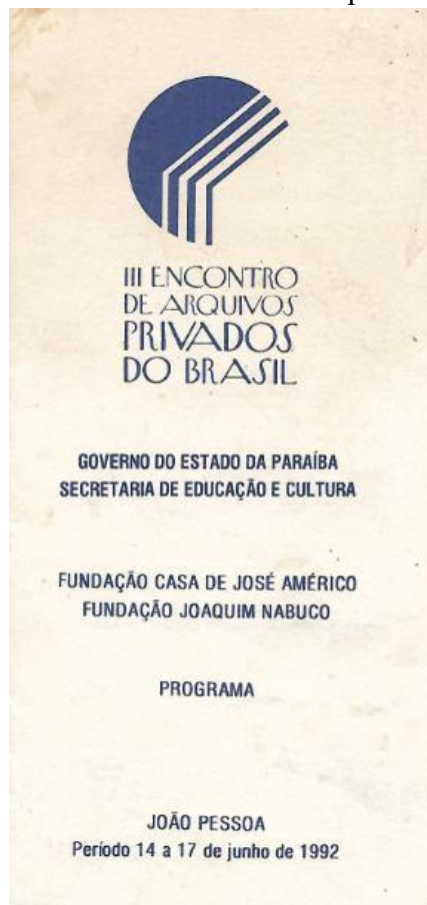
“() Eu criei o núcleo, o núcleo aqui da Associação dos Arquivistas Brasileiros, da AAB. Como não tem um núcleo aqui, não podia ter congresso se não houvesse Associação. Eu trouxe para cá, criei o núcleo aqui em 1990.

A Assembleia Geral aconteceu no auditório da Fundação Casa de José Américo quando eu era diretora do Departamento de Documentação. O dia da criação da associação foi 20 de outubro de 1995, lá na Fundação Casa de José Américo, às quinze horas e trinta minutos. Eu como presidente... diretora, porque não podia ser Presidente, que era [título] a nível Nacional, aqui era diretora do núcleo da Paraíba. Eu criei essa Associação aqui e pude trazer o Congresso. Em 1998, eu trouxe o congresso, Primeiro Congresso da Paraíba porque os congressos só tinham a nível Sul-Sudeste, não tinha no Nordeste e eu queria que o Nordeste tivesse, sobre Arquivologia. Ninguém sabia o que era Arquivologia por aqui, só as pessoas que trabalhavam com o arquivo” (ANDRADE, 2022, p. 22).

A realização do XII Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) ocorreu em João Pessoa no ano de 1998. Esse evento mobilizou grande parte da comunidade de profissionais que trabalhavam em organização de arquivos no Estado.

Antes desse congresso, Ana Isabel havia organizado e coordenado eventos sobre arquivos privados na cidade de João Pessoa, com o suporte financeiro de órgãos da administração do governo do Estado, do Poder Legislativo, do governo municipal e de empresas privadas. Participavam instituições como a Fundação Joaquim Nabuco, Arquivo Nacional, Fundação Getúlio Vargas e CPDOC, Fundação Casa Rui Barbosa, Associação de Arquivistas Brasileiros, UFPB e NDIHR, UNIPÊ (IPÊ).

Ilustração 3 – Folder do III Encontro de Arquivos Privados do Brasil



Fonte: Arquivo Pessoal de Ana Isabel de Souza Leão Andrade.

Sobre o XII CBA, Bottino registrou algumas memórias sobre esse evento e sintetizou:

‘Os desafios da Arquivologia rumo ao terceiro milênio’ foi o tema do XII CBA, realizado no Centro de Convenções do Tropical Hotel Tambaú, na cidade de João Pessoa, Paraíba, no período de 15 a 19 de junho de 1998. Nessa ocasião, eu presidia a AAB (1997- 1999). Nesse congresso, grande ênfase foi dada à questão da tecnologia, no que diz respeito à administração, disseminação e preservação de acervos, e também discutiu-se o perfil do novo profissional da informação (BOTTINO, 2014, p. 164).

Ilustração 4 – Folder do XII Congresso Brasileiro de Arquivologia (1998)



APRESENTAÇÃO

A perspectiva do terceiro milênio traz uma grande efervescência em todos os setores da economia e da sociedade.

A Arquivologia contemporânea não pode ficar à margem destes acontecimentos, haja vista o surgimento de todo um processo tecnológico voltado para sua modernização.

Os Congressos Brasileiros de Arquivologia têm se realizado a cada dois anos, numa promoção da Associação dos Arquivistas Brasileiros, com resultados benéficos para o desenvolvimento da formação, da legislação da ética profissional e também da teoria e desenvolvimento das modernas técnicas arquivísticas.

Acompanhando essas transformações, as sessões plenárias, seminários, cursos, mesas redondas, workshops, comunicações de temas livres têm propiciado subsídios e notáveis contribuições para a formação técnica dos profissionais de arquivologia e de um modo amplo, da Ciência da Informação, em nível nacional e internacional, possibilitando a discussão e adequação dos arquivos à realidade atual, além de possibilitar o conagração social entre os participantes.

A escolha do Estado da Paraíba para sede do XII Congresso Brasileiro de Arquivologia, o último do milênio, é significativa porque a Paraíba é reconhecida no cenário nacional por sua potencialidade turística. O fato de contar com mais de 400 anos de história lhe dá autoridade para sediar este Congresso, pela riqueza de seu valioso acervo documental fazendo-se necessário, portanto, a preservação desse patrimônio cultural, sem esquecer a feliz oportunidade para o intercâmbio de experiências entre profissionais que se dedicam à preservação e recuperação da informação.

O Estado da Paraíba possui instituições arquivísticas que desenvolvem um significativo trabalho na área da memória e documentação regional, a exemplo da FCJA e congêneres, além de curso humanos formados pela UFPB através do curso de graduação em Biblioteconomia e Documentação e cursos de pós - Graduação stricto sensu (Mestrado em Ciência da Informação) e lato sensu (Especialização em Organização em Arquivos).

A realização do XII Congresso Brasileiro de Arquivologia na Paraíba, é de fundamental importância para região Nordeste, possibilitando a vinda de profissionais internacionais e de todo o país para um enriquecedor intercâmbio técnico - científico e momento para reflexão sobre os desafios que o terceiro milênio trará para a arquivística e áreas afins.

O Brasil através da Associação dos Arquivistas Brasileiros é membro integrante do Conselho Internacional de Arquivos e tem assento na Conferência Internacional da Mesa Redonda de Arquivos, projetando dessa maneira a Arquivologia brasileira no cenário científico internacional.

Ana Isabel de Souza Leão Andrade
Presidente do Congresso e Diretora da AAB/PB

6

Fonte: Arquivo Pessoal de Ana Isabel de Souza Leão Andrade.

Neste congresso, ocorreram 17 eventos simultâneos ao longo de cinco dias, entre conferências, comunicações, seminários, encontros nacionais, workshops, reuniões de núcleos, cursos e mesas-redondas. Foram trazidos para discussão temas com limitada reflexão na cena local: novas tecnologias e tecnologias aplicadas aos arquivos; impactos dessas tecnologias e da internet; acesso, democratização, interdisciplinaridade e teorias da informação; suportes documentais, preservação e conservação; perfil dos profissionais e da arquivística; arquivística contemporânea, arquivos custodiais, sistemas híbridos e “sincréticos”; arquivos médicos, municipais, universitários, municipais, estaduais, empresariais; gerenciamento e gestão de arquivos.

Em seu perfil pessoal/profissional é marcante a sua vinculação a instituições da administração pública estadual e municipais, principalmente, como foi sua participação de quase 20 anos na coordenação do Arquivos dos Governadores e acervos privados da FCJA, mas não limitados a elas.

Quadro 4 – Perfil profissional de Ana Isabel de Souza Leão Andrade: áreas de atuação, atividades e instituições.

Área de atuação	Atividades	Instituições
Memoriais	Coordenação	Memorial Parlamentar da Assembleia Legislativa
	Executora do projeto	Memorial do Tribunal Regional do Trabalho - 13 ^a Região na Paraíba;
	Coordenação geral	Memorial da Igreja de Nossa Senhora de Lourdes
	Consultoria técnica	Memorial do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Arquivos municipais	Consultora técnica	Sistema de documentos e informações do Município de Cabedelo
	Coordenadora regional	Fórum Nacional de dirigentes de Arquivos municipais.
Avaliação documental	Coordenação técnica	Comissão de Avaliação Permanente dos Documentos da Prefeitura Municipal de Cabedelo
Museu	Membro de projeto	Implantação de Museu de Joaquim Nabuco
Sistema de arquivos	Arquivista e bibliotecária	Arquivo Administrativo da FUNDAJ
	Coordenadora	CODAR
Arquivo privado pessoal	Arquivista e bibliotecária	Arquivo Privado Pessoal de Joaquim Nabuco
Restauração	Restauradora	Documentos atingidos pela cheia de 1975 – Recife
	Restauradora	documentos que compõe o Memorial do TRT - 13 ^a Região
Gestão de arquivos	Diretora de divisão de documentação e arquivo	Documentos atingidos pela cheia de 1975 – Recife
	Diretora de Departamento de Documentação e Arquivo	Fundação Casa de José Américo
	Diretora da Divisão de Memorial Parlamentar	Assembleia Legislativa da Paraíba
Arquivo e biblioteca	Responsável pela organização	Universidade Católica de Pernambuco
Biblioteca	Bibliotecária	UFPB – Campus Campina Grande
	Bibliotecária	UFPB – Campus João Pessoa

Quadro 4 – Perfil profissional de Ana Isabel de Souza Leão Andrade: áreas de atuação, atividades e instituições (continuação)

Área de Atuação	Atividades	Instituições
Arquivo eclesiástico	Organizadora	Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, do Arquivo colégio Dom Adauto, e do Arquivo Monsenhor José Trigueiro do Valle;
Ensino de arquivologia	Docente	Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP)
	Docente	CEOARQ (NDIHR/UFPB)
	Docente	Pró-concurso de Pernambuco;
	Docente	Sebrae
	Docente	Prefeituras e órgãos privados no Estado da Paraíba
Eventos científico	Coordenação geral	XII Congresso Brasileiro de Arquivologia
	Coordenação geral	II a IV Encontro Nacional de Arquivos Privados
	Coordenadora de mesa redonda	I Encontro de Arquivos Privados Pessoais / VI Congresso de Arquivologia do Mercosul
	Coordenadora técnica	Seminário Parlamentar realizado pela Assembleia Legislativa da Paraíba para a concretização do Memorial Parlamentar
	Mediadora em mesa redonda	3ª Semana Nacional de Arquivos
	Mediadora em mesa redonda	Desenhando Arquivos para a Transparência Pública e o Exercício da Cidadania realizada pela Assembleia Legislativa da do Estado da Paraíba
	Apresentadora	XII Congresso Internacional de Arquivologia (Montreal-Canadá)
	Apresentadora	9º Congresso Brasileiro de Arquivologia (Santa Maria – RS)
	Apresentadora	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
	Apresentadora	XI Congresso Brasileiro de Arquivologia (Rio de Janeiro – RJ)
Pós-graduação (lato sensu)	Orientadora	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais no Centro de Ensino da Polícia Militar

Quadro 4 – Perfil profissional de Ana Isabel de Souza Leão Andrade: áreas de atuação, atividades e instituições (continuação)

Área de atuação	Atividades	Instituições
Associações de classe	Secretária	Conselho Regional de Biblioteconomia CRB-4
	Diretora e fundadora	Associação dos Arquivistas Brasileiros, seção Paraíba.
	Sócia	Associação dos Arquivistas de São Paulo – ARQ/SP
	Sócia	Associação Brasileira de Encadernação e Restauro – SP (ABER)
	Sócia	Associação dos Arquivista da Paraíba (AAPB)

Fonte: arquivo pessoal de Ana Isabel de Souza Leão de Andrade.

Há o reconhecimento do grupo do NDIHR das experiências de Ana Isabel em arquivos paraibanos. Para Laura Amorim:

“Ana, era assim, uma pessoa articuladíssima. Conheci o Esposel, conhecia muita gente. Ela queria fundar um arquivo público no Estado da Paraíba, mas nunca conseguiu porque é como se diz, ninguém quer muito do arquivo, né? Se preferem dizer: ‘Depois. Vamos criar um arquivo dos governadores, vamos criar isso, né?’ E ela ia nessa luta. Assim mesmo ela atraiu dois congressos, um brasileiro e o internacional. Foi uma lutadora, ninguém pode deixar de reconhecer isso. Ela foi uma pessoa que lutou, perdeu o dinheiro nesses encontros porque o estado dizia que ia dar tanto e não dava. E o resto ela tinha que cobrir mesmo, né. Desembolsou(...) E, então, ela na Fundação Casa de José Américo trabalhou muito tempo, organizou o arquivo de José Américo” (AMORIM, 2020, p.12).

A ligação entre os profissionais do NDIHR e a FCJA se estreitou com a saída de Ana Isabel de sua coordenação no ano de 2005 e com o convite para Irene Fernandes assumir a coordenação do setor de arquivos, mas não foi uma substituição imediata. De acordo com Irene Fernandes, após a saída de Ana Isabel, a coordenação foi assumida por servidor sem formação técnica ou prática em arquivística.

De acordo com Irene Fernandes:

“(...) desde que eu fui convidada pra entrar na Fundação que... quando Flávio [Sátiro Filho] me convidou eu disse: ‘Flávio...’, ele fez: ‘Professora, eu estou fazendo o convite porque seu nome me foi apresentado, eu gostaria de saber se a senhora aceitaria o cargo

de Diretora do Arquivo’, eu disse: ‘Eu preciso pensar’, ele disse: ‘Tá bom, mas eu queria pedir a senhora que guardasse conveniência sobre esse convite’, eu digo: ‘Eu guardo conveniência, só não vou guardar conveniência de algumas pessoas. Não vou guarda conveniência da minha família porque eu tenho que conversar porque isso vai mudar um pouco o meu dia-a-dia e as minhas três amigas com quem eu venho trabalhando há bastante tempo, que são Laura, Zeluiza e Gloriete. Então, eu tenho que conversar com elas antes de vir para cá, se por acaso for’. Aí eu conversei com Gloriete, quer dizer, eu conversei com tudinho, aí quando eu fui conversar com Gloriete ela disse: ‘Você tem que ir!’, daquele jeito dela ‘Você tem que ir!’, ‘Você tem que ir porque a gente precisa desse espaço’, justamente ela disse: ‘A gente precisa desse espaço para poder ter voz, poder ter, vamos dizer, discutir, ampliar a questão dos estudos arquivísticos, a questão do arquivo que a gente vem lutando desde 1977. Acho que uma das primeiras visitas que Rosa Godoy fez quando chegou aqui foi ao Secretário da Administração para tentar, já falar da questão de Arquivo Público da Paraíba’.

Ah, sim, aquele convite que tinha sido feito, depois não voltou mais a conversar e eu também não vi o que Flávio tinha feito. Aquele convite passou. Quando a gente estava trabalhando no arquivo de Ronaldo, foi quando ele renovou o convite. Na época, que tinha chamado a primeira vez não tinha sido possível, mas que iria renovar. Quer dizer, são as dificuldades mesmo” (FERNANDES, 2019, p. 40-42).

Como citado anteriormente, Ana Isabel também participou do projeto de criação de um arquivo intermediário da administração pública estadual: a Coordenadoria de Documentação e Arquivo (CODAR). No ano de 2018, em entrevista a pesquisadora Nercy Marinho da Silva, a bibliotecária esclareceu a função da CODAR e sua vinculação a FCJA:

Para sanar alguns problemas na administração do Estado sobre o recolhimento dos documentos dos Arquivos, foi criada no segundo Governo de Tarcísio Burity a CODAR Coordenadoria de Documentação e Arquivo, para funcionar como um arquivo intermediário. Nesse órgão, deveria se fazer a Tabela de Temporalidade dos Documentos e, após esse trabalho, os documentos tinham seus destinos para os órgãos competentes. Mas, com sua extinção pelo Governador Cássio Cunha Lima, os documentos vieram todos para a FCJA sem uma análise dos documentos que, em sua maioria, são documentos públicos (SILVA, 2018, p. 54-55).

A CODAR foi planejada como um órgão centralizador que teria como objetivo “reunir a documentação gerada nos órgãos estaduais em todos os setores”, preservar a memória dos governos estaduais, um órgão de auxílio a todos os setores da administração pública estadual, aprimorar o sistema de arquivos implantado no governo do Estado da Paraíba, que deveria se

efetivar em: assegurar a guarda e preservação da documentação do governo do Estado; criação de suportes visando a conservação; manter um centro de informações; realizar a microfilmagem de documentos públicos; reproduzir filmes, fitas cassetes, videocassetes; organização e racionalização da massa documental; informatização de acervos. Além de tudo, se propunha a realizar cursos, palestras e elaborar projetos.

Propunha-se o funcionamento através de oito setores técnicos responsáveis pelo recolhimento e cadastro de documentos, comunicação, protocolo e registro, depósito e transferência, informática, reprografia, restauração e encadernação, audiovisual e biblioteca, hemeroteca e mapoteca que, basicamente, fariam atividades de recolhimento de livros, jornais, documentos ou audiovisuais, seu registro em meios computacionais, encadernação e guarda. Mas, de fato, as ações que mais se destacaram, como consta em seu guia de procedimentos, era a coleta de documentação, identificação, acondicionamento e listagem.

Por um breve período, Laudereida Moraes participou da organização da documentação desta instituição:

“Trabalhei com ela e tudo (...) Foi muito pouco o tempo, eu assisti diversos cursos, naquele tempo, ela montava cursos, eu acho que eu assisti uns dois ou três cursos que ela deu sobre arquivos, sobre encadernação. Foi o que eu mais gostei e foi por causa do curso de encadernação que ela me chamou para trabalhar com ela e eu pensei que ia para lá para aprender encadernação e a trabalhar com arquivos, mas... eu nem me lembro que foi, mas eu tive que sair porque me apareceu outra coisa e eu saí e deixei o trabalho com ela. Não durou um mês” (MORAIS, 2020b, p.19)

E foi justamente nas dependências da FCJA que começou a funcionar o grupo de estudos formado por professores da UEPB, da UFPB, arquivistas da FCJA e profissionais com atuação na área de Arquivologia na Paraíba, denominado Grupo de Estudos Arquivísticos (GEARQ, posteriormente transformado em Fórum trabalhando para a elaboração de documentos e colaborando para a proposição da lei que criou do Arquivo Público da Paraíba no ano de 2018 (Decreto nº 11.263/18 que cria o Arquivo Público do Estado da Paraíba - APEPB). Segundo Irene Fernandes (2019):

“Eu organizei um seminário que era justamente para pensar a questão do Arquivo Público da Paraíba e convidei gente de todos os departamentos que eu achava que teriam voz e trabalho em relação a isso. Foi aberto para o pessoal do curso de arquivologia das duas

universidades, Histórias, Geografia, Ciência da Informação, Biblioteconomia e sai convidando as repartições. Para todas as secretarias a gente mandou convite e fez o primeiro curso. Nesse primeiro curso, a gente criou uma comissão provisória para a criação do Arquivo Público, isso em 2011. E, desde então, a gente vem se segurando. A gente já mudou o nome para Fórum, depois mudou o nome... no final, terminou... uma vez a gente passou seis meses um pouco para baixo... em 2012, a gente entregou um documento inicial. Chico César era o secretário de cultura. Chico César mandou para o governador, o governador, no outro dia, encaminhou para a Assessoria Jurídica e daí, minha filha, só foi voltar em 2015. Em 2015 voltou. Aí, o rapaz da Assessoria Jurídica aconselhou que a gente fizesse uma revisão e realmente a gente achou que precisava. Fizemos a revisão e devolvemos. E ficamos tentando, tentando a audiência com o governador. Terminou que a gente conseguiu que o documento, a nossa ,chegasse lá no Palácio [da Redenção] e conseguimos que a lei saísse no último dia do governo de Ricardo [Vieira Coutinho]. Conseguimos que o arquivo fosse localizado dentro da estrutura administrativa. No lugar que, segundo Ieda Pimenta, é o mais favorável. Está situado na secretaria de governo” (FERNANDES, 2019, p.40-41).

A ligação dos profissionais do NDIHR com a FCJA permanece forte no presente. Após o desligamento oficial de Irene Fernandes da Coordenação de Arquivos, a professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira assumiu a coordenação do setor, agora com o nome Gerência de Documentação e Arquivos (GEDA/FCJA), e as profissionais que vinham trabalhando de maneira voluntária, desde o momento que foram convidadas por Irene Fernandes, mantiveram seu vínculo com a FCJA em um trabalho que a professora Irene Fernandes descreve como colaborativo²⁸.

4.2 O Departamento de Ciência da Informação

Lenoir (2003), em sua análise da institucionalização de campos científicos dá destaque à questão da cultura e das diferentes comunidades científicas. Uma comunidade que não se constitui em grupo homogêneo, é formado por sub comunidades com diferentes interesses, com acesso a diferentes recursos, orientados por repertórios teóricos e técnicas diferentes. Sob esse ponto de vista, identificamos na Paraíba comunidades com o interesse no tratamento de documentos e informações, com interesses diversos que, em determinado momento, vieram a

²⁸ As arquivistas e historiadoras Gloriete Pimentel, Laura Helena Baracuh Amorim e Ana Andrea Amorim, há anos colaboraram, de forma voluntária, nos projetos de organização dos arquivos privados pessoais de políticos, artistas e pesquisadores doados à FCJA.

convergir e forma uma nova configuração: historiadores, que estavam em processo de desenvolvimento das pesquisas e necessitavam, por isso, acesso a fontes de informação, ou seja, necessitavam conhecer as instituições de guarda e os documentos que guardavam; de outro lado, bibliotecários que tinham como preocupação o próprio desenvolvimento da área biblioteconômica e a pós-graduação que surgiria na UFPB na década de 1980, mas não tinham as questões específicas de organização de arquivos como prioridade.

O curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba foi ofertado pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação (DBD) e pelo Departamento de Ciência da Informação (DCI), assim como o curso de Arquivologia criado no ano de 2008.

Criado no Brasil no ano de 1969, o curso de graduação em Biblioteconomia passou por um período de desenvolvimento com criação de cursos em todas as regiões brasileiras e a valorização da profissão de bibliotecário (MULLER, 1985). Na UFPB, foi oficialmente criado através da resolução CONSUNI nº 01/1969, fazendo parte do Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (ICFCH), centro que antecedeu a criação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).

Importantes transformações institucionais ocorreram nas universidades brasileiras em meados da década de 1950, período em que instituições de ensino superior do Brasil foram agrupadas em universidades federais (federalização). Havia grande demanda por mudanças nos currículos e ampliação de vagas, mudanças que a sociedade vinha exigindo a partir da década de 1930, tanto pelas chamadas organizações de classe, como foi o caso na Paraíba da Ordem de Advogados, dos sindicatos de médicos, dos odontólogos e dos engenheiros que desejavam e participaram do financiamento dos primeiros cursos de suas respectivas áreas, quanto por grupos sociais que desejados a obtenção de diplomas de cursos superiores para seus filhos (BARROS, 1996). Na década de 1950 outros grupos sociais se organizaram e entraram nesta discussão exigindo que as universidades se modernizassem e abrissem suas portas, como os movimentos dos estudantes. Em 1961, foi aprovada uma reforma no sistema universitário, mesmo considerada insuficiente pela sociedade, esperou-se o ano de 1968, após o golpe civil-militar. De acordo com Bezerra (2007), a UFPB foi uma das universidades pioneiras no início dos debates sobre a reforma universitária de 1968 porque

(...) a administração da UFPB no reitorado de Guilardo Martins Alves era uma das mais comprometidas com o governo militar. Em consequência desse quadro, a comissão de professores da UFPB designada para participar do simpósio nacional que discutia a implantação da Reforma em todo o país, teve participação significativa (BEZERRA, 2007, p. 89, sic).

O perfil de colaboração do reitorado de Guilardo Martins Alves com o governo federal é um fato reafirmado por parte da historiografia sobre o período. As reformas na UFPB foram

debatidas localmente e aprovadas pela Congregação da Faculdade de Filosofia da Paraíba. No primeiro momento, não foram criados Centros de Ensino, transformação que só viria a acontecer em 1974, quando surgiram os Institutos Centrais que agregavam diferentes áreas de conhecimento. Assim, foram criados o Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (ICFCH), o Instituto Central de Letras (ICL), o Instituto Central de Química (ICQ), Instituto Central de Matemática e o Instituto Central de Física (ICF).

Em 1968, oficialmente criado o ICFCH, foram agregados os cursos de Filosofia, História, Geografia, Ciências Sociais e Políticas. No ano seguinte, foram criados os cursos de Serviço Social e Biblioteconomia.

Consta nas atas do Conselho de Centro do ICFCH, que o professor José Paulo Peres havia recebido proposta do Instituto Nacional do Livro para a criação de um curso de Biblioteconomia neste Instituto. Para avaliação da proposta, foi escolhido o conselheiro e professor Jackson Carneiro de Carvalho. (ATA DA CONGREGAÇÃO DO ICFCH, 22 Ago. 1968). Em reunião do dia 01 de março de 1969, a presidente comunicou que o curso de Biblioteconomia já estava regularizado. (ATA DA CONGREGAÇÃO DO ICFCH, 01 Mar. 1969). No boletim informativo da UFPB, foi veiculada a notícia que consta na ilustração 5.

Ilustração 5 – Notícia de instalação do curso de Biblioteconomia.

**ICFCH TEM NÔVO
DEPARTAMENTO**

O Conselho Departamental do Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas criou, através de uma Resolução, o Departamento de Biblioteconomia, sendo instalado com solenidade interna que contou com a presença de todos os professores e alunos do Curso de Biblioteconomia.

A sessão foi realizada no Salão da Biblioteca, sob a presidência da dra. Vilma dos Santos Cardoso Monteiro, Diretora do ICFCH.

Na oportunidade, foram historiadas as condições de criação e implantação do curso de Biblioteconomia e debatidos os seus objetivos. No próximo ano, a UFPB. estará formando a sua primeira turma.

Fonte: NOTÍCIA UNIVERSITÁRIA, 30 Set. 1970. p. 12.

Na ata da 5ª reunião ordinária do ICFCH, de 19 de fevereiro de 1971, é citado o corpo docente do curso de Biblioteconomia: as professoras Jeruza Lyra Lucena, Maria de Lourdes Arruda Melo, Dijane de Oliveira Barbosa (sic), Carmen Farias Panet, e a representante estudantil Neuza Moraes representando o colegiado nesta sessão. (ATA DA

CONGREGAÇÃO DO ICFCH, 19 Fev. 1971). Em ata de novembro do ano seguinte, foi registrada a visita do reitor ao Instituto para discutir problemas com reconhecimento do curso de Biblioteconomia (ATA DA CONGREGAÇÃO DO ICFCH, 17 Nov. 1972).

Em entrevista para colegas do Departamento de Ciência da Informação, a professora Francisca Arruda Ramalho lembrou dos primeiros anos de funcionamento do curso e da coordenação do curso:

Primeiro funcionou no Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas, como já falei anteriormente, e posso dizer que éramos um pouco nômades. Não tínhamos um lugar fixo quanto às instalações. Posteriormente, o DBD vinculou-se ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas, onde permanece até hoje, e dessa vez, digo naquela época, como uma Coordenação de Curso vinculada ao Departamento de Administração e Contabilidade. Nesse período é que ingressei como professora, ano de 1977. No início, o curso criado contava apenas com quatro professoras da área, que davam tudo de si para o curso funcionar como deveria. Essas professoras eram responsáveis pelas disciplinas técnicas. Portanto, o intercâmbio ou contribuição de outros Departamentos da UFPB em relação ao curso de Biblioteconomia era efetivo, pois as disciplinas de fundação geral eram ministradas por professores de outros departamentos, como Comunicação, Filosofia, Geografia, História, entre outros. Em 1989, posso dizer assim, alcançamos nossa independência com a criação do DBD (COSTA et al, 2009, p. 149).

No ano de 1962, o Conselho Federal de Educação havia aprovado um currículo mínimo para os cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil, o objetivo dessa reformulação de currículo foi “se conseguir o tão almejado nível universitário para os bibliotecários” (CARVALHO, 1983, p. 20). Quinze anos depois, a UFPB criou o Curso de Mestrado em Biblioteconomia (CMB), que passou a funcionar no ano seguinte após a seleção dos seus primeiros 14 alunos. Segundo Silva (2009), o CMB teve um papel de destaque no contexto regional,

Vinculado administrativamente ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e com a maioria dos professores oriunda do então Departamento de Biblioteconomia e Documentação, o Mestrado em Biblioteconomia da UFPB foi o único do Nordeste até 1998, ano de implantação da pós-graduação *stricto sensu* no Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (SILVA, 2009, p. 31).

Nos anos iniciais, teve apoio institucional de órgãos federais e estadual, através dos quais participou de convênios de cooperação técnica-científica, recebeu bolsas destinadas aos mestrandos, contratou professores de outras IES e encaminhou profissionais para programas de doutorado no Brasil e no exterior. Apesar da procura limitada por esse curso entre os anos de 1978 e 1986, o investimento nesse programa de Mestrado em Biblioteconomia continuou através de reformulação curricular, ampliação das linhas de pesquisa e mudança da área de concentração, então, saindo da área de Sistemas de Bibliotecas Públicas para a área de

Biblioteca e Sociedade, recebendo cada vez mais candidatos com cursos de graduação diversificados e docentes de diversos departamentos (BRITO; LUCENA; GARCIA, 1991).

Sobre colaborações recebidas pelo DBD, Silva afirmou:

Entre 1978 e 1995, o CMB contou com a participação de professores de expressão para a Biblioteconomia e a Ciência da Informação do País, a exemplo de Anna da Soledade Vieira, Anna Maria Athayde Polke, Antonio Agenor Briquet de Lemos, Cavan Michael McCarthy, Geraldina Porto Witter, Laurence Hallewell, Maria Antonieta Antunes da Cunha. Como permanentes, colaboradores ou visitantes, esses profissionais integraram o corpo docente dos primeiros 15 anos do Curso (SILVA, 2009, p. 33).

Nesse contexto, o curso de pós-graduação *stricto sensu* do DBD foi evoluindo na construção da área da Ciência da Informação no Estado da Paraíba.

Quadro 5 – Evolução do curso de Mestrado em Ciência da Informação.

Departamento	Período	Área de concentração	Linhas de pesquisa
DBD	1978-1987 Curso de Mestrado em Biblioteconomia	Sistemas de Bibliotecas Públicas	Hábito de leitura; Planejamento e gerência de bibliotecas públicas.
	1988-1996 Curso de Mestrado em Biblioteconomia	Biblioteca e Sociedade	Informação para o desenvolvimento científico e tecnológico; Informação e cidadania.
	1997-2001 Curso de Mestrado em Ciência da Informação	Informação e Sociedade	Informação e cidadania; Informação para o Desenvolvimento Regional.
DCI / PPGCI	2007-2010 Curso de Mestrado em Ciência da Informação	Informação, conhecimento e sociedade	Memória, organização, acesso e uso da informação; Ética, gestão e políticas de informação;
	2010-2020 Curso de Mestrado em Ciência da Informação	Informação, conhecimento e sociedade	Informação, Memória e Sociedade; Organização Acesso e Uso da Informação; Ética, Gestão e Políticas de informação;

Fonte: SILVA, 1994 e 2009; website do PPGCI.

Em 1977, o curso que ainda não completa uma década de funcionamento ofereceu seu

primeiro curso de Pós-graduação, o Curso de Especialização em Sistemas de Bibliotecas. O segundo curso de especialização foi vinculado a uma nova linha de concentração e se chamou Curso de Especialização em Estudos de Usuários. O terceiro curso de especialização foi em Gestão de Unidades de Informação. Portanto, o DBD não propunha um projeto de criação de um curso especificamente sobre arquivos. É necessário observar que, até meados da década de 1990, o número de professores era ainda pequeno e o curso funcionou apenas no período vespertino, limitando a sua procura.

De acordo com o relato de Teresinha Elisabeth da Silva,

(...) foi no âmbito de atuação do I PNPG (1975- 1979) que se deu o surgimento da maior parte dos cursos de mestrado em Biblioteconomia da década de 70. Como descrito por Pinheiro (2007), entre 1976 e 1978, foram implantados os mestrados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), UFPB, Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Universidade de Brasília (SILVA, 2009, p. 31).

Por essas mudanças evidencia-se que a Biblioteconomia no Estado estava conectada com as tendências da Biblioteconomia nacional e caminhava em direção a integração da área no “guarda-chuva” da Ciência da Informação e as mudanças que ocorriam estavam sintonizadas com as novas diretrizes da CAPES em meados da década de 1990. Entretanto, essas mesmas mudanças de diretrizes da CAPES tinham provocado o descredenciamento do Curso de Mestrado em Biblioteconomia, que encerrou as atividades, temporariamente, no ano de 2004, retornando em 2007 com novo nome, novas áreas de concentração e de pesquisa (COSTA, 2009).

Pelo relato da professora Francisca Arruda Ramalho, entendemos que o nascimento de um projeto de curso de Arquivologia se inseriu no contexto de transformação do Departamento de Biblioteconomia e Documentação em Departamento de Ciência da Informação, já que o Departamento necessitava expandir a oferta de cursos na área da Ciência da Informação.

Sabíamos que uma mudança de nome não significa qualidade do que está por vir, mas a nossa concepção, neste sentido, era incisiva: uma nova proposta de Departamento que, além de abrigar outros cursos de graduação, como o de Arquivologia, que já funciona desde 2008, também se configurasse como um Departamento com um corpo docente que integrasse professores de outras áreas (COSTA, 2009, p. 151).

Segundo a professora Francisca Arruda Ramalho e nossas colaboradoras, a ideia de criação de curso de graduação em Museologia também estaria sendo ventilado no departamento, mas ainda sem força para ser concretizada. Em 2009, nas palavras da professora, essas ideias tinham florescido, mas ainda não efetivadas (COSTA, 2009).

Observa-se que as diretrizes do curso de Biblioteconomia evoluíram da administração de bibliotecas públicas, para o foco no usuário e, posteriormente, para tratamento de unidades de informação. Na década de 1980, no contexto de abertura democrática do país, multiplicaram as discussões sobre o caráter democrático da informação, da cultura, o papel do Estado, das instituições civis e cidadania.

A partir de 1979, em Curitiba, instalaram-se eventos alinhados às demandas sociais e em sintonia com as principais preocupações que tomavam corpo na universidade brasileira (...).

É este espírito transformador que passa a direcionar parcela expressiva da universidade brasileira e que, da mesma forma, ilumina a massa crítica de parte da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Da universidade partem ações que a transformam em parceira da sociedade civil – que dela não deve se apartar – na busca de caminhos mais justos e equânimes para o País (SILVA, 2009, p. 32).

Segundo Silva (2013), o perfil do curso de Biblioteconomia era, inicialmente, técnico. Sua primeira grade curricular tinha grande carga horária nas disciplinas catalogação, classificação, bibliografia, referência e documentação. Esta peculiaridade acabou gerando críticas pois não atenderia a demandas dos usuários. Um fato que Silva (2013) destacou neste primeiro formato de curso de Biblioteconomia é a proposta de englobar grandes áreas de interesse, como gestão de centros de documentação e gestão de arquivos e bibliotecas, mas ainda inviável para aquele momento, a Ciência da Informação e a Arquivologia estavam em processo de institucionalização e criação dos primeiros cursos nas universidades brasileiras.

Mesmo a proposta de abordagem de arquivos tenha sido destacada por Silva (2013), de fato, o curso oferecia apenas uma disciplina específica sobre o tema, como apresentado no primeiro fluxograma do curso de Biblioteconomia, a disciplina “Técnica de arquivo” era ofertada no penúltimo período do curso (7º período) do curso noturno, como disciplina optativa (SILVA, 2013), tendo a disciplina “Documentação I” como pré-requisito.

Para ministrar essa disciplina, o departamento contava com escassos recursos intelectuais e especializados em Arquivística. Em consulta ao DCI, obtivemos informações sobre os docentes que ingressaram no DBD nas décadas de 1970 e 1980.

Quadro 6 – Docentes do DCI ingressos nas décadas de 1970 e 1980 (parte 1).

Docente	Ingresso	Aposentadoria
Maria Neusa de Moraes Costa	01/06/1974	27/05/1994
Gláucia Guimarães da Silveira e Silva	01/08/1976	24/11/1997
Norma Lins Leite	01/08/1976	27/02/2007

Walkiria Toledo de Araújo ²⁹	18/10/1976	19/09/1997
Zuleide Medeiros de Souza	11/04/1977	17/11/1996
Hilva Moraes Pessoa	06/10/1977	21/09/1994
Francisca Arruda Ramalho	10/10/1977	23/03/1994
Edna Maria Torreão Brito	01/03/1978	11/05/1998
Maria Lizete Lelys	13/03/1978	29/09/1991
Dulce Amélia de Brito Neves	04/01/1988	01/09/2017
Joana Coeli Ribeiro Garcia	04/01/1988	31/05/2019
Adolfo Júlio Porto de Freitas	01/03/1989	01/10/2019
Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque	01/03/1989	Em atividade

Fonte: Departamento de Ciência da Informação.

Em outras fontes de informação, encontramos informações que complementam o quadro anterior:

Quadro 7 – Docentes do DCI ingressos nas décadas de 1970 e 1980 (parte 2).

Docente	Ingresso	Aposentadoria
Carmem de Farias Panet	08/08/1970	02/05/1992
Carmen Lúcia Siqueira de Melo	01/01/1968	19/08/1997
Cavan Michael McCarthy ³⁰	-	-
Dijane de Oliveira Borba	01/10/1970	23/09/1993
Jeruza Lyra Lucena*	26/01/1962	03/06/1983
Maria das Graças de Lima Melo*	26/03/1970	01/04/1987
Maria de Lourdes de Arruda Melo	20/05/1970	08/03/1994
Maria Helena Rotta Soares*	01/06/1974	11/04/2012
Rosa Maria Araújo de Godoy e Vasconcelos	16/03/1979	15/03/2002

* Docentes aposentadas do cargo de Bibliotecária-Documentalista segundo o Sistema de Informações do Governo Federal (e-SIC).

Fonte: FIGUEIREDO, 1978; e-SIC; Oliveira (2019)

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do curso de Biblioteconomia, este curso iniciou com quatro professoras. Sobre esses anos iniciais, a professora Bernardina Freire, recordou a importância das professoras Maria de Lourdes de Arruda Melo, Carmen de Farias Panet, Jerusa Lyra de Lucena e Dijane Borba. Essas primeiras professoras fizeram parte de

²⁹ Graduação em Biblioteconomia (1969-1971) pela UFPB; Especialização em Bibliotecas Públicas (1978-1979), pela UFPB; mestrado em Bibliotecas Públicas (1979-1982), pela UFPB; doutorado em Ciência da Informação (1986-1989) pela Universidad Complutense de Madrid (CAPES, 1997).

³⁰ O professor Cavan M. McCarthy é professor aposentado do curso de Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco, compôs o corpo docente lecionando aulas no Mestrado de Biblioteconomia na fase inicial do curso da UFPB (entre 1978 e 1995).

uma primeira geração de docentes:

“No primeiro momento, eram apenas quatro professoras para tudo, que era Maria de Lourdes de Arruda Melo, Carmem de Farias Panet, Jerusa Lyra de Lucena e Dijane Borba. A segunda geração... o segundo momento, aí já vem Carmen Lúcia [Siqueira Melo], Francisco Arruda Ramalho, Edna Torreão de Brito, Raquel Abath (...) E aí, depois, você vai ter uma terceira geração, que é a geração de Dulce [Amélia de Brito Neves] de Joana [Coeli Ribeiro Garcia], depois Beth [Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque], de Adolfo [Júlio Pinto de Freitas]. Emeide [Nóbrega Duarte] já é mais nova do que eu no curso, eu fui contratada primeiro que Emeide. Nessa geração, depois que Adolfo entra, ele passa também a dar a disciplina Organização de arquivos” (OLIVEIRA, 2019, p.12).

Sobre o mesmo período, a professora Dulce Amélia de Brito Neves recordou:

“Quando surgiu a época da Universidade, eu procurei saber do curso de biblioteconomia que era recém organizado. Ele tinha somente uma turma. Eu fui da segunda turma do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFPB, né? Uma iniciativa do professor Guilhardo, eu acho que foi dele, o professor Guilhardo Martins [Alves], o reitor da época. Então, eu fui fazer o curso de Biblioteconomia. Os professores eram Jerusa, Lourdinha, Dijane, Carmen Panet e tinha a Doutora Vilma [dos Santos Cardoso Monteiro] que era da História, que dava aula para a gente de algumas coisas, tipo assim, história do livro, arquivo e história, tinha umas disciplinas assim. Então, eu me identifiquei muito com Maria de Lourdes de Arruda Melo, Lourdinha como a gente chamava, até hoje todos nós chamamos porque ela dava classificação, entendeu? Então, tinha a CDD, a CDU, Jerusa dava catalogação, me lembro bem. Eram disciplinas bem estanques, era tudo ensinado assim nessa época, no começo da década de 70, era tudo muito assim, quadradinhos. Hoje em dia a gente tem uma ebulição de multidisciplinaridade que é uma maravilha” (Neves, 2015, p.2-3).

Para entendermos o que a disciplina Técnica de arquivo abordava, questionamos a professora Bernardina Freire, que ingressou no curso de biblioteconomia em 1984. Sobre essa questão:

“Então, durante o curso nós tivemos uma disciplina chamada Organização de Arquivos que

foi ministrada pela professora de Dijane Borba. Nessa disciplina, na verdade, ela nos colocava muito mais para fazer coisas mais amenas, cortar ficha etc., porque, na época, não tinha nada, né, de computador... era tudo manualmente mesmo, mas era uma área que, de certo modo, a minha encantava. E aí, eu comecei a me voltar muito mais para a área do arquivo e para as bibliotecas privadas pessoais” (OLIVEIRA, 2020, p.4)

Dijana, ela era a professora de Organização de Arquivo e uma das primeiras a trabalhar com isso chamava-se Carmen Lúcia Siqueira Melo, que deu a disciplina logo no início porque, como ela era historiadora e era bibliotecária, então, ela trabalhava muito com essa disciplina” (OLIVEIRA, 2020, p.11).

Além dessas duas professoras citadas, Bernardina Freire ainda cita as professoras Gláucia Guimarães, Walkíria Toledo e Dulce Amélia de Brito Neves como docentes que ministraram a disciplina Técnicas de arquivo.

“Walquíria, sim, porque trabalharam juntas nas histórias dos arquivos, Walquíria Toledo de Araújo, junto com a equipe do NDIHR. No IHGP, ela quem começou por lá. Walquíria Toledo de Araújo trabalhava com o IHGP, era ela, Rosa Godoy depois Dulce Amélia que se envolveu com o grupo e continuou Walquíria, Dulce Amélia, Rosa Godoy, aí, depois veio Lúcia Guerra” (Oliveira, 2020, p. 10)

A agência da professora Dulce Amélia de Brito Neves na Organização de arquivos foi por diversas vezes destacada pela professora Bernardina Freire e na documentação que consultamos sua presença é confirmada:

“Dulce Amélia, quando entrou, já vinha com experiência de Brasília, foi ela quem passou a assumir mesmo essa parte de arquivo, mas sempre no timbre de organização de arquivo. Aí foi para o IHGP, foram para a Cúria Metropolitana e se envolveu com as meninas de História e começaram a criar os cursos e especialização” (OLIVEIRA, 2020, p.12)

A professora Dulce Amélia de Brito Neves manteve relações mais próximas aos profissionais do NDIHR, participando de projetos de organização de arquivos e assumindo funções administrativas no Núcleo. Em depoimento, recordou seu primeiro contato com a questão dos arquivos:

“Nesse meio tempo, eu não me lembro como foi, logo que eu me graduei, apareceu um curso de especialização em Madrid, na Escola de Alcalá de Henares, Administração Pública (...) fui para lá, mas foram só poucos dias, porque nessa época era 180 horas, já era especialização. Veja isso. E eu era muito nova, eu quando fiz vestibular, eu tinha 20 anos, sei lá. Não, foi antes de completar 21 anos, eu completo em agosto fiz [vestibular] no final do ano, de 19 para 20 [anos]. Aí, quando eu terminei, tinha uns 20 e poucos anos, totalmente inexperiente para muita coisa, mas muito aventureira, sempre fui. Gostava. Aí, me lembro tanto a gente passando lá em Lisboa, a gente olhava alguns para os outros, os colegas e Recife, do Brasil inteiro. A gente olhava e “me belisca para ver se é tudo verdade”. A gente foi para Madrid, lá tínhamos tudo, estava tudo incluso no pacote da passagem. Nessa época eles estavam querendo estrangeiros para divulgar as coisas deles. Isso era importante. Aí, quando você quer entrar em um outro país, inclusive pelas ideias, pela cultura e tudo, é só você fazer o curso. E sim. Desse tipo. Hoje em dia é muito comum, nessa época era muito complexo.

Então, fiz o curso lá, todinho, foi muito interessante, foi quando eu comecei a ter contato com arquivos porque, mesmo sendo de Administração Pública, sempre todo mundo se preocupava muito com papeis, né?

Nós, brasileiros, estávamos numa época que começamos a pensar nisso, inclusive sempre tinha a frente os bibliotecários porque não havia arquivistas nessa época. Quando eu vi isso, eu fiquei encantada com biblioteca, com arquivo” (NEVES, 2015, p.4).

Sobre o início de sua atuação em organização de arquivos, Dulce Amélia recorda suas experiências em escolas privadas tradicionais da cidade de João Pessoa e no SEBRAI. Assim como a professora Bernardina Freire, trabalhou com uma maior diversidade de arquivos, destacadamente, do setor privado.

“Eu era da organização de arquivos, sim, porque quando eu estava na Biblioteca Central eu comecei a dar aula na Academia [de Comércio] Eptácio Pessoa, Academia [de Comércio] Eptácio Pessoa porque eu era pai e mãe do meu filho, precisava me organizar mais, então eu fazia um horário na Academia. Lá eu dava aula de organização de arquivos e quem me indicou, que dava aula e parou de dar porque não estava com o tempo, foi Francisca Arruda Ramalho. Ela dava aula de organização de arquivo na academia, quando ela saiu para o

doutorado dela na Espanha³¹. Aí ela me perguntou se eu queria dar aula porque eu gostava de arquivo. Eu fui dar aula na Academia [de Comércio] Eptácio Pessoa. O público alvo dessa disciplina era o curso de secretariado que eles tinham, era o Curso Técnico de Secretariado. Eu acho que eu fiquei uns quatro anos, assim quando eu vim [para a ufpb e] ser professora não tinha mais tempo para ficar, tive que sair.

Entrei na universidade, comecei a dar aulas de indexação. Depois, como eu tinha dado aula de organização de arquivo eu comecei a ministrar aqui também, foi quando, nesse meio tempo, teve o Sebrae que estava procurando pessoas para treinamento de organização de arquivos. Eles queriam montar um curso de organização de arquivo que tinham, mas não estava mais assim... queriam reorganizar, então, eles me pediram, eu nem me lembro como, só sei que fui contratada por eles e pediram, eu fui e montei um cursinho de arquivo de uma semana. Era à noite, não tinha problema e fiquei ministrando na estrutura do Sebrae, no centro não sei quantos anos. Mais ou menos quando? Oitenta e... eu já era professora. Foi no final de 80. Foi logo no final de 89 para 90, até uma parte de 90, depois não deu mais. Não dava mais tempo para isso" (NEVES, 2015, p.11)

Sobre sua participação na gestão do NDIHR:

Rosa Godoy, conversando comigo, sabendo que eu dava treinamento no Sebrae porque todo mundo saber de tudo... Então, ela disse para mim se eu queria ir para o NDIHR foi isso. Adolfo perguntou para mim, não sei como foi na época, alguém perguntou e eu fiquei entre NDIHR e aqui.

(...)

Sim! O CEOARQ, né, O curso de Organização de Arquivos. No curso de Especialização em Organização de Arquivos que durou quatro anos e durante três foi financiado pela Capes, depois a Capes não deu mais verbas, começou aquela política de não financiar mais. No CEOARQ eu fui professora, coordenadora e vice-coordenadora porque era assim: Lúcia Guerra, um ano era coordenadora e eu vice, no outro ano era o contrário. (risos)" (NEVES, 2015, p.12)

As trajetórias pessoal e profissional da professora Bernardina Freire podem nos ajudar a entender as relações e conexões que se formaram entre essas duas comunidades: a dos bibliotecários ligados ao DBD e dos historiadores ligados ao NDIHR. Ao fim do curso de

³¹ Curso realizado entre 1987 e 1992, que resultou na tese *Receptividad de las Bibliotecas Universitarias de España y de Brasil Ante Las Nuevas Tecnologías de la Información*.

graduação, trabalhou na organização do arquivo médico do Pronto Socorro Cardiológico (PRONTOCOR).

“[Carmen Lucia Panet] tinha uma biblioteca enorme porque todo mundo na casa dela era muito intelectual, então, eu comecei a passar por lá para pegar os livros que ela me emprestava. Então, nesse viés, até por ela ser também de formação historiadora, eu comecei a ler muitos livros de memória. E aí eu comecei... ela começou a coordenar os estágios e quando aparecia algum estágio pago ela... e quando, um dia, que não tinha mais estágio pago, a exemplo de quando já estávamos concluindo o curso ela, nos conseguiu o Prontocor, que era do cunhado dela. O Pronto Socorro Cardiológico era um grande hospital cardiológico que tinha aqui. Nós somos fazer o arquivo dele” (OLIVEIRA, 2020, p.4)

Segundo nossa colaboradora, durante esse projeto, tomou-se a decisão de trabalhar a partir da criação de uma empresa privada voltada para a organização de arquivos aqui em João Pessoa:

“Carmen Lúcia vai e me chama para organizar o arquivo do Prontocor, que era o Pronto Socorro Cardiológico. Na organização deste arquivo nós estávamos já, eu, Edilene³² e Severina Sueli, montando uma empresa chamada. Assinforme, Assessoria Informacional Limitada” (Oliveira, 2020, p.5)

Cujo objetivo era:

“Para trabalhar com arquivo, com traduções, com informação especializada. E aí, nós apresentamos, fizemos um projeto, pegamos o salário da minha mãe que era pensionista e do pai de Edilene que era aposentado e empenhamos esse dinheiro para compra dos móveis que era tudo tubular, que era o máximo dos máximos. Alugamos um escritório, onde funcionava o antigo prédio da reitoria da UFPB, na Lagoa. Em 1989. Muito bonito, né, todo acarpetado, todo de móveis tubulares grafite. Uma coisa muito sofisticada. E uma máquina datilográfica, porque não tinha computador na época. E aí, nós fizemos o seguinte, eu tinha o perfil de diagnosticar e vender o produto, Edilene já fazia a parte financeira do projeto e a negociação financeira era com ela e como Sueli, que ainda era estudante, o papel dela era ficar mais no escritório enquanto a gente saía para rua pra buscar... e a gente dividia a operacionalização dos serviços, se tivesse serviço, se precisasse, a gente chamava os alunos

³² Professora Edilene Toscano Galdino dos Santos, hoje, docente do DCI.

para trabalhar.

Mantivemos a empresa por um ano e meio porque a gente não soube cobrar, por exemplo, cobrar pelo serviço do Prontocor que foi o arquivo médico hospitalar; a gente fez uma cobrança inexperientemente de receber, por exemplo, cobrar mil reais, receber quinhentos agora, no ato da assinatura do contrato e quinhentos quanto terminasse e não parava de brotar documento minha gente, era um negócio ensandecedor. Então, a gente passou a trabalhar lá, eu e Edilene, dando conta porque eram os nossos nomes. A gente passou mais de um ano só comendo refrigerante com rosquinha porque o dinheiro não dava mais pra comprar outra coisa.

(...) a nossa empresa, o escopo dela, empresarial, era grande, era por exemplo: normalização de trabalhos acadêmicos, organização de arquivos médicos hospitalares, organização de arquivos especializados, organização de arquivos especiais, organização de arquivos privados, tradução de textos, disseminação seletiva da informação, por exemplo, você é um médico e não tem tempo de ler; a gente já procurava tudo que estava saindo, de mais importante, e já lhe dava tudo prontinho, a parte dos resumos, os diagnósticos.”
(OLIVEIRA, 2020, p. 6-8)

Ao fim do curso de graduação e por intermédio de outra professora do DBD, Dulce Amélia de Brito Neves, surgiu a oportunidade de organizar um outro gênero de arquivos: arquivos médicos.

“Em 1988, na saída da gente do curso, entra a professora Dulce Amélia de Brito Neves porque a professora da nossa aula da saudade faltou e Dulce Amélia que ia entrando disse: ‘Eu dou aula para vocês, não sei nem quem vocês são, mas dou aula’. Aí disseram a ela que eu era muito aplicada porque ela veio com experiência muito boa do Senado com arquivos. E aí, claro, né, ela foi e me chamou. Aí, me deu o contrato da Unimed Norte-Nordeste. Então, nós tínhamos que fazer todo o arquivo da Unimed Norte-Nordeste, evidente que tudo estava no meu nome.

A Unimed já tinha os servidores que estavam lá dentro do arquivo para trabalhar com o nosso acompanhamento. Eu executava, os servidores me auxiliavam e quando precisávamos mais um bolsista, dois... E Edilene também acabou fazendo um trabalho lá comigo neste

sentido, porque a Unimed Norte-Nordeste ficou, assim, impecável³³. Foi a primeira vez que eu vi arquivos deslizantes, foi a primeira vez que eu vi uma série de outros equipamentos que não existiam em lugar algum. Então foi um arquivo que eu trabalhei muito tempo” (OLIVEIRA, 2020 p. p.7).

Simultaneamente, propostas de organização de arquivos empresariais surgiram, um deles foi o arquivo da agência de turismo Sienatur.

“() Era uma agência de turismo que ninguém conseguia encontrar nada. Então, eu fiz uma propositura de trabalhar, estudar a Sienatur a partir dos pacotes promocionais que ela fazia, que ela tinha um eixo muito forte no mercado e a parte dele eu fazer um arquivo geográfico, pelos pacotes promocionais e a documentação das viagens a partir daquilo ali. Ficou um arquivo belissimamente fantástico” (OLIVEIRA, 2020, p.7).

Havia a demanda por organização de arquivos empresariais e neste contexto, havia uma certa divisão de tarefas ou de território entre historiadores e bibliotecários.

“Eu estava ficando praticamente sem emprego, aí me contactaram para que eu fosse fazer o arquivo da Companhia de Óleos Vegetais do Brasil, COVEBRAS, porque eles estavam pagando uma multa enorme porque ninguém encontrava um documento na fábrica e lá, na fábrica, tinha um problema: eles não tinham a função de arquivista nem de bibliotecário que, na verdade, não existia arquivista aqui na cidade né? Ou era historiador que fazia ou era bibliotecário que fazia. Eles fizeram uma função para mim que era chamada de assistente de informação (OLIVEIRA, 2020, p.7)

Então, sempre muito arquivo histórico [com os historiadores], assim, a parte dos arquivos empresariais, que a gente chamava arquivos empresariais, eles ficaram muito com o pessoal da Biblioteconomia” (OLIVEIRA, 2020, p.14).

³³ No ano de 2008, este arquivo foi escolhido para realização de pesquisa para elaboração de Trabalho de Conclusão do Curso em Biblioteconomia da UFPB (o curso de Arquivologia ainda não havia sido criado nesta universidade). Neste momento, foram identificados itens do projeto de gestão anteriormente implantado, mas necessitando de atualização. Segundo Vêras Neto, Silva e Dias (2010), foram identificados obstáculos para a recuperação das informações, a existência de uma tabela de temporalidade, apesar de desatualizada, e a má condição das estantes. Neste momento, se iniciou a reorganização do arquivo, substituição de mobiliário e a implantação de um Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (GED).

A professora Bernardina Freire, destacou uma diferença importante entre os profissionais vinculadas ao NDIHR e os docentes vinculadas ao DBD: os profissionais do NDIHR estavam envolvidos com organização de arquivos, predominantemente permanentes; as docentes do DBD, envolvidos com um maior diversidade de tipos de arquivos: empresariais, médicos e privados.

5 PROJETOS DE ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS

Desta vez a raiz principal abortou, ou se destruiu em sua extremidade: vem se enxertar nela uma multiplicidade imediata e qualquer de raízes secundárias que deflagram um grande desenvolvimento. Desta vez, a realidade natural aparece no aborto da raiz principal, mas sua unidade subsiste ainda como passada ou por vir, como possível (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p.20).

Nesta seção, vamos abordar as ramificações, especificamente, como o nome NDIHR se tornou uma referência sobre organização de arquivos na cidade de João Pessoa, a partir de então, projetos de organização de arquivos foram propostos e executados ao longo das diversas fases de desenvolvimento do Núcleo (MORAIS, 2012).

No princípio da década de 1980, o nome NDIHR já era reconhecido na sociedade paraibana, a ele começou a chegar demandas para a execução de projetos de organização de arquivos. Anos depois, quando os seus pesquisadores foram deixando o Núcleo, com o fluxo de bolsas e bolsistas diminuindo, os profissionais mais experientes no desenvolvimento desses projetos foram se afastando em decorrência de aposentadoria. O afastamento das funções na UFPB, permitiu a alguns desses profissionais continuar ou ampliar sua atuação em organização de arquivos.

5.1 O Programa de Pesquisa e os desdobramentos para a organização de arquivos

Nos primeiros anos de funcionamento, três linhas de pesquisa se desenvolveram paralelamente: Formação da Rede Urbana, Economia Pesqueira na Paraíba e Relações Comerciais na Paraíba. Além dessas linhas e projetos vinculados a elas, houve dois projetos especiais: Projeto de História Oral, em convênio com a Fundação Getúlio Vargas e o Centro de Documentação em História Contemporânea do Brasil; e o Projeto História da UFPB, desenvolvido pelos pesquisadores do próprio núcleo, segundo relatório de Silveira, a pedido da Reitoria, cujo resultado final foi apresentado na forma de uma monografia sobre as etapas de criação e evolução da instituição.

Este segundo projeto permitiu aos pesquisadores conhecer os arquivos de várias unidades da UFPB e identificar o “estado dos arquivos pesquisados, cujo acesso em decorrência torna difícil e morosa a consulta” como a maior dificuldade para o desenvolvimento do projeto. Por outro lado, “o aspecto positivo do projeto é a reunião e sistematização dos documentos, antes em péssimas condições de guarda” (SILVEIRA, 1980, p.83).

Na primeira fase do convênio com a FGV, houve intercâmbio e treinamento entre 1978 e 1979 entre as equipes na Fundação no Rio de Janeiro (outubro de 1978 e maio/junho de

1979) e em João Pessoa (janeiro de 1979). A execução desse projeto levou o NDIHR a constituir, posteriormente, a linha de pesquisa, Estrutura de Poder na Paraíba.

Pesquisa e documentação, como dissemos, eram inter-relacionadas e interdependentes das condições materiais dos arquivos. Pesquisas de todas as linhas encontraram situações específicas.

(...) a relação temática-acervo também foi operacionalizada sob diversas formas: houve temática (Economia Pesqueira) em que praticamente apenas se alcançou a produção de documentos; outra (Relações Comerciais na PB) em que se chegou à proposta de preservação e arranjo de documentos; e por fim, a Formação de Rede Urbana, em que se alcançou arrolamento de entidades documentais, arrolamento e geração de acervo (aquisição) e produção de documentos e, inclusive, o contato com várias instituições e o usual mau estado de conservação dos documentos provocou, nesta fase do NDIHR, um certo questionamento de como encaminhar concreta e conjuntamente suas funções de pesquisa e de documentação. (SILVEIRA, 1980, p.84)

A execução do projeto Cadastro de Entidades Paraibanas proporcionou a entrada de profissionais/pesquisadores nos arquivos e levou a percepção da necessidade de conhecimento das técnicas de organização de arquivos. Como rememorou Moraes (2020):

“Aí, quando a gente entra nesse universo da organização de arquivos, quando a gente chega no local para fazer o cadastramento, aí a gente pergunta se está arquivado, como é o arquivamento, como é ou estão os arquivos e sai notando tudo de todas as entidades” (MORAIS, 2020, p.14)

De acordo com o relatório de Silveira (1980), inicialmente, cinco grupos haviam se formado no Núcleo, em suas atividades pode-se observar a conexão entre a pesquisa e a Organização de arquivos que desejamos destacar:

Grupo 1
Local de atuação: Arquivo Público do Estado da Paraíba Função: Pesquisar fontes de informação em instituições consideradas estratégicas. Membros da equipe: Maria Martha Pimentel Mello e Inês Caminha Rodrigues (professoras assistentes); Lúcia de Fátima Guerra, Élide de Lima Barbosa e Maria Santana de Souza (graduandas bolsistas de iniciação científica);
Grupo 2
Local de atuação: IHGP Função: Pesquisar fontes de informação em instituições consideradas estratégicas. Membros da equipe: Emília A. Lins Freire (auxiliar de ensino);
Grupo 3

Local de atuação: Cartórios paraibanos Objetivo: Pesquisar fontes de informação em instituições consideradas estratégicas. O objetivo dessa pesquisa por fontes era obtenção de informações para a dissertação de mestrado da professora Diana Soares de Galiza³⁴, mas que pretendia elaborar catálogos que poderiam ser utilizados por pesquisadores. Foram realizadas pesquisas em João Pessoa, Bananeiras, São João do Cariri, Piancó, Pombal, Guarabira, Mamanguape e Pilar. As informações adquiridas através dessas pesquisas não chegaram a ser organizadas para publicação ou no acervo do NDIHR para consulta pelos responsáveis pelas pesquisas. Membros da equipe: Diana Soares de Galiza (professora assistente); Rosilda Maria de Carvalho e Marileuza Fernandes Brito (graduandas bolsistas de iniciação científica).
Grupo 4
Local de atuação: arquivos portugueses³⁵ Objetivo: continuar as pesquisas por fontes de informação iniciadas por professora do DFH anterior ao funcionamento do NDIHR. Membros da equipe: Elza Regis de Oliveira (professora titular); Lúcia de Fátima A. Guerra e Maria Aparecida Ramalho (graduandas bolsistas de iniciação científica).
Grupo 5
Local de atuação: NDIHR – Estruturação do Acervo Objetivo: atendimento às linhas temáticas Membros da equipe: Joana Neves, Ruston Lemos de Barros e Antonia Batista do Carmo (professores colaboradores); Gisafran N. Mota Jucá (auxiliar de ensino); Élide de Lima Barbosa e Rosilda Maria de Carvalho (graduandas bolsistas de iniciação científica).
Grupo 6
Local de atuação: NDIHR – Arquivo documental Função: atendimento aos usuários Pessoas da equipe: Mércia Eliane Cardoso; Bethânia Maria da Cunha Ribeiro (bibliotecárias graduandas, bolsistas de iniciação científica).

Fonte: Arquivo do NDIHR

Aflora na documentação do Núcleo referências sobre o Projeto Rondon, evento criado e executado anteriormente à definição do Programa de Documentação (entre setembro e dezembro de 1976). O Projeto Rondon, tinha como objetivo realizar o cadastramento de instituições que possuísem e acumulavam conjuntos documentais de valor histórico, para se conhecer as condições de acesso e necessidades de preservação. Em sua versão inicial, se constituía em

³⁴ Este projeto teve o título Arrolamentos de Acervos Cartoriais para a História da Paraíba e permitiu a publicação de um número nos Cadernos de Estudos Regionais. Descrição completa em Moraes (2012).

³⁵ A professora Elza Regis de Oliveira teve papel fundamental na obtenção de informação sobre a Capitania da Paraíba. Nas décadas de 1960 e 1970 realizou pesquisas no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa e, novamente na década de 1990, colaborou no Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Segundo Silveira (2002, p.7): “Para a iniciativa chegar a bom termo, foi essencial a composição da equipe de pesquisadores. De um lado, a experiência da Profª Elza Régis de Oliveira, docente aposentada da UFPB, que, em duas ocasiões anteriores, em fins da década de sessenta e em fins da década de setenta, já houvera pesquisado a documentação sobre a Paraíba no Arquivo Histórico Ultramarino, em ambas as vezes, realizando, respectivamente, reproduções fotográficas e micrográficas dos manuscritos. De outro, o interesse e a energia de dois jovens pesquisadores - o Prof. Mozart Vergetti de Meneses, do Departamento de História/UFPB, liberado para a missão cultural, e a Profª Maria Vitória Barbosa Lima, do NDIHR/UFPB - que, vivenciando o projeto, amadureceram profissionalmente e possibilitaram à Universidade qualificar novos recursos humanos para uma área de pesquisa da História do Brasil que demanda um requisito técnico sofisticado: a leitura paleográfica. Portanto, para além de seu produto final - este Catálogo, o Projeto Resgate possibilitou ao país um outro resultado multiplicador de mais longo alcance: a capacitação de quadros para instituições culturais.” (SILVEIRA apud OLIVEIRA et al, 2002, p.7)

(...) caravanas de universitários que por determinado tempo permaneçam em regiões afastadas onde não só estudem a situação dessas regiões, como também prestem serviços de assistência social, cultural, sanitária, técnica e científica. Às autoridades militares e universitárias caberiam a organização e as providências necessárias a tal fim... a conjugação dos diversos órgãos das Forças Armadas, das Universidades, dos ministérios, entidades federais, regionais e empresariais poderão tornar os estágios dos universitários uma verdadeira ponta de lança da Universidade na participação, na luta diária pela resolução dos problemas nacionais. Nascia, assim, o Projeto Rondon. (MOREIRA, 1985, p. 3)

O Projeto Rondon desenvolveu na Paraíba a Operação Arquivus (sic), projeto de âmbito nacional para inventariar fontes para a pesquisa historiográfica sobre o Brasil; ainda se propunha a conscientizar os responsáveis pelos arquivos de sua importância; a recuperação, restauração e conservação desses arquivos; deu ênfase a necessidade de habilitar pessoal para trabalhar em arquivos e realizar o engajamento da juventude, neste caso, de estudantes universitários. Como elemento central, pretendia-se dar condições de acesso a dados e informações contidas em documentos guardadas nos arquivos brasileiros à pesquisadores e ao público em geral, ou seja, a localização e divulgação de fontes³⁶.

A Operação Arquivus foi promovida pelo Centro de Documentação do Exército e Projeto Rondon. O Projeto teve como coordenadora executiva na Paraíba Bernadete de Lourdes Figueiredo de Araújo e a professora Miriam Gomes de Medeiros como Coordenadora da Operação Arquivus. Foi realizada a seleção de universitários, que aplicariam questionários para conhecimento dos acervos documentais, além de fornecer orientações aos responsáveis por esses acervos sobre sua importância e como preservá-los, organizá-los e permitir o acesso. O Estágio I, consistiu na identificação desses locais (endereço, natureza, funcionários, finalidades, organização administrativa, história, condições de segurança, instalações, procedimentos de aquisição, quantificação de consultas, condições de reprodução, a existência de catálogos ou inventários, condições de organização, ordenação e armazenamento, existência de normas e rotinas). O Estágio II, o arrolamento de cada documento encontrado no estágio anterior.

Teria abrangência nacional, regional ou estadual. As operações nacionais ocorreriam no período das férias escolares (janeiro e fevereiro), as operações regionais ocorreriam durante as férias de julho, diferindo das nacionais apenas por ocorrerem na região onde os estudantes estudavam. Havia a possibilidade, ainda, de Operações Especiais que se desenvolveriam através de convênios com instituições públicas e privadas consideradas de interesse público. De acordo com Moreira:

³⁶ A pesquisadora Daiane Vaiz Machado descreveu a atuação da Operação Arquivos no Estado do Paraná entre as décadas de 1970 e 1980 (VAIZ MACHADO, 2019).

(...) o PROESP (Programa de Operações Especiais) que incorpora automaticamente os objetivos gerais do Projeto Rondon, possui suas características específicas, dentre elas a de desenvolver ações de ampla abrangência de caráter temporário ou permanente junto às comunidades carentes dos centros urbanos (MOREIRA, 1985, p. 4).

Na Paraíba, a Operação Arquivus recebeu inscrições para alunos dos cursos de Biblioteconomia, História, Geografia, Estudos Sociais, Serviço Social, Pedagogia, Letras, Ciências Sociais, Direito, Psicologia e Filosofia. Deveria ser oferecido treinamento que abordaria o valor da pesquisa histórica e suas necessidades; histórico, evolução, finalidades, objetivos da Operação Arquivus assim como o papel do Centro de Documentação do Exército e orientações de como realizar a aplicação de questionários.

Em João Pessoa, a Operação Arquivus I se desenvolveu entre agosto e dezembro de 1974 com a participação de 22 universitárias, distribuídas em 10 grupos de pesquisa (iniciada em 26 de agosto de 1974). Como resultado, foram registrados 73 arquivos no Estado, destes, 17 não permitiam o acesso a sua documentação.

Ocorreram seleções específicas para o desenvolvimento desse projeto na cidade de Campina Grande e Grande João Pessoa (Bayeux, Santa Rita e Cabedelo). Na primeira, ficou sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Avançados (NESA), através do professor Ubirajara Moraes e em colaboração com a Prefeitura de Campina Grande. Nesta cidade, apenas o Arquivus Estágio I foi desenvolvido, entre 27 de outubro e 31 de dezembro de 1975. Foram identificados 26 arquivos, trabalho realizado por 18 universitários em 3 equipes. As mesmas características dos arquivos foram encontradas nesses locais: falta de capacitação para trabalhar com documentação, desinteresse e falta de organização. Os funcionários desses locais tinham formação em Ciências Sociais, Serviço Social, Estudos Sociais e Letras.

Nas cidades de Santa Rita, Bayeux e Cabedelo participaram do Projeto Arquivus I, 48 universitários, sendo 11 estudantes de Biblioteconomia, e foram identificados 50 arquivos privados e públicos: 18 na cidade de Bayeux, 13 na cidade de Santa Rita e 19 na cidade de Cabedelo. As pesquisas realizadas entre 12 de maio e 30 de junho de 1975 encontraram problemas semelhantes: desorganização de arquivos, falta de pessoal capacitado, proibição de acesso aos arquivos. Os funcionários desses arquivos tinham formação em Direito, Pedagogia, Letras, Biblioteconomia e Serviço Social. Diferentemente dos arquivos de outras cidades, em Cabedelo a pesquisa identificou 09 bibliotecários ou bibliotecárias responsáveis pelo fornecimento de informações sobre os acervos da cidade. Em Santa Rita, foram identificados 06 bibliotecários(as), inclusive a professora **Francisca Arruda Ramalho** como bibliotecária responsável pelo arquivo do Sindicato Rural da cidade.

Na proposta inicial seriam realizados o mapeamento de documentação de 12

microrregiões, somando-se 69 da Paraíba e estados vizinhos, com universitários sob a orientação de Miriam Gomes de Medeiros, orientadora da Operação Arquivus no Estado.

O NDIHR encaminhou à Coordenação estadual do Projeto Rondon uma proposta de convênio para cooperação recíproca ainda em maio de 1976, sendo aprovado. Posteriormente, a criação da linha de pesquisa Formação da Rede Urbana na Paraíba e as ações de prospecções em arquivos históricos na Paraíba realizadas pelo Núcleo foram fatos levados em consideração na assinatura deste convênio e coube a professora Inês Caminha o desenvolvimento do Projeto Especial Pesquisa Histórica, entre setembro e dezembro de 1976, que foi o projeto efetivamente executado. O objetivo era o mesmo, o mapeamento, a localização das instituições e levantamento da documentação.

Partindo do Projeto Arquivus I, delimitou-se ações de preparação de materiais para capacitação, seguido de treinamento que levaram os instrutores a realizarem mais de uma visita a algumas das cidades escolhidas para o trabalho e avaliação dos resultados. Foram elaboradas apostilas com normas e orientações para levantamento dos acervos, boletins para divulgação do NDIHR, fichas para cadastro de entidades e de ficha para acervos privados. Foram selecionados 120 estudantes que realizaram pesquisas em 06 cidades, João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Patos, Sousa e Cajazeiras. Durante a realização desta intervenção, segundo relatório, tomou-se o conhecimento da intenção de algumas instituições em doar seus acervos para o núcleo e de catalogar sua documentação com o auxílio dos bolsistas do NDIHR.

No Núcleo, foi escolhida uma comissão para revisar as atividades realizadas pelos estudantes formada pelas professoras Emília Augusta Lins Freire, Inês Caminha Lopes Rodrigues e Maria Martha Pimentel de Mello, além das estudantes Maria Aparecida Ramalho, Lúcia de Fátima Guerra, Maria Santana de Sousa e Élide de Lima Barbosa. Como resultado do trabalho dessa comissão, e diante do objetivo de identificação de fontes de informação histórica, foi diagnosticado deficiências e ineficiências no trabalho dos estagiários desse projeto, a sugestão de substituição desses alunos por alunos do curso de História e, por fim, a suspensão do convênio.

Em 2011/2012³⁷, Moraes realizou ampla pesquisa sobre os projetos de organização de arquivos realizado pelo NDIHR, nestes diversos projetos a ação de referenciar acervos (identificar e fazer catálogos para disseminação de informações sobre fontes de pesquisa) se confunde com a ação de organizá-los ou mesmo de criá-los. Um projeto de organização, por diversas vezes, se convertia em projetos de criação, de estruturação ou institucionalização dos mesmos, assim como, de conscientização da sua importância para as comunidades.

Em nossa pesquisa, levamos em consideração os projetos de organização de arquivos

³⁷ Ver Moraes (2012, p. 71 a 73).

executados e que tiveram respaldo nas memórias compartilhadas através de diálogos ou entrevistas formais, assim como vestígios de informações encontrados no próprio arquivo do NDIHR. No quadro abaixo, mostramos os projetos de organização de arquivos sobre os quais encontramos referências em múltiplas fontes de informação.

Quadro 9 – Instituições e Arquivos com arquivos trabalhados por profissionais ligados ao NDIHR

Instituições externas à UFPB³⁸
Arquivo da Superintendência do Porto de Cabedelo;
Arquivo da Associação Comercial da Paraíba;
Arquivo Histórico da Paraíba e sua reestruturação;
Arquivo da Arquidiocese da Paraíba – AEPB (Cúria Metropolitana da Paraíba);
Centro de História, Pesquisa e Documentação do Movimento Estudantil – CHPD/ME;
Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – CPT;
Arquivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT/PB;
Centro de Documentação e Publicações Populares – CEDOP;
Centro de Referências Histórico-culturais da cidade de João Pessoa – FUNJOPE/PMJP;
Assembleia Legislativa da Paraíba;
Instituto Histórico Geográfico Paraibano – IHGP;
Tribunal Regional Eleitoral/PB;
Ministério Público da Paraíba
Tribunal de Justiça da Paraíba;
Departamento de Ordem Política e Social – DOPS;
Departamento de Estradas e Rodagem da Paraíba – DER/PB
Arquivos da UFPB ou localizados na UFPB
Arquivo do Departamento Cultural (PRAC)
Arquivo do CCHLA;
Arquivo do CE;
Arquivo da Superintendência de Recursos Humanos – SRH/UFPB;
Arquivos privados pessoais doados ou sob sua custódia
Arquivo do Maestro Pedro Santos;
Arquivo do Maestro José Alberto Kaplan;
Arquivo de José Simeão Leal;

Fonte: Arquivo do NDIHR

O início desses projetos poderia estar relacionado não apenas à busca de fontes de informação, ao longo do tempo convites de alguma instituição ou pessoa chegavam ao

³⁸ As datas indicadas são aproximadas.

NDIHR ou intermediado pelo conhecimento pessoal com algum profissional do Núcleo, ou mesmo a execução de um projeto de organização de arquivos inspirou a realização de projeto semelhante em outra instituição.

5.2 O Arquivo do Porto de Cabedelo

O arquivo do Porto de Cabedelo foi considerado estratégico pelos pesquisadores do Núcleo. No relatório do período (1976 a 1980), Silveira (1980) escreveu sobre esse projeto. Em 1980, o NDIHR havia firmado convênio com a Superintendência do Porto de Cabedelo para a organização do Arquivo da Inspetoria dos Portos. Tratava-se de um acordo para a oferta de “um trabalho eminentemente documental”, através dele, os recursos financeiros seriam destinados à universidade para o pagamento dos quatro estagiários e dois auxiliares de pesquisa. A contrapartida da UFPB foi a disponibilização de dois docentes e a impressão dos catálogos pela Editora Universitária. A negociação deste convênio se iniciou em 1978, sendo finalmente assinado no dia 02 de agosto de 1979. A duração inicial prevista era 18 meses, que se concluiria com a produção de um catálogo sobre o arquivo organizado. As ações do projeto ocorreram entre agosto e dezembro de 1978. O convênio foi interrompido em decorrência da incorporação da Superintendência do Porto de Cabedelo a Portobrás³⁹ (SILVEIRA, 1980). O projeto acabou se integrando a linha temática de pesquisa Relações Comerciais da Paraíba com o eixo Rio-São Paulo.

As principais informações sobre esse arquivo foram proporcionadas por entrevistas realizadas com três das fundadoras do Núcleo, segundo elas, a organização da documentação do Porto de Cabedelo foi um dos primeiros acervos que elas tiveram acesso não para pesquisar, mas organizar. As memórias de Laura Helena B. Amorim, Irene Fernandes e de Gloriete Pimentel foram fundamentais para o conhecimento sobre esse arquivo.

Segundo Irene Fernandes:

“Então, vem o arquivo do Porto de Cabedelo que estava na delegacia do Porto, lá na Eptácio Pessoa. Era a delegacia que estava lá. O que que a gente faz? Começa, forma o grupo. O grupo era formado por alunos que nós chamávamos de avançados [risos]. Eram aqueles alunos que já começavam a participar, a falar, a querer discutir, a querer participar, a exigir direitos. E, então, começaram as exigências necessárias e naturais, mas que diante da autoridade do Porto de Cabedelo... porque começou-se a fazendo... ah, material de proteção. Aí, o que acontece? Não vinha. Chegou-se e disse: “A gente só vai

³⁹ Empresa de Portos do Brasil S.A, criada em 1975 (Lei nº 6.622/75) e extinta em 1990.

começar a trabalhar quando tiver material de proteção”. Com toda a razão! Era uma montanha de documentos no chão, num lugar, assim, fechado. Começou a confusão, eles acharam que estava havendo uma agitação estudantil e, então, o projeto não continuou, acho que no máximo a gente passou dois meses.

[Interrupção]

Teve o projeto, montamos a equipe, a equipe chegou ao arquivo... Começou a tentar uma higienização, uma separação, arrumar o ambiente primeiro porque era, sem brincadeira, era alta, era uma montanha de documentos. Então, o que aconteceu? Justamente nesse momento em que a gente começou a trabalhar, eu pessoalmente peguei alguns documentos e eu já vinha pensando na necessidade de decidir a minha dissertação de mestrado e estava com muita dificuldade porque eu queria trabalhar com a pequena produção aqui na Paraíba, queria trabalhar com isso.

Logo que as linhas [de pesquisa] foram definidas, fiquei no... desenvolvimento agrário? Não, Relações Comerciais da Paraíba com o eixo Rio-Nordeste. Foi, eu acho que talvez tenha sido justamente isso que nos levou ao Porto. Pode ter sido também um outro caminho que a gente pode pensar. Olha isso aí, que foi pela linha temática e ele ficou ligado a linha tem mais Relações Comerciais.

Encontrei algumas coisas ligadas à questão da criação do porto de Cabedelo e ligados à Associação Comercial. A gente foi fechar com esse projeto, quer dizer, a gente fechou, não. O projeto foi fechado pela superintendência, delegacia, qualquer coisa, inspetoria ou qualquer coisa que seja” (FERNANDES, 2019, p.16-17).

As memórias de Irene Fernandes sobre esse arquivo são fragmentadas, para acessá-las são utilizadas perguntas para ativar as recordações desse antigo projeto. Seu interesse nasceu da necessidade de fontes de informação para a pesquisa para seu mestrado⁴⁰ que se encaixou nos objetivos de pesquisa de uma linha específica do Núcleo, por isso, as memórias do Arquivo do Porto de Cabedelo e da Associação Comercial, por vezes, se misturam, ambas tiveram os mesmos objetivos iniciais.

Perguntada pelos motivos que as levaram a sair do arquivo de forma prematura, Laura Amorim compartilhou suas impressões:

“Ali foi Irene, Irene foi chamada, foi convocada para fazer uma avaliação do Porto, está

⁴⁰ Sua dissertação, intitulada Comércio e subordinação: a Associação Comercial da Paraíba no Processo Histórico Regional (1889-1930), foi defendida no ano de 1988 e publicada em livro em 1999. FERNANDES, I. R. S. **Comércio e Subordinação**: a Associação Comercial da Paraíba no Processo Histórico Regional (1889-1930). 1. ed. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1999. v. 1. 328p.

certo? E começou o trabalho, mas você sabe, o pessoal considera arquivo algo sem nenhuma necessidade de gasto, aquilo é o papel velho. Então, depois eles deixaram, não financiaram mais o trabalho, não quiseram mais o trabalho da equipe inteira e as meninas deixaram. Houve novas tentativas do Porto, mas eu não soube mais notícias. Agora, aquilo devia ser um arquivo maravilhoso em matéria do comércio, da navegação na Paraíba. Uma coisa incrível" (AMORIM, 2020, p.5)

Nas memórias sobre esses arquivos percebemos umas características da memória que Halbwachs descreveu no início do século XX: a característica reconstitutiva, a dinâmica entre memória individual e memória coletiva, as características visuais da memória, a afetividade na recordação.

Os arquivos enquanto lugar físico apresentam-se da seguinte maneira: a documentação do Porto de Cabedelo estava depositada em casarão no Bairro dos Estados em situação física e organizacional precárias: havia alguma documentação identificada e compondo pacotes, grande parte dessa documentação foi guardada de maneira que o arquivo tinha características de depósito de documentos.

As lembranças de Gloriete Pimentel são vívidas em relação a esses primeiros projetos, bastante detalhadas sobre o espaço onde este arquivo foi instalado e as atividades de organização realizadas:

“Uma casa de esquina, um casarão muito antigo. O projeto dela era de um arquiteto famoso, não sabe? Que trouxe (inaudível) um projeto para aquela casa, foi uma sumidade. Enfim, lá era o armazém, o depósito deles. O que a gente fez foi separar a documentação portuária pelos grandes grupos. Eles tiveram muito cuidado porque era uma documentação muito antiga, trouxeram uma pessoa, uma senhora da documentação portuária do Recife. Ela veio, ela ficou por mais de um mês conosco, falando, explicando e separando de acordo com a forma que foi organizada em Recife, para organizarmos a documentação daqui. Ela era responsável pela documentação portuária de Recife e foi ela quem começou a organização da documentação portuária de Recife. Como ela tinha já uma vasta experiência com o trabalho e vivência com a documentação, ela nos ajudou rapidamente a separar os grandes grupos dessa documentação porque não estava organizado, mas estava identificado em uns pacotes, sabe? Era lixão mesmo, os pacotes amarrados. Até que eles sinalizaram, aí isso facilitou muito e ela disse: “Pelo menos aqui já está sinalizado”, muita coisa... às vezes, a gente abria e não coincidia, mas quando abria a documentação tinha uma continuidade, tinha um sentido por estar ali, não foi amarrado aleatoriamente não, foi

amarrado com uma lógica.

Então, a mulher veio, eu não me lembro do nome dela. Primeiro, a gente estava começando um trabalho que nunca tínhamos feito na vida, a gente não tinha experiência, entendeu? Na documentação de Relações Comerciais deve ter o nome dela porque aquela presença não veio por conta própria, foi uma solicitação do NDIHR para o Porto de Cabedelo e foi indicado e ela veio via oficial.

Foi o próprio Porto que se encarregou de indicar, eu sei que a documentação era do interesse delas duas [Laura e Irene], está entendendo? Elas se articularam e essa mulher veio. Não me lembro do nome dela. Ela veio para dar um curso a gente... não era um curso, era uma prática, a dinâmica do trabalho que ela fazia.

A arquivo, na prática era um lixão. Era assim, tinha pacotes que estavam identificados, mas naqueles pacotes, do chão até em cima, tinha de tudo. A primeira coisa, quando ela foi vendo que tinha identificação, ela começou ensinando a gente a separar por identificação, da forma que estava identificado, depois, sem saber, ela abria. A primeira coisa foi isso, pegar os grandes pacotes. Tinha, também, lixão empacotado e outros avulsos, tudo misturado.

O prédio parece que é uma escola hoje. Vizinho a Escolinha Carrossel. Pronto, é uma escola. Era aquela casa. Aquela casa são duas, uma no térreo, aí você subia, pode olhar aqui na frente tem uma escadaria, atrás tem outra escadaria para a casa oficial. A outra era como que era para empregados, entendeu? Mas tinha todos os cômodos de uma casa, funcionando com todos os cômodos, tinha cozinha, as salas, quarto, tudo. Tudo, tudo cheio de documentos.

E a casa principal era lá em cima, a gente tem que subir por dentro mesmo, pelo interior. Tem a escada e tem a escada pelo lado de fora que a gente... que a gente via aquela escadaria na frente da casa. Era uma escadaria bem bonita para chegar na frente. Depois, nos fundos tinha a escadaria que também descia, essa de trás tanto descia como subia, tinha uma para subir e outra pra descer. A casa era enorme. Era não, ela é enorme. A parte de baixo, toda, toda, toda, toda de pacote, pacote, pacotes empilhados. A gente tinha hora que não tinha onde botar nada que separava. Fomos separando no mesmo ambiente, separando porque era muita documentação. Agora, poeira tinha muita, tanto que o Porto financiava e todo dia mandava deixar leite, leite geladinho, sabe. Toda vida. E tinha vitamina C, a gente tomava os comprimidozinhos de vitamina C e tinha uns leites que a gente tomava, bastante leite, bastante leite gelado.

Sabe Deus porque eu não me lembro mais quanto tempo trabalhamos lá. Eu sei que nós

deixamos quando foi o suficiente, Irene e Laura⁴¹ viram que elas já tinham conseguido documentação suficiente, ficou separadinha, ficou separado, para a defesa delas, para os objetivos delas. Porque era assim, na época a gente... eu mesmo não tinha noção do que era... a gente só sabia o título do estudo delas. Na realidade, eu não tinha dimensão do que era aquela documentação, que tipo de documentação portuária ia bater, ia ser definitiva para elas. Elas estavam, sim, na pesquisa ainda, no tempo da pesquisa que na época da pesquisa você pode até juntar um acervo grande e depois vai refazendo seleção, né isso? Porque já vinham estudando há muito tempo. Mas olhe, o que tiver lá nas caixas do arquivo do NDIHR, que também não deu para juntar muita coisa, acho que ficou só um relatório, entendeu? Mas foi bom, a gente comeu um pouquinho de terra (risos), mas aprendeu a entrar nos depósitos, foi lá que a gente aprendeu, começamos no lixo...” (RODRIGUES, 2020b, p. 18).

Neste longo relato, se percebe as contradições do lembrado. Houve assessoria neste trabalho, como destacou Gloriete Pimentel em seu relato, a própria administração do Porto havia convocado uma profissional de Recife que tinha experiência na organização da documentação da Capitania dos Portos em Recife, tinha conhecimento dos gêneros documentais e veio para oferecer orientação. Entretanto, as descrições vívidas dos espaços e das maneiras de guardar os documentos são características encontradas na maior parte deles.

5.3 O Arquivo da Associação Comercial da Paraíba

A princípio, o arquivo da Associação Comercial da Paraíba forneceria informações para as dissertações de Irene Fernandes e Laura Amorim. Comparando a organização do Arquivo da Associação Comercial com a organização do Arquivo da Cúria, Ferreira (2020) afirmou:

“A Associação Comercial não foi um projeto oficial do núcleo, era um projeto de Laura de Irene, era dissertação de mestrado delas, (...) foram [Irene e Laura] começar a pesquisar, viram a situação em que se encontrava. Então, por lá passaram muitos bolsistas. Esse antecede a Arquidiocese Qual é a diferença? Foram para lá porque estavam pesquisando a temática e resultou pelo menos em duas dissertações: a de Irene e a de Laura. Na Associação

⁴¹ Sua dissertação, intitulada O Comércio Paraibano no Processo de Formação do Mercado Nacional, foi defendida em 1987, mas permanece não publicada. As pesquisas realizadas na ACPB possibilitaram a publicação de matéria jornalística na imprensa local, e quatro comunicações em eventos científicos da área de história, de ambas as pesquisadoras.

o caminho foi outro [diferente de outros arquivos], quando o pessoal saiu de lá acabou, ele não foi aberto. O arquivo da Associação Comercial não foi aberto ao público, não” (FERREIRA, 2020, p.12).

De acordo com Irene Fernandes:

“Eu fui na Associação Comercial, vem a possibilidade de material. Quando a gente chegou lá, a mesma coisa, é uma sala, mas não era diferente porque lá tinha assim aqueles montinhos no chão, mas o ambiente era limpo de modo geral. Na saleta, onde a documentação estava colocada, tinha um bocado de estantezinhas assim. Então, era o material mais fácil de trabalhar e tinha material assim... de fora, também no outro salão aberto que dava para a gente trabalhar. Eu e Laura, de início, eu comecei a fazer a pesquisa e, naturalmente, Laura me ajudou (risos). Laura estava comigo pesquisando e começou a ver, realmente, que a presença da Associação Comercial... a gente fazer isso, a gente ia passando os documentos, selecionando aquilo que interessava a gente aí isso constranger a gente, né, constrangeu de ficar fazendo uma pesquisa, encontrando uma riqueza muito grande de informação e a gente simplesmente tirar o que precisava e deixar ir embora. Não dava para a gente fazer isso, foi quando a gente conseguiu a meninada lá no Departamento, no curso de História, para fazer o trabalho com a gente como voluntário.

A gente teve que conversar com o presidente quando a gente viu e sentiu a necessidade. Tinha um secretário que era muito simpático que nos atendia muito bem, mas não se falava na necessidade de organização. Então, nós fomos falar com o presidente para dar uma organização. Nós formamos a equipe e começamos a trabalhar.

Engraçado, não houve problema em termos de relacionamento, agora o que a gente sentiu foi o seguinte: precisou de um tempo para que a gente merecesse a confiança da Associação e o que eu te digo é o seguinte, por exemplo, a gente estava lá organizando a documentação, tudinho, e o que acontece, quando a gente... e eu fazendo a minha pesquisa, eu fazia as duas coisas, dava orientação e fazia a minha pesquisa também. E eu precisando e queria cuidar da criação da instituição e não encontrava, a gente só encontrava documentação a partir de 1915. Só tinha documentação a partir de 1915. Aí, passou, passou, passou, passou até que um dia a gente conversando, falando que não encontrava documentação, eu não me lembro se eu falei para ele que eu estava... aí ele chegou e disse: “Olha, eu devo dizer para vocês que tem um material mais antigo. Mas ele vive guardado no cofre”. Era o livro de atas de 1891. E então, esse de 1891 foi quando a Associação retornou, ela tem a primeira fase muito

curta em 1874 e, a partir de 1891, ela passa a funcionar, então, sem mais paradas. Ele nos passou e eu fui fazer a pesquisa, lendo. Na época, era interessante porque tinha correspondência que saia, toda ela escrita num livrinho, então me ajudou muito a pensar e a trabalhar esse primeiro período. Então, voltou para o cofre. Passou algum tempo, a gente trabalhando nesse formato até que se conseguiu aprovar um projeto no CNPq.” (FERNANDES, 2019, p. 16-17).

Para o constrangimento sentido pela pesquisadora, que a levou a propor uma organização do arquivo, entendemos que nasceu do contexto geral em que viviam e que estava relacionado com o NDIHR. Estava a se estruturar um núcleo de documentação que se propunha a acessar arquivos “esquecidos” e a publicização das informações que continham. Por outro lado, institucionalmente, a criação do sistema de bolsas pelo CNPq se mostrou um instrumento favorável ao acesso de estudantes a esses arquivos e seu treinamento em pesquisas.

O ACPB foi um arquivo que introduziu diversos historiadores na prática da pesquisa sobre História. Seus nomes foram lembrados por Laura Helena Baracuhy Amorim:

“Pegamos gente muito boa, que era Paulo Giovani [Antonino Nunes], Margarida [Maria Dias de Oliveira], Helder [do Nascimento Viana], que nesse tempo era marido de Margarida, Aurélio, Alessandra que eu não sei se você conheceu... Alessandra, meu Deus, eu não lembro o nome dela, mas eu tenho vício safado de esquecer nome, o segundo nome das pessoas... Monique Cittadino, a nossa professora também. Passou muita gente boa lá pela Associação e todo mundo ficou assim, um pouco interessado em documento e foram excelentes pesquisadores. Com essa viagem pelo mundo da Arquivística eles descobriram a História né” (AMORIM, 2020, p.6).

Uma lembrança de Laura Amorim foi reveladora de como o acesso a arquivos históricos se transformava, na época, em uma missão de salvamento da destruição dos documentos neles contidos.

“Criou-se uma cultura de desrespeito ao historiador que trabalha com arquivos porque acham que o historiador só vai lá para a organizar o arquivo. Não, a gente vai para salvar os documentos. Primeiramente, eu quando fui para a Associação eu fui salvar

documentação. Minha preocupação era aquele lixão a gente transformar num lugar de visita. Era um lixão! Olhe, um monte de papel colados, assim, um no outro que a gente ia com a laminazinha despregando, despregando. Alguns agente salvou, outros não tinha o que fazer porque tinha goteira dentro do arquivo. Era uma coisa de chorar, mesmo, de chorar, fora os presidentes da Associação, uma parte deles não entendia que para arrumar é preciso desarrumar e eles diziam, eles aborreciam a gente, tratavam a gente até mal. Dizia: 'A universidade tem a obrigação de fazer isso'. Daí, eu era malcriada e dizia que não tinha obrigação, não, eu estava fazendo aquilo, dedicando aquele meu horário ali porque eu tinha reconhecido o valor dos papéis e da instituição, não o dele" (Amorim, 2020, p.13)

Como observamos acima, se vivenciava um sentimento de iminência da destruição de fontes de informações preciosas, por isso, muitas vezes, era comum as afirmações sobre a inexistência de arquivos diante do abandono dos documentos e da precariedade dos locais.

A prática, foi muitas vezes lembrada pelas nossas colaboradoras, prática entendida como procedimentos que deveriam ser aplicados para a preservação dos documentos e, em seus relatos, as colaboradoras citaram as referências teóricas que orientavam a arquivística brasileira. Partindo da realidade material encontrada, surgia a preocupação com o fazer, partia-se do senso comum (“eu acho que”) e se encontravam as referências da Arquivística praticada naquele momento.

“Com o que a gente se defrontava? Não existia arquivo, tudo estava, como se diz, virado. Os arquivos inexistiam, quando existiam, estavam tudo “no chão”. E a gente começou a ver essa realidade. E aí, foi quando entrou a questão do “eu acho”: “Eu acho que a gente podia levantar isso aqui e podia ler alguma coisa sobre isso para poder levantar”. Então, a gente lia aquela literatura mais conhecida que levou a gente a algum lugar, mas não levou a gente a um conhecimento do fazer arquivístico na forma como ele é hoje, porque a gente tem uma clareza bem maior, né, Kelly. A gente, hoje, tem um arcabouço conceitual na Arquivística que melhorou bastante, não é? A nossa prática de trabalho, o que a gente fazia era prática mesmo, a gente não tinha teoria sobre isso, então, por isso que “eu acho”, a lógica. Se você pegar o nosso trabalho na Associação Comercial, aquele trabalho foi feito à base de [Theodore Roosevelt] Schellenberg, certo? E de Heloísa [Liberalli] Bellotto que nos ajudou nas últimas horas para poder salvar a nossa situação. O entendimento que a gente tinha do que Schellenberg pregava, ou seja, da [teoria da] ordem original, aquela coisa. E a gente foi organizando” (AMORIM, 2020).

Pensar o passado, realizar sua crítica diante dos conhecimentos do presente foi, como percebemos no relato de Laura Amorim, um processo que se desenvolveu enquanto nossas conversas aconteciam estando totalmente inseridos nesse processo.

5.4 O Arquivo Eclesiástico da Paraíba (Cúria Metropolitana)

O arquivo da Cúria Metropolitana ou Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB) foi reinaugurado no dia 27 de março de 1992, como resultado do projeto desenvolvido entre 1989 e 1992, por equipes do NDIHR e significou um marco na história do Núcleo e da Arquivologia no Estado. Segundo relato da professora Lúcia Guerra, este arquivo foi o divisor de águas, depois da execução de seu projeto de organização o Núcleo mudou sua visão da organização de arquivos.

A Arquidiocese da Paraíba abriu suas portas para as equipes do NDIHR para a realização do projeto de Organização do Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB), no ano de 1989. Foi assinado um convênio de colaboração de natureza cultural e cooperação técnico-científico, entre a Arquidiocese e a Universidade Federal da Paraíba, entre Dom José Maria Pires e Antônio de Sousa Sobrinho.

Segundo relatórios, a ideia para esse projeto ocorreu durante a execução do projeto intitulado Cadastro de Entidades Paraibanas, “que tinha como finalidade possibilitar o conhecimento do universo documental de cada entidade, visando facilitar o acesso de pesquisadores a tão importante fonte de pesquisa” (MORAIS, 1990, p.2). Através deste projeto, os pesquisadores do Núcleo foram levados ao Arquivo da Cúria Metropolitana e lá, encontraram um arquivo em estado preocupante. “No caso em particular da Cúria, o arquivo encontrava-se com a documentação espalhada por diversas partes do prédio, empilhados no chão ou em caixas-arquivo, expostos a todo tipo de deterioração devido às reformas em andamento do mesmo” (MORAIS, 1990, p. 2), reformas referentes ao Projeto de Restauração do Centro Histórico de João Pessoa.

No depoimento da professora Lúcia Guerra, foi registrado esse contexto:

“(...) esse projeto [Cadastro de Entidades Paraibanas] foi, justamente, o que desaguou no projeto da Arquidiocese, porque quando se fez esse mapeamento se viu justamente a situação gritante do arquivo da Cúria Metropolitana. Tinham feito uma reforma e o resto dessa reforma, as tralhas todas, estavam todos juntos, como arquivo, tudo no pó embaixo da poeira. Apavorou (riso). Felizmente, nessa época foi feito contato com Dom José Maria Pires, ele abriu totalmente as portas. Mais uma vez se fez esse projeto para o CNPq se conseguiu bolsa. Então esse período mudou tudo, isso foi em 1979, não... 1989, 1989. Eu já

era professora, 1989. Então, foi 1989 a 1992. Começamos em 1989 ainda sem projeto, era eu Zeluiza, Dorinha e Neiliane. Começamos nós quatro, foi feito. O projeto foi em 1990 quando teve o financiamento, Dorinha e Neiliane saíram e entrou Gloriette. Zeluiza já estava" (FERREIRA, 2020, p.8).

Os projetos individuais de pesquisa, segundo Ferreira (2020), tiveram uma importância secundária, ter as portas abertas para a documentação da Igreja Católica foi uma oportunidade que os historiadores do Núcleo perceberam quando o Projeto de Cadastro de Entidades Paraibanas os levou as suas portas:

"Na Arquidiocese nós somos por conta do acervo porque ninguém estava pesquisando Igreja, ninguém estava pesquisando nada de religião, de Igreja Católica, nada. Foi somente pela importância do acervo e lá... então, foi um processo diferenciado [do Porto de Cabedelo e da Associação Comercial], tanto da origem como do resultado, sabe? A origem do outro foi para a pesquisa, se pesquisou, se organizou, ponto. O da Arquidiocese não foi por uma pesquisa, foi pelo acervo e ao se terminar abriu-se o acervo ao público. Foi feito realmente com a intenção de deixar aquele acervo organizado como um arquivo. Então o 'ser arquivo' era a finalidade maior, não era nem a temática, era ser arquivo, tanto é que ele foi inaugurado. Foi aberta em 1992 em abril de 1992 e até hoje ele está aberto" (FERREIRA, 2020, p.12)

As recordações da participação do Arcebispo Dom José Maria Pires na interação com as coordenadoras do projeto ainda são vividas para as colaboradoras. Segundo elas, Dom José foi um administrador fundamental para o desenvolvimento do projeto de organização desse arquivo. Segundo Gloriete Pimentel:

"Dom José era uma pessoa magnífica para você trabalhar porque você explica para ele qual é a importância daquilo, como seria para a preservação, O que é que precisava no acondicionamento dos jornais, dos documentos, de isso e daquilo e a gente precisa porque ninguém organiza sem uma condicionamento correto para dar longevidade aos documentos. Minha filha, ele abraça, é só o que explica ele, Dom José era uma pessoa que ele não tinha limites, ele fazia. Toda semana tinha uma reunião com ele que era para tratar desses assuntos ligados ao trabalho e ali a gente sentava era uma manhã inteira. Isso fazia parte da agenda dele, todo mundo sabia. Hoje ele está no arquivo, ninguém mudava a agenda dele,

não só se fosse excepcional. Fora disso ele decide, assim, tranquilo, de peito aberto, esperando" (Rodrigues, 2020b, p.20-21).

Segundo as colaboradoras, Dom José Maria Pires foi um arcebispo memorável e um administrador diferenciado. Sobre a interação da equipe com o arcebispo Gloriete Pimentel recordou:

“Não tinha horário de relógio, não tinha nada. “Estou aqui a disposição”, Irene ficou impressionada uma vez e eu disse: “Irene, hoje a gente vai falar com Dom José, a gente vai ter uma conversa com ele”; “Eu vou”, aí foi lá para o arquivo, quando chegou ela disse assim: “Eu não acreditava que era desse jeito, não. Ele se senta como se fosse um funcionário da Arquidiocese querendo saber dos problemas, do que precisa e do que não precisa, o que foi feito, o que falta fazer”. A gente estava relatando as coisas, ele perguntando muita coisa que a gente ainda não sabia da estrutura da Arquidiocese e ele dava uma aula, Kelly. Irene ficou impressionada. Que homem! Quanta clareza! Ele dava uma aula para gente. Tinha terminologia que era própria da Igreja, própria dos rituais, a gente não sabia, perguntava a ele ou já anotava para o dia de Dom José. Ele chegava e explicava como, porque, a origem, o significado, tudinho, quando é que funciona, quando é que se aplicava. Era muito bom trabalhar com ele, muito bom mesmo.

Ele dizia assim, “Para essa preservação o que é que vocês vão precisar? Eu sei que vão precisar, mas preciso que vocês me digam”. Olhe, nunca faltou, a estante para jornal foi confeccionada, mandou fazer lá embaixo na Rua Maciel Pinheiro, que lá se faz umas estantes mais largas, fora do padrão. Aí, manda fazer, compra todos os armários de pasta suspensa, todo o material de acondicionamento, as capilhas, tudo patrocinado, entendeu? Tinha de tudo. O arquivo foi como se diz ‘como manda o figurino’. O arquivo da Arquidiocese foi organizado ‘como manda o figurino’

(...) e tem mais essa, tinha Dom José e tinha Duarte⁴² que era... é assim, ele só não era da hierarquia da igreja, mas tinha uma função e ele era a pessoa dessa função. Vamos dizer uma função administrativa que abaixo de Dom José era Duarte, entendeu? Abaixo de Dom José quem resolveu tudo na Arquidiocese administrativamente era ele, era o administrador mesmo. Chamava-se Duarte, um rapaz jovem ainda, mas já trabalhava bastante tempo na Arquidiocese, já conhecia todos os trâmites, toda a burocracia, sabia onde estava tudo, tirou o material que estava no porão, foi lá embaixo e os jornais subiram, foi criado espaço para isso. Espaço para oferecer as melhores condições para o acervo. Nunca faltou nada e

⁴² Antônio Duarte dos Santos.

“tinha o dia da visita dele [Dom José] com a equipe. Toda do arquivo” (RODRIGUES, 2020, p. 21-22).

Em relação ao dia-a-dia desse projeto, aos princípios e ao conhecimento sobre Arquivística, Laudereida Moraes relatou:

“Olha, quando a gente foi trabalhar na Cúria, a gente já tinha uma certa ideia de como era um arquivo organizado pelos princípios arquivísticos. Primeiro porque a gente estava estudando muito, lendo o que podia, o que aparecia sobre arquivo a gente lia, discutia, né. E o trabalho da Cúria foi assim. No primeiro ano ficou eu e Tânia. Esse ano não é contado porque não tem nem projeto, mas a gente ficou. E tem os dias das reuniões com Zelúisa e com o Lúcia Guerra. Então todo o trabalho que era feito a gente tinha um caderno de atividades e a gente anotava o dia e o que foi feito naquele dia e a gente foi mensurando isso. Esse trabalho era cobrado nas reuniões o que a gente tinha feito em uma semana e fazia um... se propunha ao menos para outra semana” (MORAIS, 2020, p.18)

O processo de seleção de estagiários ocorreu entre 01 e 13 de fevereiro de 1990. Além de estagiários de iniciação científica, o CNPq aprovou duas bolsas de Aperfeiçoamento-B, que foram ofertadas para a arquivista e historiadora Laudereida Eliana Marques Moraes e para a bibliotecária Tânia Maria da Silva, a primeira com especialização em Organização de Arquivos pelo IEB, a segunda, especialista formada pelo próprio Núcleo no CEOARQ. Ambas realizavam atividades de organização da documentação e supervisão dos estagiários.

Naquele contexto, as bolsas liberadas para o Núcleo foram conseguidas através do **Programa de Formação de Recursos Humanos e Fomento à Pesquisa**. O projeto estava vinculado ao Programa Básico de História, da Coordenadoria de Ciências Humanas, Superintendência de Ciências Humanas e Sociais, Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPq.

A primeira solicitação de bolsas ocorreu no ano de 1989, mas, apesar do mérito que o comitê assessor da área de estudos atribuiu ao projeto, os recursos só foram liberados para o ano de 1991.

Inicialmente, a equipe foi dividida em cinco grupos de trabalho: **Desinfestação/Higienização**, supervisionado pela bibliotecária Tânia Maria da Silva e com a participação de todos os bolsistas; **Livros manuscritos**, supervisionado também pela mesma bibliotecária e com a participação de duas bolsistas, Anna Christina e Joseneide; **Periódicos**, supervisionado pela arquivista Laudereida Eliana Marques Moraes e com a participação dos

bolsistas Mali e Ricardo Grisi; **Audiovisual**, supervisionado por Zeluiza Formiga, com a participação Maria Iris e Edileuza; e **Documentos manuscritos**, supervisionado por Lúcia Guerra com a participação das supervisoras Zeluiza, Tânia e Laudereida. Ao longo do projeto, bolsistas foram sendo substituídos e a arquivista Laudereida Moraes, funcionária do Estado da Paraíba, foi cedida pela Secretaria de Educação do Estado e levada para a AEPB, onde permaneceu aproximadamente 10 anos na função de notária. Gloriete Pimentel atuou como voluntária neste projeto trabalhando junto com a equipe da seção de audiovisual. Além da colaboração do Arcebispo e do administrador, a Irmã Maria Thereza B. Latgé, conhecedora, especialmente da documentação contábil, trabalhou assessorando a equipe na seleção de documentos e na elaboração dos manuais produzidos e publicados pela Cúria sobre seus acervos.

Em abril de 1990, a coordenadora geral do projeto, professora Lúcia Guerra entrou em contato com instituições arquivísticas brasileiras de referência com o objetivo de obter informações, bibliografia e assessoria técnica. Foram contactadas o Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo Municipal de São Paulo e Instituto de Estudos Brasileiros. Através desses caminhos, a professora Heloísa Liberalli Bellotto foi convidada a colaborar nas discussões sobre a definição de fundos do arquivo. A Fundação Joaquim Nabuco, seria contactada para o tratamento dos jornais antigos, principalmente, **A Imprensa**, meio de comunicação oficial da Igreja Católica.

Ainda no período inicial, visitas técnicas foram realizadas à instituições arquivísticas para conhecimento e intercâmbio de informações: a Fundação Casa de José Américo e Coordenadoria de Documentação e Arquivo (CODAR), Arquivo Público do Estado da Paraíba.

A complexidade da documentação da Cúria Metropolitana levou as equipes do Núcleo a definirem fundos, grupos, subgrupos e coleções específicas, entre eles:

- **Centro de Documentação e Publicações Populares (CEDOP)**, fundado no ano de 1978. Período da documentação: 1978 a 1992. Associação criada na Arquidiocese da Paraíba, posteriormente, tornando-se uma associação separada da mesma; serviço técnico de documentação, comunicação e divulgação, criado para documentar a “história do povo”, para atender a própria Igreja e, depois, instituições externas a Igreja voltadas para causas populares; inicialmente, publicava folhetos informativos e boletins eclesiais; além de documentação e publicações, realizava atividades de assessoria eclesial e educação popular. Documentação textual (maior parte periódicos); audiovisual; local de acondicionamento da documentação: em 1992, estava acondicionado na sala de desinfestação do Arquivo Eclesial; foi realizado o diagnóstico da documentação, no contexto do Estágio do I CEOARQ;

- **Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH);**
- **Comissão Pastoral da Terra:** devido às atividades desenvolvidas com esse fundo e sua presença nas lembranças de nossas colaboradoras, falaremos longamente mais adiante.
- **Coleção de jornais “A Imprensa”:** jornal produzido pela própria Arquidiocese da Paraíba. Esses jornais seriam microfilmados e digitalizados; sua duplicação serviria para compor a coleção de jornais do IHGP;
- **Coleção de fotografias:** Neste catálogo foi problematizado questões como informação, automação de arquivos, geração e transmissão de conhecimentos, responsabilidade social e memória⁴³. As atividades tiveram como resultado um catálogo composto por fotografias que registraram as ações das pastorais da Igreja, somando-se 729 imagens, com destaque para os conflitos pela posse da Terra no litoral sul da Paraíba; período da documentação: 1905 a 1989; além da descrição das informações contidas nas imagens, foi produzido um índice onomástico e de assuntos. A elaboração desse catálogo contou com a participação da bolsista Edileusa Mota dos Santos e coordenadores Gloriete Pimentel e Zeluiza Formiga.
- **Coleção de plantas e projetos arquitetônicos:** a documentação faz parte do Conselho de Assuntos Econômicos e se constitui por projetos arquitetônicos e projetos complementares para construção, reforma e restauração de imóveis pertencentes à Arquidiocese, inclusive alguns imóveis coloniais de valor histórico, como mosteiros e igrejas; período da documentação: 1961 a 1990. As atividades tiveram como resultado um catálogo, construindo a partir de localização geográfica dos imóveis, com 347 documentos descritos (fichados); houve substituição de material de acondicionamento, utilização de mapotecas, descarte de material extremamente danificado (com autorização da administração). A principal responsável pelo catálogo foi a bolsista Anna Christina Farias de Carvalho.
- **Coleção de Processos de ordenação:** é parte do fundo Chancelaria, subsérie Documentação do Clero; na introdução ao catálogo, Lúcia Guerra classificou esse conjunto de documentos como de valor inestimável para a história da Igreja na Paraíba; reúne 226 processos com informações sobre ordenação de padres, suas famílias, de antepassados dos candidatos a padre, informações financeiras (parte da investigação sobre os candidatos a padre realizada pelos párocos das freguesias), costumes e princípios morais da Igreja Católica; documentação antiga, manuscrita e fragilizada que passou para a câmara de desinfestação (foram identificadas manchas

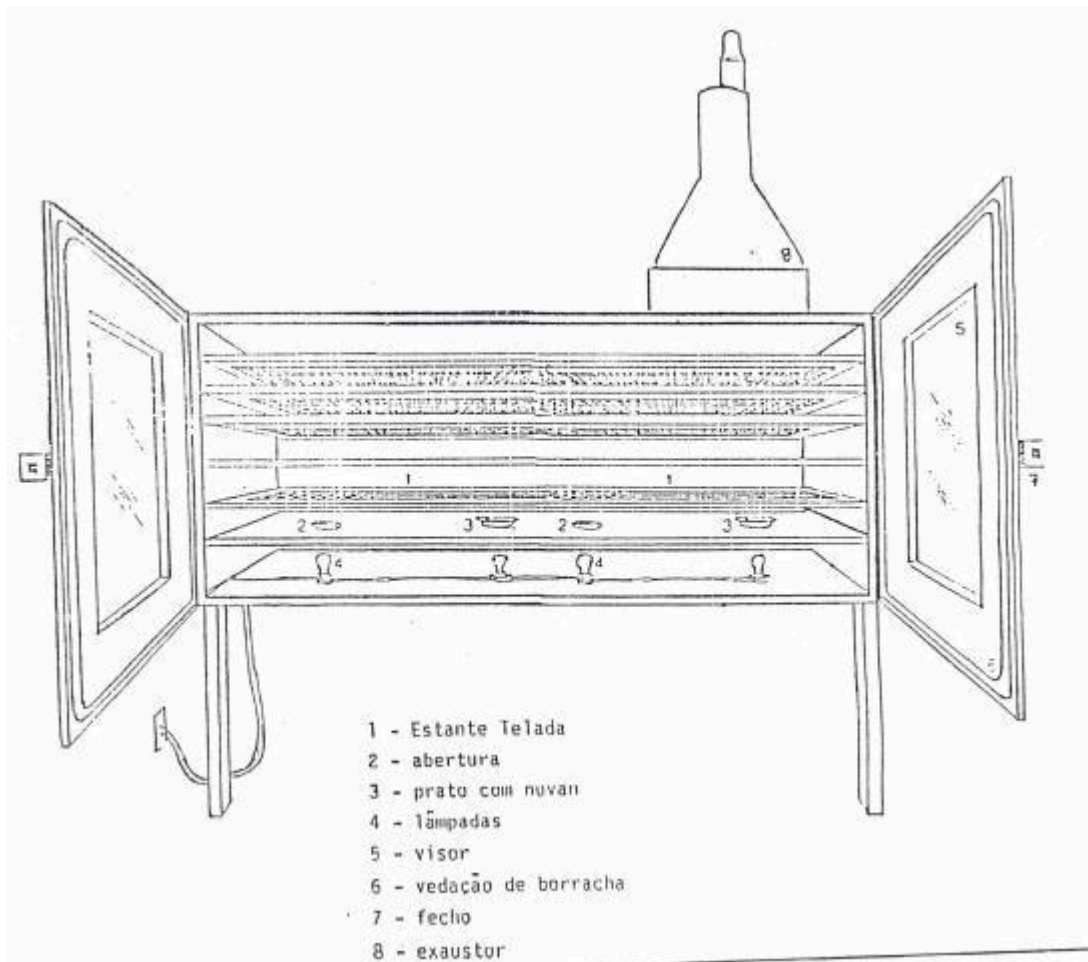
⁴³ Destaque para obras de Heloísa Liberalli Bellotto; publicações do CPDOC; dicionário de termos arquivísticos da AAB.

d'água e tinta, perfuração por brocas ou traças, vestígio de acidez no papel); período da documentação: 1822 a 1989;

Logo no início do projeto, deu-se prioridade aos documentos do século XIX e início do século XX, em especial, os processos de habilitação de padres e sobre o patrimônio da Igreja na Paraíba. A seção de documentos manuscritos e impressos era, até então, a mais antiga e de maior quantidade de documentos.

Em relação às técnicas de conservação e preservação, a equipe decidiu pela fabricação de uma câmara de desinfestação, equipamento que seria utilizado pelo grupo de trabalho “Desinfestação/Higienização”. Segundo o primeiro relatório do projeto apresentado à CAPES, essa câmara tinha como objetivo eliminar microrganismos e insetos que deterioravam papel através do uso de produtos químicos. A ilustração 6, é um esquema esboçado a partir do qual a câmara foi construída sob a supervisão de um técnico da Fundação Joaquim Nabuco, que compartilhara informações sobre higienização e uso do veneno no processo de desinfestação. Segundo relatório, se fez consulta ao Departamento de Química para determinar o grau de acidez em papéis para escolha de capilhas de documentos, e ao Departamento de Biblioteconomia para a definição de códigos para os livros manuscritos (NÚCLEO..., 1990).

Ilustração 6 – Projeto para câmara de desinfestação.



Fonte: Arquivo do NDIHR.

Ilustração 7 – Utilização da câmara de desinfestação.



Fonte: Arquivo do NDIHR.

Trechos dos relatos de Laudereida Morais esclareceram sobre a utilização deste equipamento:

“Ele [o veneno] era líquido. Botávamos no livro, acendíamos as luzes, vedávamos a câmara todinha. O calor da luz fazia o veneno evaporar e circular nos papéis que a gente colocava. Depois, apagávamos a luz e deixávamos num ciclo de 6 horas. Apagávamos a luz, deixávamos lá 6 horas; abríamos; deixávamos mais 6 horas, deixávamos 12 [horas] porque era veneno. Aí vínhamos com a documentação e botávamos numa estante, e deixávamos lá. Botávamos [nas prateleiras] embaixo os novos, os novos estavam sempre embaixo. Em cima eram os mais velhos, então quando íamos higienizar pegávamos o de cima porque já fazia muito tempo que tinha saído da câmara. Era altamente errado, mas naquela época era o que tinha de mais moderno. Hoje, aquele menino [restaurador consultado na época] diz que não existia isso, que não foi ele quem deu a ideia porque o processo é errado. Eu olho para ele e digo assim: “Meu Deus do céu é errado hoje! Mas no momento que você fez não era”. Tinha ‘bicho’, se não tivéssemos colocado o veneno talvez, hoje, não existissem mais os documentos. E teve o jornal que tinha veneno em pó, alguém botou veneno em pó e tiramos esse veneno do jornal todinho. Tirávamos [o veneno], tomávamos leite, tinha dias que esquecíamos de comprar o leite, a garganta ‘coisava’. Era um veneno poderoso. Mandamos construir a máquina. O cara disse como, a gente foi em Recife, visitou a de lá, aí [o restaurador] veio para cá, mandou construir com aço, folhas de aço e ferro. De ferro e tudo mais. Tinha uma borracha para fechar, mandou colar e quando fechava a gente ainda fechava com fita. Eu acho que não existe mais. Passou muito tempo.” (MORAIS, 2015, p. 5)

O uso dessa técnica e tecnologia de tratamento dos documentos tem sua vida curta e restrita, como recordou Laudereida Morais.

“Então, foram algumas viagens, tanto que a gente aprendeu a higienizar lá, a fazer higienização lá, a aprender a fazer a desinfestação lá, tanto que quando a gente encontra... é criado uma câmara [de desinfestação] que era o que se usava na época, na Fundação [Joaquim Nabuco]⁴⁴ (...) depois que tinha sido desinfestado e tudo isso com o aval da Fundação. Depois a gente percebe que a Fundação descarta completamente esse meio desinfestação, aí ele se torna condenável não é mais para ter feito daquele jeito, mesmo para

⁴⁴ Eutrópio Bezerra Pereira, cientista da informação, especializado em restauração foi um dos contatos do NDIHR na Fundação Joaquim Nabuco na época, fazendo assessoria sobre preservação, conservação e restauro.

desinfestação. Não sei o que é feito com a câmara. Eu acho que a gente só tem fotografia, mas em outros arquivos a gente já não fazia mais porque já não era recomendado. Foram duas coisas que a gente utilizou na Arquidiocese e que depois não foram mais recomendadas. Uma foi a câmara que a gente botou o veneno e o outro foi o papel manteiga para se envolver as fotografias, esse a gente também utilizava e a gente viu que com um ano o papel já estava totalmente preto, escuro" (MORAIS, 2020, p.19)

A câmara de desinfestação não foi o único mobiliário construído para o desenvolvimento das atividades na Cúria. A partir de visita técnica ao Recife, foram projetadas e encomendadas mesas de higienização (ilustração 8 e 9), que seriam adaptadas a outros projetos de organização em outras instituições.

Ilustração 8 – Mesa higienizadora projetada e utilizada durante o projeto do AEPB.



Fonte: Arquivo do NDIHR. Na imagem, as bolsistas Mali e Anna Cristina.

Posteriormente, estas mesas passaram a integrar os equipamentos básicos utilizados no cotidiano dos arquivos, inclusive no próprio Núcleo.

Ilustração 9 – Utilização de mesa de higienização com documentação no NDIHR



Fonte: Arquivo do NDIHR

No arquivo da Cúria, foi realizada uma ação pouco corriqueira para os arquivos na época: a restauração de documentos. A bibliotecária Tânia Maria da Silva, especialista em organização de arquivos, enquanto esteve vinculada ao projeto de organização do arquivo da Arquidiocese teve a oportunidade de realizar um curso de restauração em Brasília, com a ajuda do

Arcebispo Dom José Maria Pires. Segundo Tânia, sua temporada em Brasília foi facilitada pelo Arcebispo da Paraíba que negociou a hospedagem em uma casa religiosa da cidade, estratégia que voltou a se repetir em outra oportunidade.

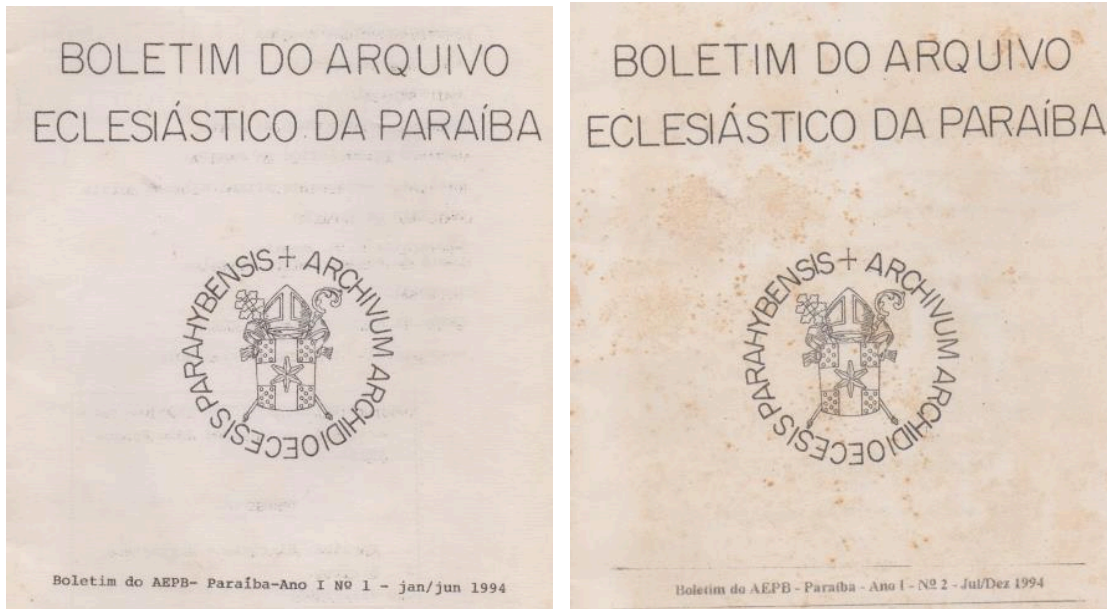
“Ah, foi muito interessante, muitas oportunidades, inclusive me permitiram fazer um curso em Brasília, na Imprensa Nacional, eu fui fazer Restauração, restauração em documentação e aí, com essas técnicas que a gente tinha aprendido lá eu pude aplicar aqui. A gente montou uma câmara, foi daí que a gente começou a fazer a parte da higienização da documentação e a parte de restauração. Foi muito bom, aprendi, mas é aquela coisa, infelizmente, aqui, eu acho que... não é só que é um trabalho caro que as pessoas querem fazer, quando tem uma obra que querem fazer, mas na hora de pagar aí é que está. Você vai usar todo o material importado, você vai investir naquele material, quando você dá o preço a pessoa, ‘Não’, acha caro. Depois que eu voltei só consegui fazer um trabalho, que foi um livro de ata da ordem, eu consegui restaurar esse livro, mas depois apareceram outros trabalhos, a pessoa achou caro...”

Bom, a gente sentia necessidade de ter conhecimento, então, Lúcia soube que lá, na Imprensa Nacional eles aceitavam Estagiários e parece que eles tinham aberto a inscrição. A gente fez o contato e eu fui através da Cúria. Eu passei, se não me engano, dois ou três meses lá e fiquei hospedada dentro de um setor da própria Arquidiocese. Foi o Estado que me deu a passagem de ida e de volta e a hospedagem, então, eu só fazia... eu me mantinha, almoço essas coisas, com minha bolsa” (SILVA, 2020, p.4-5)

Em seus quase 10 anos de trabalho no AEPB, Laudereida Moraes, teve experiências em todas as etapas da organização de arquivos como se entendia na época: separação da documentação que estava acumulada em porões e caixas; higienização da documentação histórica e recente (permanente e corrente); utilização de equipamento para retirada de micro-organismos; realização de estudos e entrevistas com funcionários da instituição para compreender seu funcionamento e construção de quadro de arranjo e plano de classificação; construção de instrumentos de pesquisa para consulta destinados aos usuários; escritura de

artigos científicos e participação em eventos para divulgar o projeto; produção de boletins semestrais (periódicos) para a divulgação do acervo; organização de exposição com documentos pertencentes ao arquivo e sobre a vida do Arcebispo Dom José Maria Pires; acolhimento e orientação de pesquisadores (usuários do arquivo) e de estudantes do curso de especialização em organização de arquivos (CEOARQ); supervisão e orientação de estagiários e bolsistas.

Ilustração 10 – Boletins do AEPB (1994).



Fonte: Arquivo do NDIHR.

Sobre os boletins informativos e as exposições, Laudereida Morais tem vívida memória sobre sua produção:

“Eu quis fazer o Boletim, eu fiz o primeiro Boletim, aí o segundo Boletim já não prestou porque foi bem na saída de Dom José. Ele deixou o menino [?] para fazer, ele fez, ficou altamente mal feito, ninguém ler, aí eu quis fazer a... quando foi os Cem anos da Arquidiocese eu montei [a exposição]...”

É um boletim do arquivo. Nele, eu tinha algumas seções, tem o número um e o número dois, mas o número dois ninguém ler direito porque... tinha artigo de Lúcia Guerra, de Laura Helena, de Dom José tudo no meu Boletim. Eu fazia a apresentação e entregava para as pessoas quando iam lá.

*Eu fiz ainda duas exposições, a de Dom José, que eu disse que não faria porque eu fiz a de Cem Anos da Arquidiocese, trabalhei feito uma *, dois meses sem parar e Lúcia queria que eu fizesse a exposição de Dom José, [para essa] eu tinha um mês. Eu disse a ela que não ia*

fazer, com quinze dias ela insistiu demais, eu aceitei. Eu tive uma semana para fazer a de Dom José, não, uma semana e um final de semana, mas eu montei e montei do jeito que eu queria. Eu fico morrendo de pena porque não tinha isso gravado, eu acho que eu tenho um catálogo da exposição dele que fiz, mas eu nunca consegui... se eu não botei fora visse, que estava com a minha madrinha e estava com a “moléstia”, saiu botando tudo fora, mas eu tinha todo pronto, pronto para ser feito e... da exposição de Dom José” (MORAIS, 2015,p.13-14).

Questionada sobre como entendia essas experiências com montagem e organização de exposições, Laudereida Moraes lembrou que fazia parte de sua função como arquivista, não do museólogo:

“Não, na realidade, não fizemos o papel do museólogo, é o papel do arquivista, toda essa montagem, essa exposição, tudo não é do museólogo. Não, é do papel do arquivista. É quando ele traz o público de fora para conhecer a documentação que você tem no arquivo. Essa é a função. Essa é a difusão falada, né? É uma das funções. Eu cumpria todas as minhas funções de ativista na cura” (Moraes, 2015, p. 15-16).

Por fim, os profissionais vinculados ao NDIHR participaram da definição de políticas de acesso às informações do AEPB. As normas do arquivo foram reunidas em publicação específica e abordavam os seguintes pontos:

- Esclarecia a vinculação do AEPB à Chancelaria da Cúria;
- Estabelecia procedimentos relativo às rotinas do arquivo;
- Descrevia as etapas a serem executadas no processo de transferência (que aconteceria anualmente ou no prazo máximo de seis anos) e recolhimento dos documentos ao arquivo (definição de etapas para inserção da documentos recebidos no arquivo). Essas etapas seriam as seguintes: triagem para descarte ou preservação; desinfestação e higienização; classificação e ordenação nos fundos documentais; fichamento e catalogação; inserção no inventário. Previa-se, ainda, uma tabela de temporalidade, documento que não chegou a ser elaborado.
- Definia como ocorreria o acesso à documentação: através de empréstimo ou consulta ao acervo. Empréstimos seriam permitidos apenas aos setores internos da instituição pelo prazo de até três dias; permitia-se fotocópias após a avaliação das condições físicas dos documentos para garantir a preservação do acervo;

- Reafirmava a função do notário ou notária: cabia a eles a guarda dos documentos e sua ordenação;
- Descrevia as responsabilidades dos funcionários da instituição: deveriam zelar pelo local, pelo bom manuseio dos documentos dos arquivos correntes e permanente, facilitar o acesso ao arquivo, realizar atividades de divulgação e extensão cultural (exposições, artigos, participação em eventos etc.);
- Apresentava modelos de fichas de identificação do pesquisador (ficha do pesquisador) e modelo de solicitação de cópias de documentos.

A inauguração do AEPB não só apresentou o arquivo à sociedade, mas criou as condições para a execução de um novo projeto, a do IHGP.

Você não sabe que, no dia da inauguração, o quanto a gente trabalhou para ter pelo menos umas vinte publicações no arquivo. Juntando! Juntando para grampear, a gente juntou, juntou, juntou. Gente, pelo amor de Deus. A gente tem pelo menos que tomar um banho! Ai duas horas da tarde, duas e meia, quase 3 horas, eu acho que eram três e poucos e a abertura era de quatro. E a gente tinha montado a sala VIP, foi a inauguração da sala VIP e a do arquivo, teve jornal, televisão, o diabo a quatro, tanto que, quando o chefe de Tânia viu enlouqueceu para fazer no Instituto Histórico. É que eu estou esquecido o nome do homem....Joacil de Brito [Pereira]" (MORAIS, 2015, p.25).

5.5 Arquivo da Comissão Pastoral da Terra

De acordo com Moraes (2012), no decorrer do desenvolvimento das pesquisas da Linha Temática Questão Agrária na Paraíba, foi necessário realizar outros projetos, entre eles, o *Projeto de implantação e organização do Arquivo da Comissão Pastoral da Terra - João Pessoa/PB* (CPT). A organização deste arquivo teve grande envolvimento dos pesquisadores conforme seus interesses políticos, pessoais e de pesquisa. O arquivo da CPT havia sido classificado como de grande relevância para a cidadania, na medida em que os conflitos pela posse da terra na Paraíba estavam em pleno desenvolvimento, eram amplamente divulgados nos mídias impressa e televisiva, sendo Dom José Maria Pires um dos protagonistas desses eventos e defensor das populações rurais:

Considera-se que o NDIHR prestou serviços relevantes às comunidades com seu trabalho de pesquisa, uma vez que, no contato com os camponeses, o ato

de pesquisar se configurou como uma ação de troca, de prestação de serviço, através do ensino e de ações de educação que reforçavam identidades e o sentimento de pertencimento ao local de vivência (MORAIS, 2012, p. 64).

É um acervo privado sob a custódia do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Seus recursos financeiros advinham das comissões regionais e grupos internacionais que participavam dos movimentos sociais voltados para a reforma agrária. Em inúmeros documentos do Núcleo, o desenvolvimento do Programa de Documentação e Memória Regional, é a justificativa para priorizar a preservação do patrimônio documental, democratizando a informação ao ampliar as possibilidades de pesquisa.

Este projeto teve um aspecto único e características inusitadas porque parte da documentação foi produzida e recolhida pelos próprios camponeses: “Compreende um rico material elaborado pela sua direção e pelos trabalhadores das áreas de conflitos, nos diversos momentos da sua luta pela posse da terra e por melhores condições de trabalho” (OLIVEIRA, 1994).

Sua organização se iniciou no ano de 1994 com reuniões prévias em março de 1993. Segundo Gloriete Pimentel, foi o contato com o Frei Anastácio⁴⁵ que possibilitou o envolvimento da equipe do NDIHR com o arquivo da CPT/PB. A preparação para sua organização consistiu em estudos sobre arquivos privados, história das lutas sociais no campo, memória e fotografias; ocorreram duas palestras com Gloriete Pimentel sobre história; conversas com membros da CPT, inclusive, com Dom José Maria Pires, e visitas à áreas de conflito, atividade inusitada até então, mas servindo para experienciar a realidade dos camponeses e coletar informações para organização dos documentos fotográficos. Três referências teóricas orientaram as ações de organização desse arquivo: o Manual de procedimentos técnicos em arquivos privados do CPDOC, os livros de Theodore Schellenberg publicados no Brasil e as publicações de Heloísa Bellotto.

A CTP da Paraíba foi fundada no ano de 1978, faz parte da Regional Nordeste, uma das 20 regionais desta Pastoral com ampla presença no Brasil. Sua sede estava localizada no Recife, e atuava em quatro Estados – Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas – e junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁴⁶, que reuniam até 400 grupos formados

⁴⁵ Frei Anastácio Ribeiro. Padre franciscano, coordenador da Regional Nordeste II, Comissão Pastoral da Terra, João Pessoa, entre 1988 - 1998; por quatro vezes eleito Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores; participante de diversas comissões parlamentares que discutiam Direitos Humanos, desenvolvimento regional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

⁴⁶ De acordo com Passos (2018, p.25) “As CEBs tiveram um papel de ‘ressocialização’ junto às camadas populares. Acima de qualquer diferença religiosa, social, política ou econômica, o respeito à pessoa direcionava para as questões tão proclamadas hoje: cidadania, participação e inclusão. Com isso, várias reivindicações foram ocorrendo, tais como abertura de creches, escolas, postos de saúde, moradia, assentamentos de terras. Mudou sensivelmente a visão das classes populares.”

por camponeses e trabalhadores na luta pela terra.

No período em que Dom José Maria Pires exerceu a função de Arcebispo da Paraíba, a Igreja investiu na educação do campo e educação populares, é nesse contexto que foram criadas bibliotecas populares e o Centro de Documentação e Publicações Populares (CEDOP), que

Reunia educadores, agentes de pastoral, padres, sociólogos, líderes populares, artistas, jornalistas, religiosos. Outra atividade foi a criação de Bibliotecas Populares. Havia alguns polos na cidade que recebiam livros e emprestavam para as pessoas lerem e estudarem. A motivação vinha com o seguinte slogan: *‘Dê um livro e espalhe sabedoria’*. Posteriormente, essas bibliotecas tiveram o nome alterado para ‘Bibliotecas Dom José Maria Pires’ (PASSOS, 2018, p. 28).

A equipe do NDIHR, ao iniciar o trabalho com a documentação da Igreja Católica, encontrou três grandes fundos arquivísticos: das paróquias franciscanas na Paraíba, do Serviço Interfranciscano de Justiça, Paz e Ecologia (regiões Norte e Nordeste) e da Comissão Pastoral da Terra. O Arquivo da CPT/PB recebeu o nome de Arquivo Severina Rodrigues da Silva (Bila)⁴⁷ e

⁴²

⁴³

reunia a documentação recebida e acumulada pela comissão. O catálogo produzido continha a descrição de dois Grupos, Secretaria e Equipe Diocesana, deste primeiro grupo, foi escolhido para a descrição o sub-grupo Zonal Litoral.

O termo zonal é a denominação que a Arquidiocese da Paraíba escolheu para as áreas de conflito pela terra em sua área de atuação. Na Paraíba existiam cinco zonais: Litoral, Vale do Mamanguape, Várzea, Brejo e Agreste. A documentação da Secretaria foi organizada em séries, a documentação do Zonal Litoral em dossiês. A nomeação de cada dossiê seguiu o critério geográfico, de áreas em conflito pela posse da terra.

O arquivo era composto por 1.777 documentos textuais e 2.156 registros fotográficos (1980-1994). Parte relevante da documentação da CPT foi criada pelos próprios profissionais do NDIHR, que acompanhavam as notícias diariamente e formavam dossiês com matérias jornalísticas. Segundo Gloriete Pimentel:

⁴⁷ Militante dos movimentos sociais atuante na cidade do Conde, assassina no ano de 1989 em frente ao Fórum de Alhandra durante uma manifestação que exigia a prisão do assassino de Zé de Lela (José Avelino, camponês assassinado em 29 de dezembro de 1988). O fazendeiro e militar aposentado, Severino Mariano da Silva, foi o mandante do crime que consistiu no atropelamento de manifestantes durante o evento e na morte de Bila, com dois tiros de arma de fogo. Neste evento, outras 25 pessoas saíram feridas (PEREIRA, 2008; SOUSA, 2008).

“Saia reportagem diariamente e a gente fazia fichamento e arquivava. O arquivo da CPT é assim, são fichas que a gente elaborava, vamos dizer, são recortes de jornal. Eu tenho aqui uma parte de recorde do Jornal ‘da Fazenda Tal’, aí a gente fazia o fichamento e o catálogo, daqueles fichamentos você já ia direto no catálogo... Eu acho que eu tinha um modelo de catálogo, eu e a Zeluiza, não sei que enfim levou, mas a gente tinha porque a gente fazia o catálogo. Diariamente, a gente fazia um fichamento até que reunimos um catálogo. Fizemos um catálogo final e quando a gente terminou de trabalhar lá, a gente deixou um catálogo” (Rodrigues, 2020b, p.50).

Os catálogos produzidos durante a realização deste projeto adotaram o item “tema” como parte dos descritores, destacamos 11 temas (descritores) de interesse para pesquisas identificados: resistência camponesa; violência/repressão; ação sindical; ação estatal; ação da Igreja; ação dos grandes proprietários; assalariados; índios; ocupantes/ posseiros; pequenos produtores/proprietários; pescadores. No quadro de Arranjo produzido durante a execução do projeto, observa-se como a Comissão Pastoral da Terra estava estruturada e em quais municípios ela atuou.

No catálogo da documentação da CPT, reafirmou-se a importância social deste do fundo:

(...) potencialidade histórica que sua documentação representa para a linha de temática ‘questão agrária na Paraíba’ desenvolvida no NDIHR/UFPB e por outro lado, para reafirmar a preocupação com a preservação da memória dos movimentos sociais no campo, pouco valorizados pela história e pouco sondados pela dificuldade de acesso. (CATÁLOGO, 1994 s/p).

O tema Arquivo da CPT foi um dos temas de maior relevância nas memórias de Gloriete Pimentel, a ele retornou diversas vezes ao longo de nossos encontros, e foi o interesse pela CPT que a levou para o AEPB:

“Primeiro foi o [arquivo] da Arquidiocese, aí, Tânia e Laudereida eram estagiárias do NDIHR, foram pra lá, ficaram trabalhando e foram contratadas porque elas já tinham terminado o curso, as duas, Laudereida e Tânia. A gente foi pra lá também por causa da CPT, Eu, Irene, Laura e Zeluiza, a gente foi por causa do arquivo da CPT que era lá também. A Cúria, quem domina mesmo é Tânia e Laudereida porque elas organizaram a documentação da Cúria Metropolitana e a gente organizou o arquivo da CPT que era lá também, nunca saiu de lá, faz parte do Arquivo da Arquidiocese

Bom, a gente vai para a CPT, organizar a documentação da CPT que estava também na Arquidiocese, mas estava separada. Aí, por conta dos conflitos pela posse da terra, fomos trabalhar lá. A gente trabalhava só a documentação da CPT, as meninas já estavam com o arquivo todo organizado, na época que nós entramos na CPT, o arquivo da Arquidiocese já estava todo organizado, já atendendo ao público, tudo. Tranquilo, tranquilo. Nós vamos trabalhar a CPT, só trabalhamos o Zonal Litoral porque, na realidade, só tinha documentação dentro do Zonal Litoral que pegava Mamanguape, João Pessoa, essa área do litoral todinha, sabe? Do litoral sul, tudo. Aí, veja, o que acontece é o seguinte: as meninas recebiam [usuários] diariamente, tinham clientes para pesquisar o arquivo da Arquidiocese e elas atendiam diariamente, diariamente tinha gente para consultar depois dos arquivos organizados. Quando a gente vai para a CPT, quando tem dúvida, e Dom José fazia aquela visita semanal, via se tinha alguma dúvida, alguma coisa interessante, ele ficava com as meninas. A gente passou a ter dúvidas com a questão da CPT. Minha filha, nós fomos trabalhando, era Irene, eu, Zeluiza... quem era a outra pessoa? (...) Resultado: a gente ia juntando as dúvidas e perguntava a Dom José se ele podia nos orientar em alguma coisa. Ele disse: “Pode marcar o dia, como eu tenho um dia do arquivo, eu posso ir”. Pronto, aquele dia do arquivo, se tivesse dúvidas no arquivo, a maioria era com a gente, com a CPT porque a gente estava trabalhando em cima da documentação acumulada e, principalmente, a grande documentação era fotográfica. E a gente ia mostrando, como Dom José acompanhou a luta do Frei Anastácio nos conflitos, no Zonal Litoral, que vem de Mamanguape, João Pessoa, não sei quantos municípios que formam o zonal litoral... a gente separava as fotografias que tinha dúvidas, ele dizia: “Esta daqui é a fazenda Maria” porque ele acompanhou a luta pela posse da terra, Dom José era o cabeça. O setor jurídico da Arquidiocese foi quem deu o suporte principalmente na luta de Alagamar. Lá na Arquidiocese tinha um setor que se chamava Centro de Defesa dos Direitos Humanos, que era só jurídico, só de advogado, e esses advogados estavam acompanhando Dom José nas lutas pela posse da terra, no campo, eles iam para o campo, eles acompanhavam as lutas, tudo. Então, facilitou para gente que estava trabalhando o CPT, que estava mostrando as fotografias. E Dom José: “Olhe, isso aqui foi na Fazenda Maria de Melo, em tanto, de tanto de tanto”, eu nunca vi uma cabeça tão brilhante, era impressionante, ele conhecia pela foto, qualquer coisa na fazenda ele dizia: “Isso é na Fazenda Tal”, quando a gente ia no mesmo local, tinha outra foto, e eu dizia: “Dom José, olhe aqui, o senhor aqui”, “Eu não disse que era na Fazenda Tal”. Era. (riso) Gurugi, aquela luta de Gurugi, Alagamar, tudinho, minha filha. A documentação da CPT, que Dom José acompanhou aquela luta pela posse da terra

de perto. A gente não tirava dúvida com o Frei Anastácio não, porque ele era doido, só vivia no meio do mundo. Quando a gente ia ver Frei Anastácio, era preciso um dia para tirar uma dúvida, “Ah, mas vocês já estão tirando com Dom José. Então, já sabem de tudo. Deixe que ele resolve”. O menino Duarte que era o... Administrador da Arquidiocese... “Duarte, meu filho, a gente não quer incomodar Dom José não, nem pode esperar a chegada dele em tal dia. Você sabe...” ele informava também. A gente teve muita facilidade ali porque Frei Anastácio não sabia de nada, ele só sabia correr... correr. Ele só vivia no meio do mundo mas Duarte e Dom José eram os grandes suportes para a gente tirar as dúvidas quando a gente identificava o acervo fotográfico da CPT” (RODRIGUES, 2020b, p.43).

5.6 O Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

Segundo informações institucionais, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) é uma instituição privada e sem fins lucrativos. Foi fundada em 7 de setembro de 1905, funcionando de forma semelhante as Academias de Letras, com 50 cadeiras distribuídas entre seus sócios que são redistribuídas após o falecimento, além de possuir sócios honorários, beneméritos e correspondentes. Participaram de sua fundação a elite intelectual, política e econômica paraibana na época e é identificada como a mais antiga instituição cultural da Paraíba em funcionamento e como centro de produção do conhecimento histórico e geográfico sobre o Estado da Paraíba, antecedendo as pesquisas históricas realizadas no âmbito das universidades. Ainda hoje, se auto define como “guardião da memória paraibana”.

Possui museu, biblioteca (Biblioteca Irineu Pinto) e arquivo (Arquivo Flávio Maroja) abertos para a consulta de seus sócios e população. Sendo um instituto com destacado interesse pela história e cultura regionais, seu acervo bibliográfico se destaca pela coleção paraibana, acervo com produção de autores paraibanos e sobre o Estado; possui seção de obras raras com documentos datados de 1801 a 1993; seu arquivo abriga documentos em suporte papel, além de fotografias, mapas, plantas, em número aproximado de 32.300 documentos; tem sob sua guarda documentos colônias, imperiais, acervos privados e jornais dos séculos XIX e XX.

Entre suas funções, se destacava a organização de sessões com os membros associados e a publicação da produção científica e cultural desses mesmos sócios e convidados. Desde 1909, o IHGP publica a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e, mensalmente, um boletim informativo.

Segundo Celso Mariz, a ideia de criação surgiu do então prefeito da Cidade da

Parahyba, Álvaro Machado, que via a necessidade de criar uma instituição que “festejasse para a educação do povo, as grandes datas e os grandes nomes nacionais” (MARIZ, 1955, p. 25). A composição e direção da instituição sempre teve a representatividade das elites políticas locais, mesmo que Mariz assinala que essa característica tenha sido em seus momentos iniciais onde

(...) o Instituto teve de fato a correspondência, o apoio, a preponderância em número das autoridades que dominavam e de gráudos de outras classes, ligados ao elemento de direção. Parecemos, assim no passo inicial, menos um centro de especializados que de entidades de relevo público acostumadas a juntar-se por consonância de prestígio (...) aqui figuravam mais pelo seu valimento político que pela dedicação à Geografia e à História. (MARIZ, 1955, p. 26).

A fundação dos Institutos Históricos regionais seguiu as diretrizes para a criação de instituições locais nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasil (1838), criado no contexto de um projeto de definição de uma identidade nacional, após o processo de Independência do Brasil, idealizado e executado sob os auspícios das elites brasileiras, que se sentiam próximas de um modelo iluminista europeu e que esquecia propositadamente as características étnicas ou raciais das populações brasileiras que viviam nas cidades e nos interiores, marcada pela escravidão, pelas violências do processo de colonização, de consolidação territorial e pelos sistemas políticos e sociais patriarcais (GUIMARÃES, 1988).

O IHGP não fugiu deste modelo, se o projeto do IHGB tinha como objetivo definir uma nacionalidade, o IHGP buscava caracterizar uma paraibanidade, como foi discutido por Dias (1996). Segundo informações em seus canais de comunicação oficiais (GUIMARÃES, 2018), os acervos do IHGP seriam ricas fontes de informações para estudantes do ensino fundamental e universitário que o visitam com o objetivo de realizar pesquisa tanto para atividades escolares quanto para pesquisas de mestrado e doutorado. Além do que, se constitui como campo de estágio para alunos dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia.

Uma motivação inicial para a entrada do NDIHR no IHGP, ainda na década de 1970, foram as pesquisas de Maria Antonia Alonso de Andrade.

“Foi quando Maria Antônia estava fazendo as pesquisas que sugeriu que fosse uma equipe do NDIHR [ao IHGP] porque ela também precisava e tinha que mexer na documentação lá em cima, não dava tempo para ela, entendeu? E ficou a equipe do NDIHR, já ia ajudar porque ela já ia fazer o levantamento do que tinha nas obras raras, lá na parte de cima” (Rodrigues, 2020b, p.51).

Curiosamente, IHGP e NDIHR colocavam como missão o cadastro de fontes de informações históricas e seu recolhimento, o que os profissionais do NDIHR estavam fazendo para as fontes de pesquisa entre as décadas de 1970 a 1990, tinha sido um dos objetivos do IHGP desde a sua fundação e de diversos pesquisadores que desenvolviam pesquisa muito antes da criação do Núcleo, como foi o caso de Irineu Joffily e Irineu Pinto⁴⁸ que escreveram, ambos, livros com datas e notas sobre a então Província da Parahyba do Norte (MARIZ, 1955) que juntaram as fontes de informação sobre a Paraíba,

(...) injusto seria não proclamar que a propaganda tem sido nossa, nossa em maior parte a iniciativa, nossa a técnica de caçar o documento e de produzir conhecimento. Antes da organização do Instituto, o que se dizia sobre a nossa terra estava espalhado em Rocha Pita, em Frei Vicente Salvador, em Jaboatão, em Aires Casal, em Southey, em Leopoldo Pinheiro, em Varnagem. Tudo disperso e pouco, quase que limitado aos aspectos administrativos e da guerra, traços imprecisos da vida e do espírito paraibano. (MARIZ, 1955, p. 27, sic).

De acordo com Oliveira (2020), estava presente nos primeiros estatutos do IHGP o objetivo de reunir, conservar, publicar documentos sobre a história, a geografia, a arqueologia e a cultura paraibanas. Além da reunião de documentos, a escrita da história da Paraíba e de uma historiografia paraibana justificaram a criação e a manutenção dessa instituição. Na revista do Instituto, ainda no ano de 1909, argumentou-se pela adoção de uma metodologia para o tratamento da documentação, como citado por Oliveira: “organizar um arquivo, onde se recolha em boa guarda, depois de methodicamente colecionados e catalogados, todos os papeis e *objectos* de valor histórico, geográfico, archeologico e ethnologico adquiridos ou produzidos pelo Instituto” (OLIVEIRA, 2020, p.178, sic).

Em seu início, sonhava-se com cadastramento de arquivos, reconhecimento de documentos e até escavações arqueológicas, mas grande parte dos seus arquivos foram formados por doações ou compras. A questão financeira sempre foi um impedimento para o desenvolvimento da pesquisa e para a manutenção de sua revista, por exemplo, a relação entre IHGP e Estado é descrita como não conflituosa, mas nem sempre amistosa (OLIVEIRA, 2020). Afirmado, inclusive, que os Institutos Históricos e Geográficos estaduais nasceram sob o mecenato dos Estados (FREITAS; OLIVEIRA, 2017).

Em suas pesquisas, Oliveira (2020) estudou como o governo do Estado funcionou como mantenedora da Instituição e por isso teve seus primeiros anos marcado pela instabilidade. “Essa instabilidade dos primeiros anos do IHGP tinha grande ligação com o vaivém da política oligárquica, seus interesses e o caráter de apêndice das congregações

⁴⁸ JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1982; PINTO, Irineu. **Datas e notas para a História da Paraíba**. 2v. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

científicas em relação ao governo” (OLIVEIRA, 2020, p. 181). Os governos do Estado também estiveram presentes no instituto através de encomendas de obras, como manuais escolares.

A proximidade com o poder político legou ao Instituto um caráter oficioso (OLIVEIRA, 2020). Como vantagens, se pode destacar a possibilidade de acesso a fontes históricas e a formação de uma acervo significativo do ponto de vista histórico, social, cultural e político, do período da fundação da cidade ao século XX, até então, disperso, em abandono ou deterioração quando as equipes da UFPB iniciaram a intervenção em seus acervos. De acordo com Oliveira (2020), a aproximação da universidade com o IHGP veio a valorizá-lo como um centro de documentação e lugar de memória, por outro lado, levou a conflitos entre profissionais que tinham vínculo com um, como o outro ou com ambos, que se expressou em xenofobia, discursos ofensivos e, até mesmo, confrontos físicos, dentro e fora do Instituto. Entre suas memórias, Gloriete Pimentel destacou vividamente:

“[Maria Antônia Alonso] assistiu ao escândalo de Y. Ele tinha ódio desse povo do NDIHR, quando a gente chegou lá minha filha, tudo que a gente trabalhava, no outro dia ele chegava para pesquisar. Olhe, se eu tivesse aqui, organizando essa estante, no outro dia ele chegava e ia tirava tudinho para ele dizer que estava procurando uma coisa. Uma vez, disse que era sócio de lá, eu tinha terminado de organizar e conferido a relação que eu tinha feito. Ele foi entrando, foi chegando, foi tirando os jornais que eu tinha acabado de botar na estante. Tirou tudinho, juntou duas ou três meses assim, as mesonas antigas do Instituto Histórico, juntou tudinho e foi botando os jornais e eu fiquei olhando pra ver o que ele queria fazer, só que eles já estavam relacionados, eu já tinha toda a relação de cada exemplar, da primeira à última página, colocava do jeito que estava lá até, vamos dizer, eu ia olhando, anotava: faltava um mês, faltava isso. Tinha que botar o que faltava porque doutor Lauro [Pires Xavier] disse: “Principalmente, o que tá faltando Gloriete, vocês fazem o seguinte: coloque os faltosos, você bota de tanto a tanto, bota só genérico, vamos dizer, do primeiro dia ao dia trinta e um, exceto, aí vai colocando os excetos porque aqui tem gente que vem e arranca a página e vai sobrar pra vocês”. A gente foi alertada, doutor Lauro foi logo dizendo e a gente trabalhava assim. Pois ele tirou os jornais que eu tinha organizado em uma estante gigante, bem alta, botou tudo em cima da mesa. Val disse que era sócio do Instituto, ficou olhando, quando terminou de tirar tudo, ela foi e disse assim, “Vai pesquisar o que, Y? Para que esse horror de coisa? Você tá pesquisando o que, agora?”, aí disse: “Não, tô só fazendo umas pesquisas aleatórias, eu vou precisar”. Ela disse: “Mas rapaz, a menina terminou de

organizar tudinho agora, o senhor vai ter condições de colocar no mesmo lugar?”, “Ah, mas ela está aí, ela bota”, mesmo assim, “Ela está aí, ela bota” (RODRIGUES, 2020b, p.34).

Sobre as diferenças e confrontos entre o IHGP e o NDIHR:

A resposta, tanto ao conservadorismo como à xenofobia, foi pensar um órgão que “implodisse a historiografia paraibana existente” (ALEM, 1988). Esse órgão foi batizado como Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Ligado a Reitoria da UFPB, nasceu com o objetivo de contrapor-se a visão qualificada de tradicional da história da Paraíba, produzida pelo IHGP e por alguns grupos ditos independentes e / ou revisionistas que se articulavam no Departamento de História/ Campus I – à margem dos órgãos burocráticos governamentais, mas unidos por eles. Em consequência, o IHGP reduziu-se a um repositório de fontes, embora importantíssimo e qualificado parceiro da UFPB em tal função. Para a Universidade ele conserva essa representação. Mas para a sociedade paraibana permanece o guardião da “história dos homens de bem”, quando assim é desejado por algum motivo (FREIRE; OLIVEIRA, 2017, P. 14, sic).

A palavra oposição descreve a relação entre pesquisadores da UFPB e do IHGP, entretanto, o próprio Departamento de História da UFPB era constituído por pesquisadores do Instituto Histórico. “No caso da Paraíba, os primeiros professores do Departamento de História foram recrutados entre os quadros que compunham o IHGP. Vejam que isso não ocorre com a criação do curso de história, e sim com a departamentalização.” (FREITAS; OLIVEIRA, 2017, p. 13). Essa oposição acabou se refletindo nas relações entre professores dentro do Departamento. Segundo relatos de nossas colaboradoras, a partir de meados da década de 1970, o DFH foi dividido entre dois grupos: o grupo dos antigos e o grupo dos estrangeiros.

Segundo a documentação do NDIHR, a organização do arquivo deste Instituto se iniciou ainda no ano de 1976, sendo o mais longo projeto de intervenção e organização de um acervo histórico. Devido a sua natureza, o Instituto reúne grande variedade de acervo, através da participação do Núcleo ao longo das décadas de 1980 e 1990, foi possível delimitar as principais coleções bibliográficas, sua catalogação, microfilmagem de jornais, organização de acervos documentais de alguns de seus sócios⁴⁹, separação e ordenação, além da própria reestruturação do arquivo e biblioteca como podemos perceber pela criação de setores na instituição, o Setor de Documentação e Obras Raras, por exemplo, ou a definição de um

⁴⁹ O perfil dos sócios: importantes políticos (presidentes e vice-presidentes de Estado, deputados, senadores, conselheiros), juristas, professores, profissionais liberais (médicos, jornalistas, redatores, colaborados na imprensa), militares, funcionários públicos de baixo escalão que levaram prestígio ao Instituto, que tiveram passagem pelo Lyceu Paraibano (FREITAS; OLIVEIRA, 2017; OLIVEIRA, 2020), sem formação ideológica única, segundo Freitas e Oliveira (2020, p. 9), reuniram-se “socialistas e integralistas, materialistas e monistas, católicos e espíritas, usineiros e funcionários públicos de baixo prestígio social”.

espaço para sua coleção museológica.

O acervo do Instituto é considerado um dos mais importantes e complexos do Estado da Paraíba. Como citado anteriormente, é formado por uma biblioteca (Biblioteca Irineu Pinto) de aproximadamente 20.000 títulos, de referência para a pesquisa sobre história e Geografia da Paraíba; um arquivo contendo documentos do século XVI ao XX; arquivos privados de intelectuais da elite paraibana, escritores e políticos, doados ao Instituto; uma hemeroteca com jornais raros; uma pinacoteca com obras de artistas paraibanos conhecidos no Estado e no nacionalmente; um pequeno museu com mobiliário antigo, coleção de armas, moedas, porcelana e coleção iconográfica⁵⁰.

Segundo Gloriete Pimentel (2020b), o projeto se iniciou pela organização dos jornais, que era a documentação mais consultada e, por isso, necessitava não só de organização, mas restauração e uma certa vigilância.

“(...) Doutor Lauro [Pires Xavier] pediu que desse prioridade aos jornais, aos periódicos, porque era a fonte de pesquisa maior. Eram os periódicos. Os jornais estavam se acabando, se depreciando, ficando muito finos e muito utilizados e, para evitar, ele achava que devia organizar e tentar restaurar porque a gente tinha... lá no Instituto existia desde o primeiro jornal da Paraíba, entendeu? Tinha uma coleção de jornais antigos. E aí, esses jornais antigos, a maioria deles era sem encadernação e o papel já era muito frágil, não dava para encadernar. Nós tomamos conhecimento, o NDIHR tomou conhecimento, que a Fundação Joaquim Nabuco restaurava. Nós fomos até Recife, fizemos o contato com a Fundação e levamos a relação de jornais que tinha no Instituto Histórico, eles ficaram encantados. A gente tinha desde o primeiro jornal da Paraíba, desde o primeiro jornal que circulou na Paraíba na coleção do Instituto Histórico e eu acho que tem ainda, se Y ou X⁵¹⁴⁷ não levou ainda tem. É porque eles levavam, só não levaram porque a gente ia controlando, quando a gente descobriu que eles levavam e não devolviam, aí eu comecei a cobrar. “Y, você levou naquele dia...”, minha filha, ele só faltava dar em mim porque ele era sócio do Instituto e ele se achava... eles se achavam donos do acervo do IHGP, nunca gostaram... os egoístas, eles nunca gostaram do NDIHR lá dentro, trabalhando, que era a equipe do NDIHR. Eles tinham ódio, esculhambavam com o NDIHR, e esculhambava abertamente, podia estar cheio de

⁵⁰ Segundo Oliveira (2020), esse pequeno museu teria nascido como Museu de Arqueologia e História Natural.

⁵¹ Os nomes reais foram citados durante o relato, mas omitidos neste trabalho. Em relação a este conflito, ele se estendia do Departamento de História, aos eventos científicos e ao IHGP, gerando por diversas vezes situações de ofensas pessoais e confronto físico. Entretanto, voltamos a enfatizar que o IHGP é uma instituição privada que permitia, até aquele momento, a utilização e o empréstimo de seus documentos aos sócios, sem controle bibliográfico ou documental.

pesquisadores e eles faziam questão de sair com os desaforos” (RODRIGUES, 2020b, p.28).

Ao longo do tempo, o Núcleo necessitou contar com a “sensibilidade” das gestões desta instituição tendo em vista sua característica de instituição privada e dependente das vicissitudes da política e economia locais. Essa questão foi permanente durante todo o período de trabalho no IHGP, ainda no ano de 1978, foi necessária uma correspondência do reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque reafirmando as garantias do convênio firmado anteriormente: o desejo de classificar e preservar a documentação contida no Instituto para fins de acesso de estudiosos a essas fontes de informação; que não era interesse da UFPB retirar a documentação do IHGP e transferi-la para o seu campus; e pedindo a autorização para classificação e microfilmagem, ficando o IHGP com os originais e a UFPB com cópias. (OFÍCIO nº 516/1978-R/GR).

Na documentação consultada, se observou que a organização deste arquivo sofreu com as idas e vindas da política interna da instituição, houve momentos favoráveis, nestes momentos os técnicos do NDIHR eram convidados a entrar na instituição e realizar seu trabalho, com as mudanças conjunturais tinham que se afastar. Um dos técnicos que vivenciou esse processo foi a arquivista Gloriete Pimentel, que esteve presente no Instituto desde início da década de 1980. Segundo Silveira (1980), houve embaraços no relacionamento da equipe do NDIHR e a presidência da Instituição, motivado pelo desejo desta de orientar os trabalhos de organização.

A seguir, fazemos uma narrativa das ações de organização dos acervos do Instituto entre as décadas de 1980 e 1990.

Em 1979, foi assinado um convênio para cooperação após se identificar o Instituto como um dos principais instituições de caráter documental da Paraíba. Desse projeto, a professora Rosa Godoy afirmou em documento anexo que havia um plano de trabalho elaborado pelo professor do Departamento de História e Geografia José Pedro Nicodemos, mas que não foi seguido. Entretanto, o professor José Pedro Nicodemos teria o papel de apoiador não de responsável pelo projeto.

Na primeira interrupção, segundo Silveira (1980), o Departamento de Biblioteconomia e Documentação não permitiu que uma docente continuasse com a função de coordenar a organização da biblioteca Irineu Pinto, ficando o Núcleo sem a colaboração de uma bibliotecária neste momento.

Em relatório de 1986, fez-se o registro do início dos trabalhos no IHGP. De acordo com Gloriete Pimentel, o primeiro projeto de organização executado no IHGP foi a separação das obras raras e coleção de manuscritos. No primeiro relatório sobre a organização da

biblioteca do IHGP, tem-se como coordenadora do processo de organização da biblioteca a professora do curso de Biblioteconomia Carmen de Farias Panet, indicada pela coordenadora do curso de Biblioteconomia naquele momento, a professora Maria de Lourdes de Arruda Melo. Como bolsistas, foram registrados os nomes das estudantes de Biblioteconomia Ana Stela S. Cordeiro Primola, Maria Adenilde Lira de Albuquerque e Maria de Lourdes Batista Vasconcelos. O início dos trabalhos na biblioteca estava previsto para se iniciar em 01 de julho, mas ocorreu apenas em agosto de 1976. Como atividades realizadas: serviços de registro, catalogação, classificação e preparação para empréstimo; elaboração de catálogo para usuários e para uso interno; organização dos livros na estante; registro de periódicos existentes; produção do manual de serviço e regulamento da biblioteca.

No ano de 1977, a professora Inês Caminha Lopes Rodrigues exercia a função de supervisora do Grupo de Documentação Histórica do NDIHR. Neste ano foi apresentado relatório de atividades da bolsista Maria Santana de Souza, atividades iniciadas em 04 de outubro de 1976. A equipe que trabalhava no IHGP, neste momento, era supervisionada por Emília Augusta Lins Freire, a coordenação geral era da professora Rosa Godoy; Maria Santana de Souza e Uma Sati exerciam a função de estagiárias, a segunda, como estagiária voluntária. Esta equipe era responsável pela pesquisa e registro de informações dos jornais que formavam o acervo da instituição.

A organização do acervo bibliográfico de obras raras se orientou, inicialmente, pela Biblioteca Nacional e pelo Plano de Inventário de Acervo Antigo, sendo possível a sua divisão em Coleções (Leis e Decretos, Relatórios) e Publicações Avulsas.

Como observamos, existiam várias equipes de pesquisadores bolsistas nesse momento no Instituto, trabalhando com o objetivo de pesquisar fontes para a pesquisa histórica concomitante à organização da biblioteca. Outro fato que explica o vai e vem da época foram os desvios de funções ou atividades. O trabalho no instituto também estava condicionado a acontecimentos eventuais extraordinários como o luto pela morte de algum sócio e o processo de eleição e posse de um novo sócio. E, sendo a equipe de pesquisadores formada por estudantes de graduação, pequenas interrupções ocorreram em decorrência do calendário acadêmico, além do mais, segundo relatório de bolsista, ocorriam deslocamentos para outras cidades para a realização de pesquisas nos cartórios destas cidades, sob a supervisão da professora Diana Galiza. (SOUZA, 1977)

Na década de 1980, se iniciou a elaboração dos primeiros catálogos do acervo da Instituição, chamado *Levantamento de Obras antigas e/ou raras (acervo geral)*, realizado por Gloriete Pimentel, Felicidade Lúcio Ribeiro (bibliotecária), Nancy Azevedo da Silva (datilógrafa). Nesta levantamento, identificou-se e descreveu-se documentos do século XIX e

de meados do século XX, que incluem: acervo bibliográfico (coleções) de assuntos diversos: história, geografia, literatura, legislação, dicionários, enciclopédias, biografias, acervo em português e francês; Legislação (conjunto de leis do Império e da República, nacionais e estaduais); Anexos (documentos anexados a relatórios, por exemplo); Documentos contábeis (receitas e despesa); Relatórios de presidente de províncias, de Assembleias Legislativas, da Santa Casa de Misericórdia, de negócios estrangeiros; Documentos avulsos dos séculos XIX e XX (música, teatro, história, química, latim, literatura, arquitetura, correspondência, geografia, comércio, dicionário, biografia, catálogos, almanaques, dicionários, cartas pastorais etc.).

A mesma equipe formada por Gloriete Pimentel e Felicidade Ribeiro, prepararam, em 1982, uma listagem com a Bibliografia Paraibana contida na Biblioteca Irineu Pinto, mostrando que foi necessário a realização de tarefas elementares, como a listagem de documentos pois não se conhecia o acervo em sua totalidade (RODRIGUES; RIBEIRO, 1983).

Ainda na década de 1980 [1986?], outro acervo histórico importante foi trabalhado pela equipe do NDIHR, o do presidente do Estado da Paraíba, João Pessoa Cavalcante de Albuquerque. Novamente, neste trabalho participaram Gloriete Pimentel e a bibliotecária Felicidade Lúcio Ribeiro, o resultado final foi a produção de uma publicação intitulada *Arranjo documental do Arquivo do Presidente João Pessoa*, que descrevia as coleções de manuscritos, de matérias jornalísticas, fotografias, livros e objetos tridimensionais. Foi elaborado, ainda, um catálogo de correspondência, recortes de jornais, documentação contábil, patrimonial, informativos, entre outras espécies.

Estes catálogos ainda não apresentam uma discussão teórica, nem descrição da metodologia ou referências bibliográficas utilizadas pelas equipes de trabalho, característica que demonstra que o trabalho prático realizado cotidianamente na instituição, e diante da situação caótica em que se encontrava o acervo, tinha o objetivo de conhecer, garantir a sobrevivência das fontes de informação e o acesso dos pesquisadores/usuários a estas informações.

Esse levantamento é retomado por uma equipe maior que trabalhou para sua ampla disseminação na década de 1990. Em 1995, foi publicado o primeiro volume da *Seção de Obras Raras*, com descrição da coleção de jornais antigos; em 1996, são publicados mais dois catálogos desta mesma seção, o catálogo de Revistas e boletins antigos e o Catálogo de Livros Antigos.

Retornando ao ano de 1986, o NDIHR contou com verbas do Plano Nacional de Restauração de Obras Raras (PLANOR), através do convênio nº 16/1986, recursos financeiros

que vinham através da Fundação PróMemória. Com esses incentivos foram reencadernadas 200 obras do Instituto.

Desde 1983 a Fundação Nacional PróMemória realiza convênios para a microfilmagem de documentação, com a intermediação do Plano Nacional de Microrreprodução de Periódicos Brasileiros, executado nas dependências da Biblioteca Nacional, Coordenadoria de Restauração e Microrreprodução. Através do convênio com a Fundação PróMemória, o NDIHR foi um coordenador e executor do Plano Nacional de Restauração de Obras Raras na Paraíba, tendo identificado o IHGP como guardião do mais rico acervo de obras raras do estado. O trabalho técnico de microfilmagem foi realizado na Fundação Joaquim Nabuco, na cidade do Recife.

Internamente, os Projetos de microfilmagem estavam vinculados ao Programa de Extensão do NDIHR estando vinculado a este Programa o seguinte grupo de pesquisadores, estagiários e pessoal “de apoio” do NDIHR: Anna Cristina Farias de Carvalho (estagiária); Felicidade Lúcio Ribeiro (pesquisadora); Joana Neves (pesquisadora); Kátia Barbosa da Costa (estagiária); Laudereida Eliana Marques Morais (estagiária); Nancy Azevedo da Silva (datilografa); Neiliane Maia (pesquisadora); Rosa Maria Godoy da Silveira (pesquisadora); Sandra Valéria Alves Sales (estagiária); Tânia Maria da Silva (estagiária); Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues (pesquisadora); Zeluiza Formiga (pesquisadora). (PLANO..., s/d).

De acordo com Gloriete Pimentel, a participação do NDIHR na microfilmagem do rico acervo de jornais antigos foi fundamental:

“Aí, eu sei que a única salvação era o NDIHR, Lauro Xavier, que era professor, foi professor a vida toda da Universidade da área de Geografia, era professor catedrático. Doutor Lauro Xavier, vai na Universidade e conversa na reitoria, arranjou apoio da Reitoria num valor X, que a gente já tinha os valores para encadernar, mas não tinha de preservação para fazer, como é que se chama?... Restauração. Aí, nós fomos para a Fundação, a Universidade nos mandou para Fundação Joaquim Nabuco, levou já a relação dos jornais que tinham sido levantados que era tudo dos séculos anteriores, entendeu? E já com as condições, a gente já descrevia, fazia a descrição de como estava as condições dos jornais. Pronto. Levamos, a Fundação ficou impressionada e o primeiro lote foi gratuito, a restauração foi feita pela Fundação, por quê? Porque eles têm no programa da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife... eles conseguiram reunir no acervo deles todos os jornais que circularam no Nordeste, desde a sua origem e, na Paraíba, a gente tinha o primeiro jornal que circulou na Paraíba e de lá alguns espaços chegam até aquela época,

então, eles ficaram entusiasmados. Ai, pediram para a gente levar. Nós levamos, inclusive, o acondicionamento para sair daqui para lá eles ensinaram, como é que a gente fazia. Não podia dobrar nada, era uma folha em cada... entre um e outro era uma folha, uma folha grande de jornal, como de papel jornal que era para não agredir mais” (RODRIGUES, 2020b, p.29-30).

Em 1988, foi submetido uma outra proposta de financiamento junto a Fundo de Apoio à Pesquisa (FAPE), pela professora coordenadora do NDIHR, professora Joana Neves, com o objetivo de iniciar o programa de microfilmagem da coleção de Periódicos da seção de Obras Rara do IHGP (265 exemplares jornais de pequeno formato, de 44 títulos), em formato 16 mm.

Acerca dos outros objetos tridimensionais que foram reunidos no IHGP, foi realizado o levantamento das coleções de moedas do instituto através de contatos com a Sociedade Filatélica e Numismática da Paraíba e, através do IPHAN e a Fundação PróMemória, foi possível a colaboração técnica de duas técnicas para assessoria museológica, as museólogas de Recife Ângela Summavielle, do Museu da Abolição, e Normanda de Freitas Lira, da Fundação PróMemória (PIMENTEL; FORMIGA; SILVA, 1997), possibilitando a inauguração do Museu do IHGP e da Seção de Obras Raras no dia 12 de outubro de 1986. Sobre este assunto, ficaram registrados na documentação do Núcleo a participação da comunidade paraibana:

O trabalho contou com o apoio espontâneo de alguns sócios e estudiosos da comunidade que, sensíveis à proposta de preservação daquele acervo, colaboraram de várias maneiras, catalogando armas, identificando a iconografia, o mobiliário ou doando estantes de aço e também publicações raras (NÚCLEO..., 1989, p. 3).

Portanto, para o IHGP, algumas melhorias chegaram a partir da presença de pesquisadores do NDIHR em suas dependências.

Em 1994, foi submetido a órgãos de financiamento o *Projeto Tradição Cultural da Paraíba: Organização e Preservação do Acervo Documental do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, que contou com recursos do CNPq e forneceu quatro bolsas de iniciação científica, duas para estudantes de Biblioteconomia e duas para estudantes de História. Pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) do Ministério da Cultura, obteve-se o financiamento para duas coordenadoras, as professoras Walkiria Toledo de Araújo e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, e de uma supervisora, Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues.

A questão central que deu origem a este e vários outros projetos, foi o constante risco de perda de informações contidas nos documentos devido às precárias condições de guarda e conservação. Como ações, propunha-se referenciar, organizar e preservar os acervos do IHGP, em outras palavras, descobrir o que era guardado nos acervos, o que estava esquecido, lista-los ou registrar sua existência; garantir a preservação das informações dos documentos históricos do IHGP, ou seja, realizar sua higienização e melhor acondicionamento; garantindo seu acesso aos profissionais ligados ao NDIHR que realizam pesquisas e a qualquer usuários que buscassem as informações, ou seja, elaborando catálogos, assim como proporcionar uma experiência de “formação de recursos humanos proporcionando a alunos de graduação da UFPB a iniciação à pesquisa e a produção científica” (FONSECA, 1995, p. 1), mais diretamente,

(...) contribuir efetivamente na iniciação dos alunos de graduação em História, no sentido de compreender e valorizar o trabalho da arquivística e da pesquisa documental. Aos alunos de Biblioteconomia, no sentido de compreender os passos da organização de uma biblioteca, além da iniciação técnica nas práticas biblioteconômicas (FONSECA, 1995, p. 2).

Iniciaram como bolsista de História sob a coordenação da professora Lúcia Guerra: Claudia Farias de Carvalho e Georgina Alves da Fonseca, a primeira substituída por Vera Lúcia da Silva; como bolsista de Biblioteconomia Ataídes Cassimiro da Silva e Geovânia Fernandes de França, sob a coordenação da professora Walkiria Toledo. Através desta docente, o DBD voltou a participar na organização da Biblioteca do IHGP. Questionada sobre essa participação Gloriete Pimentel citou apenas a participação da professora Walkiria Toledo de Araújo.

“Não, a gente nunca teve orientação de biblioteca. A gente só teve Walquíria que trabalhou conosco na biblioteca em si de professor de Biblioteconomia. Só que ela foi pouquíssimo tempo, não deu nem um semestre porque ela levou essa equipe, eram duas meninas que agora que eu tenho o nome eu vou procurar se tinha alguma coisa minha que tinha o nome dela. Mas olha, ela levou essas duas meninas. A gente já estava com a documentação no primeiro andar que era o mezanino, a gente já tinha subido a documentação para lá. A documentação rara já estava tudo no primeiro andar, embaixo só estavam os jornais correntes. As meninas chegaram lá com Walquíria e só existiam os jornais correntes. Mesmo assim tinham jornais antigos encadernados que estavam na coleção de baixo, do térreo, que era onde tinha maior pesquisa.

No Instituto, o povo só ia pesquisar em jornal durante muitos anos, eles só enxergavam o

Instituto como se fosse uma biblioteca, só de jornais que eles iam para pesquisar, tantos os sócios, como as pessoas que entrava ali já iam direto para os jornais, porque o que tinha lá era jornal. Depois foram juntando um acervo bibliográfico paraibano" (Rodrigues 2012b, p. 50).

Ainda segundo Gloriete Pimentel, a participação da professora Walkíria Toledo de Araújo estendeu-se por poucos meses, mas produziu um manual com orientações para a organização da biblioteca com a descrição de obras de referência, anais, anuários, relatórios, periódicos (nacionais e estrangeiros) e materiais especiais (mapas, filmes, microfilmes, diapositivos, fotografias, plantas) (ARAÚJO, 1994) que poderiam ser encontrados no acervo geral.

A execução inicial do projeto da organização da Biblioteca Irineu Pinto ocorreu no regime descrito como trabalho “mutirão”,

(...) com toda a equipe, para se conseguir melhor espaço para as respectivas atividades e para um reconhecimento geral do acervo da Biblioteca. Estando o acervo completamente desorganizado, com exceção da Coleção Paraibana, organizada anteriormente por outra equipe do acervo (...) (FONSECA, 1995, p. 5).

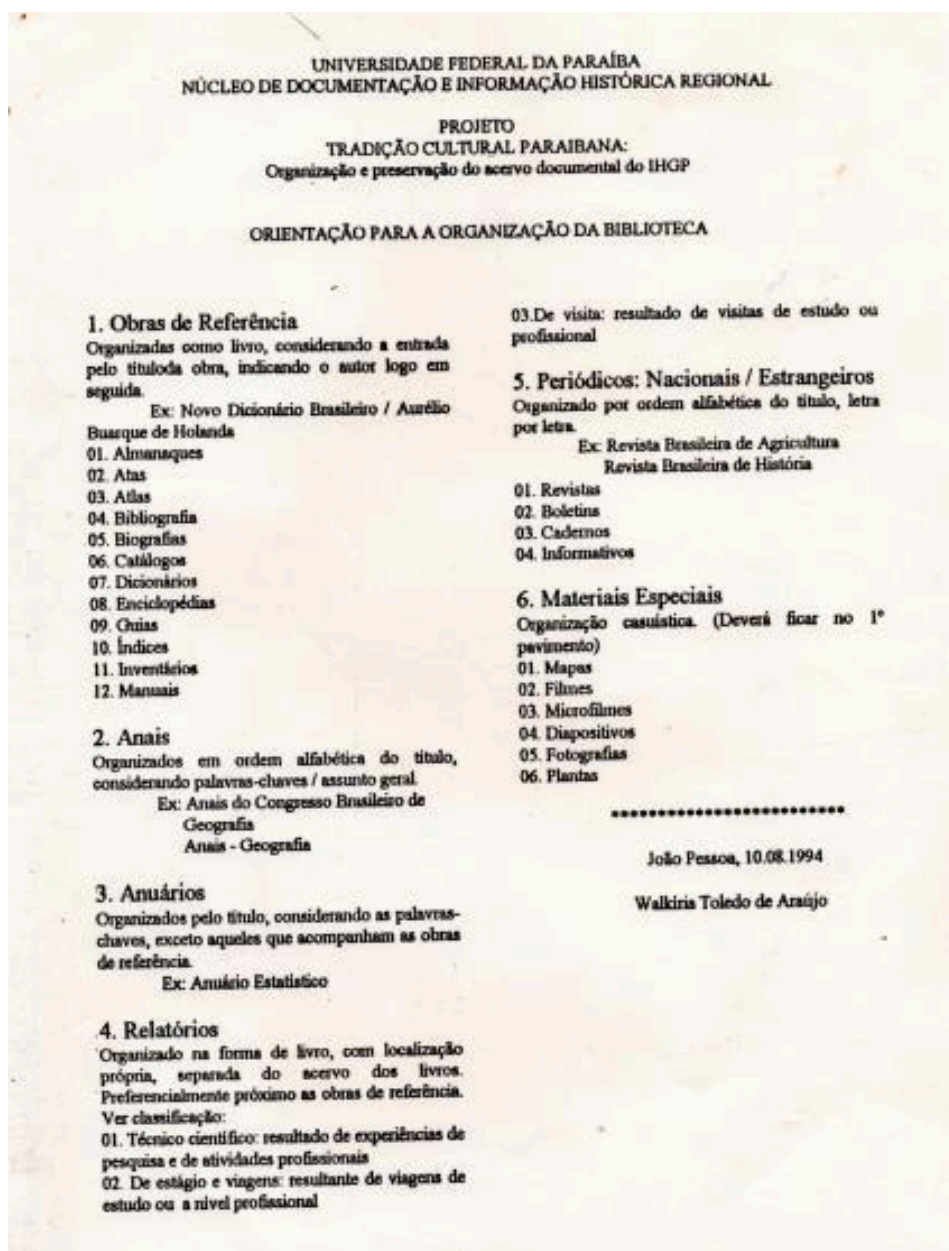
Os projetos de iniciação científica somavam-se ao trabalho com organização de arquivos e de produção científica, tendo em vista que os bolsistas tinham o compromisso de participar de eventos científicos da área e publicar os seus resultados de pesquisa em encontros locais, regionais e nacionais de História.

O programa de iniciação científica proporcionava reuniões de estudos sobre historiografia, Arquivística, trabalho prático nos arquivos da instituição e produção acadêmica na área de formação a partir de documentação primária. Segundo relato de uma bolsista de História, a interdisciplinaridade praticada trouxe algumas dificuldades: “a bolsista [do curso de História] teve dificuldade na primeira etapa, tendo em vista o seu caráter biblioteconômico, mas foi muito proveitosa a experiência, no que concerne à ampliação de seus conhecimentos” (FONSECA, 1995, p. 12).

Um novo projeto, intitulado **Projeto Tradição Cultural da Paraíba**, teve como foco principal a organização de arquivos privados do instituto, através desse projeto foi foram trabalhados o arquivo de João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, o arquivo de Antônio da Silva Pessoa (tio de João Pessoa), os arquivos de Ademar Vidal, Manoel Arruda de Assis e Flávio Maroja. O tratamento arquivístico consistiu em higienização, classificação, elaboração

de quadro de arranjo, ordenação, acondicionamento, análise documentária, indexação, elaboração de mecanismo de busca. Seus catálogos foram publicados em formato livro.

Ilustração 11 – Orientações elaboradas para a Biblioteca Irineu Pinto (IHGP) (fac-símile).



Fonte: Arquivo pessoal de Gloriete Pimentel.

Sobre esse longo processo de organização dos acervos do IHGP, vemos que questões políticas definiram o andamento dos trabalhos no Instituto, fazendo as equipes do Núcleo encerrarem suas atividades e retornaram em outros momentos. Os recursos para algumas etapas de organização do Instituto vieram de pequenos convênios ou financiamentos para atividades específicas. Contou-se com a parceria de professores do DBD, não foi um trabalho exclusivo de responsabilidade do NDIHR, mas apenas em atividades da biblioteca, neste caso,

se destacaram duas professoras, Carmen Lucia Panet e Walkíria Toledo. Não há evidências de interesse deste departamento pelos arquivos desta instituição naquele momento.

5.7 Arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba

As memórias sobre a organização do arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba estão escritas nos seus relatórios e ainda viva na mente das pessoas que participaram desse projeto. Neste projeto se envolveram profissionais que já haviam participado de outros projetos, que levaram o nome do Núcleo para a sociedade, e funcionários da própria ALPB.

Ilustração 12 – Notícia sobre Convênio da ALPB com UFPB para organização do arquivo da AL



Fonte: Correio da Paraíba. Caderno de Política, 14 Mai. 1995. Arquivo do NDIHR.

O apoio institucional ao projeto de organização do Arquivo Assembleia Legislativa contrasta de forma negativa com o apoio recebido no AEPB. De acordo com Gloriete Pimentel:

“Passei lá [no arquivo da ALPB] um dia porque deu saudade. Eu gostava muito dos funcionários da Assembleia, do arquivo da Assembleia, a gente criou um vínculo muito forte com eles de amizade particular mesmo. Eu disse, ‘Vamos lá, vamos passar lá na Laura. Vamos dar um abraço nos meninos da Assembleia’, ‘Vamos’. Quando eu cheguei lá,

já tinha mudado tudo que a gente tinha feito, tinha botado noutro prédio, tinha alugado outro prédio, tinham botado lá e estava tudo misturado. Eu digo 'Pronto, a gente organiza, mas não tem o menor respeito. O menor respeito! e o pior é que esses órgãos são tão prepotentes que os funcionários sabem o que eles estão fazendo, mas quando tem alguma mudança de estrutura dessa, eles não respeitam. É como se aquilo fosse um depósito de lixo, eles chegam e fazem à revelia: 'A gente vai mudar vocês daqui e algumas coisas que vocês precisam preservar nesta organização...' Mas não, eles vem como um furacão, com o Joacil [de Brito Pereira] fez lá no Instituto, do mesmo jeito que Joacil fez lá no Instituto, entendeu? Chegou, mudou o que ele quis, jogou para [o andar de] cima, disse que jogou para baixo, quando eu vi eu fiquei louca" (Rodrigues, 2020a, p.4).

O Arquivo Permanente da Assembleia Legislativa da Paraíba (a Casa de Epitácio Pessoa) é denominado Arquivo Deputado José Braz do Rêgo (nomeação decidida no ano de 1996). O início de sua organização ocorreu em maio de 1998, o financiamento aconteceu através do Ministério da Cultura, Programa de Apoio à Cultura e Fundo Nacional de Cultura.

O prédio onde funciona a Assembleia Legislativa, situado na Praça João Pessoa, foi inaugurado no dia 15 de novembro de 1973, durante a gestão do governador Ernani Aires Sátyro. O arquivo, localizado no início da Rua Duque de Caxias, até o ano de 1997, tinha sob sua guarda cerca de 25 mil documentos. Cronologicamente, a documentação se inicia no ano de 1835, ano da transformação dos Conselhos Gerais de Província em Assembleias Legislativas Provinciais. Segundo Araújo (2018), na década de 1990, o acervo se encontrava em condições precárias, fato bastante preocupante, momento que foi dado início ao processo de modernização do arquivo.

O primeiro passo nesta modernização aconteceu através de criação de uma “Comissão de Alto Nível”:

[esta Comissão] composta inicialmente de membros do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e da Academia Paraibana de Letras, ligada à Comissão Permanente de Cultura, Educação e Desportos do próprio Poder Legislativo estadual paraibano de cujas reuniões passaram a participar professoras universitárias do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba – NDIHR/UFPB, como mostra a ata de reunião da referida comissão de 18 de março de 1995, publicada no Diário do Poder Legislativo, de 18 de abril de 1995, p. 3. (ARAÚJO, 2018, p. 26-27).

Os membros do IHGP e da APL participantes dessa Comissão foram, de acordo com Araújo (2018): Dorgival Terceiro Neto (coordenador), Pedro Moreno Gondim, Joacil de Brito Pereira, Flávio Sátyro Fernandes, José Octávio de Arruda Melo, Deusdeth de Vasconcelos

Leitão, Wellington Hermes Vasconcelos de Aguiar, Ascendino Leite. Os representantes do NDIHR foram as professoras Laura Helena Baracuhy Amorim e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, então, coordenadora do NDIHR/UFPB. A equipe de servidores nomeados para participar desse processo de modernização e receber treinamento em técnicas arquivísticas foi Marcone Negromonte, Francisco Jean A. de Figueiredo, Maria Marluce da Silva, Célia Rejane de R. Leite, Rosimery da Silva B. Mulatinho, Ariosvaldo Mendes Leite, Orion da Silva Farias, Washington Leite Soares, Renato da Silva Mendonça, Cláudia Arruda de Lucena.

Sobre esse grupo de trabalho, em análise posterior, Araújo enfatizou a necessidades de

(...) contratar profissionais com formação pós-graduada na área de Arquivologia que desenvolveram um processo de atuação em duas linhas, quais sejam, organizar o acervo em termos do que estabelece o conhecimento da Arquivologia e capacitar funcionários do próprio Poder Legislativo para atuar no arquivo. (ARAÚJO, 2018, p. 29).

Entretanto, um dos objetivos principais seria divulgar as ações parlamentares de personalidades políticas que se destacaram na sociedade paraibana, os perfis parlamentares segundo Araújo (2018), e as ações da própria Assembleia Legislativa, ou seja, era uma ação de escrita e divulgação de memórias de conhecidos políticos do Estado, que culminaria com a produção de material didático a ser distribuído nas escolas do Estado, sendo o Arquivo da AL considerado a principal fonte de informações sobre as atuações desses parlamentares.

Para a efetiva execução de um projeto de organização dos arquivos da Instituição, primeiramente, a equipe do setor do arquivo corrente da AL foi convidada a integrar esta comissão, mas diante das dificuldades para consulta ao acervo, surgiram as referências ao NDIHR, que apresentou um projeto e criou uma equipe para a sua execução: o **Projeto de Organização do Arquivo Permanente da Assembleia Legislativa**.

Em suas recordações, para Amorim (2019) o projeto foi concretizado através de convite direto da Mesa Diretora para a equipe da UFPB.

Foi convite mesmo da mesa diretora da época que nos chamou para... eu tenho um conhecido, esse menino, Jean, era o meu conhecido e ele trabalhava lá e o chefe dizia: 'Jean, esse arquivo é uma bagunça'. Era assim, onde hoje é o arquivo você não entrava, não, só tinha uma coisa assim de menos de meio metro que você passava e ia até o fim do arquivo, mas as pessoas iam socando as caixas de documentos, socando. Ele queria um conjunto de pessoas que viessem ajudá-lo a reconhecer aquilo. A gente disse: 'Não, a gente quer organizar direitinho e tudo' e eu disse: 'Venham que depois a gente vê'" (Amorim, 2019, p.21).

O projeto foi elaborado de forma colaborativa, mas assinado pelas professoras Laura Helena Baracuhy de Amorim e Zeluiza da Silva Formiga, a supervisão ficou a cargo desta segunda professora e da arquivista Gloriete Pimentel.

As atividades se iniciaram em 01 de junho de 1995. Segundo o projeto, deveriam ser cumpridas as etapas de higienização, desinfestação, elaboração de arranjo, ordenação e classificação dos documentos, acondicionamento e notação, fichamento das séries, informatização (sob a responsabilidade da instituição), elaboração de catálogos, guias e inventários e inauguração do arquivo.

No seu desenvolvimento, alguns funcionários da instituição designados para a realização das atividades definidas no projeto possuíam especialização em História, Administração ou Odontologia. Foram nove os servidores que trabalharam junto com a equipe da UFPB ou foram contemporâneos deste projeto: Marconi Negromonte Filho, Orion da Silva Farias, Rosemary da S. B. Mulatinho, Francisco Jean Alves de Figueiredo, Ariosvaldo Mendes Leite, Célia Rejane de Souza Leite, Washington Leite Soares, Maria Marluce da Silva, Renato da Silva Mendonça e Claudia Arruda de Lucena; a direção do setor estava sob a responsabilidade do senhor Marcone Montenegro. Segundo depoimentos, Francisco Jean A. de Figueiredo⁵², assim como os servidores Waldemir Mendes Leite, Clovis Tadeu Lacerda Alencar, Josi Laurindo da Silva, Maria José Lacerda Albuquerque e Jane Celli de Souza Mendes Leite tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento dos trabalhos, receberam treinamento da equipe do NDIHR juntamente aos outros funcionários efetivos da instituição. Nas memórias da professora Laura Amorim, ainda foram lembrados os senhores Reginaldo e Clóvis, como colaboradores importantes no dia-a-dia do arquivo (AMORIM, 2019).

O papel dos profissionais da UFPB seria, então, orientar o grupo de trabalho formado pelos servidores da AL e fornecer treinamento, ações que efetivamente ocorreram e não sob as orientações desta comissão.

Houve a iniciativa de se realizar um convênio com o Arquidiocese da Paraíba para a colaboração através de uso de equipamentos de desinfestação, produzido a partir das orientações dos profissionais do NDIHR para o tratamento do acervo, em atividade no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Segundo Araújo, o convênio foi interrompido em decorrência de defeito do equipamento.

A coordenação geral do projeto ficou sob a responsabilidade das professoras Laura Helena Baracuhy de Amorim e Zeluiza da Silva Formiga, a supervisão ficou a cargo desta

⁵² Em 2018, Francisco Jean Figueiredo era o diretor do Arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba.

segunda professora e da arquivista Gloriete Pimentel. Segundo Amorim (2019), a equipe se revezou na orientação e na execução das tarefas ao longo de cinco anos, período no qual o projeto esteve em execução. Além das pessoas já citadas, participaram por curto período Ana Andrea Castro e Laudereida Marques.

Como em outros projetos, desenvolveu-se o hábito de solicitar a todos os membros da equipe o registro de atividades diárias realizadas, com o objetivo de facilitar a construção dos relatórios, esses relatos escritos acabaram formando um livro de registros do cotidiano da execução dos projetos. Esta decisão de registro diário, semelhante a um diário de campo, nos ajudou de forma excepcional na compreensão do andamento do projeto em seus meses iniciais, acompanhar a evolução do trabalho, as dificuldades e as estratégias utilizadas no andamento do projeto que podemos acompanhar na descrição abaixo. Neles encontramos relatadas questões sobre atrasos de pagamentos, dificuldades de cumprimento de tarefas pelos servidores, medo e “pavor” diante de infestação de ratos, a falta de materiais básicos de consumo e materiais permanentes, necessidades de reorganização constante do espaço físico para que houvesse espaço para o desenvolvimento das tarefas cotidianas do arquivo, que nunca deixou de atender a administração e aos usuários externos a instituição, das etapas do projeto e de coordenação, como transcrevemos a seguir.

Segundo esses relatórios, a primeira reunião com a equipe do projeto ocorreu em 1º de junho de 1995. Ocorreu um treinamento de uma semana, entre os dias 5 a 9 de junho, tendo como base o material sobre organização de arquivos adquirido no IEB. Foi proposta uma visita à Cúria metropolitana, arquivo considerado de referência para os profissionais de organização de arquivos no Estado. Ocorreu, ainda, uma visita técnica ao Arquivo da Câmara Municipal de João Pessoa para realizar troca de experiências. Havia a necessidade emergencial de limpeza superficial (pré-higienização) e ordenação dos jornais, por isso, logo nos primeiros dias se iniciou o tratamento e ordenação dos jornais encadernados e não encadernados.

Duas questões foram destacadas em relatório: a morosidade burocrática e, por isso mesmo, a demora na definição do espaço definitivo para o arquivo e o pagamento da equipe. Após o primeiro mês, houve uma primeira paralisação das atividades da Coordenação, entre 17 de julho e fins de agosto, permanecendo os funcionários realizando a higienização, a organização, o fichamento e a colocação dos jornais em pacotes à espera da encadernação. O motivo para a paralisação foi a falta de pagamento da coordenação do projeto: iniciou-se o trabalho na data proposta, em 1º de junho, ficando dois meses com gratificação pendente e não paga até fevereiro de 1997 (NEGROMONTE FILHO, 1997). As atividades foram retomadas apenas em 1º de setembro.

Diante do atraso, foi redefinido o cronograma do projeto que necessitou levar em consideração um regime de rodízio durante o período de férias legislativas e horário especial da AL no início do ano (único turno).

Readaptações constantes do espaço físico foram necessárias, mesmo que ainda não houvesse a definição do local definitivo para o arquivo. Os espaços internos necessitaram de adaptações devido à grande quantidade de documentos acumulados, espaços foram improvisados durante a organização. Quando um novo tipo de documento iniciava seu processo de tratamento, como jornais, atas, notas taquigráficas, projetos de lei, novas adaptações dos espaços eram necessárias, por exemplo, ocorreu o isolamento de um banheiro para a guarda de coleções de jornais menos consultados, enquanto os jornais mais consultados foram integrados à Hemeroteca. Segundo o relatório de maio/junho, a cada bimestre o espaço necessitava ser reorganizado para permitir o processo de higienização, organização e acondicionamento.

Ao mesmo tempo que se abriam espaços, criava-se setores. Com a evolução das atividades, alguns setores dentro do arquivo foram criados, como a sala dos livros encadernados, a própria Hemeroteca e de um arquivo intermediário.

Este imprevisto teve sérias consequências, entre janeiro e fevereiro de 1996, novamente o espaço necessitou ser reorganizado em decorrência de um vazamento de água em um banheiro.

As ações do projeto necessitaram ser adaptadas aos calendários legislativos, aos períodos de férias e de recesso coletivo já que a equipe era em parte constituída por servidores da AL. Aconteceu, também, a adoção do horário especial de meio expediente durante esses meses, que deu origem a um novo problema: falta de espaço físico para todos os funcionários trabalharem ao mesmo tempo, no mesmo espaço já reduzido.

Essa indisponibilidade de espaços para o trabalho da equipe foi diversas vezes destacando e enfatizada a insalubridade nos ambientes em que as pessoas estavam trabalhando, como a existência de fungos, bactérias e o grande problema com roedores que causaram infestação no arquivo intermediário. No relatório dos meses de setembro/outubro, ficou registrada a desaceleração do processo de higienização em decorrência de problemas de saúde de membros da equipe.

Sobre as atividades cotidianas executadas durante a execução do projeto, um dos problemas mais recorrentes foi a demora no fornecimento de materiais de proteção pessoal e para acondicionamento dos documentos que demoraram muito para serem comprados, atrasando a execução do projeto. Ainda no mês de setembro de 1996 reclamava-se da falta de materiais de consumo para a proteção individual e permanente para a guarda da documentação.

Essa questão da indefinição do espaço físico para o arquivo se estendeu por meses. No relatório do período julho a agosto de 1996, ainda era relevante o processo de “desafogar” o espaço físico interno, parte do tempo da equipe foi dedicado à limpeza do sótão e retirada de entulhos nele acumulados. Nele estavam guardados livros, revistas, documentos e entulho que foram descartados, parte do material (as duplicatas) foram retiradas, outra parte do material foi enviado para a Biblioteca da AL ou empacotado para o intercâmbio com outras bibliotecas do Estado. Essa ação de limpeza do sótão durou 12 dias em regime de mutirão.

Mesmo sem chegar a uma solução sobre o espaço físico tanto para o trabalho da equipe e para a guarda da documentação, em novembro de 1996 o arquivo passou a receber documentos no arquivo intermediário. A criação de um arquivo intermediário provocou o deslocamento de pessoas das atividades planejadas pela coordenação do projeto para o atendimento das necessidades imediatas da instituição: o deslocamento para outros setores para o recebimento, identificação da documentação e seu acondicionamento.

Em 1996, novamente, as ações da equipe do projeto foram adaptadas ao calendário de recesso legislativo da instituição que ocorreu entre 21 de junho e 13 de julho de 1996. Outro fato registrado em relatório foi o fechamento dos setores administrativos da AL em decorrência de problemas financeiros ocorrido em meados de 1996.

As condições físicas de parte da documentação não eram boas, os meses de setembro e outubro, foram dedicados a datilografia de documentos em avançado estado de degradação para permitir a consulta (documentos do ano de 1949), além de intervenções de preenchimento de suporte destruído por traças e brocas (colagem).

Entre julho e agosto, o Presidente da AL, diretor do Arquivo e secretários estiveram em reunião, realizaram visitas ao espaço físico firmando compromisso de conserto de partes do prédio (piso e sótão), compra de material permanente e elaboração de Resolução que garantisse retirada e descarte de documentos duplicados, trabalho que teve como consequência o intenso processo de datilografia que durou 4 dias de listagens e empacotamento de documentos que seriam descartados (8º RELATÓRIO... 1996). Esta não seria a única visita realizada pela Diretoria da AL.

No 8º relatório bimestral, a equipe solicitada novamente que os relatórios enviados anteriormente fossem avaliados, fosse realizado debate sobre os problemas elencados para a correção dos rumos do trabalho, o que sugere que, até então, os relatórios estavam sendo desconsiderados, mesmo assim, o trabalho tinha continuidade em decorrência do interesse da equipe do projeto. Esse pedido foi repetido entre setembro e outubro de 1996, mesmo após visita do Presidente da AL.

Entre setembro e outubro, a ordenação dos jornais já permitia o atendimento de

solicitações de consulta por usuários. O tratamento dado aos jornais foi: a limpeza, listagem dos exemplares contidos no arquivo, identificação das lacunas, o preenchimento de fichas, o acondicionamento e preparação para encadernação. A equipe do projeto tratou de realizar a organização por considerar uma documentação de relevância para a memória da instituição e para a comunidade. Cogitou-se a sua transferência para a biblioteca da instituição, mas tal processo dependia da ampliação do espaço da mesma.

Em novembro de 1996, a coordenação sugeriu que o atendimento ao público e a consulta a documentação ocorresse em horários e dias fixos, para evitar a “perda do ritmo de trabalho”, as interrupções necessárias para o atendimento ao público interno. Já no início da execução do projeto, o arquivo era diariamente visitado, em média, por cinco usuários, justificando assim a necessidade de produção de listas de documentos para a consulta. Juntamente com essas listas de documentos, já se projetava os catálogos que deveriam ser publicados em março de 1996.

Houve ampla pesquisa sobre a história da instituição, sobre suas mesas legislativas, suas leis internas de funcionamento. Ainda no primeiro ano de trabalho, iniciou-se o estudo das constituições do Estado, regimentos da instituição, resoluções da Mesa diretora, entrevista com Procurador Geral, elaboração de organograma preliminar da instituição. Foram elaborados questionários que foram distribuídos por setores da instituição e no início do ano seguinte, ocorreram entrevistas com ex-funcionários e ex-deputados. Todas as entrevistas eram discutidas em reunião geral para se decidir se deveriam manter as conversas nos setores.

De acordo com o relatório de março e abril de 1996, já tinham sido realizadas 54 entrevistas com chefes de departamentos, diretores de divisão, coordenadores de comissões, secretários legislativos e administrativos (6º RELATÓRIO... 1996).

Ocorreu uma reunião com a arquivista Heloísa Liberalli Bellotto em 03 de outubro de 1995, com o objetivo de analisar o quadro de arranjo. A partir desse encontro, a professora se colocou à disposição para debater pessoalmente com a equipe em momento posterior, devendo a instituição providenciar sua vinda à Paraíba.

Em 1996, ocorreu reunião com a especialista em arquivos do IEB/USP, a arquivista Rose Marie Inojosa, que esteve na Paraíba entre 26 e 29 de março para um curso sobre Arquivos Correntes. O assessoramento a equipe da ALPB, se estendeu a orientação de outros profissionais ligados ao NDIHR.

As atas de Sessões e Comissões da instituição foram os primeiros documentos arquivísticos a serem organizados (17 de outubro). O tratamento desta documentação acarretou muitos atrasos porque requeria muitos ‘encaixes’, ou seja, a reunião de documentos referentes aos mesmos eventos que se encontravam espalhados. A forma de guarda também dificultava a consulta pois uma parte importante se encontrava encadernada e, no processo de

encadernação, parte do suporte foi perdido (mutilação de algumas atas em virtude de corte lateral).

É recorrente a descrição das atividades que ocorriam de forma simultânea: a equipe de servidores trabalhava na higienização, ordenação, classificação, preenchimento de fichas padronizadas e guarda da documentação; a coordenação orientava, participava da organização e reorganização do espaço, estudo da estrutura organizacional e funcionamento da instituição, fazia a revisão do trabalho realizado e se produzia relatórios.

Ainda em 1996, surgiu a proposta de ampliação do projeto, a equipe passaria a tratar da gestão de arquivos da instituição, cuidando dos documentos durante a produção dos documentos ainda no arquivo corrente, até a destinação final e, nesse processo seria feita um Plano Geral de Classificação e Destinação dos Documentos e Plano de Temporalidade dos Documentos. Para a informatização, foi ventilado convênio com a Fundação Joaquim Nabuco para consultoria.

As entrevistas realizadas pelos participantes do projeto também tinham como objetivo conhecer as atribuições de cada setor, dos tipos documentais que eram produzidos neles, estudos para construção de quadros de arranjo e elaborar uma pré-tabela de temporalidade, como foi chamada pelas colaboradoras.

Entre maio e junho, foram elaborados alguns documentos para a gestão documental, a pré-tabela das Secretarias Legislativas e Administrativas, a conclusão do quadro de arranjo do grupo Mesa e subgrupo Secretaria Legislativa e Administrativa. O Plano Geral de Classificação e Destinação dos Documentos e a Tabela de Temporalidade dos Documentos foram elaborados, mas que não chegaram a ser avaliados pelo CONARQ.

No seu depoimento, Laura Helena Amorim destacou o projeto da Assembleia como um momento de nascimento da preocupação com a gestão de arquivos correntes: “Na Assembleia foi que nasceu a primeira demonstração da busca da nossa necessidade de conhecer, de começar a organizar pelo arquivo corrente.” (AMORIM, 2019, p.23).

Como citado anteriormente, neste trabalho da Assembleia Legislativa, a equipe do NDIHR contou com a colaboração de Rose Marie Inojosa. Segundo Amorim (2019, p.11) “Rose ajudou a gente também no trabalho que a gente fez para a Assembleia [Legislativa do Estado da Paraíba], ela leu, ela me ajudou, assim: ela leu o que a gente fez pra Assembleia, que foi uma pré-tabela de temporalidade.” Como resultado do diálogo com Inojosa foi produzido um parecer sobre os documentos para a gestão apresentados pela equipe de profissionais locais.

Em seu parecer, Inojosa realizou uma avaliação a partir de quatro critérios, o primeiro, os valores considerados na produção do documento: a presença, nos documentos, de

informações necessárias para a continuidade das atividades da instituição e realização de suas funções; o valor legal de prova dos documentos para que a organização exerça direitos e cumpra seus deveres com aqueles que com ela tem relações; a capacidade de informação dos documentos em relação ao processo de decisão da organização e as suas inter relações; a capacidade de Informação dos documentos em relação à vida da sociedade onde a organização se insere (INOJOSA, s/d, p.1).

O segundo critério, a estruturação e organização das Tabelas de Temporalidade: essa estrutura deveria permitir que o usuário conhecesse a lógica de funcionamento do órgão, gerando maior autonomia na pesquisa. O terceiro critério foi a informatização das Tabelas de Temporalidade como critério indispensável para a aplicação, atualização e apropriação pelos usuários. O quarto critério, a sua publicização, que teria como objetivo dar segurança aos agentes que iriam aplicá-la e permitir que a sociedade civil pudesse participar através de seu aperfeiçoamento.

Segundo Inojosa, a pré-tabela da ALPB foi adequadamente elaborada levando em consideração as questões informacionais que definiram o primeiro critério. Em relação ao segundo critério, ela foi muito bem construída ao se considerar princípios modernos para o momento e levando em consideração a estrutura, as funções, as séries documentais e os tipos documentais. O terceiro critério não foi avaliado, mas destacou-se a necessidade de não adequação do sistema de classificação bibliográfica de Dewey para a informatização dos instrumentos de gestão arquivística. Por fim, a publicização da tabela não foi realizada. A partir desses critérios, a proposta de gestão documental elaborada pela equipe do projeto recebeu o reconhecimento de seu trabalho através do parecer desta profissional de referência na arquivologia brasileira.

A última etapa do processo de modernização do arquivo seria a estruturação de um memorial parlamentar que só foi concluído entre os anos de 2006 e 2011. Esse memorial recebeu o nome de Memorial Parlamentar João da Cunha Lima. Segundo Araújo (2014), a equipe que participou da execução do projeto desse memorial era composta por Cida Lobo (coordenadora geral e responsável pelos textos), Crisneide Rodrigues (responsável pela implantação), Feliz Araújo Sobrinho (responsável pelas informações legislativas), Roberto Jorge C. Araújo (responsável pela parte histórica), Roberto Jorge (responsáveis pelos textos), Jean Figueiredo (responsável pela pesquisa), Betânia Vasconcelos (museóloga), Augustos Peixoto (setor de informática), Cristina Coelho (responsável pela administração) e a bibliotecária e arquivista Ana Isabel Souza Leão Andrade (técnico).

Apesar da inexistência de mecanismos de busca (instrumentos de pesquisa), e a impossibilidade de restauração dos documentos mais antigos, o resultado desse processo de modernização foi positivo, segundo Araújo

O saldo qualitativo desse processo de modernização foi significativo, resultando num espaço físico próprio no qual o arquivo passou a funcionar, um corpo de funcionários capacitados e um acervo documental organizado em acordo com normas minimamente arquivísticas, embora ainda acondicionado em estantes e com sistema de climatização inadequados. (ARAÚJO, 2018, p.31-32)

Segundo relatos das professoras Laura Amorim e Irene Fernandes, além da organização documental, da definição de procedimentos para a gestão documental e treinamento da equipe da AL, as profissionais do NDIHR foram “um pouquinho de tudo. Levava texto para eles lerem, demos um curso, Lúcia Guerra com o NDIHR deu um curso muito bom, ali, onde era a Funape.” (AMORIM, 2019, p.22). Sobre este treinamento, foram preservados alguns registros fotográficos que vemos na Ilustração 13.

Ilustração 13 – Treinamento dos servidores da Assembleia Legislativa da Paraíba.



Acima, servidores da AL da Paraíba durante as atividades práticas do treinamento oferecido pelas profissionais do NDIHR. Abaixo, Laudereida Marques e Gloriete Pimentel ministrando o treinamento teórico e prático.
Fonte: Arquivo do NDIHR

“O treinamento que a gente deu era para o pessoal da Assembleia. É tanto que Jean hoje é diretor do arquivo e ele tem um certo conhecimento em arquivo exatamente vindo desse trabalho com o curso, com a gente, e também do trabalho prático que a gente realizou com ele, lembrando os conhecimentos, lembrando os conceitos. É um trabalho prático, mas a gente colocando o conceito para dar compreensão, o domínio do conceito e ao mesmo tempo criar uma intervenção na realidade que não estava distanciada da fase conceitual. Eu acho que eles só erraram em uma coisa, lá na assembleia foi que eles botaram o arquivo para o subsolo, foi horrível” (Amorim, 2019, p.27).

A finalização do projeto ocorreu com a destituição da equipe pela Mesa Diretora:

“Mas, aí, a Assembleia desistiu da gente, simplesmente o Presidente chegou e disse: ‘Não quero saber de arquivo aqui’, tudo com medo, porque esse povo morre de medo de arquivista. Aí, destituiu, mas eu passei a pré-tabela para Jean que hoje é diretor do arquivo e ele, mais ou menos, arrumou os papeis e sabendo, eu disse a ele: ‘Não use meu nome no negócio desse não, porque isso aqui é uma pré-tabela. Eu ia fazer, eu estava fazendo a pesquisa que por sinal foi utilizada pelo secretário-geral da Assembleia para refazer o perfil do regimento da Assembleia, tá entendendo? Que o ajudou muito na construção do Regimento porque é lógico que a gente levantou as finalidades, missão, funções, competências atribuições, atividades, documentos. Tudo a gente levantou, agora, era uma pré tabela porque precisava de correção. Mesmo assim para salvar documentação, o trabalho gerou uma pré arrumada, sabe” (Amorim, 2019, p.11)

5.8 O Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral

Após o desligamento da ALPB, o destino seguinte foi o Tribunal Regional Eleitoral, que contratou a equipe para realizar uma avaliação documental. Neste arquivo, a intervenção foi na gestão da documentação da instituição que se concluiu com a definição do Plano de Classificação, de uma TTD, com o descarte da documentação, com treinamento dos servidores e a elaboração de um catálogo⁵³.

O caminho que as levou ao TRE iniciou com um convite.

⁵³ Catálogo da Série Julgamento de Processos do Colégio de Juizes (1956-1996). 2004

Para Gloriete Pimentel e Irene Fernandes o projeto de organização do arquivo deveu-se a persistência de Lúcia Marques:

“Lúcia Marques⁵⁴ que era do TRE, era funcionária de lá. Ela foi fundadora do TRE. Bem jovem ela. Ela disse que foi para lá bem novinha e o que acontece? Ela ficou na direção [do arquivo]. Nunca ninguém quis assumir o arquivo porque aquilo era lixo, Kelly, quem é que quer ir para o lixo? Era a concepção que arquivo é papel velho, é troço velho, é lixo. Ninguém quer. Só que Lúcia foi quem nos convidou para trabalhar lá e nós fomos trabalhar” (RODRIGUES, 2020b, p.10.)

Ela nos encontrou em algum evento, acho que foi isso. Ela nos viu apresentando algum trabalho em evento, então falou, mas eu acho que foi com Gloriete. Não tenho certeza, aí ela começou a atentar. Aquele arquivo exige. Se ele tivesse um nome, devia ter o de Lúcia porque ela não desistiu, não sabe? Ela fazia projeto, vinha na administração, vinha outro [Presidente], viera na administração, vinha outro [Presidente], ela pedia a projeto, a gente entregava, até que um dia o projeto foi aceito e a gente então começou a organizar. Na época, o arquivo TRE ficava por trás do... era em umas salas do TJ que dão para frente do Ministério Público, aquela parte do TJ, parte de baixo. A gente começou a trabalhar ali e a gente foi organizando. Aí., trabalhou com toda a organização, com a documentação que estava lá, documentação de todas as idades [risos] e todos os tempos. E foi o tempo em que inauguraram a nova sede, a série trabalhou com a transferência e, depois, formou-se a Comissão de Avaliação. Quer dizer, organizou lá a documentação antes de organizar... não tínhamos terminado ainda a organização quando a gente começou a trabalhar com a Tabela de Temporalidade” (FERNANDES, 2009a, p.23).

O Arquivo do TRE foi um ponto de exceção na carreira dessas profissionais. Em diversos momentos, Gloriete Pimentel nos relatou a facilidade de acesso aos responsáveis pelo arquivo, a disponibilidade de material de consumo e material permanente, a integração do arquivo corrente à intranet do Tribunal, pontos que são constantemente motivos de dificuldade

⁵⁴ Maria Lúcia Soares Marques, ingressa do TRE no ano de 1976 (1976-1989) na função de técnico judiciário e aposentada da instituição em 2010 na função de analista judiciário (1989- 1920). Fonte: site do Memorial da Justiça Eleitoral da Paraíba. Disponível em: <https://apps.tre-pb.jus.br/memorial/index-menu.php?menu=historia2&conteudo=galeria-servidores-efetivos>. Acesso em: 10 Set. 2020.

na execução dos projetos.

“O TRE tinha se mudado, nós fomos para lá na mudança daquela sede que era nos fundos do Tribunal de Justiça, era no porão do Tribunal de Justiça. A documentação do TRE foi mandada para [o novo prédio] toda suja de porão e foi higienizada. Olha, Kelly, tudo que a gente queria, fosse estagiário para lá levamos, eles arranjaram trincha, mandaram fabricar mesa, a mesa do arquivo da Assembleia foi emprestada ao TRE para eles encomendarem. Tinha um marceneiro e o marceneiro fez sob medida tudo, em vez de uma, fez duas mesas de higienização. Eu não estou lhe dizendo? O trabalho que a gente fez no TRE foi aprazível, foi satisfatório, foi brilhante. Aí, como era desde a inauguração do TRE a documentação, a gente ia separando, foi feita a tabela de temporalidade com doutor Marcos Cavalcante que nessa época era o presidente do TRE. Um rapaz que era funcionário de lá, muito antigo, era administrador... como era o nome dele, meu Deus? Não me lembro não. Bom, aí ele chamou uma equipe para fazer a avaliação conosco e foi feita a Tabela de Temporalidade de lá. Em cima da tabela, quando a gente ia se organizando, tinha coisa que a gente achava que era interessante e que a gente queria fazer amostragem e a gente fez isso. Menina, o doutor Marcos adorou e de tudo a gente fez amostragem.

Caixas arquivo, todas novas, papel neutro para fazer as capilhas que tinham o nome [da instituição], tudo impressa, com todas as informações: caixa, capilha, tudo na capilha e a gente cortava só o papel para cobrir os documentos, botava uma capilhazinha de papel depois botava na capilha que tinha sido impressa, tudo papel neutro, certo? E depois guardava na caixa arquivo, tudo identificado, a caixa e tudo o que a gente pediu no TRE a gente conseguiu, tudo, tudo, tudo. A vantagem era que o TRE era novo, tinha o sexto andar que estava limpo, limpo. Aí, quando a gente começou a trabalhar o descarte, com base na Tabela de Temporalidade de lá, a gente foi lá para fazer a separação do que era descarte e sabe como? Eles arranjaram caixas bem grandes, umas caixas de papelão bem fortes e bem grandes, um quadrado assim, era quase um metro por um metro, era quadrada, bem alta, e a gente ia fazendo os pacotes pequenos e identificando tudinho. Tudo o que a gente guardava, identificava, coube em uma capilha, todos os dados naquela amarração. Por quê? Se alguém quisesse ainda consultar, era fácil de encontrar. Era caixa, caixa, caixa, aquelas caixas grandes tudo arrumadinha. Aí, chamamos doutor Marcos, “Doutor Marcos, agora o senhor... vamos fazer o teste. Aqui, tudo é descarte...”, como era muito papel a gente botou o nome das ruas: Rua da Democracia, Rua do Eleitor, Rua... era assim, era tão engraçado, a gente foi dando nome a cada rua e caixa grande. As caixas no chão e a gente fazendo rua a rua. Aí, doutor Marcos pegava: “Eu quero o documento tal”, aí eu dizia: “Onde é que

está?”, aí ele dizia a caixa. Olhe mesmo, a caixa grande, a gente chamava... tinha uma denominação que dentro dessas caixas grandes tinha um monte de caixas pequenas. Tinha o nome das grandes, dizia a rua, dizia a caixa e depois a caixa arquivo. A caixa grande tinha um nome e a caixa arquivo era caixa arquivo mesmo. Aí ele dizia “Tá na caixa tal, e tá na caixa arquivo número tal. E capilha tal”. A gente fez o descarte desse jeito Kelly, como se fosse guardar porque isso ia ficar no TRE, foi informatizado, a Tabela de Temporalidade e lá tem aquele... intranet, em todos os setores do TRE sabia, eles aprenderam a Tabela de Temporalidade, eles aprenderam, a gente foi ensinar cada setor a já mandar... como é? Como é que a gente chama... descartar não... encaminhar para o arquivo já feita a triagem e eles mandavam o que era permanente para o arquivo permanente, a gente só conferia as caixas para o descarte, as caixas arquivo, mas tinha o nome ‘descarte’.

Você trabalhar no TRE era perfeito, todos os funcionários foram treinados e se eles tinham dúvida interfonavam, iam lá para pedir opinião, pedir sugestão, dar sugestão. Era assim, minha filha, pela intranet era fácil a verificação, tirava as dúvidas e, às vezes, a gente ia no setor porque eles podiam estar passando informação e ser confusa. A gente ia até lá e dizia: “Não, tá correto, tá certo. É assim mesmo, ou dava a orientação correta. E foi uma receptividade de todos os funcionários porque eles foram preparados para isso. E, rapaz, quando a gente encheu a parte de cima, o sexto andar ficou mais da metade da sala toda ocupada com descarte” (RODRIGUES, 2020b, p.8-9).

Estas memórias das práticas também foram compartilhadas por Irene Fernandes:

“Um dia, Doutor. Marcos chegou, ele era o Corregedor e o Corregedor era o presidente da comissão. Marcos Cavalcanti. Aí ele: ‘mas tem certeza que esse eu quiser um documento, assim, esse documento vai ser eliminado... nessa lista aqui, se eu for procurar eu encontro’, e Gloriete: ‘Diga um’ [risos]. Aí ela foi lá e ‘Olha aqui’ [risos] (FERNANDES, 2019a p.23).

No ano de 2014, a Tabela de Temporalidade foi revisada por arquivista formado na UEPB. Após tantos anos de elaborada, só era necessária a sua atualização diante das mudanças organizacionais e tecnológicas, o que nos faz entender que o trabalho realizado pela Comissão do NDIHR atendia as recomendações do CONARQ e do CNJ que, em parceria, regulamentou o comitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória (PRONAME) criado no ano de 2008, que teria a função de propor normas e instrumentos de gestão dos arquivos do poder Judiciário⁵⁵ brasileiro.

⁵⁵ Recomendação n. 37/2011.

Segundo Santos (2014), a TTD foi aprovada em 2001 através da Resolução 08/2001, como resultado dos trabalhos iniciados no ano de 1999 pela CPAD, que era ligada ao Setor de Expedição da instituição.

Com a missão de proceder com os estudos necessários para a organização do acervo, foi criada na época, uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD). Fazia parte daquela comissão, profissionais com formação acadêmica em História, Direito, Biblioteconomia e servidores da SEXP, sendo este último, responsável pela avaliação, seleção e classificação do acervo documental. Desses estudos, surgiu a primeira versão do Plano Geral de Classificação e Destinação dos Documentos do TRE-PB (PGCDD–TRE-PB), assim como já citado anteriormente, o instrumento foi aprovado através da Resolução nº 08/2001. (SANTOS, 2014, p.32)

Os historiadores não citados pela autora foram Laura Helena Baracuhy Amorim, Zeluza Formiga, Irene Fernandes e Gloriete Pimentel que compuseram a Comissão em 2000. Infelizmente, desconhecemos os bibliotecários envolvidos no processo.

A história do arquivo do TRE se inicia no porão do Tribunal de Justiça do Estado⁵⁶, como citado anteriormente. Sua instalação em prédio próprio, localizado na interseção da Avenida Princesa Isabel com a Avenida D. Pedro I, no bairro do Tambiá, também fez parte do processo de valorização da memória do TRE e, neste contexto, entendemos como os bons ventos sentidos pelos profissionais que participaram desse projeto de organização. Outro elemento importante a se destacar é o interesse pessoal do Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque que, segundo Carneiro (2012),

O Desembargador Marcos Cavalcanti também preside a Comissão Especial de Cultura e Memória do Tribunal de Justiça da Paraíba. É ele, ainda, historiador com vários livros publicados, integra o IHGP e incentiva eventos retratando a memória do Poder Judiciário. No TRE-PB, o Desembargador Marcos implementou uma Comissão Especial para cuidar desse resgate histórico. Ele observou que há uma preocupação na Justiça Eleitoral brasileira em promover eventos comemorativos, que tragam para os dias de hoje os fatos marcantes e dignificantes na trajetória dessa justiça especializada. (CARNEIRO, 2012, p. 09).

Segundo Laura Amorim, na construção da TTD do TRE tentou-se manter diálogo com a arquivista Rose Marie Inojosa:

“No TRE também ela gostou. Ela gostou muito da tabela de Temporada que a gente fez para o TRE. Essa foi aprovada pelo Tribunal. O termo gestão documental é bem posterior, certo? É posterior até ao projeto do TRE, embora a gente no TRE tenha praticado, digamos, os

⁵⁶ A partir de 1945, o TRE passou a funcionar no Edifício do Tribunal de Justiça da Paraíba, apenas no ano de 2001 foi adquirida uma sede própria.

principais momentos da gestão documental. A gente não fechou esses momentos porque não havia massa crítica ainda, conhecimento. Aqui para nós, alguém que viesse fazer uma Consultoria com a gente, porque esse povo todo era muito ocupado. Ensinava em duas três faculdades no sul, entendesse. A Rose [Inojosa] foi quem... ela estava fazendo um trabalho na Funape, dentro do arquivo corrente e do arquivo permanente, mas ela viu a necessidade de construir a tabela de temporalidade de lá. Aí ela foi ensinando a gente a fazer isso, a conversar, fazer entrevista. Ela foi muito boa" (AMORIM, 2020, p.24)

A última etapa desse projeto foi o acompanhamento do descarte da documentação:

"Foi muito bom o trabalho porque a gente terminou, a gente finalizou assim: no dia do descarte encostou um caminhão, todo mundo foi ver esse caminhão [riso], eles fizeram questão de levar tudinho para presenciar o caminhão fechado de caixa-arquivo e a gente foi, Lúcia Marques, eu, Laura, Irene. A gente foi para onde tem o descarte que era lá na Cidade Baixa. A empresa era só botando no cilindro e moendo, moendo, moendo os papeis tudinho. Era... A gente só saiu quando terminou de moer a última caixa. Foi solene, minha filha [risos]" (RODRIGUES, 2020b, p. 30).

No ano de 2012, comemorou-se os 80 anos da Justiça Eleitoral brasileira, entre os eventos comemorativos, realizou-se o lançamento do Memorial Virtual da Justiça Eleitoral, ocorrido no dia 09 de agosto de 2012. A inauguração do memorial físico no hall de entrada de sua sede ocorreu em 13 de dezembro de 2012. De acordo com Irene Fernandes:

"No TRE nós trabalhamos, nós fizemos a questão da Tabela de Temporalidade, organizamos o arquivo, deixamos organizado e, nesse entretempo [entre o projeto do arquivo do TRE e o Ministério Público], ajudamos também na construção do Memorial do TRE. Lá foi o serviço completo" (FERNANDES, 2019, p.22).

5.9 O Ministério Público do Estado da Paraíba

No ano de 2017, o Conselho Nacional do Ministério Público aprovou o Plano Nacional de Gestão de Documentos e memória do Ministério Público (Planame), resolução⁵⁷ proposta no ano anterior através da Comissão Temporária de Preservação da Memória

⁵⁷ Resolução CNMP nº 158, de 31 de janeiro de 2017.

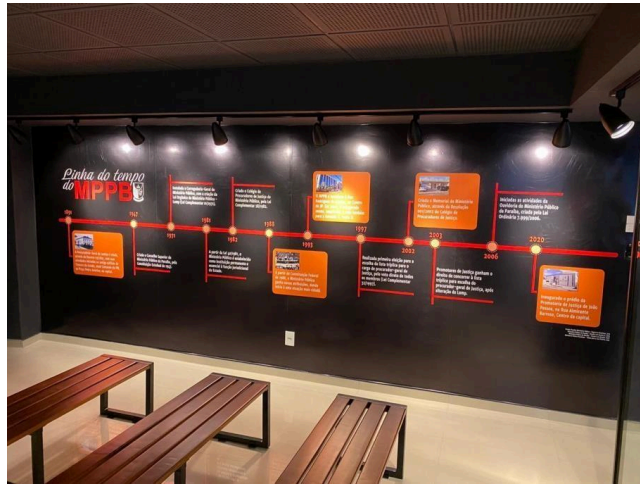
Institucional do Ministério Público, que fixou diretrizes para implantação de memoriais do Ministério Público. Segundo a Secretaria de Comunicação Social da instituição, a Lei 8.159/1991 foi lembrada como instrumento para incentivar ações na direção da gestão e preservação de documentos que dão apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico. Apesar da citação da lei dos arquivos aprovada em 1991, é o Comitê Gestor do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público (COPLANAME) que definiria as políticas de implantação dos memoriais dos Ministérios Públicos no país, órgão independente do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). O Comitê Gestor é o

(...) órgão colegiado, vinculado à Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público, tem finalidade definir a Política de Gestão Documental e de memória do Ministério Público, bem como exercer orientação normativa, visando à gestão documental e à implantação de memórias nas unidades do Ministério Público. (CNMP, 2017, p. 3)

Posteriormente, foi criado o Portal dos Memoriais do Ministério Público, página hospedada no site do CNMP. Até o presente momento, o Memorial da Paraíba é um dos cinco estados da federação que ainda não tem representatividade no Portal dos Memoriais.

Esse movimento no sentido de criação das memórias dos Ministérios Públicos também se desdobrou em eventos e encontros nacionais. Desde o ano de 2010, ocorre pelo país Encontros Nacionais de Memoriais destas instituições. O primeiro aconteceu na cidade de Natal, entre 16 e 18 de novembro; o segundo em Florianópolis, entre 21 e 22 de julho de 2011; o terceiro em Brasília, entre 7 e 8 de novembro de 2012; o quarto em Belo Horizonte, entre 22 e 23 de novembro de 2013; o quinto, em Maceió, entre 24 e 26 de novembro de 2014; o sexto em Vitória, entre 15 e 16 de outubro de 2015; o sétimo, em Belém, entre 22 e 23 de novembro de 2016; o oitavo em São Paulo, entre 27 e 28 de julho de 2017; o nono em Recife, entre 20 e 21 de setembro de 2018; o décimo em Macapá, entre 31 de outubro e 1º de novembro de 2019. Apenas no quinto encontro registrou-se a participação de um representante do Ministério Público da Paraíba, assinando a Carta de Maceió na qual se reafirma compromissos com a memória.

Ilustração 14 – Memorial do Ministério Público do Estado da Paraíba.



Fonte: Site do Memorial do Ministério Público do Estado da Paraíba.

<http://www.mppb.mp.br/index.php/38-noticias/procuradoria-geral/22047-entregue-novo-predio-da-promotoria-de-justica-de-joao-pessoa>. Acesso em: 05 Ago. 2020

Entre os documentos que descrevem a função do Memorial do Ministério Público, há a delimitação de qual memória receberia o tratamento para a garantia de sua preservação.

Localizar, resgatar e preservar os marcos da sua História, no passado e no presente, é tarefa que está começando. Cabe a cada membro da Instituição mantê-la viva - *a Sociedade e a História agradecem*.

Visitar o Memorial do Ministério Público significa descobrir/ resgatar o passado, realizar um encontro com o presente e vislumbrar o futuro. Usar a memória, é aproveitar a capacidade de lembrar/esquecer do ser humano. O que se quer lembrar:

1. *O atos criadores do MP/PB – leis, decretos, resoluções – como momentos – chave de sua afirmação como ‘Instituição de serviço’.*
 2. *Os símbolos do Ministério Público – bandeira, brasão, sinete, lembrando os elementos que os compõem, como registro de sua História.*
 3. *Os caminhos e lutas do MP/PB, através de painéis registrando o roteiro das sedes, relacionando ações do seu passado, presente, os pioneiros e expressando a dinâmica atual da Instituição, em sua estrutura organizacional.*
 4. *As ações do Ministério, em painéis que registram os trabalhos das Promotorias e Curadorias e em expositores com processos e pareceres.*
 5. *A trajetória do Ministério, a partir das Histórias de Vida, entrevistas, galerias de fotos, objetos pessoais dos Procuradores-Gerais, sobressaindo a figura do Patrono José Américo de Almeida.*
 6. *A atuação das mulheres pioneiras, com galerias de fotos.*
- (MINISTÉRIO..., s/d, sic)

Apesar dessa estrutura atualizada que visualizamos na ilustração 14, sua criação é atribuída ao procurador Marcos Navarro na década de 1990 e “uma equipe de professoras aposentadas do NDIHR” participou da execução do primeiro projeto de memorial.

Oficialmente, o projeto era coordenado por Carmem Célia Montenegro Dias⁵⁸, com

⁵⁸ Analista ministerial que exerceu suas funções na Coordenação Administrativa das Promotorias e no Setor de Protocolo.

assessoria de Irene Rodrigues da Silva Fernandes; Laura Helena Baracuhy Amorim; Therezinha Gloriete Pimentel; Zeluiza da Silva Formiga; trabalharam com técnicos os servidores Ana Sybelle Braga Beltrão de Albuquerque; Sérgio Nicola Porto (servidores da DITEC); como bolsistas, estagiários e colaboradores foram contratados Diego Guedes Fernandes da Cunha, Ericka Seydu Maluenda Ferrer, Idabélia Vieira da C. Cabral, Júlia Dolores C. Carneiro da Cunha, Lindinalva Medeiros de Oliveira, Lucelena Muniz Fernandes, Lúcia de Fátima Lucena da Costa, Lúcia de Sales Silva, Maria Edileuza Gomes de Lucena, Marlene Marcolino Brandstteter, Nadja Souza Ribeiro, Nigéria Pereira de S. Gomes, Verônica de Fátima B. Farias, Roseane Oliveira de Freitas, Sérgio Galiza de A. Marinho e Pio Flamarion Coutinho Leite. A vulnerabilidade às mudanças administrativas, já citada anteriormente, foi uma marca da experiência vivida nas instituições arquivísticas aqui na Paraíba e que passamos a relatar. O MPPB teve seu memorial reinaugurado em 02 de fevereiro de 2020. Observando a ilustração 14, divulgada pela instituição, vemos que já ocorreu uma modernização do espaço museográfico. O memorial foi montado em um novo prédio, totalmente reformado, com um bloco específico para receber eventos culturais.

Tudo teve início no porão do Tribunal de Justiça da Paraíba. De acordo com Gloriete Pimentel, os documentos do Ministério Público eram guardados nos mesmos depósitos de documentos do Tribunal de Justiça, até a compra e reforma de uma casa antiga nas proximidades da Associação de Plantadores de Cana da Paraíba (ASPLAN), onde este memorial foi montado. Segundo Irene Fernandes:

“Então, nós fizemos o contrato, muito bom esse trabalho do Ministério Público. Era no momento em que o Ministério Público estava assumindo aquela dimensão de maior amplitude e representação de cidadania por conta da Constituição de 1988. O ministério estava assumindo muito isso, mas a gente disse logo para o Doutor Marcos. ‘Olhe, a gente faz’, mas já vai dizendo que ao mesmo tempo que se faz [o Memorial], se vai fazer a gestão documental, a organização do arquivo’. E nós começamos. Começamos trabalhando com o Memorial e como era a equipe de quatro Gloriete especialmente ficou muito ligado na questão de já ir olhando a documentação, até trabalhando na documentação que precisava para entender a história do Ministério para poder fazer o Memorial. Então o olhar de Gloriete já foi para pensar a gestão e ela chegou a fazer entrevistas. Começou o diagnóstico, um negócio muito bem feito, mas o que acontece? Chegamos até o fim do Memorial, ele foi inaugurado. Tudo bem, mas o ministério público na época estava com

uma política, uma divisão interna fortíssima e a inimiga política [risos] do Dr. Marcos⁵⁹ foi quem venceu e simplesmente...” (FERNANDES, 2019, p.24)

Mais detalhes sobre esse primeiro memorial nos foi dado por Gloriete Pimentel:

“Cada dependência da casa tinha um assunto sobre o Ministério Público, com a atuação dele e tinha vitrines. Eles gastaram. Eles fizeram questão de gastar para visualizar o Ministério Público. Foi lindo, foi o primeiro Memorial que a gente organizou. Eles fizeram vitrine, chamaram especialista mesmo, pessoas, assim, da área de decoração, de geografia, a gente levou Janete Lins para confeccionar um mapa. Ela fez um mapa dentro das técnicas, das normas técnicas de cartografia, ficou um painel lindíssimo, gigante. O mapa era quase uma parede toda, porque nesse mapa era onde se colocava a atuação dele, tinha a sede do Ministério e tinha as casas dos representantes.

Porque do Ministério, o que a gente produziu foi a atividade fim de lá. Tinham as plaquetes que eram as entrevistas com os antigos os primeiros promotores porque eles passavam a categoria de corregedor, mas a categoria mesmo é público. Na própria Constituição de 1988, promotor público, mas tem... como é? É como uma oração deles, muito bonita. É como um juramento. Tem um juramento que, inclusive, lá no memorial a gente fez ele bem grande, um painel de cima até embaixo, muito bonito (...) gente fez um painel com o que eles chamam... parece que eles chamavam oração do ministério.

(...) Nas vitrines, o que é que tinha? Tinha toga, a roupa do promotor das sessões, tinha as comendas, nas vitrines tinha assim, as moedas, as medalhas, as condecorações, essas coisas, e os trajes, o vestuário das sessões solenes, tudo exposto, só de modelo mesmo. Tinha umas vitrines horizontais, que eram mesas em formato de mesa, eles confeccionaram, mandaram confeccionar tudo. Tinha as entrevistas que foram feitas que ficavam nessas vitrines, elas foram impressas e colocadas, essas entrevistas com os mais antigos do Ministério Público, ainda [do tempo] da sua fundação.

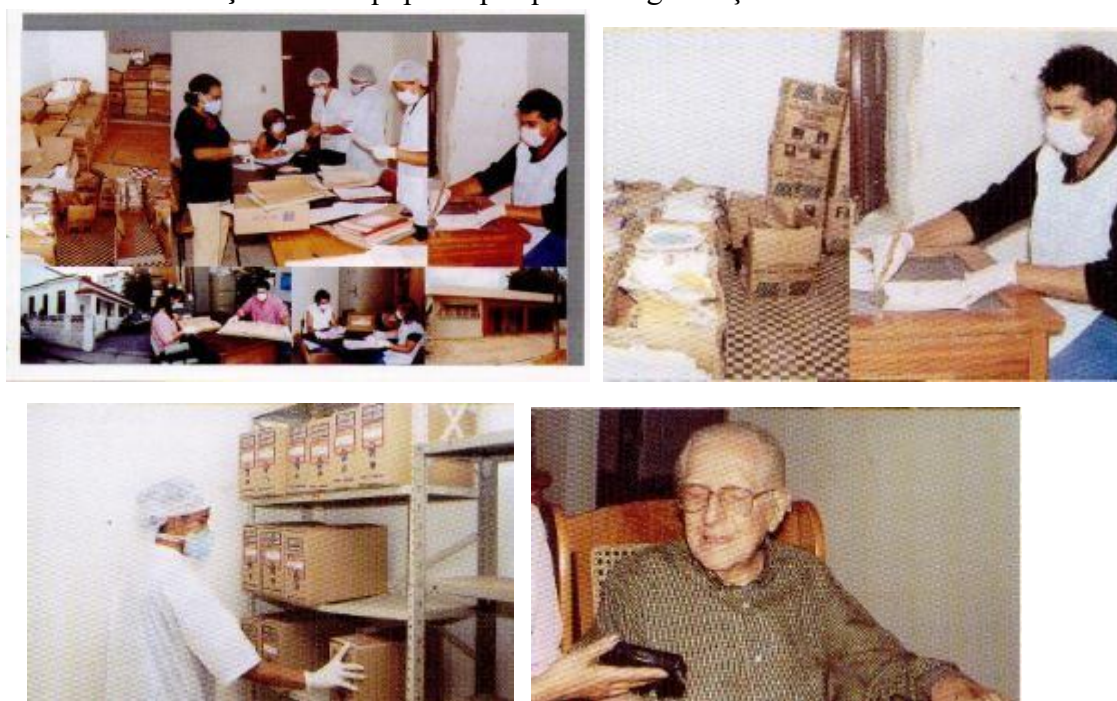
(...) eles gastaram um absurdo no memorial com as vitrines novas, com tudo novo, reformaram a casa, fizeram um palco no quintal da casa, fizeram um espaço para eventos, ficou espetacular, com palco, com tudo. Espaço para botar cadeira ao ar livre, esse espaço era ao ar livre, tinha sala de reunião, de trabalho, e tinha esse espaço que era no quintal da casa que fizeram um auditório, com um palco de apresentação e espaço para cadeira, para botar as cadeiras” (RODRIGUES, 2020b, p. 53-60).

⁵⁹ José Marcos Navarro Serrano, Procurador Geral da Justiça entre 2001-2003; Maria do Socorro Diniz, Procuradora Geral da Justiça entre 2003-2005.

Segundo Gloriete Pimentel, este primeiro memorial em determinado momento foi invadido e objetos foram roubados (medalhas) e seus equipamentos foram depredados, especialmente as vitrines que foram destruídas.

A equipe que executou o projeto de organização do primeiro Memorial foi representada nos documentos de divulgação oficiais do Ministério Público, como observamos em seus folders (Ilustração 15):

Ilustração 15 – Equipe de pesquisa e organização do Memorial do MPPB.



Fonte: Folders do MPPB (s/d).

À criação dos memoriais dos Ministérios Públicos seguiu-se a organização de Seminários nos quais a equipe do NDIHR esteve presente. Um deles aconteceu nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2003, com o título Encontro de Capacitação para Servidores, promovido pela Procuradoria Geral da Justiça, realizado no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). O local foi o próprio auditório do Memorial do Ministério Público do Estado da Paraíba, localizado no centro de João Pessoa, espaço recentemente criado e integrado ao espaço do memorial.

Os temas das reuniões eram voltados para a capacitação de servidores para o trabalho em grupos e atendimento ao público: dinâmica de grupo; relações interpessoais e autoestima, estratégias de trabalho em equipe e, encaixado no segundo dia de evento, duas mini palestras, ambas ministradas por Irene Rodrigues da Silva Fernandes com os títulos “A memória e o patrimônio histórico – conceitos e sentido de sua preservação” e “Memorial do Ministério Público – significa, importância e Princípios de organização”. Este evento não tinha a chancela oficial do NDIHR ou da UFPB, mas o segundo deles, sim.

O segundo evento foi o “Seminário: resgatando memória, construindo história: a criação de memoriais.” Ocorrido nos dias 09 a 11 de abril de 2003, no auditório João Bosco Carneiro, da Procuradoria Geral de Justiça da Paraíba. Foi um evento de maior visibilidade, tanto pelo local, quanto pela presença dos promotores e a participação da UFPB. Uma das palestras desse evento foi intitulada “O memorial como lugar de preservação da memória e construção/afirmação de identidades”, realizada pelo historiador com experiência em memória institucional Gunter Axt.

Ainda no primeiro dia do evento ocorreu uma mesa redonda reunindo duas historiadoras, Rosa Maria Godoy Silveira, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira; uma museóloga, Thereza de Barcellos Baumann; e uma bibliotecária, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, para discutir o tema “Arquivo, Centro de Documentação, Museu, Biblioteca, Memorial – conceituação e significado como lugares de memória”.

No dia seguinte, ocorreram dois encontros reservados para a equipe do memorial do Ministério Público da Paraíba e convidados, com participação de dois historiadores, Gunter Axt e Almir Félix de Oliveira, e um procurador da justiça e coordenador de memorial do Ministério Público de Santa Catarina, Ricardo Vaz Seelig. O primeiro, teve como tema “Definição dos termos em discussão: patrimônio histórico e memorial”, o segundo, “Bases de organização e estruturação de um memorial”. O último dia do evento foi reservado para reunião e elaboração de relatório dos simpósios, visita ao memorial paraibano e encerramento oficial.

Segundo Irene Fernandes:

“A gente fez um seminário muito interessante lá no Ministério Público, porque a gente sempre aproveitou esses momentos para fazer divulgação daquilo e, nesse entendimento, é uma questão de respeito, não só [respeito] à memória, mas a própria eficiência administrativa que precisa ser lembrada, né” (FERNANDES, 2019a, p. 25).

Na ilustração 16, vemos um dos folders do evento onde consta os objetivos do evento: discutir a base teórica sobre o tema memorial e lugares de memória; reunir profissionais de áreas afins da Ciência da Informação e ligada a preservação de memórias; compartilhar experiências sobre a instalação de memoriais.

Ilustração 16 – Folder de Seminário promovido pelo Memorial do MPPB

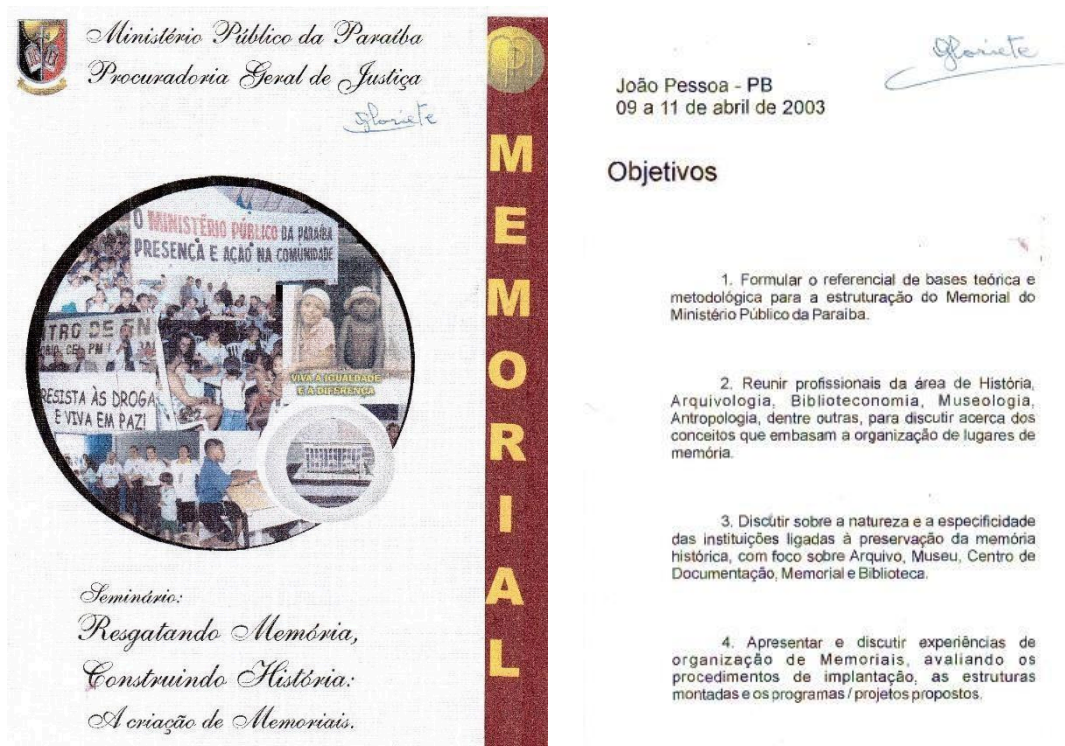


Imagem: Folder do Seminário Resgatando Memória, construindo história (2003) Fonte: Arquivo Pessoal de Gloriete Pimentel.

De acordo com Gloriete Pimentel:

“A Grosso modo, a gente separou que era documento intermediário e permanente porque a doutora Janete [Maria Ismael da Costa Macedo], na época, era vice-presidente e a gente sugeriu isso pelo menos a grosso modo. Ela queria que a gente organizasse o Memorial, nós fomos para lá para organizar o Memorial, para organizá-lo, fizemos entrevistas para conhecer a instituição, fizemos entrevistas com os primeiros, teve ainda uma entrevista com o primeiro promotor, ele já bem idoso mas lúcido, minha filha. A entrevista dele é enorme, muito bom mesmo. A partir daí a gente começou a pensar Memorial e para pensar no Memorial a gente foi mexer na documentação, nessa mexida na documentação a gente sugeriu que Doutora Janete e alguém da instituição conosco para a gente poder saber fazer uma separação do que era para descarte, o que era permanente e a gente conseguir fazer separação. Foi assim. Mas eles aproveitaram para separar muita coisa para descarte e foi muito grande. Porque eles mesmo foram tomando essa providência. Era uma casa de documento, tudo nas estantes,, mas nunca ninguém teve a ideia de organizar nada, trabalho nenhum de documentação. Nisso separamos e organizamos. Depois, a gente já estava, como se diz, entendendo a atuação do Ministério Público foi quando eu me apaixonei pelo Ministério Público. Adorei. Hoje eu só fã” (RODRIGUES,

2020b, p.53).

A finalização do projeto foi determinada, novamente, por mudança política e na administração do Tribunal. Irene Fernandes recordou:

“(...) No Ministério Público foi a mesma coisa [que aconteceu no Tribunal de Justiça], Gloriete fez um trabalho belíssimo! Porque como a gente estava organizando Memorial, a gente sempre exigia ‘A gente faz o Memorial, mas queremos a gestão’ [riso]. Então, Gloriete ficou mais na parte de gestão e eu, Laura e Zeluiza na parte do Memorial. Gloriete fez um trabalho lindo, já informatizado, tudinho. Aí houve um problema, a pessoa que estava de cuidando foi embora, levou tudo. Foi o tempo que mudou a administração e esse trabalho foi perdido. Um trabalho lindo que Gloriete fez. Eu acho que esse tipo de coisa chega um momento em que a gente cansa, num sabe” (FERNANDES, 2019a, p. 83).

5.10 O Tribunal de Justiça da Paraíba

Como em projeto anteriormente discutido, a coordenação foi assumida por uma servidora da instituição⁶⁰, tendo as profissionais do NDIHR participação como assessoras. Fundamentalmente, as ações desenvolvidas se resumiram a uma grande separação de documentos acondicionados de forma inadequada, aplicação de Tabela de Temporalidade, treinamento de servidores, pesquisa sobre a instituição e montagem de um memorial de pequenas dimensões. A primeira fase de execução do projeto de organização do arquivo do TJPB foi, de fato, uma grande separação da documentação acumulada e mistura do MPPB.

“Teve uma fase de trabalho de organização de documentos que a gente foi tirando porque tinha muita coisa lá do Tribunal de Justiça. A gente foi separando a documentação e foi levando para a ‘caféia’ do Tribunal de Justiça, que ficava perto porque, entrando naquela rua, parece que é Rodrigues de Aquino, na lateral do Tribunal de Justiça, você passa na frente do Ministério Público. A documentação do Ministério estava misturada, misturada não, estava no mesmo depósito de documentos do Tribunal de Justiça. A do Ministério estava no mesmo espaço, mas separada. Fizeram uma separação. Isso minha filha, a gente tirou do lixo, tudinho, eu chamo ‘do lixo’ porque era tudo nas prateleiras e a terra cobrindo, numa

⁶⁰ Infelizmente, nas memórias que tivemos contato esta servidora foi identificada apenas como Josefa.

casa fechada na Rodrigues de Aquino. O que era do Tribunal a gente tomou providências, separamos e fomos no Tribunal falar para arranjar um espaço, lá no Tribunal: “Aqui não tem lugar” [foi a resposta], mas tinha um lugar no subsolo que era cheio de carro. A gente viu aquele salão enorme, cheio de carro. Fomos lá, no Ministério, e o Ministério se articulou e conseguiu criar um espaço na garagem para botar a documentação que era do Tribunal, o que estava lá na sede do Ministério. Se colocou lá, tivemos esse trabalho de colocar a documentação em cima, em estante, tudinho, sem trabalhar nada, mas transportando como se diz, com dignidade. Da forma que estava, a gente manteve, a gente não ia trabalhar documentação de Tribunal de Justiça não, mas foi transportado tudinho para a cafua. Eu chamo “cafua do Tribunal de Justiça”, mas a gente desocupou porque a casa era uma casa alugada e tinha tanto documentação do Ministério quanto do Tribunal”(RODRIGUES, 2020b, p. 64-65).

O período de execução do projeto foi curto e, ao contrário dos outros órgãos do Poder Judiciário Estadual, recebeu apoio institucional limitado. Neste arquivo, novamente, a questão das indicações de conhecidos foi um elemento relevante que levou a equipe do Núcleo a ele.

“Com relação a arquivo, a gente era chamado assim, a gente fazia um trabalho e eles indicavam, diziam: ‘Olhe tem uma equipe que tá organizando’, o Tribunal de Justiça mesmo, eles informaram que a gente estava organizando o TRE, a documentação do TRE. O Tribunal de Justiça tomou conhecimento e, no TRE, quem informou foi um funcionário que conhecia ou era irmão de um funcionário da Assembleia e viu nosso trabalho na Assembleia, no arquivo da Assembleia. Era assim” (RODRIGUES, 2020a, p.28-29).

Além de tratar da grande confusão em relação a procedência dos documentos, a grande mistura de documentos de várias instituições, a equipe do NDIHR encontrou a documentação dispersa por várias casas do Centro da cidade de João Pessoa, por outro lado, o Tribunal já iniciara um processo de organização de seus arquivos.

“Muito do Tribunal foi assim: eles tinham em Cruz das Armas um depósito gigantíssimo e tinha naquela rua, Duque de Caxias, lá perto da Arquidiocese. A gente foi para lá separar a documentação porque eles tiraram de lá de Cruz das Armas e era impossível, impossível dizer como trabalhar. Eles conseguiram alugar uma casa, como era o nome daquela rua? Duque de Caxias? Que vai até a... É a Visconde de Pelotas. Ali, tinha uma casa antiga de

primeiro andar e a documentação mesmo estava embaixo e em cima. Então, o que que a gente fez? Quando foi feita a mudança de [Cruz das Armas para o Centro], os funcionários do Tribunal foram lá para dentro, os funcionários do Tribunal de Justiça. O arquivo foi transportado porque as pessoas que estavam lá sabiam o que era do Tribunal mesmo e agiam. A gente preparou, fez aquele tratamentozinho que era atividade-meio, atividade-fim e a gente foi fazendo essa grande separação e botando documentos embaixo e documentos em cima. Veio um horror de estante que a gente colocou lá e, para essas estantes, fez a transferência. A gente já foi fazendo uma separação, a grosso modo, com a ajuda dos funcionários, que eles sabiam da dinâmica. Josefa era a diretora do arquivo de lá. Josefa já sabia o que era atividade-fim e atividade-meio, a gente foi explicando. Arquivo administrativo só fica no administrativo, documento pessoal, as fichas funcionais, mas isso é permanente, mais de cem anos...” (RODRIGUES, 2020a, p.71-72).

O principal objetivo da equipe era a avaliação e aplicação da Tabela de Temporalidade elaborada pelo CONARQ, até então, não havia uma tabela específica para a documentação dos Tribunais de Justiça no Brasil.

“A gente ensinou a Tabela de Temporalidade [do CONARQ] e eles foram captando, como se diz, captando e já separando assim e a gente foi trabalhando com eles. Trabalhamos a tabela com eles, fazia reunião numa mesa grande, todo mundo com o modelinho da tabela. Era a tabela do CONARQ porque a gente não tinha a tabela do Tribunal porque era atividade-meio, o CONARQ só trabalhava atividade-meio e as atividades-fim a gente fazia a tabela. Então, trabalhamos atividade-meio porque a documentação era da atividade-meio. E fomos descobrindo que alguma coisa era também fim, como a documentação de pessoal. Foi um trabalho de louco, quase que ninguém terminava (riso) porque o volume era muito grande, mas também havia a cafua, o que foi para descarte. Foi o prédio quase todo para o descarte. Tudo feito com a tabela do CONARQ, a gente tirou xerox da tabela, cada um já pegava um pacote e os funcionários já iam separando, todos os funcionários do arquivo ficaram trabalhando nessa grande separação para fazer o descarte de lá. Esse foi o nosso trabalho, não teve tabela [específica] não, não teve não, teve assim, grande descarte de documento porque era muita coisa. A gente separou ainda o que era atividade-fim, que estava lá misturado, e atividade-meio que foi organizado e saiu tudo o que era para descarte e já descartaram. Então, o espaço lá ficou grande, arejado que era no primeiro andar. Os funcionários preferiram ficar lá porque o tribunal queria mudar para um outro lugar e eles

pediram para não ir, acharam que era melhor ali porque era arejado, cabia mesa grande, tinha não sei quantas mesas grandes também, que eles trabalhavam com folga com a documentação. A gente trabalhou muito, nem me lembrava que a gente trabalhou naquela cafúia do Tribunal, mas tiramos a cafúia toda, era no porão na rua que passa na lateral do prédio, você vai ver, a janela era bem grande chega até, imagina, quase no chão.” (RODRIGUES, 2020b, p. 71-72).

Recentemente, a Justiça paraibana instituiu o seu Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado da Paraíba (PGD), que faz parte do PRONAME. O TJ conta ainda com um Comitê Permanente de Preservação e Gestão Ambiental (COMPPGED), Comissões Permanentes de Avaliação e Eliminação de Documentos Judiciais e Administrativos (CPADs) e unidades de Arquivos Judiciais e Administrativos.

A partir do momento em que os trabalhos nos órgãos do Poder Judiciário foram acontecendo, esse pequeno núcleo do NDIHR passou a participar com maior frequência dos eventos científicos da área de Arquivologia e a visitar instituições arquivísticas ou outras instituições do Poder Judiciário de outras regiões do país. O período em que estiveram ligadas a estas instituições da Paraíba foi, também, de aprendizagem sobre como organizar seus documentos para os sistemas da Justiça brasileira.

Segundo Irene Fernandes:

“Eu li muito sobre a questão do Ministério Público, algumas teses, para a gente entender a instituição. O trabalho maior que a gente teve, pelo menos do ponto de vista de fazer projeto, de começar a desenvolver o projeto. Era que a gente parava e só começava a trabalhar mesmo quando a gente fazia [esses estudos]. O entendimento, até para fazer o diagnóstico, a gente precisava disso, de entender a instituição. Então eu fui ao Tribunal de Justiça de São Paulo para ver isso, quando a gente ainda estava trabalhando no TJ. Agora, eram visitas, assim que a gente sentia que as informações, muitas vezes, os processos estavam caminhando com a gente, porque os arquivos e os processos de gestão não estavam ainda findos, ainda estavam trabalhando, não sabe/ Então, era mais trocar opinião” (FERNANDES, 2019a, p.30).

A criação de um memorial para esta instituição foi um objetivo que surgiu de forma secundária.

“No Tribunal de Justiça a gente também organizou um Memorial que foi uma coisa mais simples, porque o do Ministério Público ele foi organizado com capricho. Lá no Tribunal de Justiça, eu sei que a gente foi trabalhar no Tribunal, aliás, eu acho que aconteceu uma parada porque mudou de Presidente, quando a gente voltou já era o Doutor Marcos Cavalcanti que conhecia a gente do TRE. Ele chamou para a gente ir trabalhar lá, para organizar o Memorial do Tribunal de Justiça” (RODRIGUES, 2020a, p.70).

Parte dessa documentação fazia parte da história do Poder Judiciário da Paraíba e registrava casos de grande repercussão na sociedade paraibana, sendo assim, realizou-se uma seleção de processos históricos guardados nos arquivos do TJPB que foram pela primeira vez descritos e publicados. O Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque foi o coordenador dessa publicação que teve autoria das quatro professoras/pesquisadoras do NDIHR e servidores do TJ.

Em 2012, foi publicado o primeiro volume com a seleção desses processos intitulado *Processos e julgados históricos da Paraíba*. Em 2016, foi publicado o segundo volume sobre o tema Violência contra a mulher, ambas as publicações foram o resultado das pesquisas nos arquivos da instituição que promoveram a visibilidade de parte de sua documentação.

6 ORGANIZAÇÃO DOS ARQUIVOS DA UFPB

6.1 O Arquivo do NDIHR

A documentação recolhida ou produzida pelo Núcleo deveria constituir o seu Setor de Acervo⁶¹. Como Núcleo de Documentação, o NDIHR tinha neste setor uma de seus alicerces. A professora Joana Neves foi a sua primeira coordenadora e uma das responsáveis por sua estruturação e pela definição de diretrizes. Segundo ela:

Nas discussões, até agora realizadas, tendo por objetivo equacionar os elementos da projetada estruturação, tem ficado evidente que o setor de acervo se constitui em uma das bases desta estrutura.

Num sentido amplo o setor de acervo se confunde com o próprio Núcleo, ou seja: na sua configuração final o Núcleo deverá se constituir em um grande acervo para a realização de pesquisas sobre a história do Nordeste (NEVES, SUBSÍDIO, p.1, destaques na autora).

⁶¹ O nome acervo era atribuído ao local onde se reuniam documentos de biblioteca e de arquivo.

O Setor de Acervo deveria ser integrado ao setor de pesquisa. A vinculação desse setor com as atividades científicas se dava neste contexto de vínculo com as pesquisas históricas, os conceitos orientadores das pesquisas deveriam também servir como orientação na constituição do acervo, ou seja, é neste momento que se vincula a organização de arquivos a práticas científicas, mas sem referência a qualquer prática de uma ciência dos arquivos, mas em relação com a ciência histórica. Como observou Morais, “ainda demorou um pouco para que os conceitos e os princípios próprios da Arquivologia intervissem, dando espaço para novos temas e projetos, como os referentes à gestão documental” (MORAIS, 2012, p. 71).

A formação de um acervo, no nível em que está a ciência histórica atualmente constitui-se em uma tarefa altamente interpretativa e crítica, na qual a seleção e organização do material representa uma postura científica face ao processo histórico gerada, ao mesmo tempo, das indagações que demandam a pesquisa e das fontes que a possibilitam. (NEVES, p. 1, destaques da autora)

Em suas memórias, Laudereida Morais lembrou que a palavra acervo servia para reunir múltiplas documentações:

“Não é chamado de arquivo, nem de biblioteca e sim de acervo. E quem trabalha com isso é Joana. Então se você pegar minha dissertação lá você vai ter um documento elaborado por Joana Neves onde ela diz como é organizado a documentação do NDIHR que antes de separar era a palavra acervo e tudo era junto. Tanto os livros quanto a documentação do NDIHR. Era num espaço só. Quem tomava conta era Mércia [Eliane Cardoso] e Felicidade [Lúcio Ribeiro]” (MORAIS, 2018, p.1)

No momento em que Joana Neves propõe regras para a organização deste setor, apesar das críticas que a mesma faz, é uma proposta de instrumentalização que se reafirma. A organização do arquivo e as concepções adotadas, que tiveram como ponto de partida a percepção de documentos para o historiador, foi um ponto que mereceu as críticas dos arquivistas, crítica que veremos adiante.

O arquivo do NDIHR em sua origem deveria receber os documentos produzidos, pesquisados pelos pesquisadores do Núcleo e fontes documentais (documentação primária) encontrados, acumulados, comprados, doados, reproduzidos, acondicionados e disponibilizados para novos pesquisadores que iam até o Núcleo, desenvolvendo, assim, seu papel de centro de documentação.

De acordo com Morais (2012), três princípios fundamentaram o setor: a união indissociável entre a formação do acervo e a pesquisa e para a pesquisa se levava em

consideração o conceito de História, de estudos regionais e a problematização das realidades nordestinas; o segundo princípio foi a rejeição da coleta aleatória de papéis, a escolha pelas fontes deveria ser orientada para as respostas para os problemas históricos do presente; o terceiro, faz referência a conceitos utilizados pelos historiadores, como registro, documento, acervo e memória. A partir desses elementos, os primeiros arquivos selecionados para pesquisa e organização foram arquivos permanentes.

Em 1983, discutiu-se a reestruturação das políticas de pesquisa e documentação diante de expectativas não alcançadas. A organização do setor foi problematizada e proposta ações diretas para sua reestruturação.

Após as discussões sobre a política de pesquisa e documentação chegou-se à conclusão que independentemente do tipo de relações ou vinculações que se estabelecem entre a pesquisa e a documentação, o NDIHR deveria estruturar de forma sistemática o seu próprio acervo ou, ao contrário, a subordinação aos projetos de pesquisa poderia gerar dispersão e desorganização do material documental.

Assim sendo, foi constituída uma equipe, integrada pelos pesquisadores envolvidos nos projetos específicos de documentação, que chamou para si a tarefa de estruturar o setor de Acervo e Arquivo Documental do NDIHR. A equipe iniciou seus trabalhos em junho e pretende concluí-lo até o final do presente ano (NEVES, 1983, p. 3, destaque nosso).

Fizeram parte desta equipe de estruturação do arquivo do NDIHR: Joana Neves, Maria do Céu Medeiros, Maria Cândida Rodrigues Gonçalves, Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues e Felicidade Lúcia Ribeiro (todas historiadoras). Como apoio, participaram três bibliotecárias, Mércia Eliane Cardoso de Figueiredo e duas estagiárias (Iara e Rosane).

Este arquivo era composto por um acervo bibliográfico que necessitava de tratamento biblioteconômico (preparação de fichas catalográficos, de bolsos para os livros, organização de fichários para consulta, produção de catálogo) e documentais, que reuniam pastas com documentos, microfilmes, fotografias, mapas e um acervo com fichas de pesquisa com dados sobre fontes de informação e instituições de pesquisa que possuíam arquivos de interesse para a pesquisa, além de, informações sobre eventos científicos e impressos e informações sobre os projetos do próprio núcleo.

“[os pesquisadores] vão criando um tipo de documentação, mas, mesmo criando esse tipo de documentação, que é de arquivo, durante os projetos deles, todo ele é guardado, acondicionado no acervo do NDIHR.

O acervo não tinha nome, só tinha o local que era ali onde era a biblioteca [espaço onde

hoje funciona a biblioteca do NDIHR]. Tudo era com Mércia.

Tudo aqui, sempre foi esse espaço, só que aquela sala da biblioteca [hoje] era acervo, não tinha um nome de biblioteca e arquivo não, era Acervo. Porque acervo abrange os dois, então, o nome era acervo.

Quando Neiliane [Maia] chegou aqui, eu acho que por volta... eu não sei em que tempo começou a separação de arquivo e biblioteca, eu não tenho ideia quando foi porque eu não estava por aqui, nem nunca vi menção de ninguém falar, “Não, a gente dividiu”. O que eu sei é que quando Neiliane chegou aqui, que foi organizar aquela biblioteca, toda a documentação que ela ia achando lá, ela ia entregando a Gloriete para colocar no arquivo porque não era documentação de biblioteca, era de arquivo. Então, isso foi acontecendo, eu acho que eu ajudei nessa transição que foi num período que eu cheguei aqui, sei lá, acho que 1996. Só que, o arquivo já existia e já tinha uma série de documentação.” (MORAIS, 2018, p. 1-2).

A organização de seu acervo nunca chegou a uma conclusão. Parte das atividades de organização foi realizado por bolsistas de iniciação científica ou de extensão pois foi *loci* para o desenvolvimento de projetos de extensão que abordavam partes específicas do arquivo, especialmente, arquivos privados pessoais sob a guarda do NDIHR ou pequenos conjuntos de documentos, permitindo a organização apenas dessas partes, não sendo definido procedimentos unificados para o arquivo geral⁶².

Além de ser o local de recepção dos documentos produzidos pelas pesquisas, de referenciação e guarda de fontes de informação para pesquisadores foi, também, utilizado como laboratório de práticas de técnicas arquivísticas. Mesmo não sendo pensado, inicialmente, como arquivo para práticas didáticas/pedagógicas, serviu para atividades práticas para alunos dos cursos de especialização e de graduação.

6.2 Sistema de Arquivos e Informação da UFPB – SARIN

Em 19 de fevereiro de 1993, a Pró-Reitoria de Administração da UFPB, criou a Comissão de Avaliação e Descarte de Processos e Papeis, seu objetivo era realizar estudos e elaboração de uma proposta de organização dos arquivos da Reitoria. Segundo Amorim

⁶² Como o projeto de extensão desenvolvido sob a coordenação da arquivista Ana Andréa Vieira Castro de Amorim, que organizou o arquivo privado pessoal do Maestro Alberto Kaplan; o conjunto de documentos Pedro Santos, organizado por sua viúva e o acervo de José Simeão Leão, doado ao Estado da Paraíba também por sua viúva.

(2011; 2019), ainda na década de 1970, uma primeira comissão, chamada Comissão Permanente de Avaliação e Incineração foi formada na UFPB para discutir a gestão de documentos, dela participaram “Joana Neves (Presidente e historiadora), Maria Yêda Falcão Soares de Figueiredo, Maria da Paz Valentim da Silva, Terezinha de Lourdes Lima Botelho (Contabilista), Ercília Sobreira de Carvalho e José Marco Cunha” (AMORIM, 2019). Segundo a pesquisadora, esta comissão foi criada para a avaliação da documentação do Arquivo Geral da UFPB, mas teve vida curta e nenhum resultado efetivo.

Os motivos para a criação de uma nova comissão no ano de 1993 foi o estado de acumulação da documentação que provocava o “estrangulamento” dos processos de gestão e dificultava o acesso e a realização das atividades administrativas da instituição, ou seja, um problema imediato que precisava ser resolvido. Nesse contexto, havia o reconhecimento do caráter comprobatório de alguma documentação e da inexistência de uma política interna de arquivos.

Desta comissão participaram ainda a professora do DBD, professora Dulce Amélia de Brito Neves (presidente da comissão), que já ocupou o cargo de vice coordenadora do Núcleo entre 1996 e 1998; a professora Laura Helena Baracuh Amorim, então professora do Departamento de História, que ocupara o cargo de coordenadora do Núcleo entre 1992 e 1994; e Neiliane Maia, também ex-coordenadora do Núcleo e responsável pela Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores (SODS) e coordenadora do Núcleo em três momentos, de 1982 a 1983; 1991 a 1992; e 2000 a 2001 (MORAIS, 2012).

De acordo com a professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira,

“Então, na década de 1990 foi o começo da preocupação com a avaliação dos documentos da universidade, surgiu um decreto em 1996 que todas as instituições federais tinham que criar a sua Comissão Permanente de Avaliação. Então, a partir da década de 1990 se retoma essa preocupação com os arquivos da universidade. (...)

Mas desde a década de 70, final da década de 70, também se pensou um pouco isso, mas sem essa pressão, vamos dizer de fora pra dentro, de que todos os órgãos federais tinham que avaliar. [Na década de 1990] foi quando se criou efetivamente uma comissão de avaliação ainda na reitoria de Neroaldo [Pontes de Azevedo], do professor Neroaldo. Criou-se uma comissão de avaliação e essa comissão de avaliação tinha a frente a professora Laura Helena Baracuh [Amorim], Dulce Amélia [de Brito Neves], eu não lembro a terceira pessoa...

Neiliane [Maia]! Neiliane! Dulce Amélia, Laura e Neiliane. E essa comissão, ao se

preocupar com a avaliação, na verdade, terminou vendo que para funcionar qualquer sistema de arquivos era preciso criar primeiro o sistema de arquivos, então, essa comissão terminou apresentando uma proposta de criação de um sistema de arquivos para a universidade e nem houve a sugestão da avaliação, tá certo, teve outro produto e essa comissão acabou sendo extinta.” (FERREIRA, 2004, p.3).

Os trabalhos da comissão englobaram desde o estudo de legislação interna, elaboração de organograma e avaliação dos documentos da instituição como o intercâmbio com instituições de referência nacional e outras universidades. No relatório da comissão foi citado a experiência na criação do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal do Pará (UFPA), sendo o SARIN uma adaptação à realidade local. Há de se recordar que o Brasil havia aprovado a chamada *Lei dos Arquivos* três anos antes, a lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, mas ainda não citada neste projeto.

Estruturalmente, o SARIN se situaria na Pró-Reitoria de Administração,

O SARIN executará o papel de núcleo articulador desse processo, uma vez que caberá a Comissão Central de Avaliação a elaboração de mecanismos norteadores das responsabilidades pertinentes aos arquivos Geral e Setoriais, de forma a garantir a reprodução de procedimentos rotineiros e uniformes, no interior de toda a administração universitária. (SISTEMA, 1994... p.9)

O sistema possuiria uma coordenação e seria o local onde funcionaria uma Comissão Central de Avaliação. Formaria um sistema de arquivos setoriais ou rede de arquivos setoriais, a terminologia adotada no projeto faz referência a um modelo de administração sistêmica voltada para a integração das ações isoladas e desarticuladas entre os campus, entre os setores de protocolo e de arquivo. A proposta defendia a institucionalização do ciclo vital dos documentos e criação dos setores de arquivo corrente, intermediário e permanente na estrutura organizacional da UFPB, questão que se apresentava como um obstáculo à efetivação do projeto.

O sistema seria constituído pelos arquivos dos centros, Pró-reitorias, órgãos suplementares, protocolo, expedição de documentos e todas as outras unidades da UFPB. Haveria um arquivo intermediário, que receberia a documentação vinda desses arquivos setoriais, este arquivo intermediário estaria ligado ao Arquivo Central da UFPB, que também seria o responsável pela administração do arquivo permanente da Instituição. A dimensão desse sistema pode ser imaginada pelo tamanho da instituição naquele momento, a UFPB era

formada por sete campus universitários, estendendo-se do litoral (João Pessoa, campus I) ao sertão paraibano (Patos, campus VII). (FERREIRA; FERNANDES, 2006).

Também se planejou a organização de documentação, definição de políticas para organização e funcionamento dos arquivos e capacitação de servidores. Para a capacitação se planejou o esclarecimento do funcionamento do SARIN, a realização de diagnóstico da UFPB, oferta de conteúdo sobre introdução a gestão de documentos, o diagnóstico da instituição e elaboração de planos de destinação. Como podemos ver, um trabalho enorme a ser realizado em um momento de restrição do financiamento e dos gastos do governo federal com as universidades.

Apenas no ano de 1998 os trabalhos da Comissão Permanente de Avaliação da UFPB atingiu resultado significativo para a gestão de documentos da instituição.

“Então, essa última comissão foi que realmente atingiu seu objetivo (puxando a sardinha para mim! Risos), foi a que começou e terminou (risos) e conseguiu efetivamente cumprir sua missão que é elaborar a Tabela de Temporalidade, pôr em prática e aplicar essa tabela de temporalidade. Então, essa comissão que foi criada em 1991, efetivamente, produziu, elaborou a Tabela de Temporalidade. Teve todo um processo de elaboração demorado porque nós criamos, discutimos e mandávamos para o Arquivo Nacional, que criticava, reformulava. Nós passamos dois anos para elaborar essa tabela porque nós não temos autonomia como um órgão federal, nós somos subordinados ao Arquivo Nacional. Passamos dois anos na construção, na elaboração dessa tabela e finalmente a tabela foi aprovada tanto pelo Arquivo Nacional quanto pelo nosso Conselho Superior, e aí o passo seguinte foi justamente a aplicação dessa tabela e por isso que anualmente essa comissão, juntamente com o Arquivo Geral, realiza seminários, todo ano a gente faz um seminário, justamente para sensibilizar a comunidade universitária, os que trabalham na administração para efetivamente aplicarem essa tabela.” (FERREIRA, 2004, p. 4).

Nesse contexto de criação da Comissão Permanente de Avaliação Documental, a professora Lúcia Guerra se encontrava no cargo de Pró-Reitora de Assuntos Comunitários, apoio institucional importante para a definição de políticas de gestão documental da UFPB. E durante esse período, o NDIHR esteve presente nas reuniões e decisões dessa comissão através da presença de arquivistas lotados no setor e técnicos que receberam treinamentos ofertados pelo Núcleo em meados da década de 1990, nos cursos de Especialização em

Organização de Arquivos Públicos e Privados (CEOARQ).

A arquivista Ana Andreia Amorim, rememorou o período de funcionamento da CPAD que resultou na elaboração da primeira versão da TTD da UFPB.

“Então, assim, sempre teve esse olhar para a memória, esse olhar mais patrimonialista e aí, em um dado momento, percebe-se o que? A gente tem que olhar para os arquivos da própria universidade e se tinha o que? Uma grande massa documental acumulada, não se tinha arquivo organizado em canto nenhum na universidade. Então, a partir do primeiro curso de especialização, se criou um grupo para se elaborar a Tabela de Temporalidade de Documentos, que foi de 1998 a 2001, certo? Então, se elaborou esse instrumento para aplicar nos arquivos correntes, para se fazer gestão? No primeiro momento não, por quê? Porque não se tinham uma política na Universidade, não tinha gente suficiente. Então, com a aprovação da tabela se formou uma comissão para elaboração da TTD, certo? Pronto. Com a aprovação de 2001, só mudou o nome né, aí ficou a CPAD mesmo. E qual foi a decisão? Foi aplicar a tabela no Arquivo Geral e, também, nos arquivos dos centros e das Pró-reitorias onde se tivesse um apoio. Qual seria o apoio? Que o diretor do centro ou o pró-reitor pagasse bolsistas para ajudar na aplicação da tabela e, obviamente, na organização daquela massa documental. Então, a gente passou anos fazendo isso, anos!” (AMORIM, 2019, p. 21).

No ano de 2018, o Sistema de Arquivos da UFPB foi oficialmente criado pelo Conselho Universitário da instituição (Resolução Consuni nº 43/2018), já era de amplo conhecimento a lei nº 8.159, a lei de informatização do processo judicial (nº 11.419/2006), a lei de acesso à informação (nº 12.527/2011), leis que regulavam os documentos em meios eletrônicos (lei nº 12.682/2012 e decreto nº 8.539/2015) e sobre a Governança Digital ou “e-gov” (decreto nº 8.638/2016). Hoje, o Arquivo Geral é denominado Arquivo Central e está vinculado diretamente ao gabinete da reitora.

6.3 Arquivo de Pessoal da Superintendência de Recursos Humanos – SRH/UFPB⁶³

⁶³ Em 1994, foi proposta a organização do arquivo de outra superintendência do Estado da Paraíba, a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento (SUPLAN). Esse projeto está caracterizado no site como “em tramitação”, foi um projeto proposto pelo Núcleo, no ano de 1994, que teria como membros da equipe Zeluiza da Silva Formiga, Tânia Maria da Silva e Anna Christina Farias de Carvalho. Não encontramos documentos que nos trouxessem mais informação sobre ele.

Projeto proposto no ano de 1998, tinha como objetivos realizar uma organização da documentação, elaborar políticas de acesso e uso e treinamento de servidores. Fazia parte da equipe do NDIHR que participou desse projeto: Irene Rodrigues da Silva Fernandes, Laura Helena Baracuhny Amorim, Zeluiza da Silva Formiga, Gloriete Pimentel Rodrigues e Neiliane Maia. No site do NDIHR, esse projeto está com o status “em tramitação”, nos arquivos do Núcleo encontramos apenas o projeto.

Na documentação consultada, consta que foi criada uma comissão de Avaliação e Descarte de Processos e Papéis através de portaria da Pró-Reitoria de Administração (nº 10/93, de 19 de fevereiro de 1993), como citada anteriormente. Entre seus atributos foram listados estudar os tipos documentais da UFPB e de seus setores administrativos, fazer o levantamento quantitativo desses documentos e os períodos temporais de produção para definição dos procedimentos de descarte ou guarda, estudar a legislação e da estrutura da UFPB através de seus documentos para elaboração de um organograma para atualizá-lo. (PROJETO DE ORGANIZAÇÃO..., 1998).

Consta no projeto, que se buscou informações através do contato por correspondência com instituições nacionais com o objetivo de conhecer as experiências dessas instituições: universidades, Arquivo Nacional, Ministério da Educação e Desporto, Conselho Federal de Educação, Gabinete da Presidência da República. Destas instituições, três responderam a solicitação de informações da UFPB: a Universidade de Campinas, a Universidade Federal do Pará, e o Arquivo Nacional.

A proposta de organização do setor de Recursos Humanos da UFPB se insere no contexto de criação do Sistema de Arquivos da instituição que havia sido apresentado a Reitoria, mas que não se viabilizou, sua implantação sendo concretizada na década de 2010. Diante da impossibilidade momentânea de implantação de um arquivo central, a universidade investiu em organização de arquivos setoriais e projetos isolados, o arquivo do CCHLA foi um local que recebeu investimentos e tornou-se referência para a universidade.

O Núcleo foi procurado formalmente pelo SRH que solicitou “ajuda para possibilitar àquele setor uma organização nos seus papéis de forma arquivisticamente correta” (PROJETO..., 1998, p.3), diante da massa documental acumulada e seu valor comprobatório. O Núcleo era uma instituição de referência arquivística fora da UFPB naquele momento.

Através do diagnóstico, mais uma vez, se observou que os arquivos da SRH estavam em situação de Massa Documental Acumulada (MDA) e o que se propôs, para um período de 24 meses, foi: elaboração de princípios, normas, diretrizes para a organização e funcionamento do arquivo do setor; treinamento dos funcionários da SRH; estudo da

legislação sobre gestão de pessoas; entrevistas com os servidores do setor; seleção da documentação; higienização da documentação; classificação e ordenação; acondicionamento; criação de uma notação; estudo para produção de uma pré-tabela de temporalidade; construção de um quadro de arranjo documental; elaboração de instrumentos de pesquisa; informatização; produção de relatórios.

Assim como o arquivo do SARIN, a história deste projeto necessita de maior aprofundamento.

6.4 Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA/UFPB

O Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes foi objeto de dois projetos de organização de seu arquivo. O primeiro foi elaborado no ano de 1987 e teve a professora Rosa Godoy como coordenadora. Com o título **Projeto de Recuperação e Organização do Acervo Documental do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA-UFPb) - PROAD/CCHLA**, foi considerado projeto piloto na organização dos arquivos setoriais da UFPB. Em um documento que acompanha o projeto para organização do acervo do CCHLA, a professora Rosa Godoy expôs os planos para ampliação e criação de um arquivo central na instituição apoiado pelo NDIHR:

A organização do acervo do CCHLA corresponde a um anseio do NDIHR, de se tornar responsável pela organização dos acervos setoriais da UFPb, viabilizando a criação de um acervo geral. Trata-se de um Projeto-piloto, com o objetivo de atender a essa expectativa e integra-se nas atividades que exerço, enquanto Assessora de Pesquisa do CCHLA (CHDP-ME, 1987, s/p, sic)

Este projeto teve caráter eminentemente historiográfico, voltado para a intervenção e preservação da documentação guardada no CCHLA, motivado inicialmente pelo Movimento Estudantil. Foi um projeto sugerido por iniciativa de estudantes ligados ao Centro de História, Pesquisa e Documentação do Movimento Estudantil (CHPD-ME)⁶⁴, estudantes dos cursos de História, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Comunicação Social, entre outros (PROJETO

⁶⁴ O CHPD-ME foi criado no ano de 1986 para preservar as memórias do Movimento Estudantil, estudar esse movimento, compreender sua importância política e social e elaborar publicações. No mesmo ano, foi proposto o **Projeto Memória do Movimento Estudantil da UFPB (PROMMEU)**, as referências e inspiração para esse projeto foi o Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp e o Projeto Memória do Movimento Estudantil da UnB (SINDOCAH/PROMEMEUE). Para este como para outros projetos, era necessário a organização dos arquivos da UFPB que, segundo os documentos do período os descreviam como dispersos e desorganizados. Fizeram parte do projeto de criação desse centro e dos projetos subsequentes os estudantes participantes da gestão “Pra sair dessa maré” – DCE/UFPB, em grande parte estudantes de História da instituição: Ângelo Emílio da Silva Pessoa, Dinarte Varela Bezerra, Hélio Ferreira Serrano e Leomarcos Alcântara Formiga, Alessandra F, Nóbrega, Antonio José de Souza, Cléris Renata Gomes Gólzio, Cleto José Villar Maia, Maria de Fátima Farias Domingues, Paulo Cabral de Aquino Filho, Rachel Montenegro de Aquino, Raquel de Lourdes Miranda e Silva, Regina Maria Rodrigues Behar e Rosângela Cavalcanti Nuto (CHPD-Projeto de Implantação, 1986).

DE RECUPERAÇÃO..., 1987), que receberam apoio institucional da Direção do CCHLA e do NDIHR, inclusive, na própria redação do projeto, no envio ao CNPq de proposta de concessão de bolsas para estudantes que executariam esse projeto e para compra de materiais e equipamentos, tendo a professora Rosa Godoy como titular, e na orientação técnica. Para o NDIHR, seria um ponto inicial para a criação de um acervo geral na UFPB, a formação de recursos humanos na área de documentação e arquivística e o trabalho com a memória da UFPB.

Esse projeto deveria ser um projeto piloto para a organização dos arquivos da própria Universidade, permitiria o treinamento de estudantes nas técnicas de conservação e organização de documentos, proporcionando experiências na área de documentação para estudantes; permitiria que pesquisas ocorressem a partir da organização deste arquivo; incentivaria a produção de artigos e participação de eventos científicos.

De acordo com Rosa Godoy, este projeto consistia:

Trata-se de um projeto de organização de acervos semelhante a outros que o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR/UFPB, já desenvolveu ou vem desenvolvendo e no qual já trabalho há mais de 10 anos, inicialmente como coordenadora do referido órgão e atualmente como supervisora de todos projetos do Programa de Documentação (CHPD-Projeto de Implantação, 1986, p.17).

Por fim, percebe-se na descrição das atividades a serem desenvolvidas a influência das técnicas da Biblioteconomia (classificação e indexação dos documentos), assim como, no projeto de implantação do CHPD-ME este seria laboratório de estágio tanto para os cursos de História quanto de Biblioteconomia.

O arquivo do CCHLA não foi o único de interesse para o CHPD-ME, os documentos das gestões anteriores do DCE, de Centros acadêmicos (Engenharia Mecânica) e da PRAC (período de 1976-1984) eram de interesse para a história dos movimentos estudantis na Paraíba.

Resumidamente, o **Projeto de Recuperação e Organização do Acervo Documental do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes** reuniu Ângelo Emílio da Silva Pessoa, Elisa Pereira Gonsalves, Regina Maria Rodrigues Behar (autores do projeto); Rosa Maria Godoy Silveira (coordenadora); Regina Maria Rodrigues Behar, Cleto José Villar Maia (supervisores); Felicidade Lúcio Ribeiro, Terezinha Gloriete Pimentel Rodrigues, Zeluiza da Silva Formiga (equipe técnica); Antonio Jose de Souza, Alessandra Fernandes Nóbrega (IC), Darcy Wanderley Guedes, Fernando Jose de Moraes Câmara, Raquel de Lourdes Miranda e Silva, Rachel Montenegro de Aquino (IC), Rosângela Cavalcanti Nuto (IC), Ângelo Emílio da

Silva Pessoa (IC), Cléris Renata Gólzio (IC), Maria de Fátima Domingues (IC), Paulo Cabral de Aquino Filho (IC) (bolsistas)⁶⁵.

O segundo projeto, intitulado **O Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes: das origens à democratização (1960/1984)**, elaborado no ano de 1996, sob a coordenação do professor do Departamento de História Ruston Lemos de Barros, teve como objetivos: escrever uma história do CCHLA e dar subsídios para a organização do acervo. Participaram como membros da equipe técnica Monique Cittadino, Maria Ângela Sitônio Wanderley, Maria Yara Campos Mattos, Giacomina M. de Moraes e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira; como estagiários Maria Vitória Barbosa Lima, Francisco Chaves Bezerra e Mireli Rocha Lopes. Este projeto teve como apoio financeiro o CNPq/CAPES. Como resultados ficou registrado na documentação preservada no NDIHR: Organização do arquivo; produção de artigos científicos pelos bolsistas; apresentações em eventos científicos; produção de mecanismos de busca.

Este projeto não estava vinculado ao Programa de Documentação e Memória Regional, mas à linha temática Estrutura de Poder. Novamente, o objetivo primeiro era a pesquisa historiográfica. Entretanto, apesar dessas características, chama a atenção a terminologia arquivística que consta em seu projeto. Apesar do uso repetido do termo “arquivo morto” (entre aspas) se pretendia:

(...) uma etapa paralela ao desenvolvimento da pesquisa deverá ocorrer: a organização (sic) de seu acervo, visando a garantia de sua preservação. Isto, na prática, significa dizer que toda a documentação deverá ser coletada, higienizada e classificada. E, concomitante ao desenrolar a pesquisa – a médio prazo – poderão ser organizados guias, catálogos, listas, inventários e até mesmo a informatização do acervo visando a recuperação e intercâmbio e informações que auxiliam a memória e facilitam as pesquisas. (CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS..., 1996, p. 12)

Entre os oito objetivos definidos neste segundo projeto, três são voltados, especificamente, para a organização da documentação. Foram eles:

- f) Higienizar e estabelecer arranjos documentais no acervo do CCHLA, tendo em vista a preservação, da sua documentação e a viabilização de pesquisas históricas.
- g) Analisar e classificar a documentação existente no acervo do CCHLA e utilizá-la enquanto fonte primária quando da elaboração de estudos monográficos sobre a história do Centro.
- h) Preservar a memória documental do acervo do CCHLA, deixando-o apto para que técnicos em arquivos possam elaborar, a médio prazo, listas, inventários, guias, catálogos, relatórios e índices, indispensáveis às pesquisas e a divulgação do próprio acervo. (CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS..., 1996, p. 23)

⁶⁵ Com o apoio institucional do CNPq/PIBIC; CCLHA; PRG; PRPG; PRAC; PROMEMÓRIA; DCE/UFPB.

Na etapa de execução, estava programada um período de treinamento para pesquisa histórica simultaneamente ao treinamento sobre organização de arquivos a ser realizado pela equipe do NDIHR:

Ocorrerá uma fase de treinamento inicial visando o bom andamento do projeto. O treinamento em relação a pesquisa será dado pelos professores Ruston Lemos de Barros e Monique Cittadino. O treinamento referente a organização do acervo (fase de higienização e de montagem dos arranjos documentais) será ministrado pela Professora Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e pela equipe do NDIHR, que já se comprometeram neste sentido. (CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS..., 1996, p. 27)

A partir da organização do arquivo do CCHLA, foi possível a sua abertura como campo de treinamento para outros estudantes de graduação de diversos cursos da UFPB, inclusive como atividades práticas de disciplinas sobre organização de arquivos ofertada pela professora Lúcia Guerra como disciplina optativa, da qual a autora foi discente.

6.5 Arquivo da Associação dos docentes da UFPB – ADUFPB /JP

A ADUFPB-JP é uma associação de classe independente da UFPB, mas que mantém sua sede principal no Campus I da UFPB, desde sua criação no ano de 1978. Em sua trajetória, a presença de professores do DH em sua direção ocorreu em diversos momentos. Sua primeira diretoria eleita teve como presidente o professor do Departamento de História Silvio Frank Alem (1978- 1979). Alem teve uma segunda passagem pela direção da associação (1985- 1986), sendo seguido pela professora Joana Neves (1988-1989)⁶⁶.

Na década de 1990, o professor do Centro de Educação Alexandre Antônio Gíli Náder assumiu a presidência, o professor Alexandre Nader mantém vínculo com o grupo das arquivistas fundadoras do Núcleo através do grupo de amigas conhecido como Grupo G9, grupo criado pelas profissionais do NDIHR, para continuar os estudos após a aposentadoria, mas que, hoje, se caracteriza como grupo de caráter pessoal, de amigos e amigas, sem ligação com a universidade ou atividades profissionais.

Em janeiro de 1995, surgiu o projeto “Reorganização/Conclusão do Arranjo do Arquivo da ADUFPB –JP / SSIND” que tinha como objetivos: auxiliar a secretaria da instituição no acesso aos documentos sob sua guarda, através da elaboração de arranjos documentais e instrumentos de descrição de seus arquivos; padronizar a organização de sua

⁶⁶ Segundo Silveira (1988), foi no Núcleo que ocorreu as primeiras reuniões para a fundação da ADUFPB, no princípio, chamada AFUFF (Associação de Funcionários) e a primeira greve de bolsistas por atraso de pagamento. Este fato foi citado no relato de Irene Fernandes sobre o cancelamento do Projeto de Organização do Porto de Cabedelo: uma greve de estudantes.

documentação; prover à sociedade acesso a seus documentos. A coordenação desse projeto seria dividida entre Irene Rodrigues da Silva Fernandes, Zeluza da Silva Formiga e Laura Helena Baracuh Amorim. (site da ANDUP)

Ilustração 17 – Reunião no arquivo da ADUFPB



Fonte: Arquivo do NDIHR.

Para esse projeto foram aprovadas duas bolsas de iniciação científica pelo CNPq, destinadas aos estagiários: Nilmar Feitoza Galvão e Edielson Jean da Silva Nascimento. Ambos foram alunos do curso de especialização em Organização de Arquivos e concorreram a bolsas para a organização do Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

As atividades foram desenvolvidas entre março de 1991 a fevereiro de 1992, entretanto, a ADUFPB contou com a colaboração do NDIHR na organização de seu arquivo desde o ano de 1989 com ações de treinamento teórico-metodológico em arquivística e documentação; participação em reuniões de equipe; atividades de higienização documental; atividades de ordenação documental; participação na elaboração de inventário e catálogo; elaboração de relatório individual. No plano de trabalho da ADUF para 1991-1992, descreveu-se as atividades ligadas à gestão de seus arquivos: ordenação documental por seção (audiovisual); elaboração de instrumentos de pesquisa; orientação; elaboração de relatórios individuais.

De acordo com Moraes (2012), um primeiro projeto de organização desse arquivo ocorreu entre 1983-1984, durante o período de secretariado da professora Rosa Maria Godoy Silveira.

7 CURSOS DE CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

O objetivo deste capítulo é reunir as informações sobre os cursos de capacitação e especialização ofertados pelo NDIHR em meados da década de 1990. Entendemos ser relevante retornar a algumas referências que se constituíam em marcos para uma história da Arquivologia brasileira e pontuar alguns momentos que esclarecem a evolução dessa disciplina, de uma área de aplicação de métodos e técnicas de organização de arquivos à ciência social aplicada institucionalizada no Brasil, como vem sendo esclarecido pelas pesquisas vinculadas a Ciência da Informação.

Diversos pesquisadores se dedicaram a investigar a história da Arquivologia no Brasil na última década, algumas narrativas vêm sendo escritas tendo como foco pessoas e instituições, ações isoladas ou o desenvolvimento de políticas públicas pontuais para a área ao longo do século XX.

As pesquisas sobre alguns lugares proporcionam a identificação do que Jardim (2014) denominou “marcos fundamentais” da história da Arquivologia no Brasil. De acordo com Silva (2014), a expressão *lugar de memória disciplinar* poderia caracterizar esses lugares de referência para as histórias das disciplinas científicas no Brasil. Sob este ponto de vista, a memória da Arquivologia no Brasil ainda é percebida como fragmentada, talvez porque as pesquisas ainda estão em andamento, talvez por a área ainda estar em progressivo processo de institucionalização em nosso país. Entretanto, é um momento excepcional porque as memórias vivas estão disponíveis aos pesquisadores e necessitam ser exploradas.

O que se observa na literatura escrita sobre o tema é um esforço de instituições como o Arquivo Nacional que, mesmo sendo criado na primeira metade do século XIX (1838), no início do século seguinte ainda era uma instituição em estado de abandono ou a espera de políticas públicas. Cem anos após sua fundação, seus gestores ainda estavam produzindo diagnósticos da situação física e dos recursos que dispunha, propunham projetos para que este arquivo deixasse de ser um depósito de documentos da administração federal, dialogavam para a regulamentação da carreira dos profissionais e criação de cursos de capacitação e graduação.

Entretanto, se fizermos uma avaliação do desenvolvimento da área observamos que o AN esteve muito vulnerável às mudanças de conjuntura política e econômica. Alguns períodos se destacam por uma maior dinamicidade ou maior desenvolvimento de área, outros pela estagnação ou desestruturação. Até a década de 1930, havia instituições arquivísticas isoladas e lutando pela sobrevivência material, com o início desta década o país passa por mudanças estruturais amplas, o que também se converte em políticas que valorizam as

questões da informação e proporcionam investimentos reais nas áreas de biblioteconomia, documentação e arquivologia.

Segundo estudos recentes (SANTOS, 2014), alguns pouco lugares foram importantes referências para a organização de arquivos no Brasil: o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), destacadamente sob a administração de Luiz Simões Lopes (1938-1944); a Fundação Getúlio Vargas, durante o período em que Marilena Leite Paes e Maria de Lourdes Costa e Souza trabalham juntas e estruturaram seus arquivos correntes, permanentes e seu sistema de arquivos; e o Arquivo Nacional durante a gestão de José Honório Rodrigues (1958-1964). Se observarmos as referências cronológicas, esses lugares se tornaram referência no cenário nacional em momentos em que o Brasil passava por importantes mudanças políticas, por outro lado, também expõe nossa vulnerabilidade e dependência de ações de indivíduos que tinham acesso a um capital político e intelectual politicamente mais influente.

Partindo desses três lugares descrito por Santos (2014)

O Dasp, a FGV e o Arquivo Nacional, durante a administração José Honório, foram ‘lugares da arquivologia’ que, nas décadas de 1940 a 1960, experimentaram processos distintos nos quais os arquivos alcançaram um lugar na cultura e no projeto de desenvolvimento institucional. (SANTOS; LIMA, 2016, p. 491)

A referência a estas instituições nesta tese não foi uma decisão aleatória, observamos que, foram instituições que se conectaram com os profissionais da Paraíba, seja de forma pessoal, quando a arquivista Ana Isabel de Souza Leão Andrade decide cursar o curso de capacitação no Arquivo Nacional e constrói uma longa relação profissional com o ex-diretor desta instituição, o arquivista José Pedro Pinto Esposel, que veio por diversas vezes a Paraíba para ministrar cursos ou para trabalhar no projeto de constituição do Arquivo dos Governadores, da Fundação Casa de José Américo de Almeida.

Ou de maneira institucional, como a professora da Universidade de São Paulo, Heloísa Bellotto, vindo para participar dos cursos de especialização em Organização de Arquivos ofertados através do NDIHR e DBD e realizar o assessoramento em projetos de organização de arquivos no Estado; e a professora Rose Marie Inojosa que já citamos anteriormente; e professores da Universidade Federal Fluminense, José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca, que participaram da configuração do curso de Arquivologia da UEPB.

Somando-se a isto, o NDIHR quando foi criado, manteve ligações diretas com a FGV e com o CPDOC através de convênios que permitiu a este Núcleo desenvolver pesquisas na área de Documentação e História Oral e sobre a política paraibana contemporânea, colaborando na constituição dos acervos desta fundação através das pesquisas realizadas aqui

na Paraíba⁶⁷. O Centro de Documentação de História Contemporânea é, ainda hoje, um centro de documentação de referência para o Brasil, reúne grande número de arquivos privados pessoais, inclusive arquivos de projetos temáticos em História oral com lideranças políticas e de cientistas sociais que foram referências para nossa pesquisa.

7.1 A integração dos conhecimentos arquivísticos às práticas de ensino

De acordo com Jardim, a década de 1980 marcou o surgimento de “processos, atores e dinâmicas que marcarão profundamente os avanços arquivísticos do país a partir de então. O processo de institucionalização da Arquivologia no Brasil, iniciado nos anos 1970, ganha novas reconfigurações na década seguinte” (JARDIM, 2014, p.143).

O Núcleo manteve práticas apoiadas sobre o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. Inicialmente, precisamos descrever como o funcionamento dos programas de capacitação **deveria** funcionar.

Explicitando melhor, o treinamento de um determinado número de profissionais ocorre na Linha Temática, que deve demandar ao Setor de Treinamento apoio teórico-metodológico adequado àquela Linha Temática, que, por sua vez, aplicará os instrumentos escolhidos. Ou ainda, a prospecção documental se realizará os instrumentos na Linha Temática, que demanda ao Setor de Acervo aconselhando sobre as fontes mais adequadas àquele tema. (SILVEIRA, 1980, p. 68)

Na Paraíba, a existência de um Departamento de Biblioteconomia e Documentação não se converteu em uma referência para a Arquivologia antes da década de 2000, nem conseguia atender as necessidades de informação arquivística. Segundo Irene Fernandes, os profissionais do NDIHR haviam procurado o DBD, mas, naquela época, este apenas oferecia uma disciplina que era “Introdução à Arquivologia” (técnica de arquivo), para alunos do curso de Biblioteconomia. As orientações recebidas foram dadas como se olhasse um arquivo e vissem uma biblioteca: “Não, queriam que a gente pegasse o arquivo e fosse fazendo aquela classificação dos grandes temas, bá, bá, bá; bá, bá, bá. E a gente viu que não funcionava assim, aí, tivemos que correr atrás” (MORAIS, 2015, p.9).

Segundo o relato de Moraes (2020), participando do projeto de organização do AEPB havia uma divisão de tempo que fazia todos os participantes desenvolver o conhecimento prático com o contato com a documentação e o conhecimento teórico, não apenas sobre arquivo, mas história das instituições do Brasil e da Igreja Católica:

⁶⁷ Projeto de História Oral, resultado de convênio entre a FGV e o NDIHR/UFPB, desenvolvido entre maio de 1978 e agosto de 1980. A partir deste convênio, ocorreu o intercâmbio de entrevistas entre as duas instituições. As entrevistas com políticos paraibanos realizadas aqui fazem parte hoje do acervo do CPDOC e podem ser acessadas pelo site da FGV/CPDOC.

“Quando a gente chega na Cúria mesmo, a gente tinha um tempo para leitura, vamos dizer assim, as meninas passavam um texto para a gente ler, então, tinha um dia que eu e Tânia líamos e discutíamos; e tinha um dia de reunião com as meninas com quem também a gente discutia o que é que a gente achava daquele texto e de tudo” (MORAIS, 2020, p.21)

A troca de informações acontecia através da transmissão de informações conseguidas em cursos externos e internos, livros e reuniões de estudo. Além do compartilhamento de bibliografia especializada, foram realizados momentos de treinamento. Quando Neiliane Maia retornou de São Paulo após a conclusão do curso de Organização de Arquivos no IEB/USP, aconteceu reuniões nas quais foram compartilhadas as experiências e os materiais de estudo que recebeu durante sua capacitação.

“(...) A gente montou toda uma bibliografia, toda a referência nossa nos congressos, por que? Você pode ainda ir hoje em qualquer livraria e você não encontra coisa de arquivo. Eu ia na [Livraria] Cultura, aí eu dizia assim: ‘Arquivo?’, aí ele me levava para uma bancada lá embaixo e só tinha os livros que já tinha e eu: ‘Meu filho, você não tem nenhuma novidade não?’, ‘Não tem’. Aí, hoje, quando você coloca a Ciência da Informação junto com o estudo de arquivo você tem muita coisa porque o povo escreve muito sobre a Ciência da Informação, mas em não sei isso você não tinha onde achar” (MAIA, 2018 p.19-20).

O compartilhamento de bibliografia era uma prática costumeira, os encontros científicos realizados por todo o país eram fontes para a aquisição de bibliografia específica sobre Arquivos e Arquivologia. Ir a esses eventos era uma prática para dialogar com os profissionais da área e conseguir livros em vários exemplares que seriam, posteriormente, ou fotocopiados para estudo ou exemplares eram repassados para outros membros do grupo.

A participação no curso de especialização em organização de arquivos do IEB teve múltiplos desdobramentos aqui na Paraíba. Segundo Moraes (2018):

“Aí, se manda Neiliane [Maia] para fazer o curso [do IEB], Neiliane quando volta dá todas as apostilas do curso e empresta todos os livros que ela teve condições de pegar no Rio. em São Paulo. A gente já começa a pegar tanto textos como livros e arquivos. E assim, vamos dizer, vai Lúcia, Glória, Irene, Laura para com para ‘o coisa’ [evento, congresso]

de Arquivologia e quando chegar lá elas comprem [material]" (MORAIS, 2018, p.19).

Em duas ocasiões, Laudereida Morais (2018, 2020) descreveu como ocorreu a aprendizagem inicial com organização de arquivos e no trecho abaixo, observamos um ponto de convergência, Ana Isabel estava a frente da dos arquivo da Fundação Casa de José Américo.

“Na realidade, a primeira coisa de arquivo que a gente conseguiu foi da Fundação Casa de José Américo, que eu disse que a gente só teve ideia de arquivo, de estar fazendo esse negócio de documentação, dizendo se ela está organizado ou não quando a gente vai na Fundação Casa de José Américo, lá ela nos dá umas poucas apostilas e é com essas apostilas que a gente começa a estudar" (MORAIS, 2018, p.19).

E novamente:

“No projeto de cadastro de entidades, a gente ia nas entidades e verificava como estava o arquivo daquela entidade, que documentos eles tinham, como é que ele organizava aqueles documentos, se o arquivo estava organizado, se o arquivo estava desorganizado e aí, quando a gente chega na Fundação Casa de José Américo, a gente viu que a gente tinha noção de arquivo organizado, aquilo que a gente estava dizendo, se o arquivo estava lá, em caixa limpinha, tudo bonitinho, a gente dizia que estava organizado mas não dentro dos princípios arquivísticos, né. Então, é quando se começa a estudar sobre arquivologia.

Na realidade, a gente descobriu que o que estava organizado não era do jeito dos princípios arquivísticos, né. E assim, sem conhecer os princípios arquivísticos como a gente ia definir? Então, passou-se a estudar Arquivologia, né, organização de arquivo. Começou com as apostilas que Neiliane trouxe do curso de especialização, comprando livro cada uma que ia para algum seminário, para algum congresso ou para alguma coisa de arquivologia, aí, trazia livro pra quem estava aqui, “Olhe, tem tal livro e tal livro”, “Então, traz esse que...” quando chegava aqui a gente pagava. Era mais ou menos isso, a gente ia juntando os livros e estudando, discutindo até que também se pensou na especialização de arquivo” (MORAIS, 2020, p.14-15).

Não era necessário viagens de longas distância para conseguir informações de Instituições especializadas em acervos históricos:

“Então, sempre tinha, quando a gente precisava de alguma [algum conhecimento] a gente ia também na Fundação Joaquim Nabuco para ver como era feito lá, para fazer cá” (MORAIS, 2020, p.19).

Os canais de informação seguiam os caminhos acadêmicos e não acadêmicos, pois havia a colaboração de livreiros da cidade que sabiam dos temas de interesse do grupo que ao receber algum exemplar, entravam em contato e repassavam para algum membro do grupo.

O intercâmbio também acontecia através de visitas técnicas, ou o grupo se deslocava para alguma instituição ou era convidado profissional de referência na área de organização de arquivos. Foi o caso do convite aceito pela professora Heloísa Liberalli Bellotto que esteve na Paraíba em meados da década de 1990, apresentou palestras, fez visitas técnicas ao Arquivo Eclesiástico, colaborando através de assessoria e orientação específica sobre organização da documentação da Cúria.

Na busca pela ampliação do conhecimento, a educação também passava pela adoção da terminologia Arquivística.

“Antes de Heloísa [Liberalli Bellotto] chegar, a gente tinha feito que esse chamava de pré-classificação e foi uma coisa muito boa que os efeito disse. A gente está lendo os textos de arquivo. Então vamos chamar tudo pelo nome que é, aqui é quadro de arranjo, ali é uma pré-classificação. A gente saiu trabalhando justamente com uma nomenclatura já de arquivo que nos facilitou bastante no curso de Arquivologia quando a gente foi fazer em São Paulo. Facilitou a vida da gente demais, tanto a minha quanto a de Gloriete. A gente olhava uma para outra, assim: ‘É como a gente trabalhou, é como a gente fez, não tem diferença nenhuma.’ Toda aprovada” (MORAIS, 2020, p.17).

7.2 Cursos de capacitação de curta duração

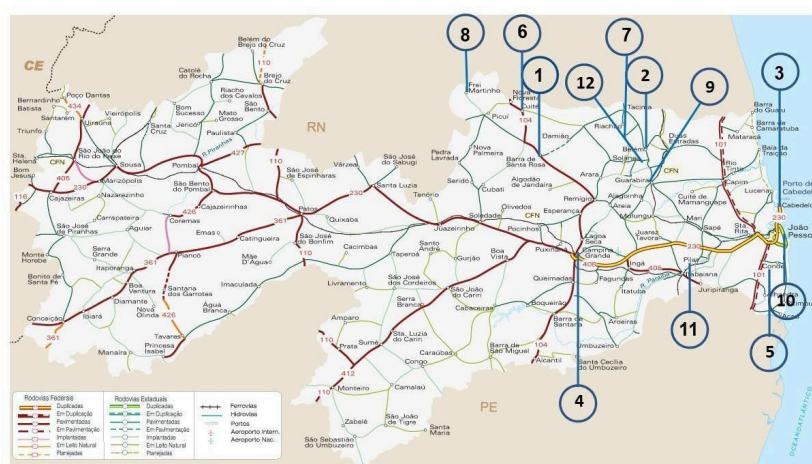
Entre 1997 e 2000, o Núcleo ofereceu 14 cursos de curta duração, com carga horária entre 15 e 60 horas-aula, para servidores de prefeituras da Paraíba e para servidores das instituições onde executavam algum projeto de organização de arquivos. Foi necessário grande articulação entre diversos órgãos para que os cursos ocorresse, a seguir podemos observar as cidades que receberam esses cursos, o período, o público alvo e as instituições envolvidas.

Em depoimento, Gloriete Pimentel relembrou esses cursos:

“Alhandra, se você for pela BR, mas por dentro, a primeira sede era do Conde porque a gente também dava aula no Conde, aula de arquivo [riso], de arquivo. A secretária de lá pediu, uma secretária, não me lembro como era o nome dela, pediu ao NDIHR, solicito ao NDIHR. Olhe, o NDIHR ficou famoso com a história de arquivo. Foi. pediram ao NDIHR um curso de arquivo, de gestão e gerenciamento de arquivo. Era um curso de uma semana. Era só noções porque ela disse que estava entrando na Secretaria... na Prefeitura e que é precisava de uma equipe que entendesse de trabalhar com documento. Ela estava querendo os documentos e não encontrava nada e ninguém sabia de nada. Aí nós fomos dar um curso intensivo. Fui eu e Laudereira” (RODRIGUES, 2020b, p.18)

Na ilustração 17, mostramos a localização geográfica das cidades onde foram ofertados cursos de Gestão e Gerenciamento de Arquivos em convênio com as prefeituras da Paraíba.

Ilustração 17 – Mapa identificando as cidades onde foram ofertados cursos de gestão e gerenciamento de arquivos



Legenda:

- | | | |
|-------------------------|-------------------|------------------|
| 1. Barra de Santa Rosa; | 5. Conde; | 9. Guarabira; |
| 2. Belém; | 6. Cuité; | 10. João Pessoa; |
| 3. Cabedelo; | 7. Dona Inês; | 11. Pilar; |
| 4. Campina Grande; | 8. Frei Martinho; | 12. Pirpirituba |

Fonte: Site Guia Geográfico. Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/mapas/paraiba.htm>. Acesso em: 03 Fev. 2020.

Sobre o alcance desses cursos, Lauredeira Morais relatou:

Tanto eu quanto Gloriete, fizemos uns cursos que tanto houve aqui na universidade quanto no interior do Estado. E foram alguns. Eram cursos de vinte horas, geralmente no final de semana. Eu trabalhava até a sexta à tarde, de algum jeito me arranjavam transporte para ir, então, sempre era na sexta já no final da tarde, eu já levava a bagagem para a DEMEC e de lá eu viajava para o interior e voltava no domingo no final da tarde. Isso era até terminar o curso, até completar a carga horária. Às vezes, era dado por mim e Tânia. No Conde fui eu, Gloriete e Vitória. Cabedelo foi Lúcia e Tânia, Cuité fui eu e Tânia; Areia, fui eu... não, eu dei um curso em Areia, mas não foi daqui, foi do SENAC. Eu sei que, depois, Tânia não pode mais ir e eu fiquei indo. Lembro que em Pilar fui eu sozinha, em outro canto, Picuí, não sei se foi Picuí, se foi depois de Picuí, que era longe, fui eu sozinha também; Dona Inês fui eu e Vitória e tem outros municípios que eu não... Santa Rosa foi eu e Tânia, tem outros municípios que eu não estou lembrando, é um bocado de município. Daqui de João Pessoa, eu dou... era para ser eu e Tânia, ela adoece, eu dou sozinha no Instituto Histórico só para o pessoal religioso, para padre, freiras do Brasil, do estrangeiro, na maioria tinha freiras e padres ou freis estrangeiros. Quem dá o curso sou eu. Um curso para a Assembleia⁶⁸ também foi dado aqui em João Pessoa, eu também participei como uma das professoras, dei uma das disciplinas. Depois, eu dei o curso para alunos da UFPB, no sábado. Eu... como era o nome da menina? Eu, Vitória mais... Geovânia [Fernandes de França]⁶⁹! Ela também foi para o interior com a gente, alguns cursos ela foi. Guarabira eu acho que ela quem deu sozinha e teve vários locais.” (MORAIS, 2020a, p. 13-14)

Não conseguimos ter acesso a todos os relatórios desses cursos de capacitação, mas trazemos alguns dados sobre alguns deles como forma de amostragem.

Quadro 10 – Equipe e Discentes dos cursos de capacitação na cidade de Cuité.

Título: Curso de Gestão e Gerenciamento de Arquivos
MINISTRANTES
Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (Coordenadora) Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues (vice-coordenadora) Laudereida Eliana Marques Morais (ministrante); Geovânia Fernandes de França (ministrante).

⁶⁸ Ver ilustração 13

⁶⁹ Geovânia Fernandes de França, bibliotecária e especialista em Organização de arquivos.

DISCENTES	
01	Francisca Cibele Marques Guedes
02	Francisca Sueli Pereira da Silva
03	Hebe Henriques da Costa
04	Hilda Vieira Santos
05	Jamilson Barros de Andrade
06	Jaqueline de Oliveira Ribeiro
07	Jean Carlos da Silva Ferreira
08	Jeane Neirici Buriti de Melo
09	Jeane Simônica G. de Medeiros
10	José Wellington Cândido dos Santos
11	Leonardo dos Santos Costa
12	Lily Cristiane M. dos Santos
13	Luiza Naira da Costa Dantas
14	Márcia Soraya Batista Rocha
15	Maria Cecília de Macêdo e Silva
16	Maria do Carmo de Moura Costa
17	Maria Ondina Costa Furtado
18	Maria Udijaira F. de Medeiros
19	Maria Violeta Barbosa de Sousa
20	Maria Vitória dos Santos
21	Maurisa da Silva Macêdo
22	Maurilio de Macêdo Costa
23	Nilson Haus de Medeiros
24	Severino da Silva Ramalho
25	Tony Ricardo Santos Araújo

Fonte: FERREIRA, 1998.

Quadro 11 – Equipe e Discentes dos cursos de capacitação da cidade de Barra de Santa Rosa

Título: Curso de Gestão e Gerenciamento de Arquivos	
MINISTRANTES	
Lúcia Guerra Ferreira (Coordenadora) Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues (vice-coordenadora e ministrante) Tânia Maria da Silva (ministrante).	
DISCENTES	
01	Alysson Wagner Correa Nunes

02	Cicera da Silva Souza
03	Claudia Maria Santos de Alencar
04	Dacia Fabrizia de Sousa Soares
05	Denise Ferreira de Freitas Santos
06	Doraci Ferreira de Medeiros
07	Ediana Maria Ferreira de Medeiros
08	Edna Maria Lima Alves
09	Fernanda Guedes Fernandes
10	Iranilda Rafael dos Santos
11	Joana Avani Silva dos Santos
12	Josefa Costa Sousa
13	Kaline Chaves Correa Batista
14	Leonice Adna Araujo Silva
15	Lucineide de Lima Silva
16	Maria de Fatima Correa Almeida
17	Maria de Fatima S. Falcao Potiguara
18	Maria de Fatima Silva Barbosa
19	Maria de Lourdes Aciole
20	Maria Emilia da Costa Guedes
21	Maria Goreti Oliveira Silva
22	Marluce Correa Batista Nunes
23	Odaci da Silva Lima
24	Rosa Silva Martins
25	Teresa Cristina Duarte Potiguara Santos
26	Zenita de Oliveira Lins e Silva

Fonte: Arquivo NDIHR.

Infelizmente, o site do Núcleo oferece informações desatualizadas e inconsistentes sobre os docentes que ministraram esses cursos, assim como informações incompletas nos seus arquivos que nos permitisse delimitar um perfil ou conteúdos desses cursos.

7.3 Cursos de especialização

Entre 1995 e 1998 foram ofertados três cursos de Especialização em Organização de Arquivos (CEOARQ) na UFPB, um quarto curso foi submetido ao CNPq para financiamento, mas não aprovado.

Quadro 12 – Edições do CEOARQ e ano de execução.

Título	Período
I CEOARQ	1995-1996
II CEOARQ	1996-1997
III CEOARQ	1998
IV CEOARQ	Não realizado

Fonte: Arquivo do NDIHR

Antes de nos debruçarmos sobre esses cursos, vejamos a importância do Instituto de Estudos Brasileiros na formação dos profissionais em Arquivologia no Brasil, especialmente, sua importância para a formação dos profissionais do Núcleo e como eles colaboraram para o desenho dos cursos de especialização oferecidos na Paraíba.

Segundo Ferreira (2020), o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB), foi o modelo a partir do qual o NDIHR estruturou seus três cursos de especialização. Segundo a professora Lúcia Guerra, Heloísa Bellotto participou de reuniões no Estado da Paraíba para estruturar os cursos de especialização ofertados pelo Núcleo posteriormente, tendo como modelo a experiência dos cursos que Bellotto coordenava no IEB.

7.3.1 Curso de Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP

O IEB é um instituto de pesquisa que recebe e mantém sob sua guarda acervos pessoais composto por materiais de diversas naturezas (documentos de arquivos, bibliográficos e de artes visuais), sendo responsável por sua manutenção e pela garantia ao acesso, com desenvolvimento de pesquisas científicas, inclusive pesquisas que deram origem a dissertações e teses onde se destaca como temas o movimento modernista, Mário de Andrade e a Literatura Modernista. O IEB acabou se destacando na década de 1980-1990 como um centro de referência para a Organização de Arquivos no Estado de São Paulo, atraindo profissionais de todo o Brasil ao seu curso de Especialização em Organização de Arquivos. No catálogo de seu acervo, o curso de Especialização em Organização de Arquivos é relevante na história da Arquivologia porque “capacitou profissionais espalhados por todo o país e, parte, no exterior.” (IEB, 1997).

Em sua pesquisa, Caldeira o descreveu como “instituto multidisciplinar, desvinculado de qualquer curso ou cadeira específica e orientado para o estudo da realidade brasileira em suas múltiplas dimensões” (CALDEIRA, 2002, p. 40) tinha como premissa agregar profissionais com diversas visões sobre o Brasil ou sobre a realidade brasileira, como se

afirmava na década de 1960. Criado no ano de 1962, seguiu a estrutura tradicional das universidades brasileiras anterior a reforma universitária de 1968: o IEB seria administrado por um conselho formado pelos catedráticos da Universidade de São Paulo cujas disciplinas fizessem referência ao Brasil, portanto, agregaria professores das disciplinas história do Brasil, geografia do Brasil, Literatura brasileira, História econômica do Brasil, História da Arquitetura Brasileira, História da Civilização Brasileira, entre outras que tinha o objetivo de estudar aspectos diferentes do nosso país. O autor defendeu a concepção do IEB como uma *brasiliiana*⁷⁰ geradora de outras *brasilianas*, que tinha sob sua guarda inúmeras *brasilianas*. Sua especificidade estaria em ser uma instituição baseada na multidisciplinaridade, multitemática e multimidiática.

Foi idealizado pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda e, nas palavras de Antônio Candido,

[...] foi quem teve a ideia do Instituto, foi quem o definiu, fundou e organizou, criando na Universidade de São Paulo uma área especificamente dedicada aos estudos brasileiros e dando-lhe desde logo, pela sua eminência pessoal e operativa, reforçando no correr dos anos por outros diretores e pesquisadores. (CALDEIRA, 2002, p. 19)

De acordo com Caldeira (2002), o IEB tinha a obrigação de ofertar cursos variados sobre o Brasil e ao longo de seu funcionamento vem realizando esta tarefa em diversas modalidades: cursos de extensão, de férias e especialização. Eram ofertados para o público universitário, ou não-universitário, com o apoio multidisciplinar da USP e órgãos externos à universidade, mas da administração pública estadual.

Aqui, nos interessa o Curso de Especialização em Organização de Arquivos.

A partir de 1987, o IEB passou a oferecer cursos de Especialização. Destes, o de maior importância tem sido o de *Especialização em Organização de Arquivos*, que em parte retoma uma proposta dos anos iniciais do Instituto, testada em um curso de extensão intitulado *O Treinamento em Documentação*, realizado pelo IEB em 1967, com a colaboração do CERU. A primeira edição do curso de Especialização em Organização de Arquivos, no instituto, ocorreu em 1987, sob a coordenação das professoras Heloísa Liberalli Bellotto e Yêdda Dias Lima (do IEB) e Johanna Wilhelmina Smit (da ECA). A partir de 1999 passa a ser coordenado apenas por essas duas últimas professoras. É esse curso promovido anualmente, tendo por objetivo ‘proporcionar conhecimento de caráter teórico e prático na área de Arquivologia e capacitar pessoal de nível superior para atuar na administração de arquivos e organização de documentos’. entre os seus docentes, incluem-se professores de diferentes

⁷⁰ Como explicado por Caldeira (2002), o termo *brasiliiana* foi utilizado pela primeira vez pelo diplomata Manuel de Araújo Porto Alegre ainda no século XIX. No século XX, adquiria o sentido de “um conjunto de reflexões das mais variadas origens e sobre os mais variados aspectos do Brasil, agrupadas sob a forma de coleções de livros, periódicos, filmes, obras de arte etc. (CALDEIRA, 2002, p. 160),

Departamentos da USP e profissionais da área de arquivos. (CALDEIRA, 2002, p. 112)

A importância do IEB para a Arquivologia é bem destacada por Caldeira (2002, p. 136),

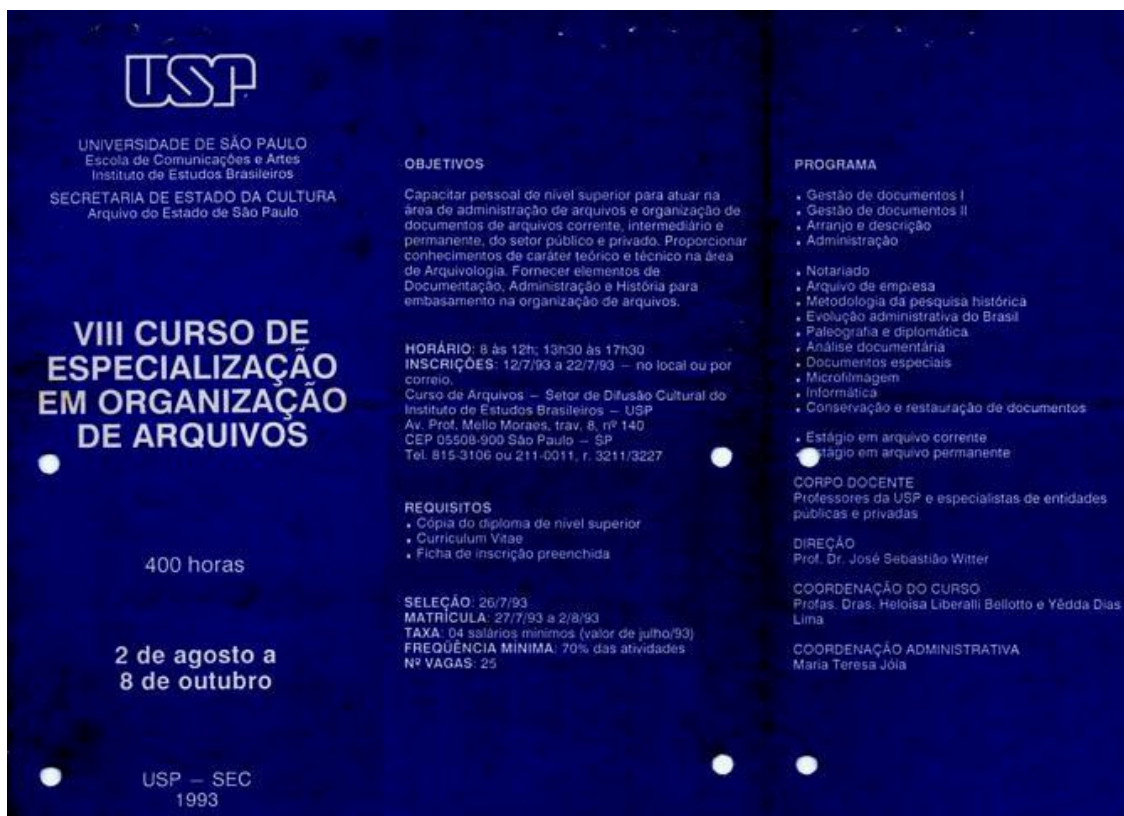
A situação das pesquisas no campo da Documentalística e da Arquivologia merece destaque à parte. Em São Paulo, o IEB foi a primeira instituição de pesquisa que mesmo não tendo uma área específica para elas, valorizou-as como atividades de pesquisa propriamente ditas, o que permite a compreensão da existência e permanência do Curso de Especialização em Organização de Arquivos (CALDEIRA, 2002, p. 136, sic).

O tema documentação também se destacou na atividade de edição e publicação de livros e periódicos do IEB, representando o quarto tema mais publicado em livros. Entre os profissionais do corpo permanente do IEB, Heloísa Liberalli Bellotto é o principal nome. Heloísa Liberalli Bellotto, profissional de grande importância para a Organização de Arquivos permanentes no Brasil, muito referenciada na área e que foi uma das profissionais da área com presença mais destacada pelas profissionais do NDIHR por sua presença física aqui na Paraíba em diversos momentos e na função de assessora em alguns projetos de Organização de arquivos do Estado. É historiadora e bibliotecária de formação, uma das mais referenciadas na Arquivologia no Brasil, sob o tema de arquivos permanentes. No IEB, além da função de professora dos cursos de especialização, foi pesquisadora na área de história do Brasil e de Arquivologia, participando da publicação de catálogos do acervo do próprio IEB. Entre 1970 e 1995, desenvolveu pesquisas: “Função das bibliotecas brasileiras no exterior”; “As bibliotecas especializadas em estudos brasileiros no exterior”; “Arquivo do Estado de São Paulo: pontos básicos de reforma”; “Arquivos particulares”.

Ainda sobre o curso de especialização, Caldeira observou que este curso fugiria aos objetivos do Instituto, pois não estava voltado para a análise da realidade brasileira, entretanto, sua existência representa uma necessidade da época, que ainda não possuía profissionais em quantidade suficiente para atender as demandas.

Três profissionais do NDIHR realizaram esse curso do IEB, no ano de 1988, a historiadora e bacharel em Direito Neiliane Maia, participou do 3º Curso de Especialização em Organização de Arquivos, presencialmente entre 01 e 30 de junho de 1988. Posteriormente, as historiadoras Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues e Laudereida Eliana Marques Moraes, no ano de 1993, participaram do 8º curso realizado entre 02 de agosto e 08 de outubro de 1993.

Ilustração 18 – Folder do Curso de Especialização do IEB (1993)



Fonte: Arquivo do NDIHR.

7.3.2 Primeiro Curso de Especialização em Organização de Arquivos

A proposta para este curso enviada ao CNPq foi fundamentada em fatores como inexistência de cursos de graduação no Nordeste (no ano de 1995, havia quatro cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, nenhum no Nordeste)⁷¹, na consideração de que a Arquivística era considerada uma área nova e em expansão, no vislumbre de uma ampliação do mercado de trabalho. Argumentou-se, também, que ocorria mudança de percepção da importância da área para o bom andamento da gestão pública, com ênfase na eficiência na recuperação de informações, assim como, demandas por preservação das memórias históricas e institucionais e por projetos de organização de arquivos que eram recebidos diretamente pelo Núcleo, inclusive, organização de arquivos da própria UFPB.

Foram cursos com caráter teórico e prático, de 27 créditos obrigatórios, totalizando 405 horas aulas, 60 horas em campo de estágio obrigatório em arquivos públicos ou privados

⁷¹ De acordo com dados do MEC, em 1994, o Brasil contava com quatro cursos de graduação: o primeiro curso do Brasil, criado no Arquivo Nacional e depois transferido para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); um curso na Universidade Federal Fluminense (UFF); o curso da Universidade de Brasília (UNB); e o curso da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

do Estado da Paraíba. Ocorreu entre 21 de agosto de 1995 e 31 de janeiro de 1996, com a participação de 33 estudantes. A primeira edição⁷² foi coordenada pela professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, sendo a professora Dulce Amélia de Brito Neves a vice-coordenadora.

De acordo com o projeto deste primeiro curso, partiu do NDIHR a iniciativa de propor com um curso de especialização ao Departamento de História do CCHLA e ao Departamento de Biblioteconomia do CCSA. Envolveria os profissionais da própria UFPB e convidados de outras instituições: Fundação Casa de José Américo e Fundação Joaquim Nabuco (PE). O quadro abaixo contém os nomes dos docentes que assumiram as primeiras disciplinas.

Quadro 13 – Professores do 1º CEOARQ

Nome	Vínculo profissional	Titulação	Disciplinas
Avani Lucia Dantas Substituída por: Prof Paulo Rocha	UFPB; Departamento de Metodologia da Educação.	Ms. / UFPE	Metodologia do Ensino Superior
Dulce Amélia de Brito Neves	UFPB; Departamento de Biblioteconomia e Documentação	Ms./UFPB; Ms. em Biblioteconomia e Arquivologia.	Análise Documentária; Estágio Supervisionado*
Heloísa Liberalli Bellotto. A profª Maria do Céu Medeiros (auxiliar)	UNIRIO	Dra. / USP	Gestão de Documentos II (Arquivo Permanente);
Heloísa Liberalli Bellotto foi substituída pela Profª Vera Lúcia Acioli, de UFPE	USP	Dra. / USP	Diplomática e Paleografia.
Lúcia de Fátima Guerra Ferreira	UFPB; Departamento de História	Dra. / USP	Evolução Administrativa do Brasil; Estágio Supervisionado*
Luis Carlos Lopes	UFF	Dr. / USP	Gestão de Documentos I (Arquivo Corrente); Automação, Microfilmagem e Conservação de Arquivos.
Manoel Alexandre Cavalcanti Belo. Substituído por: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira	UFPB; Departamento de Direito Público	Dr. / França	Direito Administrativo; Tópicos Especiais em Arquivologia.
Neiliane Maia	UFPB; Departamento de História	USP; Esp. em História e Arquivologia	Introdução à Arquivologia
Regina de Fátima A. L. Toscano	UFPB; Departamento de Administração	Ms. / UFPB	Administração

⁷² Ver a Resolução do CONSEPE: nº 23/95, de 19 Mai. 1995; alterada pela Resolução nº 36/95 de 04 Ago. 95.

Rosa Maria Godoy Silveira	UFPB; Departamento de História	Dra. / USP	Cultura, Memória e Documentação
Joana Neves. Substituída por: Ruston Lemos de Barros	UFPB; Departamento de História	Dr. / USP	Métodos e técnicas de Pesquisa em História
Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues	NDIHR	USP; Esp. em História e Arquivologia	Arquivos de Empresas e Arquivos Especiais
Walkíria Toledo de Araújo	UFPB; Departamento de Biblioteconomia e Documentação	Dra. / Espanha	Fundamentos Teóricos da Informação

Fonte: Arquivo do NDIHR, 2015; relatório final para Capes (1996).

Outros professores se envolveram neste curso: Claudia Beltrão da Rosa, participante da comissão de seleção de bolsistas CAPES. Professores de cinco centros ministram as disciplinas: do Departamento de História (DH/CCHLA), do Departamento de Administração (DA/CCSA), Departamento de Biblioteconomia e Documentação (DBD/CCSA), Departamento de Metodologia da Educação (DME/CE) e Departamento de Direito Público (CCJ). Contou ainda com a colaboração de dois especialistas locais, a bibliotecária Ana Isabel de Souza Leão Andrade e a professora e historiadora Maria do Céu Medeiros, docente com experiência em Paleografia.

Estava programado para lecionar nesse curso dois professores externos, vindos de São Paulo, Heloísa Liberalli Bellotto, e do Rio de Janeiro, o professor Luis Carlos Lopes. No relatório final encaminhado à CAPES, dois docentes foram substituídos: na disciplina Metodologia do Ensino Superior, a professora Avani Lúcia Dantas foi substituída pelo professor Paulo Rocha; o professor de Tópicos especiais Manoel Alexandre Cavalcanti Belo, foi substituído pela professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira. A auxiliar da professora Heloísa Bellotto, professora Maria do Céu Medeiros, foi substituída pela professora da UFPE, Vera Lúcia Acioli.

O quadro 14 mostra a grade curricular e a carga horária deste primeiro curso de especialização:

Quadro 14 – Disciplinas e docentes do 1º CEOARQ (1995.2)

Título da disciplina	Docentes	Carga horária
Introdução à Arquivologia (IA)	Neiliane Maia	15
Fundamentos Teóricos da Informação (FTI)	Walkíria Toledo de Araújo	15
Administração (A)	Regina de Fátima A. L. Toscano	15
Cultura, Memória e Documentação (CMD)	Rosa Maria Godoy Silveira	15

Evolução Administrativa do Brasil (EAB)	Lúcia de Fátima Guerra Ferreira	15
Paleografia (P)	Heloísa Liberalli Bellotto	(?)
Tópicos Especiais em Arquivologia (TE)	Manoel Alexandre C. Belo	15
Arquivo Corrente (AC)	-	(?)
Automação, Microfilmagem e Conservação (AMC)	Luis Carlos Lopes	30
Diplomática e Paleografia (DP)	Heloísa Liberalli Bellotto	30
Arquivo Permanente (AP)	-	(?)
Metodologia do Ensino Superior (MES)	Avani Lúcia Dantas	60
Arquivos de Empresas e Arquivos Especiais (AE)	Therezinha Gloriete P. Rodrigues	15
Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica (MTPH)	Ruston Lemos de Barros	30
Estágio Supervisionado (ES)	Lúcia de Fátima Guerra Ferreira	60
Análise Documentária (AD)	Dulce Amélia de Brito Neves	15
Direito Administrativo (DA)	Manoel Alexandre Cavalcanti Belo	15
Gestão de Documentos I	Luis Carlos Lopes	30
Gestão de Documentos II	Heloísa Liberalli Bellotto	30

Fonte: Horário 1995.2. Curso de Especialização em Organização de Arquivos; Projeto de Curso: I Curso de Especialização em Organização de Arquivos, 1994.

As disciplinas Gestão de documentos I e II foram renomeadas como Arquivo Corrente e Arquivo Permanente, respectivamente, através de Resolução do CONSEPE nº 36/1995 (RESOLUÇÃO, 1995).

O início das aulas ocorreu no dia 21 de agosto de 1995, o término em 22 de dezembro de 1995, com um recesso de fim de ano (23 de dezembro de 1995 a 08 de janeiro de 1996). No retorno, os discentes deveriam entregar os relatórios de estágio supervisionado realizados em arquivos públicos ou privados.

Os arquivos escolhidos para campo de estágio foram de caráter permanente em decorrência do pouco tempo disponível e pelo interesse dos discentes por este tipo de arquivo.

Sobre os discentes, 32 se matriculados, 27 concluíram o curso, 5 deles receberam bolsas de estudos da CAPES, após serem aprovados em processo de seleção por banca de avaliação composta por quatro pessoas (professores e técnicos da UFPB): Dulce Amélia de Brito Neves (bibliotecária e professora do DBD); Cláudia Beltrão da Rosa (Historiadora e professora do DH); Neiliane Maia (Historiadora e especialista em arquivos; NDIHR); Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues (Historiadora; NDIHR).

Quadro 15 – Discentes do 1º Curso de Organização de Arquivos (1995-1996)

Nome	Situação	Ocupação	Formação
Adolfo Júlio Porto de Freitas	Aprovado	Professor Assistente I do curso de Biblioteconomia da UFPB (Campus I)	Biblioteconomia
Ana Andréa Vieira de Castro	Aprovada	Pesquisadora/bolsista voluntária do NDIHR	História
Ana Isabel de Souza Leão Andrade	Aprovada	Bibliotecária e Arquivista chefe do Departamento de Documentação e Arquivo da FCJA	Biblioteconomia
Antonio Ferreira Lopes	Aprovado	Secretário de departamento (UFPB)	Administração
Carmem Maria Lianza Dias	Não aprovada	Bibliotecária e pesquisadora de Cultura Popular na FCJA	Biblioteconomia
Célia Gomes Carneiro	Não aprovada	Chefe de serviço do Arquivo Geral da Santa Casa de Misericórdia da PB	(?)
Cléris Renata Gomes Gólzio	Bolsista; aprovada	Professora na Escola 2001.	História
Elizabeth Soares da Silva	Aprovada	Arquivista no Jornal Correio da Paraíba	Comunicação social
Elvira Maria Lianza Dias	Aprovada	Bibliotecária da FUNESC	Biblioteconomia
Emeide Nóbrega Duarte	Aprovada	Bibliotecária na Biblioteca Central da UFPB	Biblioteconomia

Quadro 15 – Discentes do 1º Curso de Organização de Arquivos (1995-1996) (continuação)

Nome	Situação	Ocupação	Formação
Fátima Cristina da Silva	Aprovada	Chefe do Núcleo de Documentos, Cadastro e Recolhimento da Coordenadoria de Documentação e Arquivo (CODAR)	Biblioteconomia
Iolanda Ribeiro dos Santos	Aprovada	Bibliotecário na Associação Paraibana de Imprensa; arquivista da SUPLAN	Biblioteconomia
Iris Maria Cassimiro de Oliveira	Aprovada	Bibliotecária	Biblioteconomia
Jeová Mesquita de Araújo	Aprovado	Professora aposentado da UFPB e do Centro de Ensino da Polícia Militar da PB.	(?)
Jorge Alberto Mota Soares da Silva	Não aprovado	Auxiliar judiciário no TRE da Paraíba	(?)
Jorge Tavares de Moraes Filho	Bolsista; aprovado	Pesquisador e arquivista do NDIHR	(?)
Júlia Dolores Cavalcanti Carneiro da Cunha	Aprovada	Diretora do Arquivo Histórico da Paraíba (FUNESC)	Biblioteconomia
Mardônio Lacet dos Santos Júnior	Aprovado	Bibliotecário e instrutor na Escola Técnica Federal da Paraíba e SENAC	Biblioteconomia
Maria Aparecida Rodrigues de Lima	Não aprovada	Bibliotecária, arquivista e pesquisadora no Jornal A União.	Biblioteconomia
Maria da Salete Jacinto Silva	Bolsista; aprovada	Assistente de museu no Museu Câmara Cascudo da UFRN.	(?)
Maria da Vitória Barbosa Lima	Bolsista; aprovada	Professora da Escola Estadual Sesquicentenário	História

Quadro 15 – Discentes do 1º Curso de Organização de Arquivos (1995-1996) (continuação)

Nome	Situação	Ocupação	Formação
Maria de Fátima da Silva Sousa	Aprovada	Professor do Lyceu Paraibano	História
Maria de Fátima Farias Domingues	Aprovada	Técnico de nível superior do DETRAN	História
Maria Goretti da Silva Maux	Bolsista; aprovada	Professora do Departamento de Administração da UFRN	Administração
Maria Rodrigues da Silva	Aprovada	Técnico adjunto e Coordenadora da Biblioteca no SESC João Pessoa.	Biblioteconomia
Porcina Formiga dos Santos	Não aprovada	Bibliotecária na FCJA	Biblioteconomia
Simone Vieira Beltrão de Albuquerque	Aprovada	Bibliotecária no Ministério Público (Procuradoria)	Biblioteconomia
Tânia Maria da Silva	Aprovada	Bibliotecária do Centro Cultural São Francisco (Secretaria da Educação e Cultura)	Biblioteconomia
Tereza de Lisieux Pereira Palitot	Aprovada	Assistente de administração na PRG/UFPB	História
Terezinha Leal de Souza	Aprovada	Bibliotecária na Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista (FUNESC)	Biblioteconomia
Thamara Maria Maia Duarte	Não aprovada	Redatora da Comissão de Comunicação Social do Estado da Paraíba	Jornalismo
Verônica de Lourdes Uchôa Resende	Aprovada	Bibliotecária na Biblioteca Central da UFPB.	Biblioteconomia
Vilma de Lourdes Batista de Lima	Aprovada	Chefe do arquivo geral da UFPB	Biblioteconomia

Fonte: Relatório final do curso para a capes; fichas de alunos do I CEOARQ.

Durante sua realização, algumas pessoas entraram em contato para participarem como ouvintes do curso: Enemerson Muniz de Araújo, que no segundo curso, foi aprovado como aluno especial na disciplina Fundamentos teóricos da informação. Infelizmente, não há mais informações sobre sua participação. Paralelamente, foi realizado um curso de extensão com a professora Rose Marie Inojosa, da USP, com a carga horária de 15 horas, intitulado *Curso de Extensão: Informação e Avaliação de Documentos* (RELATÓRIO, 1996b). nesta oportunidade, Inojosa colaborou com a equipe do projeto de organização do arquivo da

Assembleia Legislativa da PB,

Alguns discentes foram intermediários entre a UFPB e instituições guardas de acervo documental garantindo o acesso aos arquivos que serviriam de campo de estágio, como a discente Célia Gomes Carneiro que era, à época, chefe de Serviço do Arquivo Geral da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

Quadro 16 – Locais onde foram desenvolvidas atividades de Estágio Supervisionado.

Local	Discentes	Atividades
Centro de Documentação e Publicações Populares (CEDOP) – Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Situado, inicialmente, na sala de desinfestação do Arquivo Eclesiástico.	Ana Andrea Vieira de Castro; Maria Vitória Barbosa Lima; Maria de Fátima da Silva Souza	Realização de diagnóstico; ordenação da documentação; produção do quadro de arranjo; descrição de séries e índice temático; produção de inventário; produção de relatório.
Arquivo Lauro Pires Xavier – Fundação Casa de José Américo. Situado, inicialmente, no 1º piso do Arquivo dos Governadores do Estado da Paraíba. Período da documentação: 1925 a 1991	Ana Isabel de Souza Leão Andrade; Cléris Renata Gomes Gólzio; Iolanda Ribeiro dos Santos; Mardônio Lacet S. Júnior; Maria de Fátima F. Domingues; Maria Rodrigues da Silva; Porcina Formiga dos Santos; Verônica de Lourdes Uchôa Rezende; Vilma de Lourdes Batista de Lima.	Realização de diagnóstico; produção de relatório;
Acervo documental Ademar Vidal – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).	Íris Maria Casimiro de Oliveira; Fátima Christina da Silva; Tânia Maria da Silva	Realização de diagnóstico; elaboração de projeto de organização do arquivo; higienização; classificação; produção de arranjo documental; ordenação; acondicionamento; produção índice temático e de inventário; produção de relatório final.
Acervo particular do escritor Osias Nacre Gomes (correspondência) – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) Período da documentação	Antonio Ferreira Lopes	Realização de diagnóstico; ordenação; elaboração de quadro de arranjo; descrição (fichamento) da documentação; elaboração de índice temático; produção de catálogo das correspondências; produção de relatório final.
Arquivo Geral da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Situado, inicialmente, no subsolo do Hospital Santa Isabel.	Célia Gomes Carneiro; Elvira Maria Lianza Dias; Júlia Dolores D. Carneiro da Cunha; Teresinha Leal de Souza; Tereza de Lisieux P. Palitot.	Realização de diagnóstico; elaboração de projeto de organização do arquivo; classificação; produção de quadro de arranjo documental; elaboração de catálogo de correspondência; produção de índice temático; relatório final.
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)	Adolfo Júlio Porto de Freitas; Elizabeth Soares da Silva; Emeide Nóbrega Duarte; Jorge Tavares Moraes Filho; Maria Goretti S. Maux; Maria Salete Jacinto Silva; Simone V. Beltrão de Albuquerque.	Realização de diagnóstico; elaboração de projeto de organização do arquivo; elaboração de Plano de classificação; classificação dos documentos; ordenação; descrição; produção de inventário;

Fonte: arquivo do NDIHR.

Durante os estágios supervisionados, as coordenadoras, professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Dulce Amélia de Brito Neves, realizavam visitas periódicas aos discentes nos campos de estágios, discutiam as abordagens e a aplicação da teoria nos arquivos em que realizavam as práticas.

Ainda no ano de 1996, alguns instrumentos de pesquisas produzidos como conclusão de curso foram publicados pela Editora da UFPB em um único volume. O estágio no arquivo Lauro Pires Xavier deu origem a um catálogo, com resumo detalhado de 216 documentos, que compõem quatro subséries, da série Produção Intelectual entre as seis séries que compõem a totalidade do acervo, mais índices temático e onomástico. O critério para a escolha das séries foi a relevância temática para os pesquisadores, especificamente, das áreas de Botânica, Climatologia e Ecologia. O catálogo está estruturado a partir de três critérios: onde encontrar o documento (notação ou endereço do documento no acervo), quais informações continham (o resumo do documento, inclusive com referências de local, temporalidade e formato do documento) e o tamanho do documento (quantidade de folhas).

O resultado do estágio no acervo de Adhemar Victor de Menezes Vidal foi o inventário com a descrição de dez séries, totalizando 29 subséries, mais um índice temático. A tipologia documental foi o critério escolhido para a estruturação deste mecanismo de busca: correspondências, fotografias, publicações etc., ou seja, não foram as buscas realizadas pelos usuários pesquisadores ou não-pesquisadores. Foi estruturado em cinco categorias: notação, conteúdo (lista de documentos pertencentes a subsérie), as datas limites (a data cronológica mais antiga e a mais recente), a quantidade de documentos e um espaço para observações onde é possível fazer remissivas ou referência a outros documentos.

O terceiro e quarto arquivos são arquivos privados institucionais. O acervo do Centro de Documentação e Publicações Populares é parte do Arquivo Eclesiástico da Paraíba (AEPB), mas é caracterizado por acumular documentação referente a serviços prestados à própria instituição e instituições externas. O inventário produzido pela equipe é o resultado do trabalho de descrição de um subgrupo, de 24 séries e subséries constituídas a partir da tipologia documental. As autoras fazem referência em seu relatório às necessidades dos pesquisadores e a importância social do principal tema que caracteriza o arquivo do CEDOP, os movimentos sociais da cidade e do campo. Como categorias, foram definidas quatro: caracterização (o resumo dos documentos), as datas limites (datas cronológicas), a quantidade de documentos e a notação (localização no arquivo). Acompanha o inventário um índice temático.

O quarto mecanismo de busca que compõe a publicação, o catálogo da

correspondência da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, se estrutura a partir de documentos da Provedoria (as séries) e os gêneros documentais. É o arquivo permanente com documentação mais antiga (1824 a 1898) e com documentos manuscritos (321). No total foram descritos 642 documentos individualmente, pertencentes a duas subséries do gênero correspondência (cartas e ofícios). Foram escolhidas seis categorias: notação, ano de criação do documento, dia e mês de produção, remetente, destinatário e conteúdo. Vem acompanhado de índice temático.

Da análise desses relatórios finais de estágio supervisionado, observou-se que não houve um critério único no projeto dos catálogos dos arquivos visitados, analisados e descritos pela equipe de professores e alunos, característica que se repetiu na publicação final, e não há uma linguagem padronizada nas descrições dos catálogos.

7.3.3 Segundo Curso de Especialização em Organização de Arquivos

A proposta para o segundo curso de Organização de Arquivos foi encaminhada à CAPES ainda durante a realização do primeiro curso. Com início programado para julho de 1996 e término em dezembro do mesmo ano, a coordenação passou para a responsabilidade da professora Dulce Amélia de Brito Neves e a vice-coordenação para a professora Lúcia Guerra. O curso contava com uma coordenação geral e um Colegiado formado por um representante do DH, do Departamento de Serviço Social e do DBD. Sua autorização ocorreu através da Resolução nº 54/1996, de 21 de novembro de 1996 foi aprovada pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Neste momento, a professora Rosa Godoy era a Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

O início estava marcado para julho de 1996, mas foi remarcado para 01 de agosto em decorrência de uma greve. Além desse acontecimento não previsto, o curso teve seu término acelerado, o que foi motivo de inúmeras reclamações devido ao curto período para realização dos estágios supervisionados concomitante a realização de outras atividades do curso e de atividades empregatícias.

A secretaria continuou funcionando no Núcleo. A carga horária foi, novamente de 405 horas; ao todo foram ofertadas 35 vagas; foram 16 disciplinas, 13 professores, 10 pertencentes aos quadros da UFPB, 3 docentes de outras instituições; na época, 2 docentes possuíam curso de especialização, 5 curso de mestrado, 6 de doutorado.

Quadro 17 – Disciplinas e docentes do 2º CEOARQ (1996).

Disciplinas	Docentes	Carga horária
Administração e organização	Regina Toscano de Lyra	15
Análise documentária	Dulce Amélia de Brito Neves	15
Arquivo permanente	Neiliane Maia (substituiu Heloísa Liberalli Bellotto)	30
Arquivos Corrente	Rose Marie Inojosa	30
Documentos Especiais	Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues	15
Automação de arquivos	Luis Carlos Lopes	30
Conservação de documentos	Ana Isabel de Souza Leão Andrade	30
Cultura, Memória e Documentação	Rosa Maria Godoy Silveira	15
Diplomática e Paleografia	Mozart Vergetti de Menezes (substituiu Heloísa Liberalli Bellotto)	30
Direito administrativo	Manoel Alexandre Cavalcanti Belo	15
Estágio supervisionado	Lúcia de Fátima Guerra Ferreira Dulce Amélia de Brito Neves	60
Evolução Administrativa do Brasil	Élio Chaves Flores	15
Fundamentos Teóricos da Informação	Walkíria Toledo de Araújo	15
Introdução à Arquivologia	Emeide Nóbrega Duarte	15
Metodologia do Ensino Superior	Élio Chaves Flores	60
Métodos científicos	Marinalva de Sousa Conserva	-
Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica	Regina Célia Gonçalves	30
Tópicos Especiais em Arquivologia	Adolfo Júlio Porto de Freitas	15

Fonte: Arquivo do NDIHR.

No quadro 17, os nomes dos professores colocados entre parênteses são os descritos no projeto inicial, acima deles, os professores que efetivamente ministraram as disciplinas ofertadas. Os nomes das disciplinas divergem entre os documentos de criação e instituição (Projeto e Resolução) e os documentos gerados com as atividades do curso.

Novamente, estava programado para lecionar nesse curso três professores externos, dois viriam de São Paulo, Heloísa Liberalli Bellotto e Rose Marie Inojosa, e um do Rio de Janeiro, o professor Luis Carlos Lopes. Como podemos observar no quadro acima, apenas a professora Rose Marie Inojosa e o professor Luis Carlos Lopes participaram do curso,

ministrando a disciplina Arquivo Corrente e Automação de Arquivos, respectivamente. A professora Inojosa esteve presente no dia 28 de agosto e o professor Luis Carlos nos dias 25, 26 e 27 de novembro

A equipe de seleção deste segundo curso foi formada pelas professoras Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Dulce Amélia de Brito Neves, Emeide Nóbrega Duarte e pelo professor Adolfo Júlio Porto de Freitas. A seleção foi realizada em duas etapas, uma prova escrita sobre conhecimento da área e uma entrevista. Foram selecionados os seguintes candidatos:

Quadro 18 – Discentes do II CEOARQ (1996)

Nome	Naturalidade	Ocupação	Formação
Adolfo José Castor de Andrade	Campina Grande – PB	Instrutor SENAC	História
Alberta Amaral de Oliveira	Manaus – AM	-	Biblioteconomia
Angela Maria Gonzaga Diniz	Guarabira – PB	Auxiliar administrativa da Associação Serviço de Educação Popular (SEDUP)	História
Antonio Aurélio Cassiano de Andrade	Triunfo – PB	Coordenador de emprego e renda da Fundação de Ação comunitária (FAC)	História
Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira	Aroeiras – PB	Professora do DBD	Biblioteconomia
Carla Guedes Suassuna	João Pessoa – PB	Bibliotecária do Centro Cultural São Francisco PB	Biblioteconomia
Dioclécio de Brito	Lagoa de Dentro – PB	Coordenador de educação da Prefeitura Mun. De Lagoa de Dentro	História, Geografia e Letras
Edielson Jean da Silva Nascimento	João Pessoa – PB	-	História
Eliane Silva de Farias	Mamanguape – PB	Professora do Instituto Moderno de Mamanguape	História
Esmeralda Porfírio Sales ⁷³	Patos – PB	-	Biblioteconomia
Fabrizi Mesquita de Carvalho Sá	João Pessoa – PB	-	Biblioteconomia
Geovânia Fernandes de França	João Pessoa – PB	-	Biblioteconomia
Heliane Maria Idalino da Silva	João Pessoa – PB	Estagiária de Biblioteconomia Biblioteca setorial de Física UFPB	Biblioteconomia

⁷³ Professora efetiva do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba.

Quadro 18 – Discentes do II CEOARQ (1996)(continuação)

Nome	Naturalidade	Ocupação	Formação
Henrique Jorge Pontes Sampaio	Barbalha – CE	Estudante, bolsista UFPB	História
Hildenilson Pinheiro Carneiro	Campina Grande – PB	-	Ciências Contábeis
Idalina Maria de Holanda Linhares Neta	Brejo do Cruz – PB	-	História
Izabel Pereira de Lacerda	Conceição – PB	Assessora para assuntos adm. em geral da Secretaria de Finanças.	História
Jandira Ferreira de Lima Arantes	João Pessoa – PB	Assistente de administração (Coordenação de História, campus I)	História
Josefa Lopes de Sousa	João Pessoa – PB	Coordenadora de biblioteca setorial Geociências (UFPB, campus I)	Biblioteconomia
Lucia de Fátima Carneiro Henriques	Areia – PB	Chefe de núcleos e projetos do Gabinete Civil do Governador	História
Luiz Carlos Dantas de Melo	Guarabira – PB	Assessor de imprensa do Polo /sindical dos /trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco	Jornalismo
Maria do Rosário de Fátima Vasconcelos	João Pessoa – PB	Arquivista da UNIMED	Biblioteconomia
Maria do Socorro Silva	Itabaiana – PB	Professora do Centro Educ. e Mun. Dumerval Trigueiro Mendes	História
Maria Luiza Ferreira e Silva Lemos	Rafael Fernandes – RN	Bibliotecária da Secretaria de Infraestrutura da PB	Biblioteconomia
Maria Rosicléia de Araújo Silva	Campina Grande – PB	-	Ciências Contábeis
Mônica Amâncio do Nascimento	Rio de Janeiro – RJ	Professora do Instituto João XXIII, Esc. Est. Mons. Odilon Coutinho.	História
Mônica Maria Guedes de Souza	Recife – PE	Bibliotecária / Documentalista da UFRPE	Biblioteconomia
Nazaré Maria Tavares Ramos	João Pessoa – PB	Professora da FCJA	Geografia
Paulo Joary Ramos Silva	Barras – PI	Policial Militar (5º Batalhão PMPB)	História

Quadro 18 – Discentes do II CEOARQ (1996)(continuação)

Nome	Naturalidade	Ocupação	Formação
Rejane Vieira Viana	João Pessoa – PB	Assessora de Relações Públicas da Orquestra Sinfônica da PB	Relações Públicas
Ricardo Grisi Veloso	João Pessoa – PB	Assistente de notário do Arquivo Arquidiocesano da Paraíba	História
Ricardo José Rufino de Araújo	João Pessoa – PB	Agente de administração da SAELPA	História
Sônia de Oliveira Lins	Areia – PB	Bibliotecária da Biblioteca Central da UFPB	Lic. Em Ciências, Biblioteconomia
Vera Lúcia Ferreira da Silva	João Pessoa – PB	Bibliotecária do INSS (INAMPS)	Biblioteconomia
Veralucia Lima da Silva	João Pessoa – PB	Secretaria departamental (DLCV CCHLA/UFPB)	Administração

Fonte: Arquivo do NDIHR

Destes alunos, dez tiveram o direito de receber bolsa: Adolfo José Castor de Andrade, Ângela Maria Gonzaga Diniz, Dioclécio de Brito, Eliane Silva de Farias, Esmeralda Porfírio Sales, Idalina Maria de Holanda Linhares Neta, Luiz Carlos Dantas de Melo, Maria Luiza Ferreira e Silva Lemos, Maria Rosicléia de Araújo Silva e Mônica Maria Guedes de Souza.

Na documentação deste curso, as informações sobre os discentes diferem, sobre o segundo CEOARQ preservou-se o nome das pessoas que se submeteram a seleção e não foram aprovados: Elizabeth Oliveira de Almeida, José Roberto Silva Santos e Maria Dedice Ramos (História); Roberto Barbosa Pessoa (Tecnologia em cooperativismo); Maria José de Lima Lucena, Maria da Guia da Silva, Maria das Neves de Sousa Soares (Biblioteconomia); Anne Christine de Araújo (Administração); Crealúcia Soares de Lima (Pedagogia); Lucilena Gláucia Pinheiro Bezerra (não identificado).

Foram programadas visitas didáticas aos arquivos setoriais da UFPB: arquivos da PRA, PRAC, PRG, Arquivo Geral, Setor de Protocolo. E instituições externas: Banco do Nordeste do Brasil e a Fundação Joaquim Nabuco, esta ocorrida em 14 de novembro de 1996, sendo a equipe recebida pela Chefe da Coordenadoria de Documentos Textuais (DOTEX), Sra. Teresa Cristina de Souza Dantas.

Quadro 19 – Campo de Estágio Obrigatório do 2º CEOARQ

Local	Equipe	Atividades
Fundo Arquivístico de Gratuliano de Brito , localizado na FCJA	Maria do Rosário de Fátima Vasconcelos; Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira; Sônia de Oliveira Lins; Heliane Maria Idalino da Silva; Alberta Amaral de Oliveira.	Diagnóstico; projeto de organização de arquivo;
Arquivo Permanente da Fundação Margarida Maria Alves , Centro de Defesa dos Direitos Humanos, localizado no AEPB.	Geovânia Fernandes de França; Hildenilson Pinheiro Carneiro; Idalina Maria de Holanda Linhares Neta; Maria Luiza Ferreira e Silva Lemos; Maria Rosicléia de Araújo Silva; Maria do Socorro Silva.	Levantamento bibliográfico; entrevista; Diagnóstico; projeto de organização de arquivo; higienização; produção de quadro de arranjo; classificação da documentação; ordenação dos documentos; acondicionamento e elaboração de instrumento de pesquisa.
Arquivo da Escola de Serviço Social do CCHLA	Eliane Silva de Farias; Izabel Pereira Lacerda; Jandira Ferreira de Lima Arantes; Lúcia de Fátima Carneiro Henriques; Mônica Maria Guedes de Souza.	Projeto de organização de arquivo; diagnóstico; mensuração da documentação; classificação; ordenação; produção de relatório final;

Quadro 19 – Campo de Estágio Obrigatório do 2º CEOARQ (continuação)

Local	Equipe	Atividades
Arquivo do Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares (SEAMPO), do CCHLA.	Ângela Maria Gonzaga Diniz; Antônio Aurélio Cassiano de Andrade; Edielson Jean da Silva Nascimento; Henrique Jorge Pontes Sampaio; Luiz Carlos Dantas de Melo.	Projeto de organização de arquivo; diagnóstico; higienização; definição de quadro de arranjo; classificação; avaliação documental e separação de documentos para descarte; ordenação; acondicionamento; notação; descrição; produção de relatório final;
Acervo Produção Intelectual de Dom José Maria Pires , do AEPB	Carla Guedes Suassuna; Rejane Vieira Viana; Ricardo Grisi Velôso; Ricardo José Rufino de Araújo.	Projeto de organização de arquivo;
Acervo da Orquestra Sinfônica da Paraíba , do Centro de Documentação e Pesquisa Musical José Siqueira, localizado na Fundação Espaço Cultural	Adolfo José Castor de Andrade; Mônica Maria Guedes de Souza; Rejane Vieira Viana; Ricardo Grisi Velôso; Ricardo José Rufino de Araújo.	Diagnóstico;

Fonte: Arquivo do NDIHR.

Houve contatos e reuniões para a realização do Estágio supervisionado obrigatório no Arquivo da Polícia Militar da PB, com a Fundação Espaço Cultural (FUNESC) e com o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC/CCS/UFPB), não sendo possível naquele momento a sua execução. Entendemos que a coordenação do curso foi procurada por essas instituições para o desenvolvimento de organização de arquivos.

A imersão dos alunos em atividades práticas em arquivos para a realização do estágio supervisionado, com frequência ultrapassava a carga horária da disciplina (60 horas). A equipe que trabalhou no arquivo privado Gratuliano da Costa Brito foi formada por cinco bibliotecárias que permaneceram quase o dobro da carga horária exigida. Iniciaram as atividades pela higienização e, surpreendentemente, realizaram pequenas restaurações, reparos com papel chinês, tratamento de perdas de suporte e dobraduras, um conteúdo resumidamente apresentado no curso. Pressupondo que alguns discentes despertaram para o tema restauração anteriormente ou como consequência do curso.

Foi escolhido o modelo catálogo para a produção de um instrumento de busca, que incluiu um índice onomástico, contendo 384 documentos manuscritos (correspondências), referentes ao período em que Gratuliano esteve na função de interventor do estado da Paraíba.

Infelizmente, o relatório do estágio não apresentou o catálogo produzido durante a intervenção e, supomos, que este catálogo não chegou a ser publicado.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba foi criado pela Arquidiocese no ano de 1976, mesmo ano de criação do NDIHR, e foi o primeiro centro de defesa de Direitos Humanos criado no país. No ano de 1994, passou a se chamar Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMMA). A equipe que participou do estágio nesta instituição era formada por seis pessoas, trabalhou 6.532 documentos, produzidos do momento de sua criação, ordenados por séries e dossiês. Foi uma preocupação dos membros da equipe a definição de descritores e temas, princípios trabalhados pela Biblioteconomia. A carga horária da disciplina também foi insuficiente para a conclusão de todas as etapas, sendo necessárias

30 horas a mais de trabalho (RELATÓRIO, 1997): pesquisa bibliográfica, realização de entrevista com funcionários e elaboração de diagnóstico, separação, classificação, ordenamento, descrição, produção de instrumento de busca e treinamento dos servidores do setor (apresentação do resultado aos funcionários do arquivo). Por fim foi produzido um inventário, estruturado nas categorias: nº do documento, série, caracterização, datas limite, quantidade, notação e temas.

O arquivo da SEAMPRO foi um dos poucos arquivos correntes trabalhados. Era um setor da Universidade Federal da Paraíba, ligado ao CCHLA, criado com o objetivo de prestar serviços a movimentos populares. Possuía característica interdisciplinar como o NDIHR, parte de seu arquivo era fechado. Realizou-se uma separação de documentos para descarte e utilizou-se cores para identificação de grupos. A orientação foi feita pela professora Dulce Amélia de Brito Neves e o resultado dessa intervenção “foi percebido como de grande valia pelos funcionários do órgão” (RELATÓRIO, p. 6).

No acervo Produção Intelectual de Dom José Maria Pires, o trabalho dos estagiários voltou-se para a documentação do fundo Chancelaria, série Documentação dos Bispos e subséries Cartas pastorais e pronunciamentos, onde se encontra grande parte da produção intelectual do arcebispo da Paraíba aposentado Dom José Maria Pires. Cronologicamente datados entre 12 de novembro de 1996 a 25 de janeiro de 1997, totalizam 425 documentos. Neste arquivo, destacou-se as condições físicas diferenciadas deste arquivo, resultado do projeto de organização anteriormente realizado, e a estruturação da documentação em fundos, séries e subséries. Diferentemente da experiência anterior do 1º CEOARQ, introduziu-se a preocupação com o controle do vocabulário na produção dos instrumentos de busca. Ao fim, foi produzido um índice temático.

O relatório final apresentou apenas o modelo de catálogo produzido pela equipe, neste

deu-se prioridade a três categorias de informação: a notação, o conteúdo e a data.

Como anteriormente citado, o acesso a estes arquivos poderia ocorrer através de alguém envolvido no próprio curso de especialização, ou como discente que era simultaneamente coordenadora de um acervo ou uma professora que facilitava a realização do estágio supervisionado. Observou-se que, no 2º CEOARQ, a arquivista e coordenadora do Setor de Documentação e Arquivo da Fundação Casa José Américo, Ana Isabel de Souza Leão Andrade foi professora na disciplina Conservação de Documentos facilitando o acesso aos acervos da FCJA.

No caso do acesso ao acervo Produção Intelectual de Dom José Maria Pires, situado no AEPB, as estagiárias tiveram como colaboradora a discente do 1º CEOARQ, Tânia Maria da Silva, e da especialista em Organização de arquivos, Laudereida Eliana Marques Moraes, que exercia a função de notária do AEPB naquele momento.

7.3.4 Terceiro Curso de Especialização em Organização de Arquivos

Assim como aconteceu no curso anterior, o projeto do terceiro CEOARQ foi elaborado e encaminhado à CAPES durante a realização do segundo curso. A previsão era iniciar em agosto de 1997 com término em janeiro de 1998, mas segundo a documentação, a organização do terceiro curso se iniciou em março de 1997, ainda durante a realização do segundo curso.

Voltado para o público não docente, foi cadastrado na área das Ciências Sociais Aplicadas, Arquivologia e agregou novamente os três setores: Departamento de História (CCHLA), Departamento de Biblioteconomia e Documentação (CCSA) e o NDIHR. A carga horária permaneceu a mesma, mas foram remanejadas 15 horas aulas da disciplina Diplomática e Paleografia para o Estágio Supervisionado (FORMULÁRIO, s/d).

Participou da comissão de seleção as professoras Emeide da Nóbrega Duarte, Bernardina Maria Juvenal Freire, Regina Célia Gonçalves, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Neiliane Maia e os pesquisadores Maria Beatriz Ferreira Lavieri, Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues e Jorge Tavares Moraes Filho (PORTARIA 01/97-CEOARQ, 1997). Inscreveram-se e compareceram à seleção, que aconteceu no dia 09 de julho de 1997, 39 candidatos, 37 foram classificados e 35 foram selecionados para o curso.

Quadro 20 – Discentes do III CEOARQ (1997)

Nome	Naturalidade	Ocupação	Formação
Anete de Oliveira Freitas	João Pessoa – PB	Assistente em administração na UFPB	Biblioteconomia e Psicologia
Antônio Genésio de Sousa Filho	Campina Grande – PB	Servidor da Biblioteca setorial do CCSA/UFPB	Administração
Aucileide Mary Alves Fontes de Medeiros	José da Penha – RN	Assistente em administração no CCJ/UFPB	Biblioteconomia
Geane de Luna Souto	Esperança – PB	Escola Mun. José Américo de Almeida	Letras
Gilson Florêncio da Rocha	Cabedelo – PB	Administrador escolar na EEPG Imaculada Conceição	Pedagogia
Gilvanildo Fernandes de Brito	Santa Rita	-	Biblioteconomia
Irene de Lima Jorge	Juazeirinho – PB	-	Biblioteconomia
Iza Belarmino da Silva	João Pessoa – PB	Auxiliar de enfermagem na Prefeitura de Bayeux	Biblioteconomia
Jaqueline Bezerra	Brasília	-	Biblioteconomia
José Mariano Neto	Caicó – RN	Assistente de administração – UFPB	Letras
José Romero de Araújo Cardoso	Pombal – PB	-	Geografia
Josinete Cavalcanti da Rocha	João Pessoa – PB	Educadora na Creche Fabiana Lucena – SETRAS	Biblioteconomia
Ladjane de Fátima Gouveia Costa	João Pessoa – PB	Agente administrativo no Instituto de Previdência do Estado da Paraíba	Biblioteconomia
Lucilena Gláucia Pinheiro Bezerra	Belém – PA	Secretaria de Estado de Administração (SEAD)	Biblioteconomia
Lucineide Fernandes Gomes	Patos – PB	-	Biblioteconomia
Magno Alexon Bezerra Seabra	João Pessoa – PB	-	Pedagogia
Maria das Graças Amaro da Silva	Bananeiras – PB	Coordenadora de vídeo e fotografia do SESC	Comunicação Social
Maria das Graças Justino	(?)	(?)	História
Maria de Fátima Vasconcelos de Araújo	-	Professor da Escola Liliosa P. Leite.	Pedagogia
Maria Meiriane Vieira Ponce Leon [Rocha]	(?)	Professora substituta do DBD/UFPB	Biblioteconomia
Maria José de Lima Paiva	João Pessoa – PB	Professora na Escola Est. Prof. Antonio Gomes, Bayeux	História
Nigéria Pereira da Silva Gomes	João Pessoa – PB	Oficial de promotoria na Procuradoria Geral da República	Biblioteconomia

Quadro 20 – Discentes do III CEOARQ (1997) (continuação)

Nome	Naturalidade	Ocupação	Formação
Raimunda Nonata de Lima	Mauriti – CE	Técnica em documentação na Procuradoria da República	Biblioteconomia
Reinéria Sônia de Lacerda	Conceição – PB	Professora no Centro Educacional Monteiro Lobato, Bonito de Santa Fé.	História
Ricardo Clark Serrano	Maceió – AL	Técnico Judiciário no Tribunal Regional do Trabalho.	História
Rosane Helena Correia Paes Araújo	João Pessoa – PB	Caixa Econômica Federal	Biblioteconomia
Rosângela Gonçalves da Silva	Rio de Janeiro – RJ	-	Biblioteconomia
Rosemary Monteiro Gondim	Salgueiro – PE	-	Ciências Sociais
Sandra Maria Ribeiro Almeida	Recife – PE	Biblioteca Central da UFPB	Biblioteconomia
Simone Nogueira Pedrosa	Belém do Pará – Pará	-	Biblioteconomia
Sueli Fidelis da Silva	João Pessoa – PB	Escritório de Advocacia Roberto Luna Freire.	Biblioteconomia
Valdira Costa	Campina Grande – PB	Bibliotecária do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UFPB (campus II)	Biblioteconomia
Vaneide Delmiro Neves	João Pessoa – PB	-	Psicologia
Vaneide Farias Siqueira	João Pessoa – PB	-	Biblioteconomia

Fonte: Arquivo do NDIHR.

O terceiro curso de Especialização teve a professora Regina Célia Gonçalves como coordenadora e Dulce Amélia de Brito Neves como vice- coordenadora. Da mesma forma como na documentação do Segundo CEOARQ, preservou-se o nome de candidatos não aprovados na seleção: Maria de Fátima da Silva, Márcia Maria Buarque de Arruda, Magno A. Bezerra Seabra e Irismar Batista de Lima.

Quadro 21 – Disciplinas ofertadas pelo 3º CEOARQ (1997).

Disciplinas	Docentes	Carga horária
Administração e organização	Regina de Fátima Almeida Toscano de Lyra	15
Análise documentária	Dulce Amélia de Brito Neves	15
Arquivo Permanente	Neiliane Maia	45
Arquivos Correntes	Lúcia de Fátima Guerra Ferreira	45
Arquivos Especiais / Documentos Especiais	Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues	15
Automação de arquivos	Dulce Amélia de Brito Neves	15
Conservação de documentos	Ana Isabel de Souza Leão Andrade	15
Cultura, Memória e Documentação	Rosa Maria Godoy Silveira	15
Paleografia e Diplomática	Mozart Vergetti de Menezes	15
Direito administrativo	Antônio Carlos Moreira	15
Estágio supervisionado	Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Therezinha Gloriete Pimentel Rodrigues, Dulce Amélia de Brito Neves	90
Evolução Administrativa do Brasil	Élio Chaves Flores	15
Fundamentos Teóricos da Informação	Dulce Amélia de Brito Neves	15
Introdução à Arquivologia	Emeide Nóbrega Duarte	15
Metodologia científica aplicada a Arquivística	Regina Célia Gonçalves; Lúcia de Fátima Guerra Ferreira	45
Tópicos Especiais em Arquivologia	Adolfo Júlio Porto de Freitas	15

Fonte: Arquivo do NDIHR; históricos escolares

Os campos de realização de Estágio supervisionado obrigatório foram os seguintes arquivos ou conjunto documental:

Quadro 22 – Campo de Estágio Supervisionado do 3º CEOARQ

Local	Equipe	Atividades
Caixa Econômica Federal (acervo fotográfico), localizado na biblioteca da Caixa.	Rosemary Monteiro Gondim; Rosângela Gonçalves da Silva; Raimunda Nonata de Lima; Maria das Graças Amaro da Silva; Irene de Lima Jorge; Rosane Helena Correia Paes de Araújo. Supervisão: Gloriete Pimentel	Pesquisa bibliográfica; Seleção e identificação do acervo fotográfico; elaboração de catálogo do acervo fotográfico e de índice onomástico;
Arquivo Juarez da Gama Batista , localizado da FCJA	Aucileide Mary Alves F. de Medeiros; Maria de Fátima V. Araújo; Ladjane de Fátima Gouveia Costa; Josinete Cavalcante da Rocha. Supervisão: Ana Isabel de Souza Leão Andrade	Resumo e indexação de correspondências; elaboração de projeto de organização e índice onomástico; construção de catálogo; elaboração de relatório final.
Diretoria de Apoio Funcional , Ministério Público Estado da Paraíba no Ministério Público do Estado, Procuradoria Geral da Justiça	Lucilena Gláucia P. Bezerra; Valdira Costa; Sandra Maria Ribeiro Almeida; Nigéria Pereira da S. Gomes; Anete de Oliveira Freitas. Supervisão: Jorge Tavares	Entrevista com servidores da instituição; levantamento bibliográfico; mensuração de documentos; leitura e discussão com supervisor; elaboração de projeto de organização; diagnóstico; pré-tabela de temporalidade; classificação documental; elaboração de relatório final.
Faculdade de Filosofia da Paraíba , pertencente ao Arquivo do CCHLA/UFPB	José Romero Araújo Cardoso, Maria José de Lima Paiva, Reinéria Sônia de Lacerda, Ricardo Clark Serrano, Sueli Fidelis da Silva, Vaneide Farias Siqueira. Supervisão: Maria Vitória Barbosa Lima	Projeto de organização; Elaboração de inventário; índice temático;
Fundo arquivístico Conselho Pastoral, Grupo Centro de Defesa dos Direitos Humanos , série Documentos da Ditadura Militar.	Antônio Genésio de Sousa Filho; Gilvanildo Fernandes de Brito; Iza Belarmino da Silva; Jaqueline Bezerra; Lucilena Gláucia Pinheiro Bezerra; Simone Nogueira Pedrosa	Projeto para elaboração de instrumento de pesquisa; Elaboração de catálogo.
Acervo Juarez da Gama Batista (cartas: 1940 a 1980), localizado na FCJA	Aucileide Mary Alves Fontes de Medeiros; Josinete Cavalcanti da Rocha; Ladjane de Fátima Gouveia Costa; Maria de Fátima Vasconcelos de Araújo.	Elaboração de projeto de organização de arquivos; Diagnóstico; Quadro de arranjo; Catálogo e índice temático (de assuntos) e onomástico; relatório final;
Arquivo da Subcoordenação de Desenvolvimento do Artesanato (SUDART) , sob a guarda no Núcleo de Pesquisa e Documentação Popular (NUPPO), Da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC/UFPB)	Geane de Luna Souto; Gilson Florêncio da Rocha; José Mariano Neto; Maria Meiriane V. Ponce Leon [Rocha]; Vaneide Delmiro Neves;	Elaboração de projeto; diagnóstico; elaboração de quadro de arranjo; elaboração de relatório final;

Fonte: Arquivo do NDIHR.

Alguns arquivos foram sugeridos para servirem como campo de estágio ou para realização de atividades das disciplinas: Arquivo Eclesiástico da Paraíba, Fundação Casa de José Américo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP), Delegacia do Ministério da Educação e Cultura (DEMEC), Arquivo do NUPPO, Núcleo de Saúde Coletiva (NESC/CCS/UFPB), Ministério Público Federal, Arquivo do CCHLA, este último, foi local de aulas práticas na disciplina Tópicos Especiais em Arquivologia, na qual os alunos realizaram diagnóstico. Arquivos para realizar visita técnica: Arquivo Eclesiástico da Paraíba; Fundação Casa de José Américo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, para conhecer o Acervo permanente de Flávio Maroja; Fundação Joaquim Nabuco, visita realizada no dia 14 de novembro de 1997, com o objetivo específico de conhecer o Arquivo Institucional, o Arquivos do CEHIBRA, setor de Microfilmagem, o Museu do Homem do Nordeste e o laboratório de Restauração. O trabalho da equipe de estagiários trabalhando na Caixa Econômica Federal (CEF) foi o único que propôs trabalhar com documentação chamada, na época, especiais: fotografias. Na construção do catálogo de fotografias da CEF, realizou-se pesquisa bibliográfica específica sobre o tema, mas a estrutura do catálogo é semelhante aos demais, composto pelas categorias notação, local/data, descrição, dimensão, quantidade, cores, estado de conservação. A discussão teórica é reduzida, as únicas informações específicas relativas a fotografias são a descrição superficial dos elementos representados nas imagens, a coloração e dimensões do suporte.

O acervo da Faculdade de Filosofia da Paraíba, faz parte do Arquivo do CCHLA/UFPB. Na FAFI, os discentes receberam a orientação de Maria da Vitória Barbosa Lima, ex-aluna do I CEOAQ, pesquisadora e bolsista CNPq em projeto de organização do arquivo do CCHLA.

Em sua estrutura do catálogo elaborado como exercício final, a terminologia utilizada para definição das categorias descritivas foram: Caracterização (descreve a tipologia documental) datas limites cronológicas, quantidade, notação e observações gerais que serviam para realizar uma descrição da forma dos documentos, número do documento, quantidade de folhas e conteúdo. Acrescentou-se uma lista de abreviaturas e índice remissivo (temático);

O arquivo de Juarez da Gama Batista sendo um arquivo privado pessoal, é acompanhado de dados biográficos e resumo da produção bibliográfica do escritor. Foram trabalhadas as correspondências recebidas ou enviadas entre 1940 e 1980. As categorias escolhidas para o catálogo foram autor, resumo, local, data, notação.

A realização do estágio supervisionado na Diretoria de Apoio Funcional (DIAFU) do Ministério Público do Estado da Paraíba gerou um projeto de elaboração de tabela de temporalidade sob a orientação da bibliotecária e especialista em Arquivos Simone V. Beltrão

de Albuquerque e Supervisão do historiador e especialista Jorge Tavares de Moraes Filho, ainda no ano de 1997. No arquivo do NDIHR encontramos tanto uma cópia do projeto quanto uma pré- tabela de quatro setores da instituição: Diretoria de Apoio Funcional (DIAFU), Coordenadoria de Controle de Processos e Pareceres (COPAR), Coordenadoria de Assessoria Técnica (CODAT), Coordenadoria de Biblioteca (CODEB).

Em abril de 1997, o NDIHR trouxe a Paraíba a Professora Mariza Bottino de Albuquerque, então diretora do Arquivo Central da Universidade do Rio de Janeiro para fazer assessoria aos projetos de organização dos arquivos do CCHLA e do NDIHR, entretanto, foi a oportunidade que permitiu a oferta do curso “Arquivo: organização e perspectivas”, no dia 07 de maio, na Fundação Casa de José Américo.

Em junho de 1997, a UFF enviou para a coordenação do CEOARQ a proposta de curso “novas tecnologias da informação e os arquivos” a ser ministrado entre 29 de setembro e 01 de outubro de 1997. Houve contato verbal e quem respondeu a essa correspondência foi Clarice Muhlethaler de Souza do Departamento de Documentação. Não há informações sobre a efetiva realização deste curso nos arquivos do Núcleo. Inferimos que este curso deveria ocorrer simultaneamente à realização do quarto CEOARQ, aproveitando, assim, a presença da professora no Estado da Paraíba.

7.3.5 Quarto Curso de Especialização em Organização de Arquivos

Durante a realização do 3º curso de especialização, foi elaborado o projeto para o quarto curso. Nessa proposta, foram convidadas duas professoras do Rio de Janeiro e São Paulo, do Rio de Janeiro, viria a professora Clarice Muhlethaler de Sousa, da Universidade Federal Fluminense; de São Paulo retornaria a professora do IEB Rosie Marie Inojosa. Ficou registrado no projeto inicial que o estágio supervisionado teria um professor como responsável geral e sete professores orientadores, cada professor com cinco alunos-orientandos. A coordenação seria da professora Dulce Amélia de Brito Neves.

Após a formalização da proposta, em 20 de janeiro de 1999, foi solicitado o cancelamento do IV CEOARQ, que estava previsto para o período de junho a dezembro de 1999 (1998.2). Provavelmente, o indeferimento do financiamento do curso pela CAPES foi um motivo definitivo.

7.3.6 Considerações sobre os Cursos de Especialização em Organização de Arquivos

No parecer da CAPES que negou financiamento ao quarto cursos de especialização, destacaram-se alguns pontos: não havia mestre ou doutor na área específica da Arquivologia envolvido no projeto; a produção em Arquivologia dos docentes do curso era inexpressiva; acervos bibliográficos e recursos em informação eram limitados; o projeto não permitia avaliar a demanda pelo curso; os cursos anteriores, para a CAPES, não teriam permitido uma formação crítica dos alunos, pois, permitiu formar generalistas em Arquivologia; ementas mal redigidas, ou seja, em formato de conteúdo programático apenas, além de inconsistências relevantes em relação a conteúdo específico ofertado em disciplina diferente; bibliográfica insuficiente e defasada e, mais importante:

Este currículo se assemelha ao do curso de graduação em Arquivologia, onde se dispõe de carga horária compatível. Na minha opinião, a especialização poderia ser num, ou noutro campo da Arquivologia: Gestão de documentos ou Gestão da Informação, Arquivos Permanentes, ou talvez até em algum de seus múltiplos aspectos; (PARECER, 1997)

Diante desta avaliação negativa, encerraram-se as experiências com cursos de especialização em organização de arquivos na UFPB. Aqui, gostaríamos de fazer, primeiramente, a comparação entre as ofertas de disciplinas nestes cursos. O quadro abaixo mostra o resumo das ementas em cada um deles. Infelizmente, a documentação do terceiro CEOARQ foi limitada em relação a preservação de suas ementas. Observamos também que de uma edição para outra houve mudanças nos títulos das disciplinas ou nos conteúdos (divisão de disciplinas ou fusões).

Quadro 23 – Comparação das ofertas e objetivos das disciplinas dos CEOARQ (1995-1998)

CONTEÚDO DAS DISCIPLINAS	1º	2º	3º	4º
Administração (A) – teoria da burocracia contribuição de Max Weber. As disfunções da burocracia. Análise da estrutura da organização. Normas de construção de organogramas.	X	X	-	-
Administração e Organização – Teoria burocrática. Contribuição de Max Weber. As disfunções da burocracia. Análise da estrutura da organização. Normas de construção de organogramas.	-	-	-	X
Análise Documentária (AD) – sentido da análise documentária. Análise de texto: resumo e palavras-chave. Indexação e vocabulário controlado. Documentação e linguística.	X	X	-	X
Arquivo Corrente (AC) – produção e valor documental. Classificação e formas de recuperação da informação. avaliação e Tabela de Temporalidade.	-	X	-	X

CONTEÚDO DAS DISCIPLINAS	1º	2º	3º	4º
Arquivos de Empresas e Arquivos Especiais (AEAE) – conceituação empresas públicas e privadas. Tratamento da informação documental. Tipos de documentação e de arquivos. Definição e caracterização de arquivos especiais: audiovisuais, sonoros, fotográficos. Técnicas de descrição, indexação e conservação.	X	-	-	-
Arquivo Permanente (AP) – organização e operacionalização de arquivos intermediários. Princípios e estruturação dos arquivos permanentes. Classificação e ordenação. Descrição, instrumentos de pesquisa e difusão cultural.	-	X	-	X
Automação, microfilmagem e conservação de arquivos (AMCA) – conceitos básicos de informática. Bancos de dados. Automação de arquivos. Técnicas da microfilmagem. Gerenciamento da informação em microfilme. Caracterização dos suportes da informação. Agentes causados da deterioração de documentos. Medidas e tratamentos para a conservação de documentos. Noções de restauração.	X	-	-	-
Automação de Arquivos (AA) – conceitos básicos de informática. Bases e bancos de dados. Automação de arquivos.	-	X	-	X
Conservação de Documentos (CD) – agentes causadores da deterioração de documentos. Medidas e tratamentos para a conservação de documentos. Noções de restauração.	-	X	-	X
Cultura, memória e documentação (CMD) – interpretação de cultura. História e memória: reminiscência e esquecimento. Memória e lugares de memória. Lugares de memória e suportes de memória.	X	X	-	X
Diplomática e paleografia (DP) – conceituação e origem da Diplomática. Documento arquivístico e tipologia documental. História, conceito e objeto da paleografia. Escritas antigas, medieval e moderna. Técnicas de transcrição de textos.	X	X	-	X
Direito administrativo (DA) – governo e administração pública. Teoria fundamental do Direito Administrativo. Organização da administração pública brasileira. Atos e contratos administrativos. Poderes administrativos. Serviço público e servidores públicos.	X	X	-	X
Documentos especiais (DE) – definição e caracterização de documentos: audiovisuais, sonoros, fotográficos. Técnicas de descrição, indexação e conservação.	-	X	-	X
Estágio Supervisionado (ES) – Desenvolvimento de atividades articulando os conhecimentos teóricos com a prática arquivística em arquivos correntes e/ou permanentes de natureza pública ou privada.	X	X	X	X
Evolução administrativa do Brasil (EAB) – a problemática do estudo da Evolução Administrativa no Brasil. As ordenações do Reino de Portugal e a administração no Brasil colonial. A organização do Estado brasileiro durante os períodos imperial e republicano.	X	X	-	X
Fundamentos teóricos da informação (FTI) – conceitos da Teoria da Informação. elementos da Teoria da Informação: mensagem, repertório, ruído, inteligibilidade, redundância.	X	X	-	X
Gestão de documentos I (GD I) – caracterização dos arquivos correntes. Registro e controle: classificação e indexação. Formas de recuperação da informação. processo de transferência de documentos para os arquivos intermediários. **	X	-	-	-
Gestão de documentos II (GD II) – sistemas de arquivos. Organização e operacionalização de arquivos intermediários. Tabela de temporalidade. Princípios e valores dos arquivos permanentes. Teoria e estrutura dos fundos documentais. Descrição e instrumentos de pesquisa. Atividades editoriais, socioculturais e educativas dos arquivos históricos. **	X	-	-	-

Quadro 23 – Comparação das ofertas e objetivos das disciplinas dos CEOARQ (1995-1998)
(continuação)

CONTEÚDO DAS DISCIPLINAS	1º	2º	3º	4º
Introdução a Arquivologia (IA) – histórico e conceituação da arquivologia. Órgãos de documentação e arquivos. Tipologia e classificação dos documentos.	X	X	-	X
Metodologia científica (MC) – abordagens dos principais enfoques teóricos no campo da metodologia científica. Os problemas básicos da investigação científica. A escolha do objeto de pesquisa. A pesquisa arquivística. Elaboração de diagnóstico e projeto de organização de arquivos.	-	X	-	-
Metodologia do Ensino Superior (MES) – a função da universidade e o ensino de 3º grau na sociedade brasileira. Abordagem do ensino e suas implicações no processo didático-pedagógico. Da organização do ensino.	X	-	-	-
Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica (MTPH) – relação entre arquivo e História. A pesquisa histórica. A prática da pesquisa historiográfica.	X	-	-	-
Metodologia Científica Aplicada à Arquivologia (MCA) – modalidades da investigação científica. A pesquisa arquivística. Elaboração de diagnóstico e de projeto de organização de arquivo.	-	-	-	X
Tópicos especiais em arquivologia (TEA) – notariado: princípios do direito notarial. Notariado e arquivo. Legislação arquivística: princípios da legislação sobre arquivos públicos e privados no Brasil. Arquivos e história: acervos paraibanos e a pesquisa histórica. *	X	X*	-	X

Fonte: Arquivo do NDIHR. Projeto apresentado à CAPES; Ementas das disciplinas.

No 1º CEOARQ, 78,78% dos alunos matriculados chegaram a conclusão; no 2º CEOARQ esse número subiu para 85,71%. Consideramos um número expressivo de discentes formados através desses cursos.

Muito mais importante do que os dados quantitativos foi o impacto no DBD que passou a contar com especialistas em organização de arquivos. Podemos citar, o professor Adolfo Júlio Porto de Freitas, a professora Emeide Nóbrega Duarte, a professora Maria Meriane Vieira da Rocha e a professora Bernardina Freire, alunos e alunas do 1º e 2º CEOARQ. A partir de então, docentes em atividade ou atualmente aposentados da UFPB, passaram a se projetar na Arquivologia paraibana. A professora Esmeralda Porfírio de Sales, atualmente docente do curso de Arquivologia da UEPB, foi aluna do 2º CEOARQ.

Além desses docentes, alguns alunos tornaram-se parte do grupo de profissionais que

participavam dos projetos de organização de arquivos e cursos de curta duração ofertados com a chancela do NDIHR, é o caso da arquivista e historiadora Ana Andreia Vieira de Castro, arquivista da UFPB, aluna do 1º CEOARQ, membro do Grupo de Estudos Arquivísticos (GEARQ) do qual fazem parte as arquivistas Irene Fernandes, Laura Helena Amorim, Lúcia Guerra, professores da UFPB e da UEPB, colaboradora na construção do projeto do Arquivo Público do Estado da Paraíba e cogitada para ser sua coordenadora. A professora Maria da Vitória Barbosa Lima, docente da Universidade Estadual do Piauí, participante de projetos de organização de arquivo, destacando-se a organização do CCHLA e do Projeto Resgate, citado anteriormente, e pós-doutora em Ciência da Informação pelo PPGCI da UFPB, com inúmeras publicações sobre o NDIHR em ENANCIBs, em parceria com Laudereida Moraes e docentes em diversos cursos de extensão sobre organização de arquivos e Paleografia. A bibliotecária Geovânia Fernandes de França, aluna do 2º CEOARQ, docente em cursos de curta duração como o ofertado para os servidores da Assembleia Legislativa e na cidade de Cuité, bolsista em vários projetos, como o da organização do IHGP e de outros projetos menos expressivos não citados até o momento⁷⁴⁷⁰.

Portanto, a realização desses cursos de especialização favoreceu a ampliação da rede de profissionais da área de Arquivologia no Estado, aspecto que precisaria ser aprofundado em outras pesquisas.

7.4 Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba

De acordo com a professora Esmeralda Porfírio, a ESPEP foi o local onde funcionou o curso de Graduação da UEPB em seus anos iniciais, mas essa escola já tinha um histórico de oferta de cursos que abordavam as técnicas arquivísticas anterior a criação dos cursos de graduação no Estado.

Esse [curso] da ESPEP foi assim, uma coisa bem... era sempre Ana Isabel. Eu fui, é uma história bem interessante, tem uma história. Eu fui procurar a UEPB, a UEPB não começou não ESPEP? Eu fui procurar a Coordenação de Arquivologia da UEPB, lá na ESPEP, eu acho que era para deixar só um currículo aí eu entrei na sala que era a sala da diretora da ESPEP e disse: “Eu quero saber onde é a sala da Coordenação de Arquivologia”, “Como é seu nome?”. Eu disse: “É Esmeralda”, “Ah, é você que é a Esmeralda? Minha filha, eu já lhe procurei tanto”; eu disse: “E foi?”, “Foi, vá ali no núcleo deixe seu nome e seus dados

⁷⁴ Como o projeto de elaboração de Tabela de Temporalidade da Empresa de Águas e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) que, infelizmente, não foi concluído.

para você ministrar um curso aqui”... “Eu estava atrás de você, e ninguém sabia seu contato”. E eu fui, professora Zélia, inclusive o cunhado dela, já foi secretário do Estado, da Administração, e é professor da Universidade. Eu dei meus dados e comecei. Foi através dela. Um acaso. E eu fiquei um tempinho lá ministrando cursos na ESPEP. Mudou a gestão... A ESPEP é diferente do município, os cursos de lá, porque eles abrem também para outras instituições que não só estadual, municipal, federal. Um público gigante, de todas as áreas, mas teve um curso que eu ministrei com mais de 50 alunos. Era para diversas secretarias que eram vinculadas à ESPEP. Depois, eu ministrei um bem fechado, só para Secretaria da Administração, que foi solicitado. Já ministrei um pela ESPEP só para a EMPASA que foi exigência do órgão que fiscaliza a documentação do Estado. Era controle externo, parece na época, e eles queriam que a documentação ficasse de acordo com as resoluções do CONARQ, que era para eles fazerem a auditoria. Esse foi 20 horas, só para essa secretaria. E o último que eu ministrei foi para administração, foi dividida em três segmentos, para os servidores só da Gerência Operacional de Arquivo e Documentação, outro só para o pessoal vinculado ao protocolo e outro para todo o servidor da Secretaria da Administração.”(SALES, 2021, p.23).

Concluída as experiências com cursos de especialização, o chegou ao NDIHR propostas de lecionar em cursos de curtíssima duração para o Estado da Paraíba, também através da ESPEP.

Para entendermos o perfil desses cursos, analisamos as ementas da disciplina Arquivos Permanentes promovido pela instituição e ministrado por Gloriete Pimentel, que ministrou a disciplina, entre 28 de agosto e 13 de setembro de 2000. Com o título *Documentação e Organização de Arquivos*, a disciplina foi estruturada com 40 horas, com o conteúdo distribuídos nos tópicos Princípios de Organização dos Arquivos Permanentes; Gerenciamento dos Arquivos Permanentes; Descrição Documental; Instrumentos de Pesquisa e Difusão Cultural (quadro 24).

Quadro 24 – Estrutura do curso oferecido na ESPEP

DISCIPLINA: Arquivos Permanentes			
DOCENTE: Therezinha Gloriete Rodrigues Pimentel			
Ementa	Objetivos	Conteúdo programático	Detalhamento
Princípios de Organização dos Arquivos Permanentes; Gerenciamento dos Arquivos Permanentes; Descrição Documental; Instrumentos de Pesquisa e Difusão Cultural.	1. Contribuir para o fortalecimento da consciência da importância e necessidade da preservação documental como requisito para o resgate da memória histórica; 2. Favorecer a prática da preservação documental fornecendo informações, propiciando a discussão e realizando experiências relacionadas a identificação, ao arranjo e a descrição documental; 3. Discutir as bases da arquivística e as especificidades dos Arquivos Documentais de caráter permanente; Desenvolver as potencialidades da utilização da documental arquivística, nos seus diferentes, nas atividades pedagógicas dos arquivos públicos	Elaboração do Quadro de Arranjo Documental;	Plano de classificação; AEPB é um modelo exemplar
		Procedimentos e Rotinas em Arquivos Permanentes;	Recolhimento, higienização, classificação, ordenação, notação. Acondicionamento, descrição; modelos de fichas padronizadas
		Gerenciamento do Arquivo;	Finalidades dos arquivos; estrutura organizacional; competências; recursos humanos; recursos materiais; material de consumo
		Difusão cultural e educativa.	Formas de ação; parcerias
		Legislação	Leis, decretos, resoluções;
		Terminologia arquivística	Terminologia arquivística;
		Aplicação prática de teorias arquivística	Oficina baseada na teoria do ciclo de vida dos documentos;
		Instrumentos de pesquisa	Modelos de instrumentos de pesquisa (Arquivo IHGP como modelo);

Fonte: ESPEP, 2000.

Pela análise do material didático produzido para esse curso, encontramos sua base nos materiais produzidos pelos instrutores do NDIHR para os Cursos de Gestão e Gerenciamento de Arquivos oferecidos para as prefeituras e para a Assembleia Legislativa do Estado.

A disciplina foi baseada teoricamente nos livros de Marilena Leite Paz, Schellemborg, legislação arquivística brasileira, teoria dos ciclos de vida (arquivística integrada). São 50 referências bibliográficas que, de acordo com os títulos, abordam os temas: documentos históricos (01), diagnóstico de arquivos (01), modernização de sistemas de arquivo (01), avaliação (03), arquivos intermediários (01), terminologia arquivística (03), arranjo (02), descrição de acervos (04), gerenciamento de documentos e de informações, conservação (02), tratamento de arquivos permanentes (01), acervos fotográficos (02), arquivos correntes (01), informática (01), sistema de arquivos (01), técnica arquivística/organização (06), normas internacionais (01), análise documentária (01), arquivos privados (02), instrumentos de pesquisa (05), restauro, preservação (02), gestão de documentos/ da informação (02), tabela de temporalidade (03), políticas de arquivos (01), memória (02), informação (02), teoria arquivística (02), implantação de arquivos (01), audiovisuais ou multimeios (02), sistema de informação/de arquivos (02).

No mesmo ano, Lúcia Guerra ministrou a disciplina Metodologia científica aplicada à arquivística, no curso Atualização em documentação e organização de arquivos (módulo I), no ESPEP. Através da documentação pesquisada tratou-se de disciplina planejada para ensinar como diagnosticar a situação dos arquivos visitados durante a realização do curso. Infelizmente, só foram encontrados o diagnóstico da Fundação do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (FUNDAC), realizado no dia 17 de julho, pelas discentes Francisca Lúcia Queiroga, Lindalva Cristina Marcelino da Silva, Maria José Rodrigues Silva e Rita da Costa Vieira Oliveira.

7.5 Cursos de Organização de Arquivos no “Sistema S”⁷⁵

A participação de Laudereida Marques em alguns cursos oferecidos pelo SENAC ocorreu nas cidades de Guarabira e João Pessoa. Foram cursos introdutórios de 20 horas, baseados nos mesmos cursos ministrados para as diversas prefeituras do Estado que

⁷⁵ De acordo com definição do Senado Federal, chama-se Sistema S “o conjunto de entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).” Fonte: Agência Senado, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em: 26 Abr. 2022.

descrevemos anteriormente. O nome das professoras Dulce Amélia de Brito Neves e Bernardina Freire também foram recordados quando, em contato com as colaboradoras, se abordou a realização desses cursos.

Entretanto, a arquivista Ana Isabel de Souza Leão Andrade foi uma das primeiras profissionais com treinamento em arquivística que ministrou disciplinas no sistema S. De acordo com esta colaboradora:

“Eu dei curso para o Senai, Senac e Sebrae. O Sebrae é uma instituição onde eu fui instrutora. Chamava-se instrutora, sabe? Eu dei [cursos] muitos anos lá, muitos anos de curso de arquivo. Uns eram 16 horas, outros eu tinha que viajar para dar e... lá em Guarabira, onde tinha os Sebrae sabe. Era em Campina Grande os cursos, lá [em Campina Grande]. E tinha assim, na sexta, sábado e domingo, eu dava sexta de noite. Era sexta de noite, quatro horas, sábado o dia todinho e o domingo até às 5 horas da tarde. Eram os cursos que eu dava pelo Sebrae e fora daqui, Guarabira, Campina Grande...

Esses cursos não eram do mesmo formato dos cursos da ESPEP. Não, eram diferentes, eram mais para empresas. Ah, mas tive tanta experiência, sabe, no Sebrae tanta coisa bonita que eu tinha. Dava assim, alguns cursos por ano, no Sebrae todo mês quase.

Mas eu dava muita aula, muita aula ali no Sebrae. Eram 40 alunos, sempre tinha 40 alunos. [No] Sebrae era um curso maravilhoso que você preparava, até você dava aula de GED, Gerenciamento Eletrônico de Documentos. Até essa parte também, dava até com essa parte de Gerenciamento Eletrônicos de Documentos, documentos digitais.

Cursos que eu dei também para a área jurídica, só para pessoas que trabalhavam em arquivos jurídicos. Isso lá pelo Sebrae. Uma vez fecharam com um grupo todinho da Unimed, para eu dar aula. Eles fecharam um grupo” (ANDRADE, 2020, p.38-39).

Outras duas professoras ministraram cursos na ESPEP e Sistema S, a professora Esmeralda Sales Porfírio (ESPEP), informação confirmada pela própria professora, e a professora Bernardina Freire (ambas as instituições):

“Eu fui professora do Senac muito tempo, comecei como organização de arquivos e depois eu passei a coordenar a área. Então, o Senac, ele tinha... todo o curso do Senac incluía, por exemplo os cursos da área de gestão, eles tinham a disciplina organização de arquivos. Então, eu fui professora do Senac. Eu fui professora da ESPEP, que é a Escola do Serviço Público do Estado da Paraíba, tudo na área de organização de arquivos.

No Senac era o seguinte; a gente era da disciplina e terminava, saía, voltava na mesma

disciplina. Depois eu fiquei contratada mesmo. Acho que uns três anos consecutivos dentro do Senac, o foco era organização de arquivos, mas [arquivo] administrativo, de empresa. Arquivo privado, quem trabalhava mais vinculado aqui no Estado da Paraíba, com os arquivos públicos, chamava-se Ana Isabel Souza Leão [Andrade], que era bibliotecária da UFPB. Ela foi, embora a formação dela seja biblioteconomia, e ela na UFPB era bibliotecária. Mas ela trabalhou a vida inteira com arquivos.

Então ela chefiou muitos anos o Arquivo dos Governadores. Toda a parte de arquivo público era com Ana Isabel, inclusive ela era quem dava cursos e capacitação, inclusive pelo Sebrae. Dulce Amélia deu aula também no Sebrae, que eu lembre, só. São esses aí, na época, e Ana Isabel era quem dominava os arquivos públicos até pelo conhecimento político que ela tinha" (Oliveira, 2019, p. 14-16).

Os cursos do Sistema S também foram ponto de encontro neste rizoma que estamos estudando. A arquivista Ana Andreia em sua trajetória profissional, participou de vários desses momentos da Arquivologia paraibana: como graduanda de história, foi aluna das historiadoras arquivistas do NDIHR, posteriormente, bolsista do Núcleo, aluna do curso de Especialização em Organização de Arquivos, do curso de graduação em Arquivologia da UFPB inclusive, professora do curso de Arquivologia da UEPB e uma das suas primeiras professoras; professora substituta do mesmo curso de Arquivologia no qual se graduou pela UFPB; arquivista participante da Comissão de Avaliação de Documentos da UFPB que concluiu o processo de elaboração da TTD, é atualmente arquivista lotada no NDIHR e, também, participou de cursos por instituições privadas.

"Há muito tempo, meu primeiro curso de arquivo foi lá, no Sebrae, quando não era nem com S, era com C. Quem deu o curso foi Dulce Amélia, tu acredita? Muitos anos depois de Dulce foi Ana Isabel, passou anos e anos lá dando curso, sabe. Agora, faz muito tempo. Aí, uma vez o Senac solicitou um curso. Eu fiz um projeto, mas eu acho que eles acharam caro visse, eu me lembro, foi eu e Gloriete, ela até me ajudou na época não foi? Foi para dar um curso de arquivo, mas assim, eu nunca participei ativamente, não. Eu lembro que no SENAI eu levei essa proposta que ela não me deu o retorno. Gostou, aquela coisa, né? Mas nunca me deu retorno. E no Sebrae sempre houve por muito tempo... Então, assim, no primeiro momento foi Dulce e depois Ana Isabel, até um tempo desses ela dava lá, até um tempo desses. Porque o tempo corre, né? Mas são cursos bem básicos de organização, de ordenação, de

classificação bem básica mesmo, pelo menos quando eu fiz, faz muito tempo, mas era nessa linha". Ana Andreia (Amorim, 2019, p.54)

8 OS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA UEPB E NA UFPB

8.1 O Curso de graduação da Universidade Estadual da Paraíba

Em relação à expansão da Arquivologia no Brasil através de cursos de graduação, Araújo (2010) observou uma característica que não se repetiu no Estado da Paraíba.

(...) a totalidade de casos, em relação à Arquivologia, e em alguns casos, em relação à Museologia, tais cursos foram criados em departamentos ou escolas de Ciência da Informação. Nestes locais, normalmente já existiam cursos de graduação em Biblioteconomia (ARAÚJO, 2010, p.2)

O curso de graduação em Arquivologia criado na Universidade Estadual da Paraíba foi o primeiro curso de graduação em Arquivologia criado no Estado da Paraíba. Um dos três cursos ofertados no Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas⁷⁶, centro criado no ano de 2006 na cidade de João Pessoa, como parte do processo de expansão da UEPB. Seu funcionamento inicial ocorreu na ESPEP.

Para a compreensão deste processo de criação de curso de graduações, vamos nos debruçar, primeiramente, nos relatos das profissionais vinculadas ao NDIHR e sua participação no processo de criação deste primeiro curso de graduação em Arquivologia da Paraíba, pois contou com a participação de três profissionais com vínculos com o NDIHR. Três colaboradoras participaram diretamente deste projeto. Segundo Irene Fernandes:

"(...) [na UEPB] porque lá, vamos dizer, a gente participava mais porque a gente, eu, Laura e Ana Andrea, a gente foi do grupo da abertura do curso. Foi muito engraçado porque esse curso foi criado sem nenhum planejamento. Ele foi criado, simplesmente. Ele foi criado com a definição simplesmente, depois você pode ver até na resolução que cria, do primeiro semestre, só tinha primeiro semestre que era Memória e não sei o que lá. Eram três, quatro disciplinas se não me engano. Era Introdução à arquivologia, Memória e sociedade... e a outra... não, parece que eram três. Laura dava o que, meu Deus? Não, era

⁷⁶ Foram criados simultaneamente os cursos de Bacharelado em Arquivologia, Bacharelado em Ciências Biológicas e Bacharelado em Relações Internacionais. (Fonte: site institucional da UEPB)

Ana Andrea e Laura, **Introdução a Arquivologia**, eu e a menina lá de Campina Grande, **Memória e Sociedade**, e tinha outra disciplina que era aquele menino, Jardim e Odila.

Um dia, Rosa [Godoy] que trabalhava lá na Pró-Reitoria⁷⁷... Ela liga para a gente e diz: “Olha, vai haver uma seleção para professores porque vai se iniciar o curso de Arquivologia. Vocês venham”, aí: “Vou nada menina!”; Laura diz o mesmo, mas Rosa fincou o pé: “Vocês têm que vir! E quem é que vem?”. Aí, como foi, meu Deus? A gente se inscreveu... como foi que a gente se inscreveu? A gente pediu a Rosa? Me lembro mais não. Eu sei que a gente se inscreveu e quando foi no outro dia, no final da tarde, recebo um telefonema lá em casa para dizer que no outro dia, de manhã, seria a seleção. Foi coisa assim, em cima. Em cima porque, você veja, iria se iniciar no começo da outra semana.

Aí, quando a gente chega lá, quem é que a gente encontra? Ana Andrea, que tinha se inscrito. E estávamos eu e Laura e a gente soube que Ana Isabel [de Sousa Leão Andrade] tinha ido também. Quem entrou primeiro foi Ana Andrea. Os dois que foram convidados, que iam fazer a seleção, eram justamente [Maria] Odila e [José Maria] Jardim porque eles foram convidados também para fazer o projeto pedagógico e para dar disciplina no primeiro semestre.

Ana Andrea foi, depois eu fui, eu não me lembro se fui a última, eu não sei, mas eu notei que, na conversa, era uma conversa como si estivéssemos lá dentro, sabe? Perguntando qual o horário, perguntando isso e aquilo outro. Já no outro dia, a gente recebeu a informação que nós três tínhamos sido [selecionadas]... Um dia, já de início: “Olha, a gente ficou olhando, quando a gente viu vocês três chegarem, chegaram as três, se abraçaram, ‘elas não são concorrentes, não?’” [risos]. Eu cheguei só com Laura e Ana Andrea estava lá, quando chegamos a gente se abraçou, aquela festa, tudo concorrentes! Então ficamos, nós. Que trabalho que a gente fez? Eu fui para aquilo que eu já trabalhava um pouquinho que era a questão de memória, porque eu trabalhava em Guarabira, **Memória e patrimônio** e Laurinha e Ana Andrea foram para **Introdução à Arquivologia**. Agora, eu não me lembro qual foi a outra disciplina... Aí o que que acontece? Era assim... tinha uma semana, Jardim vinha, dava aula e sentava com a gente e ia cuidar do projeto pedagógico.

Jardim ia embora, não sei qual era a disciplina dele, então, Odila vinha e dava outro dia de aulas. De quinze em quinze dias a turma virava, professor virava na turma, a turma virava no professor, era só festa. E a gente se sentando e tinha a questão seguinte, às vezes, vinham Odila e Jardim juntos e a gente, então, sentava e discutia. A divisão de trabalho foi

⁷⁷ Assessora para capacitação docente na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa no ano de 2006.

muito assim, segundo aquilo que a gente podia fazer. Foi um grupo que trabalhou com uma facilidade muito grande, tanto Odila, quanto Jardim foram ótimos, responsáveis, a gente não teve um problema! Por quê? Nós ficamos com aquelas disciplinas mais ligadas à história ou mais ligadas à questão de memória e patrimônio. E então, aquelas que tratavam mais da teoria da Arquivologia esse negócio tudinho, aí ficaram com Jardim e Odila, eles dividiram entre eles, mas, o que eu achei importante foi o respeito com que se trabalhou. Tudo foi estudado, tudo foi discutido com o maior; vamos dizer, com o maior respeito pelo conhecimento um do outro e, vamos dizer, mesmo aquilo que eu não tinha experiência de ensino, mais teórico, mas eu tinha a vivência de arquivo e, então, dava pra ver o que dava certo e o que não dava. Às vezes, em sequência, mesmo em relação a certos conteúdos, a gente teve que estudar de morrer, porque estar junto dos dois, né [riso]. Mas eu pensei que fosse ser difícil, mas não foi não, uma experiência muito boa. Com a turma, pessoalmente, não tive dificuldade e... só teve assim, coisas pequenas, mas a grande dificuldade que a gente tinha era a... e talvez tenha ajudado, pois deu tempo para gente estudar [risos], era que os alunos não tinham a mínima ideia do curso que eles estavam entrando. Eles não tinham a mínima ideia do curso que eles tinham escolhido, do objeto, não tinham ideia de nada, nada, nada. Inclusive, eu não sei, o curso foi criado, eu acho que não houve nenhum estudo, pelo que a gente viu. Quando foi no segundo semestre já estava com PPP, eu acho que a gente terminou em dezembro o PPP. Jardim e Odila não vieram mais.

Todos os cursos foram criados, não só um curso, foi criado o próprio centro nesse momento. E funcionava lá no ESPEP, Escola do Serviço Público, em Mangabeira.

Nós passamos, tanto eu como Andrea e Laura esses dois primeiros semestres. O que foi que a gente vivenciou foi questão de implantação, sabe? De implantação, quer dizer, tinha esse... tinha nosso curso, depois do segundo semestre teve um professor de história que não era nem daqui, não, foi no primeiro semestre já! Teve um professor de história, foi, agora me lembro. Então, a grande questão era que nós tínhamos uma pró-reitoria e uma pró-reitora que não sabia o que era Arquivologia. Ela não tinha a mínima ideia do que era. Agora, de qualquer maneira, as coisas, a gente teve condição de trabalho porque estava sendo criado e estavam investindo nisso, então, a gente teve condição de trabalho, mas, ao mesmo tempo, havia a dificuldade de, vamos dizer, a gente precisava primeiro que aqueles alunos conhecessem a matéria, a matéria para fazer. A gente tinha que dar conta de muita leitura, de muito trabalho e tinha que ir muito devagar. No segundo semestre foi seguindo o fluxo da implantação. O nosso trabalho nesse período era justamente ministrar as aulas

nessa roda viva de vai e vem, pegava uma turma por exemplo, eu vinha, dava aula duas semanas, aí, vinha lá de Campina, uma menina bem simpática que dava duas aulas, ela pegava duas semanas. A gente se entendeu muito bem, a gente dividia direitinho e se entendeu muito bem.

Não houve problema, a gente não teve problema. Foi uma coisa, desse período, foi bom, justamente isso, as pessoas todas estavam com um grau de dificuldade muito grande, todas precisavam uns dos outros para se encontrarem e encontrar a turma. Não era fácil, era muito difícil, sobretudo o turno da noite. Já iniciou com um turno noturno e um diurno. Cada turno com quarenta alunos. Era muita gente. Mas tinham a liberdade de decidir... Liberdade total, a gente trabalhou e eu digo a você, a direção não fomos nós que demos, a direção daquele projeto, basicamente, foi de Jardim e Odila, mas foi discutido vamos dizer, a criação, as grandes linhas. A gente discutiu, a gente é parte disso, mas o peso maior, da decisão e da elaboração foi deles dois.

Ficamos dois semestres como professores visitantes, então fizemos um concurso e botaram o edital de um jeito que... tem uma cláusula que não nos permitia participar como professores formados em História, tinha que ter ou Ciência da Informação ou Arquivologia. As três eram de história, né? Como a gente não ia concorrer, Ana Andrea também não foi porque se viu que ia criar... a resolução foi feita para isso mesmo, sabe? Como eu disse para você, eu nunca parei para pensar isso porque para a gente, tanto para mim como para Laura, a gente não tinha, vamos dizer... a gente não lutou para continuar porque eu mesma já estava nessa época na Fundação [Casa de José Américo], eu estava entrando na Fundação” (FERNANDES, 2019, p.33-38).

Esse longo relato nos informa, além da maneira em que os primeiros docentes da UEPB foram selecionados, sobre as primeiras disciplinas e a colaboração com docentes de outras universidades na definição do Programa Político Pedagógico do curso, nos permite perceber os trabalhos da memória realizados por essa colaboradora, que em alguns momentos se questiona, se reafirma e se contradiz. Entretanto, as recordações das três profissionais são consistentes.

Sobre o mesmo período, Laura Helena Baracuhy Amorim recordou:

“Eles conversaram conosco e disseram: ‘Eu já conversei com um monte de gente hoje...’ aí, a primeira entrevistada fui eu e sabe que, quando dão corda em mim eu vou. Eu comecei a conversar, dizer para ele o que a gente tinha feito e sempre dizendo ‘a gente, a gente’ e ele

‘Quem é a gente?’ eu digo ‘Tem duas lá fora’ [riso]. ‘Eu não acredito, tem mais duas da tua qualidade lá fora?’, depois que eu tinha contado o que eu tinha passado... eles tinham perguntado como eu via Arquivística, qual era meu entendimento sobre arquivo, sobre isso, sobre aquilo e dizendo. Irene foi, Ana André foi, aí ele disse: ‘Eu quero tudinho junto aqui na minha sala’ quando ele viu que a gente era tudo amiga, ele disse: ‘Olha, foi Deus quem botou vocês três aqui, senão a gente não ia ter como abrir esse curso esse ano porque não tem ninguém que soubesse o que vocês sabem para a gente começar’. É lógico que a gente não sabia muito, mas sabia o suficiente para abrir a universidade, que a gente tinha leitura. E aí foi que a gente leu mesmo viu, neguinha.

[Jardim veio parar aqui] foi por convite da Universidade para ele montar um curso de arquivos aqui. E chegou para trabalhar para montar do zero! Não tinha nem uma grade curricular, não tinha nada, ele foi quem disse as disciplinas básicas do começo, Irene ficou responsável, como sempre, de organizar um currículo. O primeiro currículo foi ela, a gente, mais Jacqueline [Echeverria Barrancos] e a gente dando apoio, lendo, procurando melhorar. Aí, quando houve o concurso que chegaram novos professores, uma parte de arquivista eles foram melhorando mais ainda o currículo, trazendo aporte de outras universidades, novos conhecimentos foi muito bom" (Amorim, 2020, p.17).

A terceira arquivista participante desse processo, Ana Andreia Amorim recordou:

“Esse processo foi muito interessante. Foi em 2006. Foi bem interessante, bem engraçado. A gente soube da criação, alguém... saiu a nota da criação do curso, e depois tiraram, e cadê esse curso? [Nota que dizia que] ia ter o curso, que ia ter o curso e nada. Daqui a pouco a gente soube que a inscrição era em Campina Grande. Eu sei que a gente fez a inscrição, era época, eu, Laura e Irene. Era época de política, quer dizer, período de eleição, então, não podia ter concurso, ia ser uma seleção para professor visitante. Ia ter uma entrevista, análise de currículo, essa coisa toda. Eu sei que a gente fez a inscrição e tchau. Eu me lembro como se fosse hoje, estava em casa, morrendo de cólica, era cinco horas da tarde, eu nem vim para cá [UFPB]. O telefone toca, era a futura coordenadora do curso de Arquivologia me pedindo desculpas porque eu tinha sido selecionada e a entrevista era no outro dia em Campina Grande, isso hoje, cinco horas da tarde, ela morrendo de constrangimento dizendo assim: “Agora, você escolhe, você vem de manhã ou você vem de tarde”; “Então, bote de tarde eu não vou de manhã”. Aí eu vou e ligo pra Laura e Irene,

porque a gente tinha feito. “Pois é Andrea, então vamos”. Aí fomos, de tarde. Quando a gente chegou lá fomos as três juntas, só que ela não sabia que nós três nos conhecíamos. Fomos né, e nós fomos as últimas porque ela organizou lá os horários e nós somos as últimas. Chegando lá, estavam Maria Odila e José Maria Jardim. E fomos para entrevista individualmente, claro né. Foi um, depois foi outro e foi outro. Quando terminou ela chegou e fez assim: “Olhe, se vocês quiserem esperar, porque o resultado vai sair daqui a pouco”, a gente disse: “É, a gente tá aqui, então a gente fica”. Só que a gente não viu ninguém fazer... porque era hora marcada e nós fomos as três últimas. Daqui a pouco, nos chamam. Sim! Eram duas vagas para Fundamentos Arquivísticos e Informação e Sociedade, pegando a área de arquivo, essas eram as duas específicas porque o curso foi criado com as disciplinas do primeiro período, só, não tinha PPP, não tinha nada. Quando entramos, aí Zé Maria gostou né, disseram que tinham gostado muito da entrevista e, claro, quando ele viu o currículo, ele viu onde estava uma, estava a outra, né (riso). Ele virou e disse assim: “Só tem um problema, de todos que passaram aqui, nós gostamos muito de vocês três e só são duas vagas, 40 e 40 horas, e a gente não queria perder, então, que que a gente queria propor a vocês? É que uma fique com 40 horas e duas dividem, uma fica com 20 e a outra com 20”. Para mim foi ótimo, eu tinha 40 horas aqui, então, dava 20 e fechou. E resultado... Kelly, foi bem interessante. Ficamos, ficamos nós três e demos início ao curso. E foi muito bom porque fomos nós que construímos também o PPP, juntamente com Zé Maria e Maria Odila, naquela época por Skype, aquela coisa toda. E iniciamos o curso que foi assim, foi difícil no sentido porque não tinha estrutura nenhuma, não tinha biblioteca, não tinha nada, a gente botava os livros nossos na mochila e passamos um ano lá, foram quatro turmas. Foi uma experiência muito positiva, muito mesmo.

Na época, eu tinha especialização em arquivo, Laura e Irene tinham Mestrado, mas era em História, mais toda a experiência em arquivo. E os outros professores vieram para Ciências Biológicas e Relações Internacionais, então, todos os outros eram doutores, só a gente da Arquivologia. Eu tinha especialização e as outras mestrados, só. Era o patinho feio e passaram isso para os alunos e foi muito ruim, entendeu?

Então, eles pegaram para outras disciplinas professores visitantes, doutores, então, foi uma experiência muito boa no sentido da sala de aula, dos alunos, sabe. Mas por outro lado tinha esse ranço, sabe? De botarem a Arquivologia como primo pobre, inclusive, teve uma vez que eu nunca esqueço, à época a diretora do Campus V, que também era Pró-Reitora lá em Campina Grande ela questionou a nossa qualificação, aí ela disse que nós não tínhamos sido responsabilidade dela, nós não sido escolha dela. Graças a Deus, nós fomos escolhidas e

selecionadas por dois expoentes da Arquivologia que foi José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca, entendesse? Um Muído! (gargalhadas)” (AMORIM, 2019, p.30-32).

8.2 O curso de graduação da Universidade Federal da Paraíba

Desde 2008, a Universidade Federal da Paraíba oferece o curso de graduação em Arquivologia, vinculado ao DCI, antigo DBD. De acordo com Tavares (2011), as primeiras discussões entre os membros do departamento sobre a criação desse curso se iniciaram no ano de 1999, como ficou registrado na memória da reunião do dia 07 de julho daquele ano do colegiado do DBD.

Segundo Tavares, os componentes curriculares que envolveram disciplinas das Áreas da Arquivística, Ciência da Informação, História, Direito e Administração foram definidos em consonância com o DH e NDIHR (TAVARES, 2011, p. 41)

De acordo com a professora Francisca Arruda Ramalho,

A criação do Curso de Graduação em Arquivologia sempre foi um dos nossos sonhos, desde que o Departamento se chamava Biblioteconomia e Documentação. Não foi um curso planejado do dia para a noite. No curso de Graduação em Biblioteconomia já ofertávamos a disciplina Arquivologia/Técnica de Arquivo, para qual, por indicação da Professora Carmen Farias Panet, fui contratada, em 1977, para lecioná-la. Por que então o Departamento não ofereceria os dois cursos? Assim, no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPB, incluímos nas questões relacionadas ao nosso departamento, a criação do Curso de Arquivologia, que começou em 2008. (COSTA, 2009, p. 153)

O DBD criou uma comissão composta pelas bibliotecárias Eliany Alvarenga, Adolfo Júlio, Emeide Nóbrega, Rosa Zuleide de Lima Brito, Edna Gomes Pinheiro, Bernardina Freire, todos com especialização em Organização de arquivo ou em Gestão da Informação e, neste momento, ocorria simultaneamente discussões sobre uma reestruturação do curso de Biblioteconomia:

“Rosa [Zuleide] botou na cabeça, com Adolfo, de fazer aquilo que estava se discutindo, de criar um tronco comum, o curso de Ciência da Informação que seria o tronco comum, com habilitação em Biblioteconomia e habilitação em Arquivologia. E teve uma grande discussão porque o departamento... tanto é que o departamento deixou de ser de

Biblioteconomia e Documentação e passou a ser Departamento de Ciência da Informação, mas depois chegou-se ao fato que isso não era possível porque esse profissional seria chamado de quê? As áreas entravam como habilitações, você era cientista da informação não era porque uma graduação não forma nenhum cientista, né. Aí, manteve-se o curso de Biblioteconomia e foram construir a grade curricular do curso de Arquivologia. Eu me ausentei porque eu tinha um pensamento, de uma conexão diferente para grade curricular e Emeide como era muito da gestão, Eliany Alvarenga também era da área de gestão, Edna Pinheiro também da gestão, então o curso... tanto é que, lá na UEPB, o curso teve um caráter mais histórico, se você olhar as grades curriculares iniciais e o da UFPB é muito gestão.

Gestão de arquivos e, também, muito voltado também para umas questões de tecnologia, tanto é que abriam concurso e pegavam muito administrador e [profissionais] de tecnologia, tanto é que a gente tem dentro do nosso departamento, de 33 professores, agora é que nós temos 3 arquivistas. De 36, agora que nós temos 3 arquivistas. Porque quando o MEC veio validar a primeira vez, (...) eles consideraram que eu tinha especialização, que Adolfo tinha especialização porque especializar era coisa de dois anos, minha filha. Era um tecnólogo, Adolfo, eu, Emeide, Rosa (...) Dulce Amélia que era de ofício porque ela trabalhou muitos anos e conseguiu a validação de que... lembra que as pessoas, antigamente, que desempenhavam uma atividade muito tempo depois passavam a serem chamados? Cinco pessoas, logo em um curso novo, então, era inusitado isso.” (OLIVEIRA, 2019, p. 27-28)

Neste ponto, necessitamos realizar a análise das duas narrativas sobre a criação do curso de graduação em Arquivologia. A construção de uma proposta de criação de um curso de graduação em Arquivologia na UFPB teve pontos de conflito ou tensões entre professores dos dois departamentos, o DH e o DBD. De acordo com diversos relatos, um primeiro projeto nasceu no DBD.

“Esse projeto... porque, assim como a História começou a ser muito conhecida pelo Arquivo Eclesiástico e pelo arquivo da Associação Comercial, que era Irene e tal, então houve uma disputa de poder. Só que o departamento efetivamente a colocar [o curso de arqueologia] era o de Biblioteconomia, que era Biblioteconomia e Documentação, e a

Arquivologia já não estava mais no bojo da história desde o século XIX, ela nasce como era própria [da História], ela se separa. Então, eles ficam segurando o projeto para não permitir que saísse tanto é que a UEPB cria antes da gente, mas nós já tínhamos projeto anterior a esse da UEPB" (Oliveira, 2019, p.17).

Esse primeiro projeto não foi analisado nesta tese pela impossibilidade de consulta ao Arquivo do CCHLA, mas, através de outros relatos, entendemos que foi um projeto que tentou juntar os dois departamentos, mas não progrediu no DH e não houve novos encaminhamentos ao DBD.

Deste momento de criação, a professora Dulce Amélia de Brito Neves foi uma participante próxima:

“Em 2008, surgiu oficialmente o curso de Arquivologia. Eu era chefe de departamento. Desde essa época do NDIHR que a gente começou a estruturar o projeto. O projeto se chamava o projeto político pedagógico. Agora projeto pedagógico, muda o nome, mas a coisa é a mesma. Então a gente começou a organizar o projeto do curso de Arquivologia. Essa ideia principal nasceu... sempre quem gostou, Rosa Zuleide, Edna Pinheiro e eu, o pessoal que estava na Biblioteconomia que tinha um pena que na Arquivologia. Veio Adolfo porque... o pessoal que fez especialização aqui com o NDIHR, NDIHR e DCI. Não, era DBD. Era NDIHR - DBD. Então, o pessoal era Emeide, Adolfo, Bernardina, Rosa Zuleide, eu... aí, foram entrando outras pessoas que não estavam ainda, mas que gostavam de arquivo e achavam que a gente precisava expandir. Só que a gente tinha muita atividade, então não deu para tornar isso rápido, levou uns dez anos para ser construído. Quando eu era chefe de departamento a gente já estava estruturado. Eu era chefe de departamento, uma época com Adolfo sendo chefe e eu era vice, depois a gente se reelegeu. Aí, na metade do caminho, a gente parou para se preparar para o doutorado e eu fiquei na chefia. O reitor na época era Polari... a gente sempre teve muito contato com ele, quando chegou aquela verba que deram para novos cursos. Reuni! Quando chegou o Reuni, foi a primeira coisa que a gente candidatou e ganhou: o curso de Arquivologia. Era muita reunião com Polari, ele disse que queria o curso para 2008, 2009. Na verdade, a gente estava se planejando para 2009, mas saiu o documento do curso para o segundo semestre de 2008. Eu fiquei com tanta raiva dele: “Olha, eu vou te matar”, e ele “Não mate não, eu ainda tenho tanto coisa para fazer na vida”. Porque não dá para a gente ver, assim, os alunos entrando, eles fizeram vestibular para isso, o nome não é mais vestibular, mas eu só chamo

vestibular. Houve um vestibular para isso e, sabe, eu quase enlouqueço.

Resultado, eu implorei, dava aula de representação enquanto a gente se estruturava para o próximo semestre. Segundo semestre de 2008 a gente foi para sala de aula rezando porque não estava nada pronto, é claro que a gente participou do projeto pedagógico, sabia da disciplina mas havia referencial aprofundado, como eu costumo usar todo semestre, aprofundamento das referências, elaborar o que que existe, o mais novo, e Arquivologia já existia na UEPB (...). Então, a gente foi para sala de aula dar representação da informação, geralção, a primeira disciplina, “como assim? Hã”. E Adolfo deu aula, Gustavo deu aula, “mas Dulce eu não sei nada!”, é, mas ele foi dar aula de Epistemologia e fundamentos, ele é muito bom nisso, ele é bom em muitas coisas, mas nisso em especial. Ele então foi socorrer, a gente saiu catando o povo, “Pelo amor de Deus vá dar aula!”. Uma vez, eu pedi a um professor “Vai dar uma aula lá”, fundamentos, uma coisa assim ou Epistemologia. Não, epistemologia ficou com Gustavo. O professor olhou para minha cara e “Eu não entendo nada de arquivo”, “Mas você não entende de fundamentos da ciência? De qualquer uma?” aí, eu bati de frente, eu não gosto disso, mas teve de ser.”(NEVES, 2015, p. 14-15).

A criação do curso de graduação na UFPB ocorreu a partir das novas mudanças nas políticas de investimento do governo federal para as universidades e IFES, a partir dos governos de Luís Inácio Lula da Silva, o REUNI.

“A arquivologia [o curso] ela nasce com mais força a partir da própria reforma do REUNI porque os cursos eram de organização de arquivos, a disciplina era organização de arquivos, as especializações eram especializações em organização de arquivo” (OLIVEIRA, 2020, p.11).

Colaborando com o relato da professora Bernardina Freire, Tavares (2011) afirmou que o curso da UFPB tinha a orientação para a gestão, diferenciando-se dessa maneira do que até o momento era ofertado por essa universidade através do NDIHR.

É de se perceber que o currículo do curso de Arquivologia da UFPB, prepara o profissional para os aspectos gerenciais de unidades de informação arquivística voltados principalmente, para os ambientes administrativos existentes nos diversos tipos institucionais, seja ele, público e/ou privado, das mais variadas categorias de serviço. No entanto, isso denota pouco apreço quando identificamos que a relação entre o presente e passado relacionado

com a memória e a história, contida nos lugares de memória não é estimulado pelos conteúdos programáticos do curso de Arquivologia da UFPB, onde apenas se faz presente com o número de duas disciplinas que relacionam esses aspectos. São elas: **Introdução ao estudo da História**, do Departamento de História da UFPB (DH/UFPB); e **Informação, memória e sociedade**, do Departamento de Ciência da Informação (DCI/UFPB). (TAVARES, 2011, p. 43)

Analisando o perfil do curso de Arquivologia da UFPB, Tavares destacou o papel predominante de profissionais com formação em Biblioteconomia influenciando o primeiro currículo da graduação em Arquivologia, determinando a ênfase nas práticas e enfraquecimento as reflexões teóricas e do “reconhecimento da área como conhecimento científico e ou, até, como uma ciência independente”. (TAVARES, 2011, p. 48)

Apesar dessa dicotomia descrita por Tavares, com a qual não concordamos, uma conclusão a que chegou encontrou ressonância em nossa pesquisa. De acordo com Bernardina Freire:

“Na verdade, não se tinha uma linha teórica, o que se dava muito, por exemplo, quando de Dijane Borba, Carmem Lúcia e a própria Dulce Amélia... se lavava muito na organização em si, os métodos, geográfico, numérico alfanumérico, o sistema direto, indireto. Era isso, não tinham correntes teóricas, por exemplo, a gente nunca tinha ouvido da Teoria das Três Idades. Quando se vai para o Arquivo da Cúria, que é convidada Heloísa Liberalli Bellotto para ser uma das consultoras, é que ela vai dando, por exemplo, uma visão mais ampliada, mas não teórica ainda dos arquivos permanentes. Aí todo mundo queria o foco para os arquivos permanentes. Ainda não se falava tanto na teoria das três idades. Quando eu fiz a especialização, por exemplo, eu fui aluna do Luiz Carlos Lopes, da Heloísa Liberalli Bellotto, mas ainda se fala muito em alfanumérico, numérico, no método de organização do documento do que pensar Arquivística enquanto área teórica” (Oliveira 2019, p.3)

Com a oferta de um curso de graduação pela UFPB, houve “uma tentativa de os antigos profissionais atuantes em arquivos não perderem espaço no mercado de trabalho, buscando, então, manter relações curriculares entre os cursos” (TAVARES, 2011, p. 48), especificamente, através da obtenção do diploma de Arquivologia, questão que motivou nossa colaboradora Ana Andreia Amorim a realizar esse curso.

“Simplesmente, só para ter o diploma. Sabe por que? Vou lhe dizer. Eu sempre participei de todos os eventos de arquivologia, tudo que acontecia era que eu tinha a possibilidade de ir. Eu posso dizer que, eu não sou muito antiga, mas eu tenho acompanhado essa trajetória há muito tempo. Então eu passei também por esse processo de transição da Arquivologia no cenário Nacional. (...) Quem sempre esteve à frente dos arquivos nas instituições eu vou falar em termos instituições federais, do executivo tá? Especialmente das IFES, que é onde eu tenho mais experiência, mais convivência. Então quem está lá ou é o bibliotecário, ou é o historiador ou é um profissional de uma outra formação, que está lá por conta, inclusive, na maioria das vezes são cargos políticos. Mas a gente sabe também que nesse caminho tem profissionais que mesmo de outras áreas estão trabalhando nos arquivos das instituições, assim, há cinco, dez, quinze, vinte, vinte e cinco e trinta anos. Nessa experiência, nesse contato que tive, nos mais diversos eventos que sejam eventos técnicos, sejam científicos, enfim, reuniões de trabalho, reuniões entre os próprios arquivistas e com a formação, com a criação os novos cursos e, obviamente, com os novos profissionais, eu vi muito desrespeito e muitos olhares atravessados, “Se você não tem a graduação, você não é arquivista”, isso eles dizem... há uma legislação? Há. Ai eu me lembro muito bem o que Maria Odila [Fonseca] disse, ela disse que não era contra a lei que regulamentava a profissão de técnico de arquivo e de arquivista, mas no momento em que aquela lei foi feita existia, salve engano, três cursos no Brasil. Como é que você vai regulamentar uma profissão se você não tem profissionais que deem conta da necessidade do país? Então, ela disse: “Eu não sou contra o arquivista, minha vida toda...” ela era historiadora, “então, minha vida toda foi trabalhar em prol dos arquivos e eu não sou arquivista e nunca vou ser porque a lei não me permite isso”, né. Então, sempre teve esse olhar atravessado, desrespeito, inclusive, não só aqui como fora, eu digo fora em outros estados. E aqui isso foi muito gritante também. Eu vi o desrespeito muito grande, “Ah, porque você não tem a graduação, então, você não... você tem a experiência, mas se você não tem a graduação você não tem nada, então você não pode opinar, não pode falar, não pode se colocar, você não pode votar”(AMORIM, 2019, p. 42-43).

Como vimos, houve um “esgarçamento no tecido”, nas relações entre profissionais durante esse período de transição entre Organização de arquivos e Arquivologia, como citado pelas arquivistas que colaboraram com esta tese. A organização de arquivos seria mais aproximada de uma aplicação de técnicas de organização de arquivos (seleção, limpeza, ordenação, acondicionamento, listagem, descrição, divulgação das informações), e

Arquivologia institucionalizada nas universidades, fortalecida ou diferenciada a partir de sua ligação com a Ciência da Informação e descrita como Ciência Social Aplicada.

Entendemos esse momento de transição como uma saída de desestruturação de uma configuração em direção a uma nova configuração que seguiu um processo de institucionalização da Arquivologia nas universidades brasileiras, permitindo, como nos mostrou Tavares (2011), aos profissionais arquivistas formados por esses cursos construir uma representação de si mesmo como gestores, organizadores das informações, com uma responsabilidade ética, que já conseguem esboçar uma identidade particular para o arquivista, baseada na criatividade e na inovação, onde a preservação das memórias tem o futuro como referência.

9 INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E FRONTEIRAS DISCIPLINARES

Em um texto escrito para apresentação em encontro da Associação Nacional de Professores de História (ANPUH), Irene Fernandes e Gloriete Pimentel escreveram sobre a experiência profissional no arquivo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Em seu texto, as autoras não seguem a estrutura de um texto acadêmico como estamos familiarizados (título, palavras-chave, resumo, traduções), inicia-se expondo o que se entende por organizar arquivo e enfatiza-se que é a experiência de organização, como exemplo positivo, que justifica o processo histórico, é aquilo que revela a dinâmica das sociedades.

Nesta narrativa, construiu-se uma conexão entre as experiências com organização de dois arquivos, o arquivo da ALPB e o arquivo do TRE, e buscava-se delinear “um perfil desses arquivos, especialmente no que se refere às potencialidades temáticas que estes oferecem aos pesquisadores” (FERNANDES; RODRIGUES, s/d, p. 1). Esse foi um traço que encontramos nos documentos do NDIHR: textualmente se apontar temas para futuras pesquisas ou se dar ênfase a uma descrição dos documentos produzidos para as atividades-fim das instituições. Neste sentido, no texto analisado priorizou-se a descrição das séries da ALPB que possuíam “conteúdos essenciais ao conhecimento histórico do processo de reflexão e elaboração, gerador das diferentes direções políticas assumidas pela sociedade paraibana” (FERNANDES; RODRIGUES, s/d, p. 4).

Por fim, as autoras apresentaram um ponto de vista sobre a relação entre historiadores e arquivistas: historiadores e arquivistas são considerados parceiros na construção do saber, através do uso de fontes e dos espaços coletivos, que são os arquivos. Uma organização de arquivos seria o resultado dessa parceria.

Em projetos de organização de arquivos havia oportunidades de conhecimento de instituições sociais por dentro. Foi a partir da assinatura de convênios que se autorizava as pesquisas na documentação até então não acessada, da mesma forma, se tinha acesso às pessoas que trabalhavam com essa documentação, gerando oportunidades para a realização de entrevistas que faziam parte das técnicas de organização dos arquivos. Esse acesso, nas palavras das autoras, permitia “recuperar as diversas fases de construção e reconstrução da ossatura institucional” (FERNANDES; RODRIGUES, s/d, p. 5).

Também, ficou evidente que o acesso aos arquivos também se encaixava nos projetos historiográficos propostos pelo Núcleo, por ser “rico conjunto documental [que] abre largos espaços para a pesquisa, sobretudo por se contar com possibilidades de trabalhar séries documentais, podendo-se fugir das apologias tão presentes na historiografia paraibana.” (FERNANDES; RODRIGUES, s/d, p. 8)

Na garantia do acesso, possível com o desenvolvimento dos projetos, também foram destacada o potencial de desenvolvimento da cidadania:

No Brasil, decorrente das formas como, historicamente, foram sendo estruturadas as relações sociais, engendrou-se um processo evolutivo de aparelho de Estado de caráter patrimonialista e clientelista que incapacitou a maioria dos componentes da sociedade a acessar informações, desde aquelas que lhe permitiria reconhecer a lógica de funcionamento do Estado, indo até ao absurdo da negação ao acesso a informações que lhe dizem respeito como indivíduos. (FERNANDES; RODRIGUES, s/d, p. 10)

Em manuais sobre a história e a evolução da Arquivologia se aborda o período de meados do século XIX, período de renovação da historiografia na Europa, como o momento em que os arquivos estavam submetidos às necessidades dos historiadores. Como consequência, as necessidades destes usuários, definiram a centralização, o deslocamento, a reorganização (mistura) de documentos comprometendo a integridade desses fundos e a garantia de proveniência.

A partir da leitura de Gagnon-Arguin (1998), vemos que os arquivos e os documentos de arquivos tiveram diversas funções ao longo do tempo, como auxiliar para a tomada de decisões, para a garantia de direitos ou de prova, evidencia que sua existência, função e agência em múltiplos contextos relacionados ao poder são aceitos sem conflitos na contemporaneidade. Enquanto a História era elevada à condição de ciência no século XIX, houve uma renovação da Arquivística no mesmo século e a produção de manuais técnicos é sinal deste processo. O que afirmamos aqui é um crescimento da Arquivística junto a outras ciências, e aqui gostaríamos de destacar esse termo – juntas – e, afinal, o historiador

representa apenas uma categoria de usuários das informações guardadas em arquivos no século XXI.

É certo que esses fatos ocorreram em muitos lugares e arquivos política, social e culturalmente relevantes da Europa. Quando o manual de Müller, Feith e Fruin foi publicado em 1898, reestruturou o pensamento e as práticas de organização dos arquivos. Segundo Silva et al (1999), a publicação desse material significou a libertação definitiva da Arquivística das disciplinas às quais estava subordinada, como das mãos dos historiadores positivistas.

A crítica sobre a presença dos historiadores nos arquivos se fez presente na Arquivologia em seu processo contínuo de institucionalizar-se. Se a gestão dos arquivos não era papel dos historiadores, qual era? O século XX, progressivamente, deu uma resposta. Novos lugares para esses profissionais foram surgiram, senão como participante do processo de organização, como usuário e como partícipe das equipes multidisciplinares formadas para realizar a avaliação documental, incumbida de avaliar o potencial probatório dos documentos e verificar seus valores para a cultura, a sociedade e para a história é um desses novos lugares.

Entretanto, só a partir da década de 1970 a Arquivologia foi encontrando no Brasil um ambiente político, econômico e social favorável para o seu desenvolvimento até encontrar seu lugar nas universidades brasileiras. Esta década também foi de grandes mudanças no mundo dos historiadores, segundo Miranda (2011), a terceira geração dos *Annals* colocaram os historiadores diante de novos problemas, de novas abordagens e novos documentos. Foi um período em que museus e arquivos foram sendo redescobertos e renasciam a partir dessas novas demandas, ao mesmo tempo em que novas instituições de guarda de memórias, chamadas centro de documentação, foram criadas.

Sobre a crítica da presença dos historiadores em ações de organização de arquivos, ela está sendo realizada pelos próprios historiadores, como nos mostra Alves (2019), que buscou em pesquisa responder a pergunta “para que serve a historiadora nos arquivos?” e contextualizou essa preocupação dos historiadores em pensar sua relação com os arquivos durante o projeto de lei que regularizou sua profissão. Não podemos deixar de lembrar que os historiadores continuam chegando aos arquivos para trabalhar como “profissionais dos arquivos”, mas agora com dupla formação, são os arquivistas- historiadores ou historiadores-arquivistas que encontramos em nossa pesquisa.⁷⁸

E nessa relação historicamente tão próxima, lembramos que a história positivista ou historicista tinha como um dos seus principais atributos a valorização dos documentos, a história deveria ser escrita a partir dos documentos, essa valorização deveria ter levado a

⁷⁸ Segundo Alves (2019), há uma discussão entre historiadores em torno da questão de pensar sobre o papel e as tarefas dos historiadores profissionais, que vem trabalhando efetivamente nos arquivos, serem entendidos também como ‘profissionais de arquivos’. Esta é a perspectiva de análise dos profissionais ‘do outro lado do balcão’.

valorização dos próprios “depósitos” de documentos, portanto, teríamos a valorização dos arquivos. É um desdobramento do que falamos anteriormente, o crescer junto da História e da Arquivística.

Esta proximidade também fez surgir essa peculiaridade que é a dos arquivistas-historiadores que citamos (Gagnon-Arguin, 1998) e que transformaram os arquivos em laboratórios da história e perdurou no Brasil por décadas, sem deixarem de funcionar no auxílio à administração, ao direito e à nação.

Antes da década de 1980, tanto historiadores quanto bibliotecários “meteram a colher” na sopa da Arquivologia e, dessa maneira, as técnicas da Biblioteconomia também se tornaram parte do que significava Organização de arquivos. Parece-me que a espada (o julgamento) que esteve sob o pescoço dos historiadores fez parte de um processo de crítica desequilibrado, a crítica às técnicas da Biblioteconomia transferidas para a Arquivologia necessitava ser desenvolvida. Mas essa não é uma reflexão que parte do zero.

Alguns ‘desvios’ tomam forma, desde as primeiras décadas deste século, em favor de classificações temáticas. Convém não esquecer que, em 1876, havia sido desenvolvida a *Dewey Decimal Classification* (DDC), com fins bibliográficos. Por influência da DDC, no Departamento de Estado dos E.U.A., foi adotada, em 1910, uma classificação decimal para a organização dos arquivos. Também na Holanda, desde 1908, assistimos às primeiras tentativas de introduzir a Classificação Decimal Universal (CDU), as quais irão consolidar-se e desenvolver-se a partir do fim dos anos 20, sobretudo nos arquivos municipais. Outros países como o México, a Bélgica, a Hungria, e mesmo a Espanha e Portugal, ensaiaram a aplicação da CDU ou outras classificações temáticas e decimais na organização dos arquivos das administrações locais ou centrais. (SILVA et al, 1999, p.122, sic)

A abordagem dos arquivos realizada pela Biblioteconomia nasceu de um tronco mais recente em sua história, datado do século XIX. A vinculação entre Biblioteconomia e Documentação fez surgir cursos no Brasil sob a denominação Biblioteconomia e Documentação, portanto, a abordagem técnica característica da Documentação e adotadas pela Biblioteconomia também se refletia na organização de arquivos.

Como vemos, de acordo com Silva (1999), é possível identificar a tentativa de utilização de códigos de classificação nos arquivos. Na Paraíba, o DBD tinha as técnicas biblioteconômicas como instrumentos, por isso, alguns de seus futuros membros foram buscar nos cursos de especialização ofertados pelo NDIHR uma forma de adquirir conhecimentos específicos em Arquivologia.

A questão sobre abordagens técnicas é um elemento que nos ajuda a entender que os encontros disciplinares na configuração Organização de arquivos aconteceram sob as prerrogativas das técnicas e das teorias arquivísticas.

Pensando em termos de redes sociais colaborativas, podemos descrever como as profissionais do NDIHR se integraram ao ambiente da Arquivologia nacional. Algumas conexões ocorreram com a presença de profissionais reconhecidos na área da Arquivologia da época e, por vezes, a colaboração ocorria de maneira mais astuciosa:

“Você convida a pessoa para vir, ela vai ver os horários, vai ver o dia, você diz qual é o assunto ou então você convida ela para o assunto que ela domina e essa pessoa vem. E se você tem interesse que ela veja o que você tá fazendo, aí ela vem e dá assessoria, é comum. Não sei se ainda é né, mas ainda é comum na universidade. Isso acontece, você chamar uma pessoa de renome que ela vem. Vamos dizer assim. Ela tem duas palestras, um evento, mas de manhã ela tem uma visita aqui para que ela veja alguma coisa. E a noite ela tem um seminário, não sei onde uma consulta. O povo enche!... assim, o dia todo para aproveitar bem porque conseguir passagem, hospedagem é dinheiro para a pessoa, é muito dinheiro e eu lhe digo com toda sinceridade que quem veio mais foi Heloísa e Heloísa, eu acho, quase nunca recebia o dinheiro dela, eu acho, não tenho certeza não” (MORAIS, 2020a, p.28).

As memórias da participação da arquivista Heloísa Liberalli Bellotto em eventos na Paraíba é uma constante nos relatos de nossas colaboradoras, algumas vezes, suas visitas aconteceram por iniciativa da própria coordenação do Núcleo.

“Lúcia Guerra traz Heloísa Bellotto. É Heloísa Bellotto que faz o primeiro... ela faz o arranjo do arquivo, quando ela diz ‘Tem uma organograma?’, aí a gente vai atrás do organograma da Arquidiocese e a Arquidiocese não tem organograma. Então eu fiquei encarregado de fazer o organograma e eu fiz, eu desenhei o organograma várias vezes e todas as vezes eu levava para Dom José e ele ‘Não, isso aqui é aqui, isso aqui é aqui, isso aqui é aqui’. Eu ia modificando levava de novo ‘Isso aqui eu esqueci, tá aqui, isso aqui mudou para cá’ até que o organograma fica pronto. Quando a Heloísa vem no organograma ela faz o primeiro arranjo. Eu guardei esse arranjo, mas desapareceram com ele. Eu pedi para ela assinar no final e tudo, mas ele desapareceu. Então quando a Heloísa veio a gente conversa muito tempo. Primeiro tem uma reunião geral com todo mundo que trabalha em arquivo. Quando termina essa reunião, ‘Agora a gente vai tratar da Cúria e eu acho que ela passa dois dias, então a gente teve duas reuniões com ela. O resto foi palestra né?’” (Moraes,

2020, p.22).

Outras referências que aparecem nas memórias das colaboradoras foram Celia Camargo, Ana Maria Camargo, Marilena Leite Paes, Rose Inojosa, Ieda Pimenta com as quais tiveram contato em São Paulo ou quando esses profissionais vieram à Paraíba.

“É Kelly, é isso, a gente estudou um bocado, a gente teve uma oportunidade única, nós aprendemos com figuras que eram, naquele momento, o que havia de melhor e até hoje elas são reconhecidas como pessoas... A Ieda Pimenta [Bernardes], a Heloísa [Liberalli] Bellotto, Rose [Marie] Inojosa a Célia [Reis Camargo] também. Muita gente boa que se prontificou para vir aqui e gente que não cobrava por isso, gente que vinha pelo amor a divulgação desta área científica. E a gente se enriqueceu muito” (AMORIM, 2020, p-5).

Dos nomes citados, Laura Amorim ainda guarda em seu acervo pessoal leituras acumuladas ao longo da carreira como Ana Maria Camargo, as publicações do Arquivo Público de São Paulo, de Armando da Silva Malheiro, dicionários de terminologia arquivística das associações de arquivistas brasileiros, sobre arquivística integrada (Carol Couture, Luciana Duranti), publicações do Arquivo Nacional, publicações de José Maria Jardim, com quem vivenciou uma experiência na implantação do curso de Arquivologia da UEPB.

“[a experiência com ele], mulher, foi tão boa. Um aprendizado, sabe por que? Ele é um gentleman nunca vi um homem daquele, ele é um gentleman. Jardim, muito bom. E Odila [Fonseca] outra pessoa maravilhosa, está entendendo?” (Amorim, 2020, p.17).

O intercâmbio de conhecimentos não atingia apenas a leitura dos textos sobre arquivística publicados e compartilhados no período, aproveitava-se a presença desses especialistas em eventos na cidade para a apresentação dos trabalhos e a análise das ações das equipes do NDIHR inseridos nos arquivos, como aconteceu com a do quadro de arranjo do AEPB por Heloísa Bellotto e a tabela de temporalidade da ALPB.

“(...) A gente conseguia passagem para trazer pessoas, sabe, arrumavam um jetom do

Governo do Estado, fazia o jogo e conseguia trazê-lo a Heloísa Bellotto que veio várias vezes aqui, veio para a CPT, veio para... uma vez, veio para a Associação [Comercial da Paraíba], que foi quando ela nos ajudou a ter uma reorientação do trabalho. E a partir daí a gente deslanchou no trabalho da Associação. E Rose Inojosa... muito boa! Iead Pimenta que vinha em congressos porque Ana Isabel fez dois congressos aqui. Ela veio, nos ajudou também, a gente conversava, mas é uma coisa muito ligeira, muito ligeira. Ieda foi assim, rápido. Eu me lembro que eu mostrei a ela o material, ela disse 'Olhe, tá bom, tá bom. Eu não vou interferir porque eu não estou aqui e eu precisaria conversar mais. Mas aproveite quando a Heloísa vier ou Rose porque elas fazem, elas lhe ajudam mais'. Ela deu umas dicas, mas o pesado mesmo foi Heloísa e Rose. Rose nos ajudou também no trabalho que a gente fez para Assembleia [Legislativo do Estado da Paraíba]. Ela leu, ela me ajudou assim: ela leu o que a gente fez para a Assembleia, certo, que foi uma pré-tabela de temporalidade. (...) No TRE também ela gostou. Ela gostou muito da tabela de temporalidade que a gente fez para o TRE. Essa foi aprovada pelo TRE (AMORIM, 2020, p.11).

As experiências de colaboração específicas com esses profissionais externos também foram recordadas por Irene Fernandes:

"Quando eu fui [para a FCJA] Heloísa veio, Ana [Maria Camargo] veio, justamente para a gente estudar. Ana veio para trabalhar com a gente a questão de arquivo público, arquivo privado de homem público porque ela tinha trabalhado lá no arquivo de Fernando Henrique [Cardoso]. Ela veio naquele estilo, ela vinha, dava um curso para quem quisesse vir, se sentava com a gente e ia discutir questões de organização do arquivo mesmo. Mesma coisa foi Heloísa. E foi, eu me lembro agora, foi lá na casa de Heloísa que a gente discutiu o quadro de arranjo de Ronaldo [Cunha Lima], lá em São Paulo. A gente foi para um evento qualquer lá em São Paulo, não foi para isso que é a gente foi, mas a gente aproveitou" (FERNANDES, 2019, p.42-43).

O arquivista José Pedro Pinto Esposel manteve um longo contato profissional com a arquivista Ana Isabel de Sousa Leão Andrade. Sua trajetória de ensino e defesa da profissão é reconhecida no Brasil, mas seu contato com o grupo de historiadoras paraibanas que realizavam Organização de Arquivos foi conflituoso em um momento específico, por diversas vezes comentado por Moraes (2015):

“Foi assim (suspiro). A gente estava trabalhando na Assembleia, elas fizeram a apresentação [do trabalho] da Assembleia... onde foi meu Deus? Eu fiz a apresentação [do projeto] da Cúria junto com Lúcia, Lúcia pegou no pé do homem. Ah, foi muito interessante, Lúcia Guerra é fogo, a gente assistiu de manhã uma apresentação do trabalho do... acho que era Esposel [José Pedro Esposel]. O Esposel tem livro, tem... coisa chique, era diretor do Arquivo Nacional, aí, de manhã quando ele foi [apresentar] meteu o cassete nos historiadores! Mas ele disse coisa com os historiadores! Aí Lúcia disse: “Estamos lascados”. Passou-se. Quando foi de tarde era minha apresentação e a dela, né. Eu apresentava assim, “bleu, bleu, bleu [onomatopeias]...”. Ela ficava junto de mim “Laudereida, respire. Minha filha, respire. Respire. Você vai morrer” (risos). “Respire”; “bleu, bleu, bleu [onomatopeias] e apresentei. E estava Lúcia lá, apresentando o trabalho da Cúria, o cara entra. Quando o cara adentra...

Aí, ela: “Olha, tem gente que acha que o trabalho de historiadores é um trabalho ineficaz, ineficiente, que os historiadores estão se envolvendo na seara alheia, mas como não existem arquivistas na maior parte do Brasil, se os arquivistas [historiadores] não entrarem na seara alheia, quando os arquivistas chegarem não vai existir mais nenhum documento pra eles trabalharem”. Aí, terminou de apresentar o trabalho dela, mostrou o trabalho todinho como tinha sido feito, depois houve ainda as perguntas. As perguntas ainda vieram para mim, aí eu fui... era sobre a minha parte que a curiosidade do povo [era maior]... era sobre quadro de arranjo e quem tinha trabalhado, quadro de arranjo era eu, aí eu mostrei lá as coisas. Aí abre [para discussão]... ah!

O primeiro a se apresentar foi ele. Eu: “Pois não, professor”; “Eu quero pedir desculpas, talvez eu não tenha me expressado muito bem, mas o seu trabalho, sinceramente, não foi um trabalho de historiador. Vocês se comportaram e trabalharam como arquivistas haja vista o trabalho que vocês fizeram, tanto que me deu muita curiosidade de vir porque a nossa Arquidiocese do Rio de Janeiro não é organizada e vocês conseguiram organizar, pegar a documentação da Arquidiocese da Paraíba, então, isso me chamou muita atenção...”. Aí foi mel! Aí ela (riso)... ela foi e pediu desculpa a ele também, mas [explicou] que tinha sido um trabalho muito grande e que, na realidade... que era um equipe, que a gente discutia muito” (MORAIS, 2015,p.7-8)

Se considerarmos a busca por conhecimentos em Arquivologia através da participação em eventos de Arquivologia, essa estratégia foi iniciada em 1976. Esse investimento em

eventos de Arquivologia foi obrigatória e necessária para coordenadores e estudantes. Tomando como exemplo as experiências entre 1976 e 1979 da professora Rosa Godoy, podemos observar, além de sua participação em eventos científicos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciências (anterior e posteriormente a criação do NDIHR), representou o NDIHR no III Congresso Brasileiro de Arquivologia (outubro de 1976), promovida pela AAB; foi conferencista no Seminário de Arquivos e História (novembro de 1977), promovido pela Divisão de Arquivos do Estado de São Paulo; palestrante em Seminário de Documentação Histórica Regional (junho de 1979), promovido pelo próprio NDIHR; Ouvinte e participante do 2º Seminário de Fontes Primárias de História do Brasil, realizado no âmbito do 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia (novembro de 1979), promovido pela AAB.

No ano de 1994, a execução do projeto de organização do arquivo eclesiástico se desdobrou na organização do próprio evento da área, o **Seminário: Cem Anos da Diocese da Paraíba** (setembro de 1994), promovido pela Arquidiocese, NDIHR e UNIPÊ, onde a questão da memória foi discutida. E o Nordeste já estava realizando seus próprios eventos, como mostra relatório de 1979, onde um integrante do Setor de Acervo relatou sua participação em Seminário sobre Arquivologia e Historiografia do Rio Grande do Norte, ocorrido naquele ano e no contexto de criação do Sistema Estadual de Arquivos do Rio Grande do Norte, onde foi discutido implantação de sistema de arquivos (CARMO, 1979).

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada disciplina é fruto de uma evolução histórica e se encontra, a todo momento, numa fase de transição. Algumas disciplinas evoluem e se modificam mais rapidamente, enquanto outras parecem esgotar todas as suas possibilidades de evolução. As contingências históricas que aceleram ou freiam o desenvolvimento e o progresso de uma disciplina não são todas devidas à lógica interna do domínio de estudo explorado pelos homens de ciência qualificados. As disciplinas são, igualmente, submissas às forças externas, em constante evolução, tais como o prestígio do acordo da opinião pública, os valores sociais e culturais, as ideologias políticas e as condições econômicas. Essas forças exógenas não determinam somente os recursos materiais, como também criam um clima, mais ou menos propício ao seu desenvolvimento. Enfim, as contingências externas se conjugam por modelar a mentalidade dos homens da ciência, orientando seus gostos em matéria de pesquisa e suas preocupações teóricas. (MARQUES, 2011, p. 56)

Acreditamos que parte significativa das memórias da Arquivologia como área de conhecimento e de práticas ainda está guardada em arquivos privados pessoais e depósitos institucionais, em documentos de valor cultural, social, científico e memorialístico ainda não evidenciado, apesar do grande esforço nos últimos anos de, não mais resgatar a memória, mas transferi-la para o papel ou para novos suportes. Tanto a academia quanto os que compartilham dessas memórias vêm escrevendo sobre suas experiências nos arquivos, bibliotecas e instituições de guarda de informações. A arquivista e historiadora Mariza Bottino, no livro *O legado dos congressos brasileiros de arquivologia (1972-2000): uma contribuição para o estudo do cenário arquivístico nacional*, inicia cada capítulo com um fragmento de sua memória pessoal para, em seguida, descrever como cada Congresso Brasileiro de Arquivologia realizados entre 1972 e 2000 ocorreu, em um exercício de rememoração como Halbwachs poeticamente narrou em *A memória coletiva*. De acordo com a autora:

Identificar a atuação da comunidade científica e do profissional arquivista abre a possibilidade de autorreconhecimento da profissão e de seus profissionais, como também permite estabelecer o grau de reconhecimento da profissão por parte da sociedade leiga civil, o que poderá servir de base para ações futuras mais concretas (BOTTINO, 2014, p. 19-20)

São movimentos que auxiliam a comunidade da Arquivologia a compor um instantâneo de uma configuração em fluxo que estudamos e compor as memórias dessa área de conhecimentos e de práticas.

Em nossa narrativa, fizemos um perfil do Núcleo, desenhamos uma rede de relações profissionais que se expandiu ao longo das décadas de 1980 e 1990, a partir dele e

paralelamente a ele. Descrevemos as experiências ou vivências de profissionais que estudaram e trabalharam, de servidores técnicos administrativos, professores de diversas áreas, pesquisadores e iniciantes na pesquisa. Os elementos que estruturaram nossa pesquisa foram memórias de algumas dessas pessoas que se tornaram agentes, participantes do processo de institucionalização de uma disciplina, mas que dialogam com a documentação guardada em arquivos pessoais e com o arquivo do próprio Núcleo, assim como nas bibliografias produzidas durante décadas de trabalhos em arquivos do Estado.

A geografia, as ramificações, as conexões entre pessoas e entre instituições, os desvios, as contingências foram descritas através dos projetos de organização de arquivos, esses projetos, em si, são parte das ramificações deste dinâmico rizoma.

Ao longo de nossa escrita, descrevemos como no *Platô da Organização de Arquivos*, naquele momento de desenvolvimento da Arquivística no Brasil, foi o momento onde surgem pessoas que investem capital pessoal e profissional no campo da Arquivologia, participam de projetos para organização e acesso aos arquivos, que foram em busca de formação científica, participaram e ofereceram cursos de especialização em Arquivologia, traduziram, trouxeram ao Brasil e a Paraíba e divulgaram literatura especializada na área.

Ao mesmo tempo, a contingência do processo de reabertura do país à democracia após duas décadas de regime militar, forneceu recursos materiais através de políticas públicas para o desenvolvimento da ciência brasileira, intelectuais voltavam para as academias, as universidades foram encontrando seus caminhos após as reformas universitárias ocorridas durante este mesmo período, novas estruturas foram se fortalecendo, novas necessidades surgiam.

Deixar esta configuração se desestruturar é iniciar uma nova geografia, se mostrou a partir do momento em que ocorria a obsolescência dos cursos de especialização em organização de arquivos, no momento em que os cursos de graduação em Arquivologia se consolidam nas universidades; fortaleceu-se a política de criação de associações nacionais e regionais de arquivistas; os arquivistas passaram a substituir os historiadores e bibliotecários progressivamente na gestão dos arquivos, a preocupação com a gestão dos arquivos e das informações se sobrepuseram a preocupação com preservação e “resgate” dos documentos de arquivo; as grandes áreas da Biblioteconomia e da Arquivologia foram se agregando sob a área maior da Ciência da Informação. Ramos de um rizoma se direcionaram para cursos de especialização que recebem estudantes com múltiplas formações, inclusive, profissionais que se tornaram docentes dos atuais cursos de graduação em Arquivologia na UEPB e na UFPB. Aqui, escolhemos fazer um detalhamento maior sobre os participantes desses cursos, as disciplinas, as intervenções realizadas nas disciplinas de prática arquivística, pois ainda é uma

documentação não pesquisada e nos permite seguir em direção a um novo Platô.

Estar no plano da organização de arquivos significava as práticas de uma sequência de ações a serem cumpridas visando a preservação de documentos por seus valores informacionais, como fontes para as pesquisas em Ciências Sociais e Humanas que se expandiram no Brasil. Como motivação, observou-se um sentimento de iminência de destruição e a necessidade de ações de preservação, o que era chamado resgate ou salvamento.

Há um núcleo teórico para essas práticas as quais remetiam à literatura escrita em língua inglesa ou francesa, produzida nos EUA e traduzidas para o português por um núcleo de profissionais ligados a instituições arquivísticas de guarda, com experiência em intercâmbios em instituições internacionais financiadas pelo governo brasileiro através de convênio com instituições internacionais.

A questão central que deu origem a muitas das práticas de organização de arquivos foi o risco de perda de informações contidas nos documentos devido às precárias condições de guarda e conservação. Como ações propunha-se referenciar, organizar e preservar os acervos do IHGP, em outras palavras, descobrir o que era guardado nos acervos, o que estava esquecido, lista-los ou registrar sua existência; garantir a preservação das informações dos documentos históricos do IHGP ou seja, realizando sua higienização e melhor acondicionamento; garantindo seu acesso aos profissionais ligados ao NDIHR que realizam pesquisas e a qualquer usuários que buscassem as informações, ou seja, elaborando catálogos, assim como proporcionar uma experiência de formação para alunos de graduação em métodos de pesquisa em ciências sociais; reforçar e valorizar as questões sobre memória.

No Platô, a atividade intelectual e prática envolvia identificação, representação dos documentos e de parte de suas informações, assim como as ações de manuseio, retirada de elementos externo acumulados nos suportes físicos, guarda em recipientes protegidos da ação de agentes externos; síntese das informações contidas nos documentos para publicação e disseminação.

Especificamente, organizar arquivos se entendia como o estudo do funcionamento das instituições arquivísticas e dos documentos por elas produzidos, que incluíam a realização de entrevistas com servidores e a pesquisa e o estudo da legislação que cria e determina o funcionamento da instituição; a identificação dos documentos de acordo com tipo, tipologia e gêneros documentais (a sua classificação); a separação equivale a junção ou formação de conjuntos de documentos com a mesma natureza ou finalidade; a ordenação, que seguiam uma das técnicas de sequenciamento popularmente descritas nos manuais de técnicas arquivísticas de acordo com a ordem alfabética, cronológica, geográfica; limpeza ou higienização,

significando a retirada através de ações mecânicas de qualquer elemento externo depositado nos documentos ao longo do tempo; acondicionamento que significa a guarda dos conjunto de documentos em recipientes adequados, de acordo com quantidade, tamanho e materiais utilizados na produção dos documentos que se segue a sua identificar externa em local de fácil leitura para os usuários; resumo de parte das informações contidas nos documentos em suporte secundário e formalizados em documentos chamados instrumentos de pesquisa, geralmente conhecidos como catálogos, índices, guias ou inventários. Em todos os projetos e nos cursos de especialização foi compartilhada essa noção do que é organizar arquivos.

Nossa pesquisa finaliza, mas não se conclui, estamos no intermezzo, pois guardiãs de memórias ainda estão vivas, pois as pessoas estão vivas. Por isso, aos próximos pesquisadores, os próximos caminhos precisam ser percorridos. Afinal, como afirma Lenoir:

(...) O autor de um texto científico ou de uma teoria é apenas o nó mais visível de toda uma rede de relações sociais, incluindo autores de outros textos científicos, com quem ele discute ou em quem se apoia, editores, fazedores instrumentos, assistente de laboratório, administradores do Estado e da universidade e, possivelmente, até mesmo fornecedores comerciais de equipamentos e especialidades. (LENOIR, 2003, p. 27)

Como observamos, nesta configuração, foi fundamental a participação de número significativo de profissionais com formação em História, que iniciaram seus trabalhos com o foco em arquivos permanentes (históricos), mas que progressivamente necessitaram desenvolver o olhar para a gestão de arquivos.

Ainda sobre uma compreensão da palavra Platô que Deleuze e Guattari nos inspirou: é um ramo, melhor dizendo, é uma unidade (n-1) recortada de um tronco. É uma região onde vemos continuidades e movimentos, que se desenvolve de maneira autônoma em relação à raiz de onde surgiu. Em seu estudo deve se pensar na imanência, esquecendo toda transcendência. Esse platô está no meio e essa tese se orientou por esse princípio, o rizoma que podemos denominar ciência, ou Ciência da Informação ou Arquivologia vai continuar seu processo de desenvolvimento, mas o ramo que surge na década de 1980, com relações à um Núcleo de Documentação que atualmente perde sua força para, se concordarmos com Moraes (2012), “morrer”, dele permitiu a germinação de múltiplos brotos para a Arquivologia.

REFERÊNCIAS

1 ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo do NDIHR-PB.

Arquivo pessoal de Ana Isabel de Souza Leão Andrade (cessão de documentos digitalizado à pesquisadora)

Arquivo pessoal de Therezinha Gloriete (cessão de documentos à pesquisadora).

Departamento de Ciência da Informação (a distância) Instituto de Estudos Brasileiro (a distância)

2 ENTREVISTAS

AMORIM, Ana Andrea Vieira Castro de. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 31 Out. 2019

AMORIM, Laura Helena Baracuh. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 05 Nov. 2019

ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 21 Jun. 2020

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 10 Mai. 2019a

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 11 Jun. 2019b

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 18 Jun. 2004.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 13 Fev. 2020

LIMA, Jacob Carlos. Jacob Carlos Lima (depoimento, 2019). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (1h 21min).

MAIA, Neiliane. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 12 Mar. 2020

MORAIS, Laudereida Eliana Marques. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 16 Nov. 2015

MORAIS, Laudereida Eliana Marques. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 23 Nov. 2018

MORAIS, Laudereida Eliana Marques. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 24 Mai. 2020a

MORAIS, Laudereida Eliana Marques. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 31 Mai. 2020b

NEVES, Dulce Amélia de Brito. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 06 Jul. 2015

NEVES, Joana. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 28 Out. 2019.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 28 Out. 2019

ORTIZ, Renato José Pinto. Renato Ortiz (depoimento, 2008). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2010. 41 p.

PIMENTEL, Therezinha Gloriete Rodrigues. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. 2019

RODRIGUEZ, Therezinha Gloriete Pimentel. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 02 Set. 2019

RODRIGUEZ, Therezinha Gloriete Pimentel. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 28 Jul. 2020a

RODRIGUEZ, Therezinha Gloriete Pimentel. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 17 Nov. 2020b

SALES, Esmeralda Porfírio de. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 22 Jan. 2021

SILVA, Tânia Maria da. Entrevista concedida a Kelly Cristiane Queiroz Barros. João Pessoa, 24 Jan. 2020

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Entrevista concedida a Ataídes Casimiro da Silva, Georgina Alves da Fonseca e Vera Lúcia da Silva. Projeto NDIHR: 20 anos – resgate e construção de uma história. 21 Mai. 1998

3 DOCUMENTOS CONSULTADOS

PROJETO DE RECUPERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCHLA-UFPB) PROAD/CCHLA. João Pessoa, CHPD-ME/UFPB, 1987.

CENTRO DE HISTÓRIA PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL – **Projeto de implantação**. João Pessoa, CHPD-ME/UFPB, 1986.

ANDRADE, Adolfo José Castor de; SOUZA, Mônica Maria Guedes de; VIANA, Rejane Vieira; VÊLOSO, Ricardo Grisi; ARAÚJO, Ricardo José Rufino de. **Diagnóstico do acervo da orquestra Sinfônica da Paraíba**. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1997.

ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão; GÓLZIO, Cléris Renata Gomes; SANTOS, Iolanda Ribeiro dos; LACET S. JÚNIOR, Mardônio; DOMINGUES, Maria de Fátima F.; SILVA, Maria Rodrigues da; SANTOS, Porcina Formiga dos; REZENDE, Verônica de Lourdes Uchôa; LIMA, Vilma de Lourdes Batista de. **Diagnóstico da situação do Arquivo Lauro Pires Xavier** – I Curso de Organização de Arquivos, João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1995.

ANDRADE, Ana Isabel Sousa Leão. **Diagnóstico da situação do Arquivo Lauro Pires Xavier**. João Pessoa, 1995.

ARAÚJO, Walkíria Toledo de. **Orientação para a organização da biblioteca**. João Pessoa, 10 Ago. 1994.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA PARAIBA. **Normas do Arquivo Eclesiástico**. João Pessoa, s/d.

BARBOSA, Élide de Lima. **Relatório Individual das atividades desenvolvidas junto ao NDIHR, no período de junho a dezembro de corrente ano**. 1977

BARROS, Ruston Lemos de. **Projeto de Pesquisa: O Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes: das origens à democratização (1960/1984)**. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1996.

CARMO, Antonio Batista do. **Relatório**. João Pessoa, UFPB/NDIHR, 1979.

CARDOSO, José Romero Araújo; PAIVA, Maria José de Lima; LACERDA, Reinéria Sônia de; SERRANO, Ricardo Clark; SILVA, Sueli Fidelis da; SIQUEIRA, Vaneide Farias. **Arquivo do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes: fundo fechado Faculdade de Filosofia – FAFI**. João Pessoa, NDIHR, 1998.

CARDOSO, José Romero Araújo; PAIVA, Maria José de Lima; LACERDA, Reinéria Sônia de; SERRANO, Ricardo Clark; SILVA, Sueli Fidelis da; SIQUEIRA, Vaneide Farias. **Inventário do fundo fechado da Faculdade de Filosofia da Paraíba** – Arquivo do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, NDIHR, 1998.

CARNEIRO, Célia Gomes et al. Diagnóstico e Projeto de Organização do Arquivo Geral da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Período 1824 a 1898. João Pessoa, 1996.

CARNEIRO, Célia Gomes et al. Relatório do estágio supervisionado no Arquivo Geral da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Correspondente ao período de 21/11/95 a 24/01/96. João Pessoa, 1996.

CARNEIRO, Célia Gomes; DIAS, Elvira Maria Lianza; CARNEIRO DA CUNHA, Júlia Dolores D.; SOUZA, Teresinha Leal de; PALITOT, Tereza de Lisieux P. **Diagnóstico e projeto de organização do Arquivo Geral da Santa Casa de misericórdia da Paraíba**. Período 1824 à 1898. – I Curso de Organização de Arquivos, João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1996.

CARNEIRO, Célia Gomes; DIAS, Elvira Maria Lianza; CARNEIRO DA CUNHA, Júlia Dolores D.; SOUZA, Teresinha Leal de; PALITOT, Tereza de Lisieux P. **Catálogo da correspondência da Provedoria da Santa Casa de misericórdia da Paraíba (1824 a 1898)**. – I Curso de Organização de Arquivos, João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1996.

CARNEIRO, Célia Gomes; DIAS, Elvira Maria Lianza; CARNEIRO DA CUNHA, Júlia Dolores D.; SOUZA, Teresinha Leal de; PALITOT, Tereza de Lisieux P. **Relatório de estágio supervisionado no Arquivo Geral da Santa Casa de misericórdia da Paraíba**. – I Curso de Organização de Arquivos, João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1996.

CARNEIRO, Dulcinete Moraes; SOUTO, Geane de Luna; JORGE, Irene de Lima; PONCE LEON, Meriane. **Relatório sobre a visita ao Arquivo Deputado José Braz do Rêgo, Assembleia legislativa da Paraíba**. João Pessoa, NDIHR, 1997.

CASTRO, Ana Andrea Vieira de; LIMA, Maria Vitória Barbosa; SOUZA, Maria de Fátima da Silva. **Diagnóstico do Acervo do Centro de Documentação e Divulgações Populares (CEDOP)** – I Curso de Organização de Arquivos, João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1995

CASTRO, Ana Andrea Vieira de; LIMA, Maria Vitória Barbosa; SOUZA, Maria de Fátima da Silva. **Inventário do Fundo Conselho Pastoral Grupo Centro de Documentação e Divulgações Populares (CEDOP)** – I Curso de Organização de Arquivos, João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1996.

CASTRO, Ana Andréa Vieira et all. **Diagnóstico do acervo do Centro de Documentação e Publicações Populares – CEDOP**. João Pessoa, 1995.

CASTRO, Ana Andréa Vieira et all. **Inventário do Fundo Conselho Pastoral Grupo Centro de Documentação e Publicações Populares – CEDOP**. João Pessoa, 1996

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução Ana Cristina Arantes Nasser. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (O): das origens a democratização (1964-1984). João Pessoa, 1996.

CONVÊNIO ENTRE A UNIVERIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E O PROJETO RONDON. João Pessoa, 1980.

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO. **Manual de procedimentos**. João Pessoa, CODAR, 1987.

COSTA, Valdira; ALMEIDA, Sandra Maria Ribeiro; GOMES, Nigéria Pereira da S.; FREITAS, Anete de Oliveira; BEZERRA, Lucilena Gláucia P. **Relatório de Estágio supervisionado realizado no Ministério Público do Estado da Paraíba/Procuradoria Geral de Justiça na DIAFU** (Diretoria de apoio funcional). João Pessoa, NDIHR, 1997.

COSTA, Valdira; ALMEIDA, Sandra Maria Ribeiro; GOMES, Nigéria Pereira da S.; FREITAS, Anete de Oliveira; GOMES, Lucilena Fernandes. **Projeto para elaboração da Tabela de Temporalidade da Diretoria de Apoio Funcional da Procuradoria Geral de Justiça/Ministério Público do Estado da Paraíba**. João Pessoa, NDIHR, 1997.

DINIZ, Ângela Maria Gonzaga; ANDRADE, Antonio Aurélio Cassiano de; NASCIMENTO, Edielson Jean da Silva; SAMPAIO, Henrique Jorge Pontes; MELO, Luiz Carlos Dantas de. **Projeto de organização do Arquivo SEAMPO**. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1997.

DINIZ, Ângela Maria Gonzaga; ANDRADE, Antonio Aurélio Cassiano de; NASCIMENTO, Edielson Jean da Silva; SAMPAIO, Henrique Jorge Pontes; MELO, Luiz Carlos Dantas de. **Relatório das atividades do Estágio supervisionado no período de 12 de novembro a 20 de dezembro de 1996 realizado no Arquivo SEAMPO**. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1997.

ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA. NÚCLEO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO. **Curso Atualização em Documentação e Organização de Arquivos Disciplina: Arquivos Permanentes**. João Pessoa, 2000.

FARIAS, Eliane Silva de; LACERDA, Izabel Pereira; ARANTES, Jandira Ferreira de Lima; HENRIQUES, Lucia de Fátima Carneiro; SOUZA, Mônica Maria Guedes de. **Projeto para organização do fundo fechado da Escola de Serviço Social**. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1997.

FARIAS, Eliane Silva de; LACERDA, Izabel Pereira; ARANTES, Jandira Ferreira de Lima; HENRIQUES, Lucia de Fátima Carneiro; SOUZA, Mônica Maria Guedes de. **Relatório das atividades desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado...** João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1997.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva; RODRIGUES, Therezinha Gloriete Pimentel. **FAZENDO HISTÓRIA - PERFIL TEMATICO DOS ACERVOS DA ALEPB E TRE/PB**. s/d.

FONSECA, Georgina Alves da. Relatório técnico-científico. Projeto: **Projeto Tradição Cultural da Paraíba: Organização e Preservação do Acervo Documental do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1995.

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE APOIO A CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU. João Pessoa, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (s/d).

FRANÇA, Geovânia Fernandes de; CARNEIRO, Hildenilson Pinheiro; LINHARES NETA, Idalina Maria de Holanda; LEMOS, Maria Luiza Ferreira e Silva; SILVA, Maria Rosicléia de Araújo; SILVA, Maria do Socorro. **Diagnóstico do Arquivo Eclesiástico da Paraíba**. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1996.

FRANÇA, Geovânia Fernandes de; CARNEIRO, Hildenilson Pinheiro; LINHARES NETA, Idalina Maria de Holanda; LEMOS, Maria Luiza Ferreira e Silva; SILVA, Maria Rosicléia de Araújo; SILVA, Maria do Socorro. **Organização do Arquivo permanente do CDDH / Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves**. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1996.

FRANÇA, Geovânia Fernandes de; CARNEIRO, Hildenilson Pinheiro; LINHARES NETA, Idalina Maria de Holanda; LEMOS, Maria Luiza Ferreira e Silva; SILVA, Maria Rosicléia de Araújo; SILVA, Maria do Socorro. **Relatório de estágio: Organização do Arquivo permanente do CDDH / Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves**. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1997.

FREITAS, Adolfo Júlio Porto de; SILVA, Elizabeth Soares da; DUARTE, Emeide Nóbrega; MORAES FILHO, Jorge Tavares; MAUX, Maria Goretti S.; SILVA, Maria Salete Jacinto; ALBUQUERQUE, Simone V. Beltrão de. **Relatório de Estágio Supervisionado. – I Curso de Organização de Arquivos**, João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1996.

FREITAS, Adolfo Júlio Porto de; SILVA, Elizabeth Soares da; DUARTE, Emeide Nóbrega; MORAES FILHO, Jorge Tavares; MAUX, Maria Goretti S.; SILVA, Maria Salete Jacinto; ALBUQUERQUE, Simone V. Beltrão de. **Plano de Classificação dos Documentos do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR**. – I Curso de Organização de Arquivos, João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1996.

FREITAS, Anete de Oliveira; GOMES, Lucineide Fernandes; GOMES, Nigéria Pereira da Silva; ARAÚJO, Rosane Helena Correia Paes; SILVA, Rosângela Gonçalves da; ALMEIDA, Sandra Maria Ribeiro; COSTA, Valdira. **Relatório do Arquivo Permanente Flávio Maroja do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba**. João Pessoa, NDIHR, 1997.

GONDIM, Rosemary Monteiro; SILVA, Rosângela Gonçalves da; LIMA, Raimunda Nonata de; SILVA, Maria das Graças Amaro da; JORGE, Irene de Lima; ARAÚJO, Rosane Helena Correia Paes de. **Catálogo da memória visual do acervo da Caixa Econômica Federal da Paraíba**. João Pessoa, NDIHR, 1998.

GONDIM, Rosemary Monteiro; SILVA, Rosângela Gonçalves da; LIMA, Raimunda Nonata de; SILVA, Maria das Graças Amaro da; JORGE, Irene de Lima; ARAÚJO, Rosane Helena Correia Paes de. **Projeto acervo fotográfico da Caixa Econômica Federal**. João Pessoa, NDIHR, 1998.

GONDIM, Rosemary Monteiro; SILVA, Rosângela Gonçalves da; LIMA, Raimunda Nonata de; SILVA, Maria das Graças Amaro da; JORGE, Irene de Lima; ARAÚJO, Rosane Helena Correia Paes de. **Relatório Estágio Supervisionado Caixa Econômica Federal**. João Pessoa, NDIHR, 1998.

GUERRA, Lucia de Fátima Albuquerque. **Relatório individual das atividades desenvolvidas junto ao NDIHR no período de junho a dezembro do corrente ano**. 1976

IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL, CUIABÁ – MATO GROSSO: especificação para a FUFMT. UFMT, 1976.

INOJOSA, Rose Marie. **Parecer sobre as tabelas de temporalidade da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba**. s/d.

LOPES, Antonio Ferreira. **Relatório individual do Estágio Supervisionado – I Curso de Organização de Arquivos**, João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1996.

LOPES, Antonio Ferreira; MESQUITA, Jeová. **Catálogo da correspondência de Osias Nacre Gomes – I Curso de Organização de Arquivos**, João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1996.

MEDEIROS, Aucileide Mary Alves Fontes de; ROCHA, Josinete Cavalcanti da; COSTA, Ladjane de Fátima Gouveia; ARAÚJO, Maria de Fátima Vasconcelos de. **Catálogo da correspondência de Juarez da Gama Batista**. Cartas: 1940 a 1980. João Pessoa, NDIHR, 1998.

MEDEIROS, Aucileide Mary Alves Fontes de; ROCHA, Josinete Cavalcanti da; COSTA, Ladjane de Fátima Gouveia; ARAÚJO, Maria de Fátima Vasconcelos de. **Projeto de organização do fundo documental Juarez da Gama Batista**. João Pessoa, NDIHR, 1998.

MEDEIROS, Aucileide Mary Alves Fontes de; ROCHA, Josinete Cavalcanti da; COSTA, Ladjane de Fátima Gouveia; ARAÚJO, Maria de Fátima Vasconcelos de. **Relatório de Estágio Supervisionado**. João Pessoa, NDIHR, 1997.

MEDEIROS, Aucileide Mary Alves Fontes de; ROCHA, Josinete Cavalcanti da; COSTA, Ladjane de Fátima Gouveia; ARAÚJO, Maria de Fátima Vasconcelos de. **Relatório da visita ao Arquivo Histórico do Estado da Paraíba – FUNESC**. João Pessoa, NDIHR, 1997.

MELO, Maria Martha Pimentel. **Relatório individual das atividades desenvolvidas junto ao NDIHR no período do junho a dezembro do corrente ano**. João Pessoa, 1976.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. PROJETO RONDON. COORDENAÇÃO ESTADUAL DA PARAÍBA. Relatório da Operação Arquivus. João Pessoa, 1975.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. PROJETO RONDON. Relatório Arquivus 1: áreas de atuação: Bayeux, Cabedelo e Santa Rita. [1975]

MINISTÉRIO DO INTERIOR. PROJETO RONDON. Relatório Arquivus 1: áreas de atuação: Campina Grande. [1975]

NDIHR. Portaria 01/1997, de 06 Jun. 1997. Joao Pessoa...

NEGROMONTE FILHO, Marconi. **Relatório geral da Divisão de Arquivo**. João Pessoa, 1997.

NEVES, Joana. **Relatório de atividades**. João Pessoa, NDIHR, 1981.

NEVES, Joana. Subsídios para a estruturação do setor de acervo do NDIHR. [João Pessoa]: s/d.

NOTÍCIA UNIVERSITÁRIA, João Pessoa, ano I, n. 4, 30 Set. 1970. p. 12.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL. **Projeto de organização do Arquivo de Pessoal da Superintendência de Recursos Humanos – SRH**. João Pessoa, NDIHR/UFPB, maio de 1998.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL.
Perfil Institucional. João Pessoa, s/d. 4 p.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL.
Resumo sintético. João Pessoa, s/d. 4 p.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL.
Horário 1995.2. Curso de Especialização em Organização de Arquivos.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL.
Projeto de Curso: I Curso de Especialização em Organização de Arquivos, 1994.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL.
Relatório semestral. Projeto: Organização do Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba. João Pessoa, 1990.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL.
Relatório das atividades dos pesquisadores do NDIHR/UFPB junto ao IHGP dentro do Programa de Extensão, no período de 1986 a 1989. João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1989.

OFÍCIO nº 516/1978-R/GR, UFPB, 1978.

OLIVEIRA, Alberta Amaral de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; SILVA, Heliane Maria Idalino da; VASCONCELOS, Maria do Rosário de Fátima; LINS, Sonia de Oliveira. **Diagnóstico da situação do fundo arquivístico de Gratuliano de Brito pertencente ao arquivo da Fundação Casa de José Américo.** João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1996.

OLIVEIRA, Alberta Amaral de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; SILVA, Heliane Maria Idalino da; VASCONCELOS, Maria do Rosário de Fátima; LINS, Sonia de Oliveira. **Projeto de organização do fundo arquivístico Gratuliano da Costa Brito, custodiado pela Fundação Casa de José Américo.** João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1996.

OLIVEIRA, Alberta Amaral de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; SILVA, Heliane Maria Idalino da; VASCONCELOS, Maria do Rosário de Fátima; LINS, Sonia de Oliveira. **Relatório de estágio supervisionado.** João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1996.

OLIVEIRA, Íris Maria Casimiro de. **Relatório das atividades do estágio supervisionado no período de 21.11.95 a 19.01.96.** João Pessoa, 1995

OLIVEIRA, Íris Maria Casimiro de; SILVA, Fátima Christina da; SILVA, Tânia Maria da. **Diagnóstico da situação do Arquivo Privado de Ademar Victor de**

Menezes Vidal – I Curso de Organização de Arquivos, João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1995.

OLIVEIRA, Íris Maria Casimiro de; SILVA, Fátima Christina da; SILVA, Tânia Maria da. **Relatório das atividades do estágio supervisionado no período de 21.11.95 a 19.01.96.** – I Curso de Organização de Arquivos, João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1996.

OLIVEIRA, Íris Maria Casimiro de; SILVA, Fátima Christina da; SILVA, Tânia Maria da. **Inventário do Arquivo Ademar Vidal.** – I Curso de Organização de Arquivos, João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1996.

OLIVEIRA, Teresa Cristina Nunes de. **Projeto: Organização, estruturação e implantação do Arquivo da Ação Pastoral Franciscana** (relatório anual). João Pessoa: NDIHR/UFPB, set.1994.

PERSPECTIVAS DE UM TRABALHO DE LEVANTAMENTO DE FONTES HISTÓRICAS DE MATO GROSSO (Comunicação). Simpósio Nacional de professores universitários de história (IX). Florianópolis, 1997.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. Cajazeiras, Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, 2014.

PLANO DE TRABALHO A SER EXECUTADO PELA UFPB NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO, s/d.

PLANO DE TRABALHO. **NDIHR 20 anos:** resgate e construção de uma história. João Pessoa, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 1996.

PLANO DE TRABALHO. **Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional,** Cuiabá-MT, [1975].

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA UNESCO/FUFMT/UFPB. Síntese do projeto de implantação de Centros de Documentação Informação Histórica Regional – Cuiabá e João Pessoa, PB.

PROJETO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA (Exposição de motivos para criação do CDIHR). Mar. 1976.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. **Curso de Biblioteconomia.** Modalidade: bacharelado. João Pessoa: Departamento de Biblioteconomia e Documentação/Universidade Federal da Paraíba, 2007. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/biblio/contents/documentos/ppp%20do%20curso%20de%20biblioteconomia/view>. Acesso em: 23 Mar. 2020.

PROPOSTA PARA CONVÊNIO ENTRE O NDIHR/UFPB E O PROJETO RONDON. s/d.

RELATÓRIO DO CONVÊNIO NDIHR/PROJETO RONDON. s/d.

RELATÓRIO FINAL PARA A PRPG. I Curso de Especialização em Organização de Arquivos. 1996

RESOLUÇÃO Nº 36/95. Altera a resolução 23/95 que aprova I curso de Especialização em Organização de Arquivos. 04 de Ago. 1995. Joao Pessoa, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPB.

ROCHA NETO, Ivan. ofício nº 32/80/PRPG/UFPB, 28 de agosto de 1980.

ROCHA, Gilson; SILVA, Maria das Graças Amaro da; NEVES, Vaneide Delmiro. Relatório (visita realizada ao Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – CPT). João Pessoa, NDIHR, 1997.

ROCHA, Gilson; SILVA, Maria das Graças Amaro da; NEVES, Vaneide Delmiro. **RELATÓRIO** (Visita realizada ao Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – CPT). João Pessoa, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/UFPB, 1997.

RODRIGUES, Gloriete Pimentel; RIBEIRO, Felicidade Lúcio. **Bibliografia Paraíba**. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). João Pessoa, 1983.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **Relatório das atividades desenvolvidas no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional na primeira fase da ‘Operação Especial Pesquisa Histórica’**. João Pessoa, NDIHR/UFPB, 1976.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. **Plano de trabalho da organização do Arquivo da ADUFPB**, s/d.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. **Resumo sintético**, João Pessoa, NDIHR, 1976. 3 p.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; DOURADO, Nileide Souza; RIBEIRO, Roberto Silva (Orgs.). **Universidade Federal de Mato Grosso, 40 anos de história (1970-2010)**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SISTEMA DE ARQUIVOS DA UFPB (SARIN). João Pessoa: UFPB/PRA, ago. 1994

SOUSA FILHO, Antônio Genésio de; BRITO, Gilvanildo Fernandes de; SILVA, Iza Belarmino da; BEZERRA, Jaqueline; BEZERRA, Lucilena Gláucia Pinheiro; PEDROSA, Simone Nogueira. **Projeto Elaboração de um instrumento de pesquisa dos documentos sobre os documentos relativos à Ditadura Militar constantes no Arquivo Eclesiástico da Paraíba**. João Pessoa, NDIHR, 1998

SOUSA FILHO, Antônio Genésio de; BRITO, Gilvanildo Fernandes de; SILVA, Iza Belarmino da; BEZERRA, Jaqueline; BEZERRA, Lucilena Gláucia Pinheiro; PEDROSA, Simone Nogueira. **Instrumento de pesquisa dos documentos relativos à Ditadura Militar constantes no Arquivo Eclesiástico da Paraíba**. João Pessoa, NDIHR, 1998

SOUTO, Geane de Luna; ROCHA, Gilson Florêncio da; MARIANO NETO, José; ROCHA, Maria Meiriane V. Ponce Leon; NEVES, Vaneide Delmiro. **Projeto de organização do arquivo da Subcoordenação de Desenvolvimento do Artesanato (SUDART)**. João Pessoa, NDIHR, 1998.

SOUZA, Maria Santana. **Relatório, relativo as Pesquisas de Jornais, realizadas no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, iniciadas a 4 de outubro de 1976**. 1977

SUASSUNA, Carla Guedes; VIANA, Rejane Vieira; VÊLOSO, Ricardo Grisi; ARAÚJO, Ricardo José Rufino de. **Arquivo Eclesiástico da Paraíba: elaboração de um instrumento de Pesquisa para a produção intelectual de Dom José Maria Pires**. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1996.

SUASSUNA, Carla Guedes; VIANA, Rejane Vieira; VÊLOSO, Ricardo Grisi; ARAÚJO, Ricardo José Rufino de. **Relatório das atividades do estágio supervisionado no Arquivo Eclesiástico da Paraíba**. João Pessoa: NDIHR/UFPB, 1997.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Karla Nazareth Côrrea de. **A pós-graduação no Brasil: história de uma tradição inventada**. (tese de doutorado). Campinas, SP: Universidade de Campinas, 2017.
Disponível em:
http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330450/1/Almeida_KarlaNazarethCorreaDe_D.pdf. Acesso em: 28 Mar. 2020.

ALVES, Clarissa de Lourdes Sommer. **Operações historiográficas em arquivos?: uma análise sobre o ofício de historiadoras e historiadores em arquivos públicos estaduais brasileiros na atualidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós- Graduação em História (Dissertação). Porto Alegre, BR-RS, 2019.
Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/211499>. Acesso em: 27 Fev. 2021.

AMORIM, Ana Andrea Vieira Castro de. **Arquivos e Informação: os caminhos da gestão de documentos na Universidade Federal da Paraíba**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da

Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3910>. Acesso em: 11 Fev. 2020

AMORIM, Ana Andrea Vieira Castro de. **Trajetória Arquivística da UFPB**. 30 Jul. 2019. Disponível em:
<http://www.ufpb.br/arquivocentral/contents/menu/assuntos/apresentacao>.
 Acesso em: 11 Fev. 2020

AMORIM, Igor Soares. **Rizoma: potência conceitual à biblioteconomia e ciência da informação**. Texto Digital, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 76-104, jan./jul. 2020.
<https://doi.org/10.5007/1807-9288.2020v16n1p76>

AMORIM, Igor Soares; MEDEIROS, Marisa Brascher Basilio. Apropriação da filosofia de Deleuze na Ciência da informação: um estudo quantitativo. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 69-91, set. 2017/fev. 2018. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v8i2p69-91.

ANGROSINO, M. V. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia**. Informação & Informação, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173 - 189, jul./jun. 2010. Disponível em:<<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/4744>>. Acesso em:

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. **História, memória, democratização e autoritarismo: o Arquivo José Braz do Rego da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba na história (1835 – 2017)**. João Pessoa: Edição do autor, 2018. Disponível em:
<http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/E-BOOK-SOBRE-O-ARQUIVO-JOSE-BRAZ-DO-REGO-DA-ALPB.pdf>. Acesso em: 27 Abr. 2020.

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. **História, memória, democratização e autoritarismo: o Arquivo José Braz do Rego da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba na história (1835 – 2017)**. João Pessoa: Edição do autor, 2018. Disponível em:
<http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/E-BOOK-SOBRE-O-ARQUIVO-JOSE-BRAZ-DO-REGO-DA-ALPB.pdf>. Acesso em: 27 Abr. 2020.

ARAÚJO, Robson Arruda de. **A historiografia acadêmica na Paraíba: o NDIHR e a história regional**. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

BASTOS, Adeilma Carneiro. **Paisagem cinematográfica: o NUDOC e a produção cultural nas décadas de 1980-1990**. 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Histórica) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6042>.

Acesso em: 16 Ago. 2021

BENJAMIN, Walter. **Obras completas: magia e técnica, arte e política**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BEZERRA, Francisco Chaves. **O ensino superior de história na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro; PEREIRA, Gilson R. de M. **O fim dos intelectuais acadêmicos? Induções da CAPES e desafios às associações científicas**. Campinas: Autores Associados, 2015.

BOTTINO, Mariza. **O legado dos Congressos Brasileiros de Arquivologia (1972-2000): uma contribuição para o estudo do cenário arquivístico nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: _____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BRITO, Edna Maria Torreão; LUCENA, Jeruza Lyra; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. O curso de mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.1, n.1, p.73-78, jan./dez. 1991.

Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/27> Acesso em: 28 Fev. 2021

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **IEB: origem e significados (uma análise do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições Sesc, 2015.

CARNEIRO, Renato César. **A Justiça Eleitoral da Parahyba: Fragmentos de sua história (1945-2012)**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

CARVALHO, Maria Martha de. A graduação em Biblioteconomia: perspectiva face ao novo currículo mínimo. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, n. 18(1/2):20-6, jun. 1985. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/18484>. Acesso em: 14 Jul. 2020.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. “QUEBRANDO LANÇAS”, PARA RESPONDER AOS DESAFIOS DO TEMPO! In: **Revista Raízes**, Campina Grande, vol. 22, nº 01, p. 125–143 [126–129], jan./jun. 2003. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_107.pdf. Acesso em: 26 Mar. 2020.

CAVALCANTI, Márcia Teixeira. **Os Centros de Documentação Universitários como espaços de institucionalização de “novas” memórias**. Rio de Janeiro: IBICTUFRJ (Tese de doutorado), 2014. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/842/1/TESE%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>. Acesso: 26 Abr. 2021

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CITTADINO, Monique. A UFPB e o golpe de 64. João Pessoa, **Cadernos da ADUFPB-JP/SSind**, n. 10, 1993.

COSTA, Luciana Ferreira da et al. A pós-graduação em ciência da informação na UFPB: entrevista com a professora Francisca Arruda Ramalho. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.19, n.3, p. 147-155, set./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/3964/3149>. Acesso em: 11 Jul. 2020.

DÉCHAUX, Jean-Hugues. From Figuration to Coordination: An Analysis of Social Interdependence Mechanisms. In: DÉPELTEAU, François; LANDINI, Tatiana Savoia (ed.). **Norbert Elias and Social Theory**. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 297-314.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção local**. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora, 1996.

DOURADO, Nileide Souza. NDIHR - Patrimônio Cultural da Memória Histórica de Mato Grosso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, n. 70, 2012.

DUQUÉ, Ghislaine. A contribuição dos convênios para a pesquisa e a capacitação. **Raízes**. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 22, n.01, p. 136-137, 2003.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EVANGELISTA, Marcela Boni. Entre a expressão e a intenção: possibilidades de construção narrativa através da transcrição em História Oral. **Anais do Simpósio Nacional de História – ANPUH (XXVI)**. São Paulo, jul. 2011.

Disponível

em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308184513_ARQUIVO_Entreaexpressaoeaintencao.pdf. Acesso em: 11 Jul. 2020.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **Comércio e subordinação**: a Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional (1889-1930). João Pessoa: Editora da UFPB, 1999.

FERNANDES, Irene Rodrigues; AMORIM, Laura Helena; ALBUQUERQUE, Maria da Paz Antão; PIMENTEL, Therezinha Gloriete; FORMIGA, Zeluiza da Silva, V.1. Processos e julgados históricos da Paraíba. João Pessoa: Editora da UFPB, Edições TJPB, 2012.

FERNANDES, Irene Rodrigues; AMORIM, Laura Helena; ALBUQUERQUE, Maria da Paz Antão; PIMENTEL, Therezinha Gloriete; FORMIGA, Zeluiza da Silva. Processos e julgados históricos da Paraíba: **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**, V.2. João Pessoa: Editora da UFPB, Edições TJPB, 2016.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **PROJETO DE CURSO: I Curso de Especialização em Organização de Arquivos**. 1994.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Relatório de execução de cursos: Gestão e gerenciamento de arquivos (Cuité-PB)**. JOÃO Pessoa: NDIHR/UFPB, 1998.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERNANDES, David. **UFPB 50 anos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; RODRIGUES, Therezinha Gloriete Pimentel; MORAIS, Laudereida Eliana Marques. Patrimônio arquivístico e capacitação de recursos humanos. **Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (I)**. João Pessoa, 2002. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu/index.htm>. Acesso em: 29 Nov. 2018.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, Ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20. Fev. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Os Institutos Históricos da Paraíba e Sergipe: modelo de inserção nacional, ensino e novas configurações (2012- 2014). In: Antônio Celso Ferreira; Marcelo Lapuente Mahl. (Org.). **Os Institutos Históricos e Geográficos**: nação e região na historiografia brasileira. Campinas: Pontes, 2017, p. 217-237

GAGNIN-ARGUIN

GASKELL, George. 'Entrevistas individuais e grupais'. In: BAUER, M. e G. Gaskell (Orgs) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011, pp. 64-89.

GODAR, Jô; DOBEDEI, Vera. (Orgs). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p.43-60, 2012b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/89054>. Acesso em: 23 Abr. 2022

GUBER, R. La entrevista antropológica: Introducción a la no directividad; La entrevista antropológica 2: Preguntas para abrir los sentidos. In: **El Salvaje metropolitano. Reconstrucción de conocimiento social en el trabajo del campo**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-21. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 28 Abr. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. ABC do IEB. São Paulo: Edusp, 1997.

JORDÃO, F. As artes visuais, as universidades e o Regime Militar Brasileiro: o caso do Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba (1978-1985). **ARS (São Paulo)**, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 178-203, 2016. DOI: 10.11606/issn.2178-0447.ars.2016.117631. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ars/article/view/117631>. Acesso em: 21 fev. 2021.

JORDÃO, Fabricia Cabral de Lira. As artes visuais, as universidades e o Regime Militar Brasileiro: o caso do Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba (1978-1985). **ARS**, São Paulo, 14(27), 178-203, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-0447.ars.2016.117631>. Acesso em 06 Jun. 2020.

JORDÃO, Fabricia Cabral de Lira. Núcleo de Arte Contemporânea da Universidade Federal da Paraíba (1978-1985). **Revista Valise**, Porto Alegre, v.1, n.1, jul. 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/RevistaValise/article/view/19421>. Acesso em: 09 Jun. 2020.

JORDÃO, Fabricia Cabral de Lira. **O núcleo de arte contemporânea da Universidade Federal da Paraíba 1978/1985**. 2012. Dissertação (Mestrado em Teoria, Ensino e Aprendizagem) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.27.2012.tde- 01032013-113125. Acesso em: 03 jun. 2020. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27160/tde-01032013-113125/publico/NACOriginal.pdf>. Acesso em: 2020-06-03

LANDINI, Tatiana Savoia. Main Principles of Elias's Sociology. In: DÉPELTEAU, François; LANDINI, Tatiana Savoia (ed.). Norbert Elias and Social Theory. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 13-30.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: PARENTE, André (Ed.). **Tramas da Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 39-63.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. LENOIR, Timonhy. **Instituindo a ciência: a produção cultural das disciplinas científicas**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2003.

LIMEIRA, Maria das Dores; FORMIGA, Zeluiza da S. UFPB: Implicações políticas e sociais de sua história. João Pessoa, NDIHR, **Textos NDIHR**, n. 11, abr. 1986.

LOPES, Luis Carlos. A arquivística no Brasil vista pelo olhar do outro, o estrangeiro. Niterói, Revista Contracampo, n.1, 1997. P. 57-70. <http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17280/10918>. Acesso em 28 Jan. 2020

LOPEZ, André Porto Ancona. Documento e História. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papirus, 1996. p. 15-36.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Interloquções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8730>. Acesso em: 07 Feb. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: HUCITEC, 2014

MIRANDA, Márcia Eckert. Historiadores, arquivistas e arquivos. In: Simpósio Nacional de História, 26, 2011, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: ANPUH, julho 2011.

MORAIS, Laudereida Eliana Marques. **Memória arquivada: produção literária/científica do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional NDIHR (1976-1990)**. 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MOREIRA, Joana Bosco. **A concepção teórica do discurso e da prática do Programa Ação Comunitária do Projeto Rondon em João Pessoa.** Educação em Debate, Fortaleza, n. 10, Jul/Dez, 1985. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/13144/1/1985_art_jbmoreira.pdf. Acesso em: 17 Jan. 2021.

MOSTAFA, Solange Puntel. Filosofia da diferença e a Ciência da Informação. E- papers: 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MULLER, Suzana Pinheiro Machado. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, n.14 (1):3-15, jan./jun. 1985. Disponível em: acesso em: 26 Abr. 2021.

NEVES, Joana. Síntese das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Documentação Histórica Regional – Universidade Federal da Paraíba. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 3(5):7-9, mar. 1983.

NOVAES, Regina Reyes. Memórias e imagens do mestrado em sociologia de campina grande (elementos de uma versão comprometida). Mesa redonda: impressões, memórias e registros dos 25 anos da pós-graduação em sociologia em Campina Grande. In: **Revista Raízes**, Campina Grande, vol. 22, nº 01, p. 125–143 [130–135], jan./jun. 2003. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_107.pdf. Acesso em: 26 Mar. 2020.

OLIVEIRA, Elza Regis; MENEZES, Mozart Vergetti; LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Catálogo dos documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.** João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. “**Um museu de grandes novidades**”: em defesa de novos estudos sobre o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. In: BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da;

CERÁVOLO, Suely Moraes (org.). **Estilhaços da memória:** o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador [BA]: Observatório da Museologia na Bahia [UFBA/CNPq], 2020. Ebook (356 p.).

PACHECO, L. M. S. A informação enquanto artefato. **Informare:** Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v. 1, n. 1, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40801>. Acesso em: 23 abr. 2022.

PASSOS, Mauro. Retomando o caminho de Medellín: Dom José Maria Pires: 50 anos de história. **Anais do VI Colóquio Teologia e Pastoral.** ANNALESFAJE, v. 3, n.5, 2018. p. 21-31.

PAZOLINE, Lucas. Ciência e rizoma: uma reflexão sobre produção e comunicação científico acadêmica. DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação - v.16 n.4 ago/15. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283516475>. Acesso em 18 Jan. 2021

PEREIRA, Antonio Alberto. **Pedagogia do movimento camponês na Paraíba:** das ligas camponesas aos assentamentos rurais. Tese (Doutorado) – UFPB/CE.

QUEIROZ, Maria Isaura P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1985.

RAMALHO, Maria Aparecida. **Relatório individual das atividades junto ao NDIHR no período de junho a dezembro do corrente ano.** 1976

RIBEIRO, Fernanda. Memória, Informação e Ciência da Informação. In: OLIVEIRA, Eliane; RODRIGUES, Georgete Medleg. **Memória:** interfaces no campo da Informação. Brasília: Ed da UnB, 2017. p. 111-139.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **A Universidade em positivo e negativo:** a memória fotográfica da UFPB. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

RODRIGUES, Gloriete Pimentel; FORMIGA, Zeluiza; SILVA, Tânia Maria da. **Catálogo da Seção de Obras Raras do IHGP**, v.3. João Pessoa: Editora Universitária/NDIHR, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007.

Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469>. Acesso em: 06 Jun. 2020.

SANTOS, Eliane Ferreira dos. **Reestruturando o tempo: revisão da tabela de temporalidade de documentos do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - TRE-PB.** 2014. 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em:
<http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/4364>. Acesso em: 01 Mar. 2021

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório:** história, teoria e métodos de uma disciplina. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.8.2008.tde-12022009-124733. Acesso em: 29 Abr. 2017

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; LIMA, Ana Luce Girão Soares de. “Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração”: notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.11, 2016, p.483-502. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/iciet/25187>. Acesso em 28 Jan. 2020.

SANTOS, Tania Steren dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 120-156. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/yS4mhVPtxNsMVCPDTZThLpx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em:

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em: 09 Jan. 2017.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. O clássico e o pós-moderno: algumas reflexões acerca da arquivologia a partir do pensamento de Hilary Jenkinson e Terry Cook. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 42-59, jan./jun., 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53921>. Acesso em: 12 Jul. 2020.

SILVA, André Domingos. **O olhar dos discentes sobre as disciplinas técnicas do curso de graduação em biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba**. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – UFPB/CCSA. João Pessoa: UFPB, 2013. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/biblio/contents/tcc/tcc-2013/olhar-dos-discentes-sobre-as-disciplinas-tecnicas-do-curso-de-biblioteconomia-da-ufpb.pdf>. Acesso em: 23 Mar. 2020.

SILVA, Armando Malheiros et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, Teresinha Elisabeth da. 30 anos da Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n.1, 2009, p.29- 37 Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007773/e7b7ee419bd0d8361c42f3290b5c2dcd/>. Acesso em: 12 Jul. 2020

SOUSA, Israel Soares da. **O ensino de história e os movimentos sociais: práticas de história local nos assentamentos do Conde**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE. João Pessoa, 2008.

TAVARES, Derek Warwick da Silva. **A miopia do olhar: representações sociais dos alunos de arquivologia e biblioteconomia da UFPB a respeito do curso de arquivologia e da profissão arquivística**. Departamento de Ciência da Informação Curso de Graduação em Arquivologia, Universidade Federal da Paraíba (trabalho de Conclusão de Curso), 2011. 67 f. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1144/1/DWST160916.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **A retratação da UFPB**: edição alusiva as comemorações dos 20 anos da Lei da Anistia. João Pessoa: SODS/UFPB, 1999.

VAIZ MACHADO, Daiane Vaiz. Laboratórios da história: a centralidade do arquivo na trajetória profissional de Cecília Westphalen. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 131-148, set./dez. 2019 – p. 131. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1313>. Acesso em: 24 Ago. 2020

VÉRAS NETO, César da Nóbrega; SILVA, Márcio Bezerra da; DIAS, Guilherme Ataíde. Avaliação da implantação do GED nos arquivos da UNIMED/NNE como forma de recuperação da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 125-141, 2010. ISSN – 1809-4775. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_39d1a341ba_0013035.pdf. Acesso em: 05 Fev. 2021.

VIRGULINO, Maria Helena Cavalcanti. **O itinerário de duas uspias na UFPB - Joana Neves e Rosa Maria Godoy Silveira**: trajetórias que se cruzam a partir da História ensinada 2016. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9880/2/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 07 Nov. 2020